

**Universidade Estadual Paulista – UNESP
Faculdade de Ciências e Letras
Campus Araraquara
Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

MARIA MARY FERREIRA

**OS BASTIDORES DA TRIBUNA:
Mulher, Política e Poder no Maranhão**

Araraquara

2006

MARIA MARY FERREIRA

OS BASTIDORES DA TRIBUNA:

Mulher, política e poder no Maranhão

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, como requisito para obtenção do título de doutora.

Orientadora: Profa. Dra. Lucila Scavone

**Araraquara
2006**

Foto da Capa: Solenidade de Instalação da Assembléia Legislativa Constituinte do Maranhão de 1947, a deputada Maria Dalva Bacelar é a única mulher eleita.

Diagramação da Capa: Roberto Sousa Carvalho

Ferreira, Maria Mary

Nos Bastidores da tribuna: mulher política e poder no Maranhão / Maria Mary Ferreira. – Araraquara (São Paulo), 2006.

235 p. il.

Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Letras e Artes Araraquara, 2006.

I. Mulher – Poder – Relações de Gênero. 2. Mulher – Política – Brasil 3. Mulher – Legislativo maranhense. I Título.

CDU 324.055.2(81)

MARIA MARY FERREIRA

OS BASTIDORES DA TRIBUNA: Mulher, Política e Poder no Maranhão

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, como requisito para obtenção do título de doutora.

Defesa da Tese: 2 de março de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Lucila Scavone
Orientadora (UNESP)

Profa. Dra. Vera Lúcia Botta Ferrante
(UNESP)

Profa. Dra. Eliana de Melo e Souza
(UNESP)

Profa. Dra. Margareth Rago
(UNICAMP)

Profa. Dra. Eleonora Menicucci de Oliveira
(UNIFESP)

A todas as mulheres que lutaram para chegar à tribuna e mostrar que igualdade se constrói com poder de falar, de chorar, de brigar e também de silenciar.

A minha mãe, Nazaré Ferreira, com quem aprendi o sentido da luta e que, mesmo sem o domínio das letras, soube compreender a importância da mulher, incentivando-me desde cedo a frequentar a escola, primeiro passo para superar os limites e as dificuldades da vida dura dos/as pescadores/as da Ponta d'Areia.

AGRADECIMENTOS

Para chegar ao final deste trabalho, foram inúmeras as dificuldades. Superá-las só foi possível com o apoio, carinho, cuidado, amizade e solidariedade de muitas/os, aos quais agradeço de coração.

À Profa. Dra. Lucila Scavone, que, além de orientadora, foi companheira, cúmplice, incentivadora deste trabalho. Sem suas sugestões, críticas e comentários sempre pontuais, que iluminaram e ampliaram meu olhar, não teria sido possível superar os limites teórico-metodológicos, que foram muitos.

A todas/os professores do Programa de Pós-Graduação da UNESP / FCLAr, que foram pacientes nos muitos diálogos e conflitos estabelecidos, necessários para amadurecer idéias e compreender os limites da Sociologia em muitas questões, principalmente nas questões de gênero.

À CAPES, pelo incentivo dado nos quatro anos de doutorado, inclusive na aprovação de estágio na Universidade de Coimbra, onde tive oportunidade de compartilhar e trocar idéias com alunos e professores do Programa de Doutorado em Pós-Colonialismo, coordenado pelo Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos, a quem aproveito para agradecer por ter me aceitado no seu grupo de alunos.

À Universidade de Coimbra, em especial ao Centro de Ciências Sociais (CES), na pessoa da Profa. Dra. Virginia Ferreira, que pacientemente me orientou nos seis meses em que estagiei naquela Universidade, oportunizando-me momentos importantes na elaboração desta tese e proporcionando-me encontros com parlamentares portuguesas. Dessa forma, contribuiu para um maior amadurecimento do tema estudado.

Às Professoras Magareth Rago, Eleonora Menecucci e Vera Botta Ferrante que participaram da banca de defesa desta tese e cujos comentários, sugestões, críticas, estímulos, foram importantes para ampliar as reflexões e amadurecer este estudo, sou profundamente grata.

À Universidade Federal do Maranhão, especialmente ao Departamento de Biblioteconomia, ao qual pertenço, e a todas/os colegas que me estimularam a

realizar este trabalho. De todas, merecem meu carinho especial as colegas Fátima Braga e Aldinar Bottentuit, que foram “minhas vozes” em muitas assembleias departamentais, e César Castro, que, mesmo envolvido com a conclusão de seu pós-doutorado, encontrou sempre tempo para ouvir meus lamentos, ler meus apontamentos e sugerir autores que muito enriqueceram este trabalho.

A Profª Dra. Maria da Glória Guimarães Correia que se dispôs a ler o capítulo quatro, no qual fez comentários pertinentes, questionando pontos que me permitiram esclarecer melhor algumas passagens do texto.

Às deputadas que se dispuseram a conversar comigo, dando entrevista e trocando idéias, em especial à Deputada Helena Heluy, que disponibilizou seu gabinete para facilitar os contatos e localizar as deputadas entrevistadas. Do gabinete de Helena, sou eternamente grata a Ana Marinho, que dedicou algumas horas de seu precioso tempo a me ajudar a contatar deputadas e deputados.

A Cristiana, secretária do Programa de Pós-Graduação da UNESP/FCLAr, sempre doce, atenciosa, educada e eficiente, fazendo a diferença na Pós-Graduação.

Ao Prof. Dr. Milton Lahuerta, coordenador da Pós-Graduação, pelo estímulo constante e pela compreensão nos momentos finais da elaboração deste trabalho.

Às colegas com quem convivi em Portugal e que me ajudaram a superar o “frio” português, com destaque para Ana Tereza, Allene Lage, Conceição, Miguel, Elói, Alexandra, Eliane, os cabo-verdianos Eurides e Odair, o moçambicano André, o mexicano Carlos, a portuguesa Regina e, em especial, o gabonês Paul George Okinda.

À companheira de dias e noites de frio e de calor, com quem muito aprendi nos seis meses de Coimbra, Cláudia Adametes.

Às/Aos colegas de Araraquara, dos quais, embora sejam tantos, não poderia esquecer de Cíntia, Leandra, Dulce, Alécio, Ocada, Baila-Baila, Jorge, Janaína, Juliana, Ana Patrícia, Marta, Cléo, Alexandre, Gisele, Maurício e a doçura e companheirismo de Valquíria Tenório.

À amiga Adriana Turqueti, que dividiu comigo várias etapas da elaboração deste trabalho, especialmente num dos momentos mais difíceis da tese: diagramar, imprimir, conferir e protocolar. Sem o empenho, dedicação, cuidado e amizade da companheira, esse trabalho não teria sido possível. Muito obrigada!

À amiga de sempre, Jovana Alves de Melo, “chuchu de ouro”, pelo incentivo constante, pelo ouvido sempre disponível para ouvir os lamentos, pelas horas que dedicou a ler os rascunhos iniciais de alguns capítulos, pelas muitas sugestões dadas, pelas palavras de apoio, pelo colo, pelo ânimo, pela amizade de sempre! Sou-lhe eternamente grata.

A Maria Helena, colega do Departamento de Letras da UFMA, pela disposição de fazer a revisão desta tese, mesmo com o tempo limitado que lhe dei. Obrigada!

A Sonia Pascolato, colega araraquarense, pela revisão do texto da qualificação e a Francisco Ribeiro Júnior que fez a revisão final.

Ao meu pai, José Inocêncio Ferreira, cuja força, resistência, honestidade e integridade foram exemplos para mim.

Aos meus irmãos, Zeca, Neto, Sérgio, João e Wellington (em memória) e a todos/as sobrinhos.

A Mayara Rachel, que compartilhou comigo os cuidados de Daniel e Diogo.

A Diogo e Daniel, meus filhos, que viveram os últimos quatro anos como “ciganos”, entre São Luís e Araraquara, o que lhes fez compreender quão difícil pode ser a vida de nordestinos em outras terras.

Às tias Iracy e Mariazinha, pelas preces e pelos incentivos.

Às minhas queridas irmãs: Mirian pela preocupação constante, Marylene, pelas pesquisas na internet; Mary Vanda, pela transcrição das fitas das parlamentares e pelos cuidados com o Daniel, quando estive no estágio em

Portugal; a Mirtes pelos conselhos, palavras de estímulos, pelo apoio constante e por assumir a condição de mãe de Diogo, durante minhas ausências.

À querida Joanina Ferreira, irmã, quase filha, que foi a luz em alguns momentos de escuridão nos momentos finais de elaboração da tese, e a Josélio Costa, meu cunhado, que se responsabilizou pela elaboração de todos os gráficos e tabelas do último capítulo desta tese. Sou-lhes profundamente grata.

A amizade não se força, não se compra, não se vende... Ela acontece, lentamente, em silêncio, devagar. Cada um que passa em nossa vida, passa sozinho, porque é único para nós, mas não vai sozinho, e nem nos deixa só. Leva um pouco de nós mesmos e deixa um pouco de si mesmo. Há os que deixam muito, mas há os que não deixam nada. Esta é a mais bela responsabilidade de nossa vida, a prova é que ninguém se aproxima de outro por acaso (Autor desconhecido).

Convicção

Aqui, onde uma mulher se curva
e se inventa
é onde de uma dor imensa e turva
se alimenta.
Aqui, quando tonta e avulsa
se procura
é onde viva a luta lenta pulsa e transfigura.
Aqui, onde o que é e será retorna
ao berço
é onde busca âncora, estrela, bigorna
e terço.

(Arlete Nogueira da Cruz, poeta maranhense)

RESUMO

FERREIRA, Maria Mary. **Nos Bastidores da tribuna**: mulher, política e poder no Maranhão. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Letras e Artes – Araraquara, 2006.

A presença e participação das mulheres na construção das sociedades é fato. Essa participação, porém, tem sido pouco valorizada pela ciência em geral, despercebida por grande parte dos pesquisadores. Ao institucionalizar como modelo de participação a presença em organizações formais como partidos, sindicatos ou em exercício de mandatos parlamentares, em cargos nos executivos ou ainda pelo ato de votar, a sociedade excluiu as mulheres da sua condição de sujeito político. Os estudos feministas vêm demonstrando o quanto esse equívoco tem sido penoso para o reconhecimento da cidadania feminina. Esses estudos incorporam categorias largamente discutidas por Bourdieu e Foucault, como “conhecimento”, “verdade”, “poder”, “*habitus*” e “discurso”, para explicar como estas interferem e estruturam as relações na sociedade. A partir desses pressupostos metodológicos, desenvolvo meus estudos, cujo tema – Os Bastidores da Tribuna: Mulher, Política e Poder no Maranhão – se propõe desvendar de que modo tem ocorrido a participação das mulheres no legislativo. A construção dos fundamentos deste estudo se apoiou nos estudos de teóricas feministas para analisar a invisibilidade da presença da mulher no legislativo e a forma como estão produzindo ou reproduzindo, nos discursos e nas práticas, modelos preestabelecidos, frutos de uma cultura construída nas sociedades androcêntricas, viabilizadas pelas formas de manipulação e dominação, modelos nos quais, em geral, não há possibilidade de inclusão nem flexibilidade para novos sujeitos com práticas diferentes. As análises que nortearam a construção deste estudo foram elaboradas através de entrevistas com parlamentares, as quais possibilitaram conhecer mais profundamente os limites do poder exercido pelas mulheres no Legislativo e as diferentes formas de interdição que têm permeado sua ação política. Além disso, este estudo permite compreender os meandros do Poder Legislativo no Maranhão, as relações de gênero que perpassam o exercício de poder dos parlamentares, as cisões entre grupos partidários e oligárquicos e as encruzilhadas entre Legislativo e Executivo.

Palavras-chave: Mulher – Poder – Relações de Gênero; Mulher – Política – Brasil; Mulher – Legislativo Maranhense.

ABSTRACT

The presence and participation of women in the construction of societies is a fact. That participation, however, has been given little value by Science in general, keeping unnoticed by most researchers. Considering the presence in formal institutions such as political parties and syndicates or the exercise of parliamentary mandates or in the Executive positions, or even the mere act of voting as participation models, Science has been denying or simply omitting women's condition as political subjects. The feminist studies have demonstrated how much that mistake has been painful for the recognition of feminine citizenship. These studies include categories largely discussed by Bourdieu and Foucault, such as "knowledge", "truth", "power", "*habitus*" and "speech", in order to explain how these interfere and structure relations the relations in society. Departing from those methodological presuppositions, I develop my studies, whose theme – "Os bastidores da tribuna: mulher, política e poder no Maranhão" – aims at revealing how women's participation has been occurring in the Legislative. The construction of the foundations of this paper has been supported by the studies of feminist theorists to analyze the invisibility of the woman's presence in the Legislative and the way they are producing or reproducing, in their speeches and practices, pre-established models, which result from a culture constructed in androcentric societies, made feasible by the forms of manipulation and domination. In those models there is generally no possibility of inclusion or flexibility for accepting new subjects with different practices. The analyses which guided the construction of this study were elaborated through interviews with members of parliament, which allowed knowing more deeply the limits of the power exercised by women in the Legislative and the different ways of interdiction that permeate their political action. Further on, this study allows understanding the Legislative Power in Maranhão, as well as the gender relations that permeate the power exercise of members of parliament, scissions between partisan and oligarchical groups and the intersections between Legislative and Executive Powers.

Keywords: Woman – Power – Kind relations; Woman – Politic – Brazil; Woman – Legislative of Maranhão.

APRESENTAÇÃO

Vim desafiar o século
anistiar meu susto
traduzir no tempo
este absurdo de nós

(Maria Ester Maciel).

Assim como falham as palavras quando
Querem exprimir qualquer pensamento,
Assim falham os pensamentos
quando querem exprimir qualquer realidade

(Fernando Pessoa).

São tantas coisas a dizer! Tantas explicações a dar! Não poderia me furtar de esclarecer algumas, para que permita ao leitor entrar no universo do meu estudo e compreender algumas passagens que se relacionam de forma muito significativa com minha trajetória política.

A perspectiva deste estudo é desvendar a presença das mulheres na política maranhense, identificando protagonistas da história presente e passada no Maranhão e analisar a atuação das deputadas no Legislativo maranhense, temática pouco evidenciada em estudos nesse campo.

Lembro que, no livro “Vitorinistas e opositoristas”, do Prof. Benedito Buzar, que é um estudo biográfico de políticos que se destacaram no cenário maranhense como opositores a Vitorino Freire¹, o autor relaciona cinquenta bibliografias, todas do sexo masculino. Questionei o professor: “E as mulheres?” E eu o provoquei, enfatizando que não era possível que, entre tantos homens, não existisse nenhuma mulher que tivesse merecido sua atenção para entrar nas páginas daquele livro.

¹ Oligarca que comandou o Maranhão entre as décadas de 30 a 50, sendo derrotado por seu antigo aliado hoje senador José Sarney que por sua vez se mantém no poder desde 1966 quando foi eleito governador do Maranhão.

Esse episódio apenas ilustra a visão de grande parte dos intelectuais e o olhar que em geral norteia sua escrita – um olhar que não vê, não percebe as mulheres como sujeitos. Isto se aplica tanto àquelas que protagonizaram fatos históricos quanto às que fizeram história nos bastidores ou nos arredores da política quando não lhes era permitido atuar na política formal – e que nem por isso se configuram como menos importantes. Mas, de fato, assim tem se construído a Ciência e são esses pequenos detalhes que despertaram minha atenção e me motivaram a recuperar parte de uma história esquecida no Maranhão: a história das mulheres na política maranhense.

Transcorrido algum tempo, o professor Buzar escreveu um pertinente artigo sobre a ex-deputada Dalva Barcelar, única deputada maranhense na Assembléia Constituinte de 1947, esquecida pela historiografia política do Maranhão. Neste trabalho, também recupero parte da trajetória dessa maranhense, a partir de informações obtidas em entrevista que ela me concedeu em sua residência, em Recife (PE).

O processo que originou este estudo não nasce apenas do episódio citado. Antes, tem uma relação direta com minha trajetória de vida no movimento feminista, no qual atuei como militante em diversas frentes: como representante política em Conselhos de Saúde e da Condição Feminina, nas Redes Feministas de Saúde e Direitos Reprodutivos (Rede Saúde), como representante do Norte e Nordeste, e na Rede Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR).

Dessa militância, foram muitos os eventos, cursos, seminários, congressos, *workshops*, oficinas e palestras realizadas num trabalho contínuo, que conciliava com a produção de estudos e pesquisas que refletiam a realidade das mulheres no Maranhão, no Norte e Nordeste e no Brasil. Todas essas experiências foram imprescindíveis para ampliar meu olhar sobre as mulheres e sua história de sujeição no mundo público.

Essa relação de entrecruzamento do sujeito que pesquisa com o objeto estudado me faz lembrar as palavras de Charles Wright Mills, segundo o qual “Os pensadores admiráveis não separam seu trabalho de suas vidas. Encaram ambos

demasiadamente a sério para permitir tal dissociação, e desejam usar cada uma dessas coisas para o enriquecimento da outra”. Sem qualquer laivo de presunção ou falta de modéstia, afirmo que assim tenho norteado minha produção acadêmica, pois não a compreendo como separada da minha história, perspectiva essa tão bem captada pelas professoras Vera Botta, que participou de minha qualificação e defesa de tese e pela minha orientadora, Prof^a Lucila Scavone que tem acompanhado minha trajetória desde quando iniciei os primeiros passos no feminismo em 1981.

A professora Vera Botta, aliás, soube ressaltar pontos que foram esquecidos no texto escrito, mas que não deixaram de emergir nas muitas intervenções que fiz. A maioria dessas intervenções, inclusive, foram presenciadas pela professora, em debates na UNESP e em reuniões políticas do Partido dos Trabalhadores de que tive oportunidade de participar em Araraquara. Isso ocorreu num momento em que eu buscava luzes que clareassem minhas análises, por ocasião da crise que o partido atravessou. Além disso, é como enfatiza Oliveira:

... promover a consonância entre pesquisa e biografia é altamente estimulante, pois atribui vida ao estudo, retirando da produção intelectual poeiras de artificialismo, que recobrem parte da pesquisa acadêmica ou, se não isso, que acabam contribuindo para a representação social da universidade como redoma, imagem que ainda encontra ressonância no conjunto da sociedade (OLIVEIRA, 2003, p. 19).

Cada capítulo desta tese tem uma relação de envolvimento, configurando-se como um fio tecido na própria “história da vida”. Esse foi, aliás, o título de inúmeras oficinas que ministrei, reconstituindo a história das mulheres e contribuindo para ampliar seus olhares, entrecruzando-os com as histórias de cada uma. Assim, fui bebendo nesse poço de saber das muitas mulheres que me ensinaram como se faz política nos confins do Maranhão, Estado em que predomina uma oligarquia perversa, que tira as energias, mas não as esperanças de tantas mulheres que lutam para serem reconhecidas como sujeitos.

Em alguns momentos desta tese, faço referência a outros estudos, como, por exemplo, minha dissertação de mestrado – “As caetanas vão à luta: movimento feminista face às políticas públicas”. Nesse estudo, traço a trajetória do Grupo de Mulheres da Ilha – do qual sou uma das fundadoras – e abordo suas articulações para ampliar os direitos das mulheres neste Estado, tanto no campo da saúde e dos direitos reprodutivos quanto na área da violência de gênero.

Embora não tenha sido editado na íntegra, esse trabalho teve partes publicadas em forma de artigos em revistas e jornais locais e de circulação nacional. O fato é que esse estudo tem se constituído em referência para vários outros monográficos e dissertações de mestrado no Maranhão. Posteriormente, ampliei minhas análises, fazendo uma relação do movimento feminista com a ação parlamentar e evidenciando como este movimento tem sido importante ao estabelecer parcerias com as deputadas na articulação de projetos que tramitam nos Legislativos estaduais e no Congresso Nacional.

São muitas as intercessões que se articularam na elaboração da tese. É importante ressaltar que o estudo propriamente dito começa em 1998, quando fui convidada pela Rede Feminista de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR) para coordenar no Maranhão a pesquisa “Mulher, Cidadania, Participação Política e Gênero”. Trata-se de um trabalho que fazia parte de um projeto de pesquisa regional envolvendo os estados da Bahia, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, sob a coordenação da Prof^a Dra. Ana Alice Costa, da Universidade Federal da Bahia.

Assim, nasceu desse projeto a idéia de aprofundá-la para o estudo que embasou a tese. Os anos subsequentes foram importantes para amadurecer as idéias e afinar mais o objeto, sem perder de vista a história das mulheres no início do século, objeto da pesquisa da REDOR.

Meu interesse pela política não é de agora... Vem de muito tempo... Desde quando ingressei na Universidade Federal do Maranhão, em 1977, no curso de Biblioteconomia, e logo me interessei pelo movimento estudantil. As relações de gênero presentes nos discursos dos militantes estudantis já me inquietavam. O silêncio da maioria das mulheres também! A violência simbólica que perpassava os discursos e práticas me incomodava e, desde essa época, sem ter ainda me descoberto como feminista, já levantava a voz, mostrando meu descontentamento.

O feminismo entra na minha vida em 1980, e com ele o Grupo de Mulheres da Ilha. Porém, não desvinculei a atuação feminista da militância no movimento sindical e partidário, sempre chamando a atenção para “as questões

específicas”, como eram conhecidos, naquele momento histórico, os temas relacionados à mulher.

Desse período ficaram as muitas contribuições dadas para elaboração de plataforma política de candidatos e candidatas a vereadoras/es, prefeitos/as, governadores/as. Nessas ocasiões, as “Mulheres da Ilha” eram convocadas para contribuir na elaboração de planos de governo muitos deles esquecidos pelos/as eleitos/as. De qualquer modo, todos esses momentos foram importantes na minha trajetória e alimentaram minhas análises em muitas situações.

Na construção da tese, vários momentos foram relevantes para meu processo de reflexão e amadurecimento. Desses, cito dois como sendo especiais: quando da realização do Monitoramento da Violência de Gênero no Maranhão, e o segundo quando tive oportunidade de participar de um estágio de seis meses na Universidade de Coimbra em Portugal.

O projeto de monitoramento foi coordenado nacionalmente pela Articulação de Mulheres Brasileiras e, no Maranhão, por mim e pela professora Lourdes Leitão Nunes, representante do Fórum Estadual de Mulheres. A metodologia deste trabalho envolveu militantes de diversos grupos, entrecruzando saberes militantes e saberes acadêmicos, num contínuo ir e vir e numa constante troca de aprendizados que contribuíram para fortalecer as práticas acadêmicas e as ações feministas. Assim tem sido o trabalho de feministas acadêmicas comprometidas com novas formas de fazer Ciência não a desvinculando da ação política.

Entre as diversas atividades do monitoramento, destaco o Seminário que envolveu parlamentares maranhenses, embora dele tenham participado apenas duas deputadas: Helena Heluy e Telma Pinheiro. As questões apresentadas pelas parlamentares nesse evento foram de grande significância, pois permitiram compreender nuances da ação parlamentar até então pouco analisadas.

Foi a partir dessa experiência que despertei para a necessidade de estudar mais profundamente sobre ação parlamentar e ação feminista e assim poder evidenciar as imbricações existentes entre a ação dos grupos feministas e a ação parlamentar das deputadas.

Nesse seminário, também me chamaram a atenção, nas falas das deputadas, suas dificuldades no exercício parlamentar, a solidão do mandato e os impasses criados por projetos com recorte de gênero, muitas vezes rechaçados pelos pares, sob o argumento de que reforçam o preconceito. Essas reflexões foram transformadas em artigos que apresentei em congressos e que estão citados na bibliografia.

O outro momento que considero importante foi o estágio de seis meses realizado na Universidade de Coimbra, em Portugal, como bolsista da CAPES. Desse estágio, trago muitas lembranças e muitos aprendizados, dos quais o maior talvez tenha sido a descoberta do tamanho do Brasil ou, melhor dizendo, da dimensão continental do Brasil e de seus muitos contrastes.

Durante esse estágio, participei como aluna da disciplina Reinventar a emancipação social no Programa de Pós – Graduação Colonialismo e Cidadania Global no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, ministrada pelo Prof. Boaventura de Sousa Santos, ocasião em que convivi durante seis meses com muitos brasileiros, moçambicanos, cabo-verdianos, portugueses, sul-africanos e gaboneses.

A troca de experiências e a metodologia do trabalho desenvolvido pelo Prof. Boaventura foram importantes para ampliar minhas análises. Além disso, tive oportunidade de ser orientada por uma professora portuguesa, a Dra. Virgínia Ferreira. Ela, que é uma estudiosa das questões de gênero, foi muito diligente ao me orientar nos passos da pesquisa, na indicação de bibliografia e principalmente em me apresentar para várias parlamentares, as quais pude entrevistar, enriquecendo grande parte de minhas reflexões sobre a ação das mulheres no parlamento europeu.

As atividades desenvolvidas no estágio não se esgotam com a elaboração desta tese, uma vez que as dezesseis entrevistas realizadas com deputadas portuguesas estão sendo analisadas cuidadosamente para um posterior estudo comparativo entre o exercício parlamentar das deputadas portuguesas e das deputadas brasileiras. Nesta tese, detive-me em analisar apenas alguns aspectos

das entrevistas e impressões mais gerais que colhi quando de minhas visitas ao parlamento português.

Desse modo, minha história está na minha tese numa conjugação de momentos construídos com distanciamentos e aproximações que convergem para aprimorar minha percepção, refinar minha sensibilidade e ampliar os horizontes deste estudo, na busca de respostas que iluminem novas reflexões para escrever a história das mulheres maranhenses.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADRO 1 – REPRESENTAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO EM DIFERENTES PAÍSES	58
QUADRO 2 – DEPUTADAS/OS FEDERAL ELEITAS/OS NA ÚLTIMA DÉCADA.....	71
QUADRO 3 – REPRESENTAÇÃO FEMININA NO SENADO FEDERAL	72
QUADRO 4 – SENADORAS/ES ELEITAS/OS.....	72
QUADRO 5 – . REPRESENTAÇÃO FEMININA POR ESTADO NO CONGRESSO NACIONAL 2003/2007	74
QUADRO 6 – DEPUTADAS/OS ESTADUAIS ELEITAS/OS NA ÚLTIMA DÉCADA.....	75
QUADRO 7 – REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS LEGISLATIVOS ESTADUAIS	76
QUADRO 8 – VEREADORAS/ES ELEITAS/OS NA ÚLTIMA DÉCADA.....	77
QUADRO 9 – PREFEITAS/OS ELEITAS/OS NA ÚLTIMA DÉCADA.....	78
QUADRO 10 – LISTA DE DEPUTADAS ESTADUAIS E FEDERAIS ELEITAS NO MARANHÃO DE 1934 A 2002.	92
QUADRO 11 – DEPUTADOS: PERFIL POR IDADE / FORMAÇÃO / ESTADO CIVIL / RELIGIÃO / FILHOS	97
QUADRO 12 – DEPUTADAS: PERFIL POR IDADE/FORMAÇÃO/ESTADO CIVIL/RELIGIÃO/FILHOS.....	98
QUADRO 13 – TRAJETÓRIA PARTIDÁRIA DAS DEPUTADAS	101
QUADRO 14 – TRAJETÓRIA PARTIDÁRIA DOS DEPUTADOS.....	101
GRÁFICO 1..... REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA DO LEGISLATIVO MARANHENSE	105
GRÁFICO 2..... FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DAS DEPUTADAS/1998	106
GRÁFICO 3..... FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DAS DEPUTADAS – 2006	107

GRÁFICO 4.....FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DOS DEPUTADOS / 2006	
.....	109
GRÁFICO 5..... CARGOS EXERCIDOS PELAS DEPUTADAS	
.....	110
QUADRO 15 – COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO – 2003/2004	133
QUADRO 16 COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO 2005-2006.....	135
GRÁFICO 6..... – PROJETOS APRESENTADOS NO LEGISLATIVO POR PODERES	
.....	139
GRÁFICO 7– PROJETOS APRECIADOS POR TEMA PELO LEGISLATIVO MARANHENSE REFERENTE AOS TRÊS PODERES.....	140
GRÁFICO 8..... – PROJETOS APRESENTADOS NO LEGISLATIVO POR SEGMENTOS	
.....	142
QUADRO 17 – PROJETOS APRESENTADOS PELAS/OS PARLAMENTARES	143
GRÁFICO 9..... – PROJETOS APRESENTADO PELAS DEPUTADAS POR TEMA	
.....	144
GRÁFICO 10..... – PROJETOS APRESENTADOS PELOS DEPUTADOS POR TEMA	
.....	145
GRÁFICO 11..... – PRODUÇÃO LEGISLATIVA POR DEPUTADA/O	
.....	146
QUADRO 18 – PROJETOS APRESENTADOS SOBRE DIREITOS DA MULHER	148
GRÁFICO 12..... – REPRESENTAÇÃO DAS DEPUTADAS SOBRE O FEMINISMO	
.....	160

LISTA DE SIGLAS

PAN – Partido dos Aposentados da Nação
PCO – Partido da Causa Operária
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PL – Partido Liberal
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Partido Progressista
PPS – Partido Popular Socialista
PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Socialista Cristão
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PV – Partido Verde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	43
1 OS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	32
2 REPRESENTAÇÃO FEMININA E CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL.....	44
2.1 CIDADANIA DAS MULHERES: UMA DÍVIDA SOCIAL.....	48
2.2 DO VOTO FEMININO À LEI DAS COTAS: A DIFÍCIL INSERÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA NACIONAL.....	56
2.3 UM BALANÇO SOBRE RESULTADOS ELEITORAIS DE 2002 E 2004.....	70
3 MULHER E PODER NO MARANHÃO: AÇÃO POLÍTICA E AÇÃO PARLAMENTAR DAS DEPUTADAS MARANHENSES.....	80
3.1 AS MULHERES NA POLÍTICA MARANHENSE: DESVENDANDO O PASSADO PARA ILUMINAR O PRESENTE.....	81
3.2 A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO LEGISLATIVO MARANHENSE.....	86
3.3 PERFIL DAS/OS DEPUTADAS/OS MARANHENSES 2002 – 2005.....	95
3.3 OS BASTIDORES DA TRIBUNA: COMO AS/OS PARLAMENTARES MARANHENSES SE INSEREM NA POLÍTICA.....	110
3.4 PODER: O QUE PENSAM AS/OS PARLAMENTARES.....	116
3.5 MULHERES LEGISLANDO: AÇÃO POLÍTICA E AÇÃO PARLAMENTAR DAS DEPUTADAS MARANHENSES.....	126
3.6 AÇÃO PARLAMENTAR DAS MULHERES: UM OLHAR NA PERSPECTIVA DE GÊNERO.....	131
4 ENTRE PODER E PODERES: ALGUMAS QUESTÕES PARA PENSAR O PODER DAS MULHERES NO LEGISLATIVO MARANHENSE.....	162
5 CONCLUSÃO: ALGUMAS CERTEZAS E MUITAS INTERROGAÇÕES.....	168
REFERÊNCIAS.....	177
ANEXOS.....	201
MATÉRIA PUBLICADA NO JORNAL O IMPARCIAL.....	202
MATÉRIA PUBLICADA NA FOLHA DE SÃO PAULO.....	203
APÊNDICE.....	204
RAIO-X DO LEGISLATIVO MARANHENSE.....	208
LISTA DAS/OS DEPUTADAS/OS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO – 2002-2006..	210
BREVE HISTÓRICO ACADÊMICO E PROFISSIONAL.....	211
1.1 FORMAÇÃO ACADÊMICA.....	211
1.2 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL.....	211

1.3 PUBLICAÇÕES MAIS RELEVANTES:	211
1.4 ATIVIDADES REALIZADAS DURANTE O DOUTORADO	212
1.5 PALESTRAS, SEMINÁRIOS E CURSOS MINISTRADOS	215
- RESUMOS	218
ESTÁGIO NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA - RELATÓRIO	220
CD – RELAÇÃO PROJETOS APRESENTADOS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO	233

INTRODUÇÃO

A luta por igualdade, liberdade e participação têm feito parte da história das mulheres na construção das sociedades. Essa participação e presença, porém, tem sido pouco valorizada pela ciência e em geral despercebida por grande parte dos pesquisadores. Ao institucionalizar como modelo de participação a presença em organizações formais como partidos, sindicatos ou o exercício de mandatos parlamentares em cargos do Poder Executivo ou ainda pelo ato de votar, a Ciência tem alijado as mulheres da sua condição de sujeito político.

Os estudos feministas vêm demonstrando o quanto esse equívoco foi penoso para o reconhecimento da cidadania feminina. Esses estudos trazem contribuições importantes, ao enfatizarem que as diferentes formas de exclusão das quais as mulheres são vítimas são características da organização da vida social construídas historicamente.

[...] Ideais de masculinidade, feminilidade e ciência desenvolveram-se, historicamente, informados e respondendo à necessidade econômica de ter as mulheres servindo como administradoras dos afazeres domésticos e os homens trabalhando fora de casa, e pelo desejo político de ter apenas homens proprietários votando em democracias participativas. As características generizadas – comportamentos, interesses ou valores tipicamente masculinos ou femininos não são inatas, nem tampouco arbitrarias. Elas são formadas por circunstâncias históricas. Elas também podem mudar com as circunstâncias históricas. (SCHEINBINGER, 2001, p. 145).

Dessa forma, considero que fazer ciência é estar comprometida com a construção de novos conhecimentos, trilhando diferentes caminhos e despreendendo-se de regras preestabelecidas. É não mais acreditar em verdades absolutas e desafiar os modelos tradicionais que têm secundarizado a presença feminina nas grandes transformações sociais. A esmagadora dominação do público sobre o privado permite avaliar as muitas interdições que pesam sobre as mulheres, cuja exclusão está na base das relações de poder na sociedade tal como ela é.

No fazer ciência, não é importante apenas avançar no conhecimento já existente, afirma Foucault, “mas pensar coisas diferentes”. Esse autor considera que existem momentos na vida em que a questão do saber “se pode pensar diferentemente do que se pensa e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar o olhar ou a refletir” (FOUCAULT, 2001 p. 13). Nessa

perspectiva, o cientista não pode deixar de considerar que o objeto hoje é construído e não dado, e que “a realidade se manifesta em sua função essencial: fazer pensar”. (BACHELARD, 1968, p. 13).

Bourdieu, por sua vez, sugere uma ruptura com modelos racionalistas e empiristas de fazer ciência, que consideram o mundo como um “sistema de disposições construídas socialmente que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador de um modo de fazer ciência” (BOURDIEU, 1992, p. 191) baseada no modelo cartesiano. Pesquisadoras feministas têm comprovado na prática como é difícil romper com os modelos racionalistas, historicamente dominados pelos homens.

Os estudos feministas têm operado mudanças substanciais na ciência: ao inverter ordens estabelecidas, opondo-se às relações de dominação que visam perpetuar a ordem científica, redimensionam as pesquisas nas ciências sociais e contribuem para estabelecer um contraponto às formas tradicionais de pensar a sociedade atual.

Esses estudos incorporam categorias largamente discutidas por Bourdieu e Foucault, como “conhecimento”, “verdade”, “poder”, “*habitus*” e “discurso”, para explicar como essas categorias interferem e estruturam as relações na sociedade.

Essa forma de fazer ciência dá ao pesquisador/a condições de pensar e redimensionar suas pesquisas a cada descoberta e pode contribuir para que os resultados alcançados tenham mais proximidade com a realidade, apontando saídas para transformá-la. O fato de estarem baseados na identificação e denúncia do forte viés androcêntrico que permeia o pensamento científico e os seus desdobramentos faz dos estudos feministas algo polêmico, pois os princípios epistemológicos que norteiam o fazer científico ainda são assimétricos e dogmáticos, estruturados dentro de uma cultura sexista.

Dessa forma, os estudos feministas são, como afirma Nye (1995, p. 17), “a única maneira de aprender a ser o passado e ao mesmo tempo não o ser, pois cada novo esforço em compreender o que foi pensado e feito cria um novo passado e um novo futuro”.

Foi a partir desses pressupostos teóricos que se deu a construção desta tese, cujo tema é **Os Bastidores da Tribuna: Mulher, Política e Poder no Maranhão**. Trata-se de um estudo que se propõe desvendar a ação e participação das mulheres no Legislativo, analisando como tem se dado sua ação política nas instâncias de decisão.

Parto de alguns enunciados identificados em estudos preliminares desenvolvidos há alguns anos no Maranhão² e de uma ação efetiva no movimento feminista, que me deram elementos para romper os limites do senso comum, que constitui um obstáculo para realizar uma análise mais profunda do objeto. Este, por sua vez, se apresenta repleto de imagens que mostram, por um lado, o não reconhecimento da presença feminina em cargos decisórios, razão pela qual a presença da mulher na política maranhense é associada à eleição de Roseana Sarney como governadora, em 1994. Ao descortinar os cenários da política maranhense, vamos encontrar mulheres como Ana Jansen, no século XIX, e D. Noca e Dalva Bacelar, no início do século XX, revestidas de poderes à altura da atuação masculina na época.

Outro fato importante é o aumento significativo de presença feminina no Legislativo, o que, se por um lado demonstra mudanças nas estruturas antes impermeáveis às mulheres, mas também, por outro, evidencia que essa presença não tem se consubstanciado em mudanças estruturais nas relações de gênero.

Por isso, esta pesquisa busca desvendar a presença e participação das mulheres nos espaços de poder e, em particular, no Legislativo, além de analisar de que forma essa ação é prejudicada, à medida que são analisadas as relações desiguais no número de cadeiras ocupadas pelas mulheres. Nesse universo, “os que lideram e dominam o cenário ainda são os homens brancos e as questões em pauta para discussão ainda são claramente determinadas por valores tradicionais” (WODAK, 2004, p. 358).

² Parte dessas reflexões é fruto de estudos que realizamos na Universidade Federal do Maranhão, na pesquisa “Cidadania, participação política e gênero no Maranhão”, integrada a um projeto da Rede Feminista de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR).

Essa constatação leva a questionamentos para que se possa entender como concretamente tem se traduzido essa ação. Como ela vem repercutindo – ou não – nas estruturas sociais e em particular no Legislativo? Como essa ação parlamentar tem contribuído para transformar as relações sociais e em particular a vida das mulheres, de forma direta e indireta?

Para construir os fundamentos que nortearam minhas análises, busquei apoio nos estudos de teóricas feministas, num diálogo permanente com as teorias de Bourdieu e Foucault. A intenção é buscar respostas às questões suscitadas e assim poder vislumbrar estratégias que possam subverter determinadas disposições enraizadas e estabelecidas no campo científico, reflexo da ordem social na qual estamos inseridos/as.

Os riscos enfrentados foram muitos, a começar pela aparente contradição exposta nos dados, que apontam, por um lado, uma efetiva participação feminina no mercado de trabalho, a entrada cada vez mais acentuada das mulheres nos cursos de graduação e pós-graduação, nos quais as mulheres superam numericamente os homens. Esses mesmos dados evidenciam, por outro lado, que essa ascensão não resultou em inserção em cargos de decisão, como os do Legislativo, por exemplo, no qual as mulheres ainda são uma expressiva minoria.

Desse pequeno número de mulheres que transpõem as barreiras desses “santuários masculinos”, que ótica tem norteadado sua ação política? E como suas presenças estão efetivamente transformando as relações de gênero? Busco responder essas questões analisando a atuação das parlamentares maranhenses e estabelecendo alguns comparativos entre a ação de homens e mulheres no Legislativo, historicamente palco de decisões políticas refletoras de mudanças no corpo social.

A construção deste texto está dividida em quatro capítulos. No primeiro, é definido o percurso metodológico que norteou a construção do estudo, situando o problema e as inquietações que têm impulsionado uma ação reflexiva e a busca de respostas. Nessa construção, meus diálogos com as teorias de Bourdieu e Foucault e com o olhar das teóricas feministas e de gênero dão a dimensão e a clareza

necessárias para iluminar o percurso até as respostas que busquei para as questões suscitadas no estudo das mulheres no Legislativo.

No segundo capítulo, apresento uma discussão sobre representação e democracia, na qual reflito sobre as dificuldades históricas das mulheres para se inserirem no mundo público, pensado e socializado de forma a reforçar a exclusão das mulheres nos canais de representação nas chamadas democracias liberais.

Nesse capítulo, dividido em três itens, abordo a cidadania das mulheres e a dívida da sociedade para com elas; no item seguinte, apresento dados da representação feminina em diferentes parlamentos, visando mostrar como as relações desiguais entre os gêneros no exercício do poder são factuais, em diversos países do mundo ocidental. No último item desse capítulo, apresento algumas evidências em forma de dados para visibilizar a desigualdade da representação feminina em três instâncias de poder: Câmaras Municipais, Legislativos Estaduais e Congresso Nacional, fazendo um balanço das eleições na última década para evidenciar quão lentos têm sido os processos de ascensão das mulheres nesses espaços de poder.

No terceiro capítulo desta tese, apresento um quadro analítico da política no Maranhão, um dos estados que, na última década, tem mantido certa permanência de mulheres no Legislativo. A reconstituição histórica das trajetórias das mulheres no Legislativo foi elaborada a partir de levantamento bibliográfico e de depoimentos que possibilitaram compreender e problematizar a ausência das mulheres nessa instância de poder.

Ao realizá-la, percebi que o Maranhão ignora a presença das mulheres e nega seu passado histórico, ao subestimar sua importância das mulheres na construção desse Estado. Nele, são resgatadas as figuras “adormecidas” de Ana Jansen, Zuleide Bogéa, Rosa Castro, Dona Noca e a “adormecida”, porém viva e lúcida, Dalva Bacelar, uma das primeiras prefeitas do Maranhão e única deputada constituinte que participou da elaboração da Constituição do Estado em 1947 e contribuiu, neste estudo, para iluminar um passado que lhe negou a presença.

Ao reconstituir as trajetórias das mulheres no Legislativo, percebo que as distâncias do tempo para as mulheres é um tempo de permanências. Percebi isso comparando o momento vivenciado pela ex-prefeita e ex-deputada Dalva Bacelar, em 1945-1949, ao momento relacionado com as dificuldades apontadas por algumas deputadas sessenta anos depois. São dificuldades que se assemelham, demonstrando que o preconceito e os mecanismos de cerceamento das mulheres na política permanecem a partir de outras formas.

Nas análises preliminares referentes ao levantamento de dados abrangendo o período legislativo e o mandato de 1998-2002, trabalhei com entrevistas realizadas com nove das dez deputadas eleitas em 1998, sendo que, dessas, cinco foram reeleitas em 2002. No atual mandato, somam ao todo sete deputadas, todas entrevistadas nesta pesquisa, inclusive uma suplente que substituíra a deputada titular, também entrevistada. Além disso, entrevistei dez dos trinta e cinco deputados, aplicando o mesmo tipo de instrumento de pesquisa, com a finalidade de estabelecer correlações entre as suas falas e, principalmente, perceber o olhar que os mesmos tinham sobre a ação das parlamentares.

Para compreender a ação dos partidos, foram entrevistados³ membros das Executivas Regionais do PT, do PDT, do PFL e do PSDB. Embora não tenha entrevistado todas as executivas nesta segunda etapa da pesquisa, todos/as os/as deputados/as entrevistados/as foram questionados/as sobre iniciativas desenvolvidas pelos partidos para favorecer a participação das mulheres e sobre a implementação da Lei das Cotas. Se alguns dirigentes têm clareza acerca da importância de criar mecanismos que garantam a participação, a maioria dos entrevistados, porém, não conseguiu disfarçar o “mal-estar” com a questão levantada.

Aos dados históricos, juntei nesse capítulo uma discussão sobre o perfil das/os parlamentares, cujas nuances descortinaram questões ainda pouco evidenciadas em estudos que não tenham a preocupação de gênero como articulador das relações de dominação que em geral permeiam esse poder. Foi

³ Nas entrevistas com os partidos, privilegiou-se a análise das ações implementadas e o conhecimento que eles tinham sobre a Lei das Cotas. Essas entrevistas foram realizadas nos meses de outubro e novembro de 2001 e novamente em setembro e outubro de 2005.

privilegiada a filiação partidária, na qual deputadas e deputados têm percursos semelhantes. Percursos, aliás, em que fidelidade partidária é uma expressão pouco usual nas falas das/os parlamentares ligadas/os aos partidos mais conservadores, os quais, direta ou indiretamente, fazem parte do grupo Sarney, que, detentor de poderes “dinásticos”⁴, domina a política no Maranhão há quarenta anos.

A inserção das mulheres na política não se dá apenas pelas relações de parentesco, como muitos estudos da Ciência Política vêm enfatizando. Esta é uma característica tanto dos homens como das mulheres no Maranhão. Além disso, as mulheres apontam as muitas articulações e os inúmeros cargos públicos que assumiram antes de se projetar na política e se elegerem deputadas.

O estudo analisa ainda o desempenho das parlamentares a partir da atuação nas comissões permanentes⁵, na formulação de projetos legislativos, na tribuna e nos bastidores do Legislativo. Nos bastidores, aliás, foi possível identificar os vetos e as muitas formas de interdição das mulheres no poder, a maioria delas sutis, invisíveis, porém sentidas e verbalizadas por muitas deputadas.

As muitas entrevistas e audiências públicas, bem como as visitas aos partidos, aos gabinetes e a assistência às sessões plenárias na galeria da Assembléia, possibilitaram-me compreender os embates entre os/as parlamentares, sua forma de atuação na tribuna e as negociações e articulações que, em geral, são feitos dentro e fora do plenário da Assembléia.

⁴ Expressão ‘emprestada’ do livro de Maria de Fátima da Costa Gonçalves, no qual a autora realiza um estudo profundo sobre o governo de José Sarney.

⁵ Nessas análises, faço uma relação com os depoimentos colhidos em estudo realizado em Portugal com parlamentares portugueses, que evidencia que as dificuldades das mulheres no exercício do poder são, em muitas situações, comuns (APÊNDICE).

Além do fato de esses percursos serem cheios de curvas, de silêncios, de adiamentos, os “nãos” implícitos nas entrevistas marcadas e esquecidas por muitos deputados dificultaram em parte as análises, tanto assim que consegui entrevistar apenas um deputado do PFL, partido aliado da ex-governadora Roseana Sarney. Ainda assim, esse problema foi parcialmente superado à medida que fui acompanhando os passos da ação e participação das/os parlamentares nos Diários da Assembléia, nos matutinos de notícias e nos jornais televisionados, todos os quais iluminaram meu foco de análise e me permitiram uma aproximação maior com a realidade estudada.

1 OS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Ao se pensar a sociedade brasileira, não se pode deixar de considerar as contradições que ainda persistem e que se refletem nas grandes desigualdades sociais e regionais difundidas pelas organizações hierárquicas, responsáveis por propagar uma cultura de exclusão profundamente enraizada em corpos e mentes dos/as brasileiros/as, marcados/as por critérios de classe, raça e gênero. Esses critérios são determinantes na divisão e partilha do poder na sociedade, cujos reflexos se traduzem na desigualdade de representação legislativa e em praticamente todos os espaços de decisão e poder que vão do Judiciário ao Executivo, das direções sindicais e partidárias aos cargos nas universidades, entre outros.

Ao analisar a importância da política na sociedade e seu reflexo no imaginário das pessoas, esta tem sido vista como um espaço de decisão e de determinação no qual se dão os esforços para participar do poder ou “influenciar a divisão do poder” (WEBER, 1996, p. 56). A ausência de mulheres nos espaços de decisão reforça idéias de que elas não são “talhadas” para o exercício do poder.

Uma foto publicada recentemente na grande imprensa, na qual se vê a imagem de dirigentes de dezenove países da América Latina e Caribe que compõem o Grupo do Rio, a presença de apenas uma mulher⁶ não deve passar despercebida. Essa imagem, em certa medida, retrata os descompassos da história de luta das mulheres com a realidade, quando se trata da divisão de poder, da igualdade e da paridade política. A essa imagem, somam-se fatos recentes e remotos apresentados nos quadros da segunda parte deste texto⁷, que demonstram como a ausência das mulheres na política é o espelho de uma sociedade cujo cotidiano produz e reproduz velhos modelos de páginas não viradas de uma história passada que continua presente.

⁶ Trata-se de uma reunião organizada pelos dezenove países que compõem a América Latina e Caribe, realizada no Rio de Janeiro, no dia 5 de novembro 2004, tendo como objetivo o estabelecimento de metas de flexibilização junto ao FMI para investimentos sociais nesses países. Na foto, a imagem da mulher está quase invisibilizada, pois ela se encontra na última fileira, logo atrás do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Anexo) (LEAL, 2004).

⁷ Os quadros apresentados no capítulo 2 e nos anexos desta tese são um demonstrativo de como os cargos de decisão e deliberação, tanto nos Executivos quanto nos Legislativos, têm sido historicamente ocupados pelos homens.

Como analisar esses fatos no presente, após tantas conquistas femininas nos vários campos do saber, quando constatado que, em se tratando da política, a ação das mulheres não tem conseguido romper o muro autoritário que separa o mundo público do privado?

Como romper as barreiras quase intransponíveis que dificultam a diluição desses dois mundos ao se insistir em permanências que impedem a ampliação da igualdade entre os gêneros?

Na construção das representações das mulheres no poder, procurei romper com os modelos hegemônicos de fazer ciência, cujas regras, leis, normas e regulamentos impingidos tradicionalmente quase sempre obscurecem a realidade, por estarem fundamentados num modelo de sociedade visto como padrão universal.

Esta sociedade tem como representação central a figura masculina: pai, político, padre, patrão, governante. A mulher não se enquadra nesse modelo, pois, durante muito tempo, a ciência desconsiderou a sua presença e sua condição de sujeito.

A ciência foi construída com base numa lógica cujos valores operam contradições que espelham uma sociedade produtora de hierarquias (masculino X feminino; cultura X natureza; urbano X rural; homem branco X homem não branco; cultura ocidental X outras culturas) traduzidas em processos de dominação naturalizados nas relações sociais.

Tais processos constituem uma marca das sociedades de classes, cujas representações são, segundo Bourdieu (1996, p. 17.), “construídas de forma que os agentes ou grupos são distribuídos em função de sua posição na distribuição estatística, de acordo com os dois princípios de diferenciação: o capital econômico e o capital cultural”. Esses diferentes capitais, por sua vez, influenciam a ocupação de espaços sociais e políticos no mundo público e, em se tratando do exercício do poder, são determinantes na definição dos referidos espaços.

Ao analisar como as mulheres têm rompido com as relações patriarcais⁸ para adentrar o mundo público, busco dialogar com outros/as autores/as, como Passos (2001), Scavone (2004), Maffia (2002) e Saffiotti (2004), que propõem novos olhares para se pensar o conhecimento científico. Consideram que o fato de vivermos numa sociedade vista sob a ótica do masculino tende a nos fazer pensar a sociedade tendo o homem como sujeito. Essa visão tem sido gradativamente desconstruída pelos estudos de gênero, os quais, ao

[...] enfatizar uma perspectiva relacional, transversal, histórica das desigualdades sexuais, rompe com os determinismos biocategoriais, contribuindo para a construção de um conhecimento mais voltado para 'a lógica da descoberta' (não cartesiano) do que para a 'lógica da prova' (cartesiano). (SCAVONE, 2004, p. 13-4).

Além disso, grande parte desses estudos passa por uma relação direta dos/as pesquisadoras/es com o movimento feminista, responsável pelo estabelecimento de um debate e uma ação política que proporcionaram mudanças substanciais na vida das mulheres.

A construção do objeto a partir de novos olhares propostos por essas autoras pressupõe uma postura ativa e sistemática, que rompe com a passividade empirista e com as pré-construções do senso comum, pondo à prova elementos constituídos como verdades e apontando caminhos para desvendar questões aparentemente menos importantes.

Em se tratando do meu objeto, os fatos podem revelar, ao mesmo tempo, ausência / presença das mulheres nos espaços decisórios. Por esta razão, pretendo mergulhar neste estudo seguindo os passos de Bourdieu (1996, p. 15), que recomenda:

[...] não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la como "caso particular do possível", conforme expressão de Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis.

⁸ Patriarcado é definido por Saffiotti (2004, p. 102-6) "Como um pacto masculino para garantir a opressão das mulheres", o qual é estabelecido através da solidariedade entre os homens, para manter o controle sobre as mulheres. Assim, eles mantêm e asseguram para si mesmos a produção e a reprodução da vida. Para essa autora, a "base material do patriarcado não foi destruída", ela se mantém vivo, tanto na área profissional quanto na representação no parlamento brasileiro.

Nesse sentido, ao estudar a ação parlamentar das mulheres no Legislativo, parto de um caso particular – a Assembléia Legislativa do Maranhão, considerada um campo de poder e reconhecido como espaço político de decisão –, para construir minhas análises. Estas, por sua vez, são feitas comparando-se dados e buscando-se identificar, nas ações das mulheres, particularidades que poderão determinar novas abordagens, com a finalidade de desvendar o invariante. A presença das mulheres em diferentes instâncias do Legislativo, todas elas representadas de forma desigual, pode ser vista como invariante, daí a necessidade de compreender e desvendar ações efetivas no exercício parlamentar.

Uma característica só se torna diferente não indiferente socialmente na medida em que é percebida por alguém capaz de estabelecer diferenças. Isso irá demonstrar que esse alguém não é indiferente e é dotado de “categorias de percepção, de esquemas classificatórios, de um gosto que lhe permite estabelecer diferenças, discernir, distinguir” (BOURDIEU, 1996, p. 23).

Ao demonstrar, por meio dos dados, as relações de desigualdade na partilha do poder político e ao estudar como se dá a ação política das mulheres, não estou indiferente a esta realidade. Pretendo, sim, discutir em que momento essa ação se distingue ou se assemelha à ação política desenvolvida pelos homens e até que ponto essas distinções podem constituir particularidades para desvendar e clarificar melhor as interrogações que ora coloco.

Acredito que as correntes teóricas de pensamento no campo da Sociologia, num diálogo permanente com a crítica feminista, podem dar respostas às minhas inquietações. Mas sabemos que as vivências e práticas feministas demarcarão e direcionarão meu olhar, que não nega o passado sexista nem os vários modos como nós, mulheres, temos superado os limites da ausência e da negação a essa participação.

Considero que “qualquer teoria que utilizarmos para entender nossa situação já tem uma história, uma história na qual seu significado foi elaborado numa prática feminista e não feminista” (NYE, 1995, p. 14). Ao aprofundar essas teorias, procuro dar resposta às formas como as mulheres foram (e ainda são) silenciadas,

sendo-lhes interditados os espaços de poder, uma vez que a produção das idéias acerca do mundo social está subordinada a uma lógica de conquista do poder.

O poder, segundo Foucault, não deve ser compreendido apenas como algo que se adquire, arrebatada ou compartilha nem como algo que se guarda ou se deixa escapar, mas como algo exercido a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis. “Não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1988, p. 89).

É, como afirma Bouretz (1994, p. 31) *“un type particulier de relations entre individus que se limite au fait que certains hommes peuvent plus ou moins entièrement déterminer la conduite d’autres hommes”*⁹. É também “luta e relação de força, situação de estratégia”, que não está necessariamente relacionada com um lugar que se ocupa nem com um objeto que se possui. “Ele se exerce, se disputa”, enfatiza Machado (1993, p. XVI), a partir de uma infinidade de funções (disposições, táticas, manobras, técnicas), que formam uma rede infinitamente complexa de “micro-poderes” e relações que permeiam todos os aspectos da vida social.

As concepções de Foucault acerca do poder reforçam minhas teses para analisar a invisibilidade da presença da mulher no Legislativo e a forma como estão produzindo ou reproduzindo, nos discursos e nas práticas, modelos preestabelecidos. Tais modelos são frutos de uma cultura construída nas sociedades androcêntricas e são viabilizados pelas formas de manipulação e dominação, nas quais, em geral, não há possibilidade de inclusão nem flexibilidade para se aceitarem novos sujeitos com práticas diferentes.

No que se refere às mulheres no Legislativo, analiso se há diferenças entre homens e mulheres no exercício do poder, tendo como ponto de análise os discursos e ações parlamentares. Estes possibilitarão compreender as mediações e articulações nas movimentações no plenário e nas comissões parlamentares e como essas articulações se consubstanciam em ações e projetos que visibilizam a prática parlamentar.

⁹ “Um tipo particular de relações entre indivíduos que se limita ao fato de que certos homens podem, mais ou menos completamente, determinar a conduta de outros homens”. (BOURETZ, 1994, p. 31).

Ao privilegiar uma análise dos discursos das parlamentares, parto de alguns pressupostos de Foucault (2004), que considera que a formulação do discurso exige ritual e qualificação dos indivíduos para que possam ser ouvidos e referenciados, e de Fontana (2005), que em estudos sobre linguagem enfatiza que:

[...] a linguagem é uma arena de disputa de poder, na qual as mulheres têm um lugar desprivilegiado; começando pela diferença no timbre de voz, as mulheres têm um lugar e uma forma diferente de uso da linguagem do que os homens, com uma evidência mássica da dominação masculina nas interações tanto no domínio privado como no domínio público (FONTANA, 2005. p. 5).

A escolha de Foucault para iluminar as análises sobre poder se deu em virtude da amplitude do pensamento desse autor e por considerar que há um conjunto de subjetividades pouco analisadas dentro do Legislativo, no qual as mulheres se constituem em sujeitos privilegiados para estudos mais aprofundados. Além disso, para Perrot (1998, p. 424):

L'analyse foucauldienne des pouvoirs est de même adéquate à la recherche sur les femmes et les rapports de sexes. Elle scrute les micropouvoirs, leurs ramifications, l'organisation des temps et des espaces, les stratégies minuscules que parcourent une ville ou une maison, les formes de consentement et de résistance, formelles et informelles. Elle s'occupe non seulement de répression, mas de production des comportements. Considérer comment les femmes sont "produites" dans la définition variable de leur féminité renouvelle le regard porté sur les systèmes éducatifs, leurs principes et leurs pratiques¹⁰.

Se Foucault ilumina minhas análises objetivas e subjetivas sobre poderes e micro-poderes tão presentes nos Legislativos, em Bourdieu busco respostas para compreender o Legislativo como um campo político.

As análises de campo: político, poder, científico, a teoria da ação e *habitus* de Bourdieu são importantes para compreender como estas relações se estabelecem. Como se dá a interação e os conflitos dos sujeitos neste campo marcado pelo exercício desigual de poder e por relações de gêneros interiorizados

¹⁰ “A análise foucaultiana dos poderes é inclusive adequada à pesquisa sobre as mulheres e as relações dos sexos. Ela perscruta os micro-poderes, suas ramificações, a organização dos tempos e dos espaços, as estratégias minúsculas que percorrem uma cidade ou uma casa, as formas de consentimento e de resistência, formais e informais. Ela se ocupa não somente de repressão, mas de produção dos comportamentos. Considerar como as mulheres são ‘produzidas’ na definição variável de sua feminilidade renova o olhar lançado sobre os sistemas educativos, seus princípios e suas práticas”.

por homens e mulheres a partir de *habitus* adquiridos em experiências vivenciadas e que são transportadas para o exercício parlamentar

O campo político é entendido por Bourdieu como campo de força e campo de lutas no qual as relações de poder podem ser transformadas. Em dado momento, sua estrutura, dependendo da situação e dos sujeitos envolvidos, não é vista como um império, uma vez que os efeitos se dão, sobretudo, pelo tipo de relação que os mandantes estabelecem com seus mandatários e da relação que estes mantêm com suas organizações.

O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que neles estão envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher com probabilidade de mal entendido tanto maior quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 2000, p. 164).

Nesse esquema de interpretação se enquadra o Legislativo, reconhecido como um campo de poder produtor de leis e normas determinantes de modos de viver, comportamentos e ações públicas que garantem mudanças ou não nos modelos estabelecidos. É também responsabilidade do Legislativo garantir os anseios da população através da formulação de leis e controle das ações do Executivo, assegurando recursos para implementação de políticas públicas, de forma a viabilizar solução de problemas e medidas capazes de superar os dilemas da sociedade. Nesse espaço de poder, os embates políticos se dão através de articulações partidárias, que envolvem diferentes interesses, nem sempre explícitos.

Ao definir o Legislativo como um campo político e de força, faço-o partindo das idéias de Bourdieu (1989, p. 169-70), que considera que o exercício nesse campo tem necessidade de uma preparação, como certo domínio da linguagem, certa retórica política, com provas e ritos de passagem determinados por uma lógica imanente que impõe valores e hierarquias e que, em muitas situações, se revestem de constrangimentos, tornando-se para alguns sujeitos participantes uma relação difícil e penosa. No caso das mulheres, conforme tenho presenciado no decorrer de minha pesquisa, grande parte de sua atuação é feita de silêncios e poucos discursos políticos. Sua “timidez” em discursar e as exigências de “qualificação”, como sugerem Foucault e Bourdieu, reforçam visões de que as mulheres não estão preparadas para o exercício parlamentar.

O campo político é ainda “subjetivamente indissociável da relação direta com os mandantes, determina as tomadas de posição, por intermédio de constrangimentos e dos interesses associados a uma posição determinada nesse campo”, enfatiza Bourdieu (2000, p. 191). A desigualdade numérica das mulheres no Congresso já demarca, de antemão, uma posição de inferioridade que, em algumas situações, as coloca em situação constrangedora.

A partir dessas análises, o Legislativo é visto ao mesmo tempo como campo político e campo intelectual, no qual a presença / ausência das mulheres é demarcada por *habitus*, “Como sistema das disposições socialmente construídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 1992, p.191).

Por ser construído socialmente, o *habitus* é condição primordial nos processos de inculcação. É também um princípio de estruturação de todas as experiências e práticas profissionais e políticas vivenciadas por indivíduos ou grupos em suas histórias cotidianas em diferentes espaços de socialização: família, escola, trabalho, igrejas, etc., que se reproduzem como mecanismos e disposições estruturantes condicionadoras de modos de agir e pensar, assim como nas diferentes formas de exercer o poder.

Em se tratando de análise do Legislativo, é possível perceber como o *habitus* permeia a ação das/os parlamentares no exercício desse poder, cuja tendência é reproduzir os modelos tradicionais de fazer política, a partir de práticas adotadas pelo sistema de disposições conducentes e estratégicas que tendem a reforçar o sistema das relações entre os grupos e as classes sociais. Tais práticas se refletem nos discursos inflamados, no timbre de voz, na retórica, usada pela maioria dos deputados, que em geral, representam classes sociais mais favorecidas.

Mas, como recomendam Bachelard e Bourdieu, o fazer ciência está ligado a um processo permanente de rupturas, no qual os dados são visões aparentes e podem se constituir em obstáculos na construção do real. A construção do real pode ser mais claramente demarcada quando passo a compreender, na leitura de Bourdieu (1998, p. 112), que “o mundo social é também representação e vontade;

existir socialmente é também ser percebido, aliás, percebido como distinto”. A história política tem representado a mulher socialmente como inferior e incapaz no exercício do político.

Essas representações, marcas das sociedades ocidentais, construídas, naturalizadas e disseminadas a partir de visões que justificam a ausência das mulheres na política, são baseadas numa pseudo-incapacidade de gerir bens públicos, ressaltada por estereótipos como “fragilidade”, “irracionalidade”, “submissão”, que reforçam argumentos para excluí-las dos espaços de decisão e de poder.

De Bourdieu, portanto, quero apreender suas reflexões para reforçar meus argumentos a fim de ultrapassar a aparência da ausência / presença da mulher no Poder Legislativo, que, como campo político, gerador de disputas e produtor de leis, tem se apresentado, por um lado, hostil à presença feminina e, por outro, permeável a determinados atos. Pretendo rediscutir com Foucault os sentidos de poder e enveredar por novos caminhos da ciência.

Ao romper com os modelos cartesianos de fazer ciência para descortinar a presenças das mulheres na política dialogo permanentemente com as categorias de gênero apoiada pela teoria feminista, cujas demarcações são fundamentais para uma maior clareza de meu objeto de estudo.

Ao destacar a teoria feminista como o ponto central de minhas análises, reconheço sua importância e efetividade em responder aos dilemas sofridos pelas mulheres numa sociedade reconhecidamente androcêntrica. A teoria feminista tem como fundamento “analisar como nós pensamos, ou evitamos pensar, sobre gênero, como estas [categorias] são construídas e experimentadas e como nós pensamos ou, igualmente importante, não pensamos, sobre elas” (FLAX, 1992, p. 219).

O fato de a teoria feminista ser demarcada por análises das relações sociais e pela filosofia pós-moderna faz com que seus pressupostos não sejam definitivos: “Seu percurso é construído com base nas críticas às ‘invenções’ de modelos já existentes procurando reconfigurar os paradigmas das ciências humanas e sociais” (ÁLVARES, 2001, p. 10).

As discussões que tenho amadurecido gradativamente com as autoras Fraser (2002), Scavone (2004), Mouffe (1996), Flax (1992) e Ritzer (1993) sobre a teoria feminista constituem parte de uma investigação recente sobre as mulheres, cujos pressupostos estão fundamentados numa visão segundo a qual elas são apresentadas e representadas como sujeitos, a partir de experiências vivenciadas no campo social. As explicações de Ritzer (1993, p. 354) sobre a teoria feminista destacam,

En primer lugar, su principal “objeto” de investigación, el punto de partida de todas sus investigaciones, es la situación (o las situaciones) y experiencias de las mujeres en la sociedad. En segundo lugar, considera a las mujeres como “sujetos” centrales del proceso de la investigación; es decir, intenta ver el mundo desde el distintivo y ventajoso punto (o puntos) de vista de las mujeres en el mundo social. Y, en tercer lugar, la teoría feminista es una teoría crítica y activista que actúa en nombre de las mujeres; su objetivo es producir un mundo mejor para las mujeres y, por tanto, para toda la humanidad.

Uma das metas básicas da teoria feminista é, e deve continuar sendo, analisar as relações de gênero para compreender como elas são e estão construídas, como são vivenciadas no mundo social e nos espaços de poder, analisar qual tem sido a visão dos/as pesquisadores/as e como tem sido demarcada sua prática política.

Flax (1992) e Scavone (2004) levantam a preocupação de que, embora os estudos de gênero sejam em geral considerados feministas, eles não se limitam apenas a isso, pois permitem um distanciamento crítico em relação aos arranjos de gênero existentes: “Esse distanciamento crítico pode ajudar a desobstruir um espaço no qual a reavaliação e alteração de novos arranjos de gênero existentes se tornem possíveis” (FLAX, 1992, p. 218.). A teoria, por si só, não pode desobstruir tal espaço, enfatiza a autora; é preciso que a ela se aliem ações políticas feministas. Assim, ela poderá dar uma grande contribuição para que feminismo e feministas possam repensar suas práticas e discursos.

A eficiência de uma teoria científica “depende de sua capacidade de fixar os elementos constantes, deixando a variedade da aparência, não pelo enlevo com o que há de constante, mas como passo necessário de um projeto que almeja transformar o existente” (MICELLI, 1992, p. IV). Em se tratando de analisar a participação e ação política das mulheres no Legislativo, objeto deste estudo,

apresento elementos que demonstram como as estruturas sociais e políticas são profundamente marcadas por relações de poder que se reproduzem por meio de agentes dotados de disposições capazes de engendrar práticas adaptadas às estruturas, contribuindo, por esta via, para a reprodução de tais estruturas.

O estudo das mulheres no Legislativo abre caminhos e possibilidades para subverter o mundo social, na medida em que pode contribuir para modificar as representações desse mundo, opondo-se a uma visão paradoxal, “à visão comum, que apreende o mundo social como mundo natural” (BOURDIEU, 1998, p. 118).

2 REPRESENTAÇÃO FEMININA E CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Vivemos um momento político bastante singular, após crise ocasionada pelos acontecimentos de 11 de setembro de 2001¹¹, que marcaram o início de uma nova era¹². As mudanças ocorridas na Colômbia e no Brasil; a eleição de José Luiz Rodríguez Zapatero, Primeiro Ministro da Espanha, e do socialista José Sócrates, em Portugal; a inserção de um número cada vez maior de mulheres na política, na Argentina; a eleição, na Bolívia, do indígena Evo Morales, mesmo com forte oposição dos Estados Unidos, que o acusaram de “cocaleiro” – todos esses eventos têm marcado um novo momento na América Latina. Mais recentemente, outros fatos também evidenciam simbolicamente esse novo momento: a eleição de mulheres para a presidência de países, como foi o caso de Ângela Merkel, na Alemanha, e Michelle Bachelet, no Chile.

Esses fatos recentes corroboram com o advento de uma nova era e também colaboram para um período de grandes incertezas no cenário internacional, que se refletiram também no Brasil, com as derrotas do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2004 e as recentes denúncias¹³ que ocasionaram mudanças radicais na estrutura desse Partido e nos rumos da política empreendida pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, sobretudo em 2005.

Nesse cenário de mudanças e incertezas, concentro meu olhar na participação da mulher na política, efetuando uma análise distanciada, mas nem por isso desapaixonada, dos fenômenos que apontam caminhos para clarear descobertas, sobre os processos visíveis e invisíveis que continuam excluindo as mulheres de cargos diretivos / gerenciais e de poder que possam, de uma forma ou de outra, equilibrar decisões políticas, considerando a equidade das relações entre os gêneros.

¹¹ O atentado terrorista às torres gêmeas do Empire State Building desestabilizou a segurança americana e serviu de pretexto para a invasão do Iraque.

¹² Para Žižek (2004, p. 6), a nova era teve como símbolo o episódio de 11 de setembro, que marca também o fim dos “anos felizes” da era Clinton. Porém, é com a segunda vitória de Bush que mais claramente se delineia uma nova era. Na visão desse autor, a reeleição de Bush “vai dissipar as ilusões sobre solidariedade de interesses entre os países ocidentais desenvolvidos; ela dará novo ímpeto ao processo doloroso, mas necessário, de construção de novas alianças como a União Européia ou o Mercosul”.

¹³ Estou me referindo as denúncias feitas pelo ex-deputado Roberto Jefferson que desencadearam uma crise política no governo ocasionando a demissão de ministros e a cassação de vários deputados do Partido dos Trabalhadores e partidos aliados, entre os quais o próprio Jefferson.

Através desse olhar, introduzo elementos do passado para melhor clarear o presente e, assim, compreender como se deram os processos de exclusão das mulheres nas democracias liberais, entre as quais a brasileira.

Embora a dicotomia entre espaço público e privado esteja se diluindo a partir da organização dos sujeitos historicamente excluídos (mulheres, negros, indígenas, homossexuais, portadores de necessidades especiais, entre outros), os reflexos dos processos de exclusão criaram marcas profundas na cidadania feminina.

Às mulheres eram determinados os espaços da casa, do lar, da cozinha. Assim, foram sendo naturalizadas expressões do tipo “lugar de mulher é na cozinha” ou “lugar de mulher é em casa”, ou seja, às mulheres cabia (e ainda cabe) o espaço do privado. Essas noções de lugares, de certa maneira, determinaram os espaços que cada um/a “poderia ocupar” e constituem formas de autoritarismo que engendram modelos de “sociabilidade e uma cultura de exclusão que subjaz ao conjunto das práticas sociais que reproduz a desigualdade nas relações sociais em todos os seus níveis” (DAGNINO, 1994, p. 135).

Os reflexos aparecem em diferentes formas de fazer política, que são evidenciadas na desigualdade de representação legislativa e em praticamente todos os espaços de decisão e poder que vão do Judiciário ao Executivo, das direções sindicais e partidárias aos cargos nas universidades, entre outros.

A construção de uma sociedade democrática depende, fundamentalmente, da eliminação da exclusão e das desigualdades sociais. A representação desigual das mulheres e dos negros e a quase inexistência de representação dos indígenas, hoje, nos espaços de decisão se apresenta como um “sintoma revelador dos disfuncionamentos de uma democracia cuja representatividade é singularmente redutora” (RIOT-SARCEY, 1994, p. 248). Assim, deve-se questionar a legitimidade da representação da sociedade, que se caracteriza formalmente como múltipla, plural, mas cujas desigualdades na representação parlamentar das categorias acima mencionadas, no entanto, nos dão elementos para questionar a quase ausência desses segmentos no Congresso

Nacional, nas diversas Assembléias Legislativas, nas Câmaras Municipais e em fóruns representativos.

Como conviver, já no século XXI, com contradições tão visíveis? Em se tratando das mulheres, a que se deve atribuir tão “baixa” representação? Como se justificam relações tão desiguais, uma vez que as mulheres estão cada vez mais inseridas no mercado de trabalho e se constituem majorias nos cursos de formação básica e superiores do País? E a Lei das Cotas, como se insere nessa discussão? O que ela altera ou mantém, nesse cenário de discussão sobre inclusão e exclusão das mulheres na política? Estas questões estão postas no debate em que se discute democracia, igualdade e participação, e paridade no exercício do poder.

Neste capítulo, procuro apontar as ligações existentes entre a conquista da cidadania tardia e as relações de gênero que, impregnadas na cultura dos sujeitos responsáveis pelas desigualdades sociais, cujos reflexos aparecem na representação que privilegia homens brancos e de classes sociais favorecidas.

As análises partem da ação de mulheres feministas na Revolução Francesa, apresentando alguns discursos dos reconhecidos “revolucionários franceses”, demonstrando sua contradição com a proposta da Revolução. Para Foucault (2004, p. 8-9), a sociedade produz discursos que conjugam as funções de controle, seleção, organização e redistribuição de “poderes e perigos e esquivar sua pesada e terrível materialidade”. Para esse autor, “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo rapidamente sua ligação com o desejo e o poder”.

Em se tratando dos revolucionários franceses, as análises desses discursos apontam o peso da exclusão, mecanismo demarcador da interdição secular das mulheres na política, refletida não somente na cidadania tardia das mulheres, mas, além disso, nas várias formas de interdição das mulheres nos espaços de representação.

A discussão que faço sobre desigualdade e exclusão é o norte para questionar a democracia representativa, a qual não tem respondido às expectativas das mulheres e de outros segmentos historicamente excluídos nas sociedades democráticas ocidentais.

Os dados apontados neste capítulo reforçam esta afirmação. Em alguns países, inclusive o Brasil, houve um relativo aumento da participação das mulheres no Legislativo a partir da implementação da Lei das Cotas, que aqui é analisada como uma resposta do Estado aos movimentos de mulheres, que buscam no conflito das lutas libertárias a saída para converter a desigualdade na representação, objetivando a construção de uma sociedade de iguais.

2.1 CIDADANIA DAS MULHERES: UMA DÍVIDA SOCIAL

Nunca se falou tanto em democracia como nos últimos tempos, até mesmo para justificar a invasão dos EUA ao Iraque. Com isso, a palavra está perdendo o seu sentido político, já que é usada de forma cada vez mais incoerente. Tem sido usada até mesmo para justificar processos autoritários, como os recentemente presenciados por grande parte da humanidade, quando os Estados Unidos e países aliados invadiram e destroçaram uma nação sob o pretexto de democratizá-la.

Recentemente, por ocasião do Fórum Social Mundial, o escritor português José Saramago, numa das palestras mais concorridas desse evento, chamou a atenção dos presentes ao enfatizar a necessidade de se discutir o papel da democracia hoje. Para ele, vivemos uma “democracia seqüestrada, condicionada, amputada, na qual o único poder concedido aos cidadãos na esfera política é trocar de governo que não se gosta por outro que talvez seja um pouco melhor” (SARAMAGO, 2005).

Esses dois exemplos ilustram nossas reflexões para buscar um conceito de democracia que possa corresponder às expectativas das mulheres e contemplar as diferentes formas de atuação delas nos processos e decisões empreendidos ao longo de sua história.

Existem inúmeras concepções de democracia que demarcam visões díspares ou que se assemelham, dependendo do tempo, do lugar e dos sujeitos envolvidos. Para Santos (2002, p. 43-5), as concepções de democracia podem ser divididas em três enfoques: democracia hegemônica, democracia não hegemônica

(ambas situadas na segunda metade do século XX) e democracia participativa (século XXI).

A concepção hegemônica foi marcada pelas visões liberais e marxistas, sendo que ambas se contrapõem. Enquanto a visão marxista entende democracia como centro de um processo de exercício da soberania por parte dos cidadãos, adquirida pela autodeterminação no mundo do trabalho, a concepção liberal a vê como forma e não como substância. As críticas dos liberais às visões marxistas estão fundamentadas na idéia de democracia como conjunto de valores condicionado a “uma forma única de organização política”. Santos considera que as teorias hegemônicas refletem

[...] um conjunto de questões não resolvidas que remetem ao debate entre democracia representativa e democracia participativa. Essas questões se colocam de modo mais agudo naqueles países nos quais existe maior diversidade étnica; entre aqueles grupos que têm maior dificuldade para ter seus direitos reconhecidos (SANTOS, 2002, p.50).

Entre esses grupos, situam-se as mulheres, os/as negros/as, os/as indígenas, homossexuais. As concepções não hegemônicas, de certa maneira, não rompem com as concepções hegemônicas, pois mantêm a idéia de democracia associada ao aperfeiçoamento da convivência humana, como afirma Santos (2002, p. 50).

A preocupação que está na origem das concepções não hegemônicas de democracia é a mesma que está na origem da concepção hegemônica, mas que recebe uma resposta diferente. Trata-se de negar as concepções substantivas de razão e as formas homogeneizadoras de organização da sociedade, reconhecendo a pluralidade humana. No entanto, o reconhecimento da pluralidade humana se dá não apenas a partir da suspensão da idéia de bem comum, como propõe Schumpeter, Dows e Bobbio, mas a partir de dois critérios distintos: a ênfase na criação de uma nova gramática social e cultural e o entendimento da inovação social articulada com a inovação institucional, isto é, com a procura de uma nova institucionalidade da democracia.

A busca de novas interpretações e ampliação do sentido de democracia é vista por esse autor como um processo de “redefinição do seu significado cultural”. Esse mesmo autor cita os casos das democracias que emergiram nas últimas décadas na Colômbia, no Brasil, na África do Sul, em Moçambique, em Portugal e na Índia, para dizer que nesses países está sendo reinventada a democracia

participativa ligada à descentralização de formas tradicionais de participação, com diferenciações que atingem o nível local.

São ações desencadeadas a partir da incorporação de novos atores ou de novos temas à política. Esses novos atores colocam para a prática democrática contemporânea o inconcluso debate entre representação e participação e apontam a necessidade de novas formulações que venham combinar diferentes formas de democracia.

Nestas diferentes formas de compreender a democracia, as pesquisadoras feministas têm contribuído com suas reflexões, ao desmascarar “o particularismo que se esconde sob aqueles chamados ideais universalistas que na realidade sempre foram mecanismos de exclusão [das mulheres]” (MOUFFE, 1996, p. 26). Ao criticar as teorias democráticas clássicas, Pateman (2003) enfatiza que a idéia de cidadania universal baseada nos autores clássicos parte do princípio de que todos nascem livres e iguais, quando é fato histórico que às mulheres essa condição somente foi reconhecida no século XX, na maior parte dos países.

Dessa forma, somos partidárias de Chantal Mouffe, quando sugere a construção de democracia radical e plural como condição para a construção de uma identidade política comum, que, por sua vez, “haveria de criar as condições para o estabelecimento de uma nova hegemonia articulada mediante novas relações, práticas e instituições sociais igualitárias” (MOUFFE, 1999, p. 45).

No Brasil, as práticas de democracia vêm assumindo novos e diferentes contornos. As velhas práticas, entretanto, permanecem, dando visibilidade às desigualdades de gênero e étnico-raciais. É certo que, nas últimas eleições, a democracia representativa alterou substancialmente o quadro de representação partidária no Brasil¹⁴. Porém, no que se referem à representação feminina, as

¹⁴ O Partido dos Trabalhadores, que há uma década possuía uma das menores bancadas de parlamentares na Câmara Federal, hoje constitui a maior bancada eleita, com 91 deputados/as federais. Em pesquisa realizada em 2003 pelo IBOPE, publicada na Revista Época, o PT foi eleito o partido mais popular do Brasil, sendo o preferido por 28% dos eleitores (MENDONÇA, 2003, p. 32-46). Nas eleições de 2004, o Partido dos Trabalhadores continua sendo o partido com maior densidade eleitoral, tendo obtido 16,3 milhões de votos, que elegeram 411 prefeitos/as e 3.677 vereadores/as. Alguns setores da esquerda do partido consideram que, com a presença do partido no governo, o aumento não foi representativo, principalmente pela derrota em capitais importantes, como São Paulo, Porto Alegre e Belém.

mudanças foram muito pequenas, como demonstram os dados apresentados a seguir nos quadros I a IX deste capítulo. Estes retratam como têm sido lentas as mudanças no Legislativo brasileiro, quando se trata de analisar a equidade entre os gêneros. A esses dados, acrescenta-se o fato de que a participação das mulheres, em diferentes instâncias, não tem sido contabilizada como ação política suficiente para projetá-las como representantes dos partidos nas eleições.

Ao analisar as raízes dessa desigualdade, temos de considerar que as mulheres só passaram à condição de cidadãs a partir de 1932, com a conquista do voto, após intensa luta de suas organizações. Assim, podemos então afirmar que a democracia no Brasil, desde os seus primórdios, tem sido excludente, limitada e redutora e que ainda hoje sobrevive pela legitimação dessa exclusão.

A exclusão das mulheres nesse campo ocorre na medida em que se limita sua participação enquanto cidadãs a partir de vários artifícios, que vão do acesso desigual à educação até a negação de direitos sociais, incluindo as formas invisíveis de cercear essa participação com a sobrecarga de tarefas domésticas e a dupla ou tripla jornada de trabalho, que as impede de se integrarem e interagirem no mundo público.

Ao buscar explicação para compreensão desse processo de exclusão percebemos que o próprio conceito de cidadania, em sua dimensão histórica, não considera as mulheres como seres capazes de intervir nos espaços públicos, mesmo estando presentes em todo o processo que deu sustentação a duas grandes revoluções: a francesa e a americana. Aliás, o conceito de cidadão que emerge na Revolução Francesa (1789), a partir de seus teóricos e revolucionários, expressa visões estereotipadas sobre as mulheres, estereótipos que serviram de argumentos, nos dois séculos seguintes, para excluí-las da participação política.

Reconhecidos universalmente como fundadores dos tempos modernos, da era das luzes e dos iluminados, os revolucionários franceses não foram capazes de reconhecer a importância das mulheres em todo o processo pré e pós Revolução Francesa. É nesse momento histórico que vai ser delineado o modelo de cidadania que conhecemos nos dias atuais e no qual as mulheres, os pobres e as crianças foram excluídos, como declaram alguns dos líderes da Revolução:

Todos os habitantes de um país devem nele gozar do direito de cidadão passivo, todos têm direito à proteção de sua pessoa, de sua propriedade, de sua liberdade, [...] mas nem todos têm direito a tomar parte ativa na formação dos poderes públicos, nem todos são cidadãos ativos. As mulheres pelo menos no estado atual, as crianças, os estrangeiros e também aqueles que não contribuam em nada para sustentar o estabelecimento público não devem em absoluto influir na coisa pública (ABADE SIEYÉS apud RIOT-SARCEY, 1994, p. 249).

A exclusão das mulheres é justificada pelos pais dos princípios da tradição liberal, Hegel e Rousseau, os quais consideravam feminina a natureza biológica das mulheres, o que faria delas incapazes de uma consciência política, dada a sua emocionalidade e sua pseudo-irracionalidade. Nesses discursos, a ênfase dos teóricos da cidadania era o fato de que as mulheres, por estarem ligadas à comunidade familiar, sobretudo por desempenharem os papéis de esposas e mães, estavam impossibilitadas de exercer a cidadania.

Apesar de todos os preconceitos e de todas as propostas de interdição e integração das mulheres à sociedade, é certo que a Revolução Francesa “deixa marcas fundamentais na história das mulheres, tanto por seu significado geral na trajetória das lutas pela cidadania quanto por ter sido um período de questionamentos das próprias relações entre os sexos” (PINSKY; PEDRO, 2003, p. 269).

Em 1848, ou seja, 59 anos após a Revolução Francesa, são os socialistas que surpreendem as mulheres, quando Proudhon¹⁵, contrário à candidatura de uma mulher às eleições legislativas, declara:

Aconteceu um fato muito grave e sobre o qual é-nos impossível manter silêncio [...] uma mulher apresentou seriamente sua candidatura à Assembléia Nacional. Não podemos deixar passar, sem protestar energicamente em nome da moral pública, e da própria justiça, semelhantes pretensões e tais princípios. É importante que o socialismo não seja solidário com isso (Publicado no Jornal Francês *Le Peuple*, 12/4/1849, apud RIOT-SARCEY, 1994, p. 250).

¹⁵ Estamos nos referindo ao pensador político anarquista francês Pierre Joseph Proudhon (1809-1865). Autor de inúmeras publicações, das quais a mais conhecida é “Sistema das contradições econômicas ou a Filosofia da Miséria” (1846), contestada por Karl Marx com a sua “Miséria da Filosofia” (1847). Proudhon publicou ainda “Sobre o princípio federativo” (1863) e “Sobre a capacidade política da classe trabalhadora” (1865). Deputado eleito na Assembléia Nacional de 1848, que ficou conhecido pelos seus escritos contra a sociedade burguesa. Foi, entretanto, um grande defensor da família tradicional, que se contrapunha aos ideais dos anarquistas.

A igualdade política dos dois sexos, isto é, a admissão de mulheres para funções públicas próprias de homens, é um sofisma refutável não apenas pela lógica, mas pela consciência humana e pela natureza das coisas. O homem, à medida que sua razão se desenvolve, pode ver a mulher como igual, mas nunca a verá como o mesmo ser que ele (PROUDHON apud SCOTT, 2002, p. 130).

A negação do direito da mulher de votar e de se eleger para cargos no parlamento, nesse período, não se originava de uma exclusão direta, uma vez que legalmente apenas as crianças estavam privadas desse direito. Segundo Scott (2002, p. 107), ela “veio por caminhos indiretos”. A exclusão das mulheres era indispensável para que se resolvesse a contradição entre direitos formais e direitos positivos, provocada pelo entusiasmo dos debates em torno do direito ao trabalho, que se traduzia em direito à propriedade e direito à família, atribuídos inequivocamente aos homens (SCOTT, 2002, p. 107).

A maioria dos legisladores, naquele período, compartilhava a idéia de que as mulheres estavam destinadas ao lar, reafirmando suas concepções de que os direitos à família e à propriedade pertenciam exclusivamente ao pai. Dessa forma, relegavam a maternidade e a contribuição da mulher apenas a um “imperativo biológico e a uma abnegação social”, considerando que as mulheres “deviam filhos aos maridos e à sociedade e deviam cuidados maternos a seus filhos” (DEROIN apud SCOTT, 2002, p. 117). Essas visões, entretanto, foram bastante contestadas por feministas da época, a exemplo de Jeanne Deroin¹⁶ ao afirmar:

[...] uma assembléia legislativa composta de homens é tão incompetente para fazer leis reguladoras de uma sociedade composta de homens e mulheres quanto seria uma assembléia composta inteiramente de privilegiados para defender interesses da classe proletária, ou uma assembléia de capitalistas para defender a honra do País (DEROIN apud SCOTT, 2002, p. 118).

[...] ao candidatar-me para a Assembléia Legislativa, estou cumprindo meu dever; é em nome da moralidade pública e em nome da justiça que exijo que o dogma da igualdade deixe de ser uma mentira (DEROIN apud SCOTT, 2002, p. 122).

¹⁶ Scott faz um estudo muito importante sobre a participação das mulheres francesas na construção da democracia, retratando a luta de quatro feministas francesas: Olympe de Gouges, Jeanne Deroin, Hubertine Auclert e Madeleine Pelletier, que deram contribuições inestimáveis na formulação de novas concepções a respeito de identidade, pluralidade, paridade e democracia. A contribuição de Jeanne Deroin se deu não apenas ao se candidatar a uma vaga no Legislativo francês, em 1849, mas, acima de tudo, pelas argumentações apresentadas para questionar o pensamento conservador dos liberais e dos socialistas de sua época.

A exclusão das mulheres da vida pública e a negação de sua cidadania não condizem com os princípios da Declaração dos Direitos do Homem, promulgada em 1789. Esse documento demarca novos horizontes para a humanidade, ao reconhecer o homem como sujeito de direito e proclamar a igualdade como uma condição de existência para todos os indivíduos. Essa igualdade foi reclamada pelas mulheres, porém rechaçada pelos discursos dos liberais, dos socialistas e até mesmo dos comunistas, baseados em estereótipos que reforçavam a idéia de inferioridade das mulheres para o exercício do poder. As citações transcritas acima retratam essas assertivas. Foram esses estereótipos que contribuíram para reforçar os preconceitos que têm emperrado os processos de integração da mulher na vida pública.

Esses exemplos representam fragmentos de uma história silenciada, que negou a importância e a participação das mulheres em todo o processo revolucionário de 1789, assim como o fez em outros momentos históricos, reforçando uma idéia de ausência, omissão e passividade das mulheres na construção das democracias.

Essas concepções reforçadoras da dicotomia de que o espaço público (mundo da rua, das decisões e do poder) é destinado aos homens, enquanto o espaço privado é mais propício às mulheres, têm sido trabalhadas por várias pesquisadoras feministas. Dentre elas, Michelle Perrot (1998, p. 10) vai além, ao enfatizar que o poder dos homens extrapola as fronteiras do privado, uma vez que as decisões passam por eles:

Para os homens, o público e o político, seu santuário. Para as mulheres, o privado e seu coração, a casa. Afinal, esse poder sobre os costumes não é o essencial? Muitas mulheres pensam assim, e esta é uma das razões de seu relativo consentimento. Mas essa aparente simplicidade embaralha-se pela imbricação das fronteiras. As mulheres circulam pelo seu espaço público, aonde as chamam suas funções mundanas e domésticas. Os homens são, na verdade, os senhores do privado e, em especial da família, instância fundamental, cristal da sociedade civil, que eles governam e representam, dispostos a delegar às mulheres a gestão do cotidiano.

Ao desvendar fragmentos da história das mulheres na política, pesquisadoras como Scott, (2001; 2002), Perrot (1992; 1998; 2001), Tebaud (1994) e Riot-Sarcey (1993) trazem novas luzes para a reconstituição da história da participação feminina na política. A partir desses estudos, percebe-se mais

claramente a contradição do discurso dos liberais franceses, que não vacilaram em guilhotinar Olimpie de Gouges em 1793, quando esta reivindicava, em plena Revolução Francesa, a inclusão das mulheres como cidadãs.

Ao analisar esses fatos no momento atual, percebe-se uma profunda ligação com as visões liberais que nortearam a construção dos direitos e os mecanismos criados para excluir os seres considerados “incapazes” pelos liberais. As mulheres, condicionadas à não participação, não tinham sequer direito à educação, viviam confinadas no mundo doméstico, sob a tutela dos maridos, pais ou filhos mais velhos.

Assim, é possível compreender claramente como a atitude dos liberais franceses norteou a formulação de uma cultura de exclusão daqueles que não se enquadravam nas noções de cidadãos ativos, o que, por sua vez, influenciou fortemente o reconhecimento da cidadania das mulheres nos séculos seguintes. Pode-se, então, afirmar que as atitudes e determinações dos revolucionários para com as mulheres, naquele período, contribuem para marcar profundamente suas vidas e trajetórias e vão se refletir em vários espaços políticos, como, por exemplo, na igreja, nas academias militares e no parlamento. Esses espaços continuam interditados como santuários inacessíveis à presença das mulheres e podem ser considerados como exemplos que visibilizam as dificuldades históricas das mulheres de se inserir no mundo público.

Ao estudar como tem se efetivado a ausência das mulheres nos espaços decisórios, sou partidária de análises que colocam em xeque a tão propagada democracia liberal, uma vez que

o sistema de prioridades revelado pelo pensamento político liberal é desfigurado pela desigualdade e hierarquia na raiz das dicotomias que ele tanto aprecia. Por exemplo, a concepção pública do eu como igual e abstrata portadora de direitos, da qual provém o liberalismo, é prejudicada pela desigualdade, assimetria e dominação que permeia a identidade privada desse eu como sujeito dotado de gênero... Além disso, a distinção entre o certo e o bom define o domínio da justiça pública de modo tão restrito que o caráter social e culturalmente constituído das relações e interações de gênero fica totalmente obscurecido (BEHABIB; CORNELL, 1987, p. 17).

A ausência das mulheres nesses espaços representativos da sociedade se reflete na formação das mentalidades e no sentimento de inferioridade

incorporado pela própria mulher e pelos demais sujeitos sociais. A partir desses espaços, é possível perceber como essas distinções entre o que é “permitido” e o que é “negado”, que perpassam toda a sociedade patriarcal, são invisíveis e fazem com que as mulheres encontrem dificuldades para romper com esse “destino determinado”, que as exclui de participar da vida pública.

2.2 DO VOTO FEMININO À LEI DAS COTAS: A DIFÍCIL INSERÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA NACIONAL

É certo que as mulheres não ficaram passivas. Os exemplos de Olympe de Gouges, Jeanne Deroin e Flora Tristan, na França, e de Mary Wollstonecraft na Inglaterra, somam-se aos de Nísia Floresta, Bertha Lutz, Alzira Soriano e Leolinda Daltro, no Brasil. Além destas, muitas outras feministas americanas, inglesas, latinas, contribuíram para que a luta das mulheres tivesse ressonância em diferentes cantos geográficos.

Essas mulheres desenvolveram ações de denúncia e luta pela cidadania cuja dimensão social e política, possibilitaram articular um movimento amplo pelo direito do voto, denominado movimento sufragista. Esse movimento abriu fronteiras, para a emergência do movimento feminista que traz como filosofia um novo pensar político ao romper com os modelos conservadores, ao disseminar idéias de igualdade, paridade, respeito às diferenças. Dessa forma contribuiu para abrir “espaço para uma nova visão de mundo ao propor a transformação das relações de gênero na sociedade a partir de uma rediscussão de seu projeto político” (FERREIRA, 1999, p. 53).

A ação política do movimento feminista é um dos responsáveis pela gradativa mudança de mentalidade que vem se processando na sociedade. O ativismo feminista tem influenciado diretamente, também, a implementação de políticas públicas que têm contribuído para a transformação da condição social das mulheres nas últimas décadas. Embora este fato seja observado por diversos autores¹⁷, ainda existem setores que continuam interditados às mulheres: os

¹⁷ Para citar apenas alguns que reconhecem a importância desse movimento social e de sua ação política, embora existam outros: Robsbawn (1995); Mouffe (1996); Foucault (1997); Santos (1995, 2002); Castell (1999); Bourdieu (1999).

parlamentos, as igrejas, as academias militares, com seus códigos e regras implícitas e explícitas, ainda conservam uma organização medieval. Isto pode ser comprovado pelo fato de ainda permanecerem como espaços quase inacessíveis às mulheres, haja vista a resistência histórica manifesta na luta por integrá-las nesses “redutos” em que os homens dominavam e ainda dominam plenamente, como afirma Perrot (1998).

Essa quase ausência de representação feminina se reproduz no Legislativo em diferentes países da América Latina, do Caribe, dos Estados Unidos e da África. A representação feminina ainda é bastante desigual, mesmo em países que passaram por processos revolucionários recentes, como foi o caso de Moçambique, cuja representação feminina reflete uma iniquidade de gênero. Em alguns países, a exemplo da Argentina e da Espanha, essa situação começou a se alterar somente quando os partidos políticos adotaram ações afirmativas que passaram a incentivar a participação feminina e ampliaram o número de mulheres em suas direções e listas eleitorais (PHILLIPS, 1996).

Para as organizações de mulheres, entre as quais a IULA¹⁸ e a FEMUN – ALC¹⁹, os resultados apresentados no quadro abaixo são considerados inaceitáveis, dado o fato de estarmos num novo milênio, “quando a equidade deveria ser um exercício diário [...] a verdadeira democracia e o desenvolvimento sustentável somente serão alcançados com a garantia da plena participação de todos os segmentos sociais, especialmente as mulheres” (UTRERAS, 2002, p. 84).

¹⁸ União Latino-Americana de Autoridades Locais.

¹⁹ Federação de Mulheres Municipalistas da América Latina e Caribe.

QUADRO 1 – REPRESENTAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO EM DIFERENTES PAÍSES

PAÍS	DEPUTADAS	SENADORAS
Argentina	27%	3%
Moçambique	27%	
Espanha	27%	
Canadá	21%	35%
México	16%	16%
Estados Unidos	14%	13%
Portugal	12%	
Chile	11%	4%
Uruguai	10%	10%
Brasil	8,2%	12%

Ao situar o Brasil nessa reflexão, é necessário demarcar que a história da participação da mulher nas lutas libertárias somente foi desvendada recentemente, por pesquisadoras feministas, entre as quais podemos citar: Rago (2001); Tabak (1989; 2002); Costa (1998); Hahner (1981; 2003); Álvares (1995; 2001); Araújo (1996; 1999; 2005); Schpun (2003; 2004); Pinto (2000); Ferreira (2001; 2003). Vale ressaltar ainda os trabalhos de Avelar (1989; 1996; 2001), que têm sido uma referência importante em abordagens dessa temática, e o estudo de Carvalho (1996), que faz uma análise bastante crítica das mulheres na República.

Esses estudos e a busca paciente nos jornais dos séculos XVIII, XIX e início do XX, possibilitaram colher fragmentos que, cuidadosamente analisados sob o olhar de gênero, revelam como foi árdua a luta das pioneiras para se fazerem respeitadas em suas decisões de entrar na política.

Nísia Floresta e Isabel Dillon são consideradas as pioneiras das tantas mulheres que as sucederam na luta por cidadania. Nísia foi a primeira a protestar e a lutar pelo direito de educação formal às mulheres. Seus discursos e textos literários são reconhecidos pela defesa intransigente dos direitos das mulheres. Isabel Dillon foi a primeira a se apresentar como candidata à Constituinte, em 1891.

Para justificar sua candidatura, Isabel argumentava que a “Lei Eleitoral de 1890 não excluía as mulheres, uma vez que estava escrito que o voto era direito dos maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever sem referência ao sexo do eleitor” (ABREALAS, 2000, p. 8). Os argumentos de Isabel Dillon se assemelham aos de Deroin, entretanto, do mesmo modo que a líder francesa, Isabel Dillon não conseguiu sequer se alistar para votar.

A Nísia Floresta e Isabel Dillon somam-se outras tantas mulheres que fizeram história ao lutarem pela cidadania feminina, dentre as quais se destaca Bertha Lutz. Ela foi presidenta da Federação pelo Progresso Feminino, incansável na luta pelos direitos femininos, inclusive a garantia do sufrágio para as mulheres. Posteriormente, como parlamentar, dedicou seu mandato à defesa da cidadania das mulheres.

Outras mulheres, a exemplo de Leolinda Daltro e da escritora Gilka Machado, fundaram o Partido Republicano Feminino em 23 de outubro de 1910, com o objetivo de promover a integração das mulheres, fomentando o progresso do País. Alzira Soriano (primeira prefeita do Brasil e da América do Sul) e Carlota Pereira de Queiroz (primeira deputada federal eleita pelo Estado de São Paulo) também são exemplos de mulheres que lutaram e protestaram incessantemente contra a condição de dependência das mulheres em relação aos homens. A luta ininterrupta destas e de outras tantas mulheres só obteve resultados práticos em 1932, quando Getúlio Vargas decretou o voto feminino.

A conquista do voto em 1932 não significou para as mulheres uma mudança substancial nos valores sociais então vigentes, pois continuaram submetidas a uma estrutura patriarcal conservadora e a um modelo de cidadania que privilegiava o homem como sujeito do espaço público. As mulheres, por sua trajetória de inserção na política, precisavam de um tempo maior para se adaptar à nova realidade. Contribuía para isso uma série de fatores com ressalta Costa (1998, p. 32).

A insegurança, o desconhecimento das regras do mundo público, os condicionamentos culturais e psicológicos, as práticas partidárias excludentes, continuavam [e continuam] atuando sobre as mulheres, mantendo-as afastadas da estrutura formal do poder político.

Até a década de 1970, esse quadro de exclusão não sofreu muitas modificações. A partir do final da década de 1970 e já na década de 1980, a situação se modifica, em virtude do crescimento industrial, que contribuiu para um aumento significativo da participação feminina no mercado de trabalho e da crescente inserção das mulheres nos cursos superiores. A isto se aliou o processo de redemocratização vivido no País, no período e o movimento feminista que como já mencionamos, articulou mecanismos de integração e troca de idéias e informações entre os vários grupos existente nas diferentes regiões do País.

Esses fatos contribuíram para ampliar a participação da mulher nas esferas de poder, encorajando-as, também, a se organizarem politicamente, o que revela a importância dos movimentos de mulheres nesse processo.

O momento da elaboração da nova constituição brasileira foi fundamental para que as mulheres, a partir de sua atuação, conquistassem direitos legais e obtivessem legitimidade para suas reivindicações, inclusive na esfera da política institucional. Nesse período, foram criados os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais da Condição Feminina, as Delegacias Especiais da Mulher, os coletivos de mulheres nos partidos e sindicatos. Porém, essas instâncias de representação e reconhecimento político não determinaram um equilíbrio entre homens e mulheres em termos de representação no Legislativo.

Na representação partidária, espaço imprescindível aos que almejam um mandato político, a ausência das mulheres é vista como uma contradição, uma vez que elas marcaram presença nas grandes mobilizações realizadas durante o processo de abertura política que culminou com a anistia aos presos políticos, as “Diretas Já”, a Assembléia Nacional Constituinte, as grandes mobilizações contra a carestia.

Dos movimentos mencionados, as mobilizações em torno da elaboração da nova Constituição do país podem ser citadas como um “momento especial para as mulheres, na medida em que possibilitou a articulação de diferentes grupos de mulheres, e resultou na aprovação da totalidade de suas propostas” (COSTA, 1998, p. 32).

A preocupação com a participação feminina no interior das instituições políticas passou a ser um dos eixos de discussão no conjunto dos movimentos de mulheres, principalmente no tocante àquelas envolvidas nos partidos políticos. Dessa preocupação, nascem as articulações de mulheres nos partidos, denominadas “núcleos”, “coletivos”, “espaços”, “departamentos”: todos cumpriam a importante função de dar visibilidade às reivindicações femininas e contribuir para fortalecer as identidades de gênero femininas. Além desses núcleos, Ferreira enfatiza que:

a crescente presença de mulheres brasileiras em encontros, convenções e conferências nacionais e internacionais estabeleceu maiores intercâmbios (como militantes, como intelectuais ou como representantes políticas), e ampliou os horizontes [das militantes feministas] sobre as diferentes experiências e demandas por inclusão política, em curso na agenda de luta das mulheres (FERREIRA, 2003, p. 74).

Cada uma das conferências²⁰ demarca uma ação política que contribuiu para fortalecer as articulações dos movimentos de mulheres nas diversas instâncias de poder no País. Dentre as conferências, a realizada em Beijing, na China, em 1995, conseguiu mobilizar o Brasil de Norte a Sul, por meio de pré-conferências que reuniram mulheres de diferentes classes sociais, raças, etnias, opções sexuais, tendências políticas e credos religiosos, o que possibilitou uma “ampla discussão de propostas de ampliação dos direitos da mulher dentre os quais os direitos políticos. Toda essa movimentação deu subsídios para se pensar medidas de inclusão das mulheres nos espaços decisórios, culminando com a Lei das Cotas” (FERREIRA, 2003, p. 74).

No Brasil, diferentes ações afirmativas foram implementadas ainda no início dos anos noventa, com o objetivo de estimular a participação da mulher na política. Vale destacar as políticas de cotas implementadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelos Partidos dos Trabalhadores (PT), que foram os pioneiros.

²⁰ Estamos nos referindo à Conferência Mundial de Mulheres, realizada no México, em 1975; à Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), em 1979; à Conferência de Copenhague, realizada em 1980; à Conferência de Nairóbe, em 1982; à Conferência de Viena, em 1993; à Convenção de Belém do Pará, em 1994; à Conferência sobre População do Cairo, em 1994; à Conferência de Beijing, em 1995; e à Conferência contra o Racismo, realizada em 2001, entre outras que aprovaram diretrizes e ações para combater as desigualdades de gênero e raça em todo o planeta (BRASIL, 2003, p. 14).

Como legislação, as cotas somente foram aprovadas em 1995, tendo em vista apenas as eleições de 1996 para as Câmaras Municipais. Mas, já no final de 1997, foi votada a Lei Nº 9.504 (anexo), ampliando a cota de vagas de 20% para 30% (ficando definido um mínimo de 25% de vagas, transitoriamente, em 1998). O significado relevante da aprovação dessa Lei para o movimento de mulheres traduz o reconhecimento da luta política dos grupos envolvidos. Além disso, ela possibilita uma maior conscientização e uma conseqüente demanda da sociedade a respeito da igualdade de direitos, bem como amplia as discussões em torno da mulher e da participação política.

As cotas representam estratégias para corrigir desigualdades entre homens e mulheres, pois, segundo Cappelin (1996), estão vinculadas às vastas histórias de políticas sociais que se preocupam com a defesa, a promoção e a valorização das mulheres. O fato de a sociedade ter historicamente atribuído às mulheres papéis diferentes daqueles dos homens, ao domesticá-las e atribuir-lhes práticas e serviços domésticos²¹, tem não somente desqualificado como também desprezado sua atuação profissional, na medida em que a aprisiona a um tipo de trabalho estressante, rotineiro, repetitivo e invisível, não partilhado pelos homens e nem mesmo reconhecido como trabalho. Esse não reconhecimento reproduz no imaginário feminino sua condição de inferioridade, reforçando, em grande parte das mulheres, a idéia de exclusão dos espaços de decisão e de representação política.

O sentido de representação política está vinculado à idéia de delegação de poder, de decisão. Discutindo o tema, Manin (1995, p. 7) sugere a existência de uma crise em virtude do declínio nas relações de identificação entre “representantes e representados e a determinação da política pública por parte do eleitorado”. Essa crise vai se refletir no conjunto de propostas que a sociedade tem demandado para a reforma do Estado. Esta supõe separações muitas claras entre governados e governantes, que, por sua vez, ao monopolizar as decisões a partir de delegações e de blocos políticos, “alienam a capacidade de controle e de influência dos eleitores sobre seus representantes” (SADER, 2002, p. 685).

²¹ A reprodução dessa domesticação também se faz evidente quando analisamos os recentes dados de pesquisas acerca da participação da mulher no mercado de trabalho no Brasil. Embora 47% do mercado esteja sob a responsabilidade das mulheres, mais de 50% das trabalhadoras estão ligadas ao setor de serviços, no qual estão os empregos domésticos (DIEESE, 2001).

Essa discussão levou os movimentos sociais a buscarem alternativas mais propositivas, quando perceberam as dificuldades de encaminhamento de suas demandas. Pode-se considerar que iniciativas como as do orçamento participativo são esforços para viabilizar demandas acumuladas e, em certa medida, cumpre uma função determinada: diminuir as distâncias entre governantes e governados. Essa problemática tem desafiado o movimento feminista em sua capacidade de ampliar fronteiras e estabelecer alianças com vistas à ação política, dentre elas a ação parlamentar.

Lutar por políticas que exijam ampliação das fronteiras, superação das desigualdades e, ao mesmo tempo, inclusão de pares, como pode ser considerado o caso das cotas, tendem a apresentar controvérsias em alguns de seus argumentos. As cotas tendem a ser compreendidas como um novo conceito de democracia, ou seja, de democracia paritária, que expressaria novo paradigma político e garantia de paridade e de participação dos indivíduos historicamente excluídos.

Para Santos, democracia participativa e democracia representativa podem se complementar entre escalas nacionais e locais, na medida em que articularem “justiça distributiva com transferência de prerrogativas do nível nacional para o nível local e da sociedade política para os arranjos participativos” (2002, p. 76).

Nessa perspectiva, a democracia representativa é convocada a integrar, no debate político-eleitoral, propostas de reconhecimento cultural e de inclusão cultural. Daí que a defesa das cotas se faz acompanhada de justificativas relativas não apenas a seus efeitos simbólicos ou às possíveis qualidades que as mulheres acrescentam à política, mas, acima de tudo, como defesa da paridade como referencial de representação política. A defesa das cotas hoje está perfeitamente sintonizada com o discurso de Jeanne Deroin em 1849, quando enfatizava que “uma igualdade apenas formal, em outras palavras não era mais que uma máscara da desigualdade social perpetuada” (SCOTT, 2002, p. 119).

Sabe-se que a superação das exclusões e das desigualdades de participação da mulher na política não têm sido resolvidas pelas democracias ocidentais, como evidencia o Quadro I. Superar esses processos implica pensar e

repensar conceitos clássicos que norteiam a organização política moderna, a qual envolve controvérsias e tensões de diversos níveis.

Essas controvérsias se dão particularmente quando o tema é inclusão nas instâncias atuais de representação política. Pode-se salientar que a problemática do princípio que articula a representação se desloca, quando o representado tende a ceder espaço para quem representa. Por outro lado, Osório (2002, p. 434) afirma que, “sendo as representações elementos de coesão de um grupo em face de outro grupo, e nesse sentido, expressando o sistema de diferenciações, são também componentes abertos à instabilidade e à mudança”. Neste caso, o desafio é fazer a mediação entre as idéias de presença e ausência, pois ambas estão vinculadas à necessária prática política.

O problema parece agravar-se quando remete a categorias como raça e gênero, por exemplo. Gênero opera ao mesmo tempo com aspectos de sua negação e de sua afirmação, ou seja, a ligação do sujeito quando se demanda reconhecimento e a sua diluição quando se demanda igualdade. Para Scott, essa categoria põe a nu contradições e omissões, na medida em que aceitação e recusa eram justificadas simultaneamente em nome da natureza e impostas por lei. Para essa autora (2002, p. 26), “quando se legitimava a exclusão com base na diferença biológica entre o homem e a mulher, estabelecia-se que a ‘diferença sexual’ não era apenas um fato natural, mas uma justificativa ontológica para um tratamento diferenciado no campo político e social”.

As cotas têm como objetivo imediato acelerar o ritmo do acesso de mulheres às instâncias de representação política. As características que marcam o ingresso das cotas no Brasil são analisadas por Araújo (1996; 1999), Godinho (1996), Miguel (2000) e Ferreira (2003). Estas autoras enfatizam que muitas das controvérsias se originam na discussão de uma aceitação mais geral da proposta ou na incorporação da idéia na comunidade política.

Outro aspecto também abordado pelas autoras refere-se “à característica pouco orgânica e bastante instável das agremiações partidárias brasileiras, o que implica ausência de debates internos” (FERREIRA, 2003, p. 76), principalmente a inclusão de temáticas relacionadas à condição feminina, no que se refere tanto à

politização do cotidiano quanto ao reconhecimento das lutas históricas das mulheres.

A implementação da política de cotas no Brasil é muito recente. Não deve ser desconsiderada, entretanto, a sua contribuição para a visibilização da exclusão da mulher nos espaços políticos e das disparidades entre homens e mulheres no campo político. Por essa razão, a questão das cotas vem sendo considerada como um tema central das discussões de gênero e política pelos movimentos feministas, extrapolando identidades ideológicas e partidárias e dividindo opiniões.

Uma questão, porém, tem unificado o discurso entre as feministas: as desigualdades da mulher nos espaços de decisão política precisam ser tratadas como questão política e soluções imediatas têm que ser implementadas para superá-las. De certa maneira, é como se a luta pela superação da exclusão estimulasse o senso de solidariedade entre as mulheres, evidenciado não apenas no desejo destas de transpor essa realidade, mas, acima de tudo, em ações políticas e busca de consensos entre as diferentes articulações dos movimentos de mulheres em vários momentos, em especial quando da realização das pré-conferências rumo a Beijing (1995) e quando da elaboração, em 2002, da Plataforma Política Feminista, que aprovou como prioridade:

Promover modificações na legislação de forma a igualar o índice de cotas de participação de gênero em 50%, tanto no financiamento de candidaturas como no exercício efetivo dos cargos nos poderes Executivo e Judiciário e também nas direções dos partidos políticos [...] garantir que o financiamento das candidaturas femininas nos partidos também leve em consideração a proporção das cotas estipuladas em lei, de modo a garantir o acesso das mulheres às instâncias de poder. Assegurar também que sejam previstos recursos para a capacitação e formação políticas das mulheres (BRASIL, 2002, p. 28).

O conjunto do movimento feminista se divide nos debates a respeito das cotas. Há uma polarização de idéias principalmente a respeito do percentual, que, para algumas correntes, deve ser de 50%, ao passo que outras, por exemplo, afirmam que as cotas devem ser de 30%. A argumentação das defensoras das cotas de 50% enfatiza que a participação das mulheres no poder não resolve a desigualdade, considerando uma contradição que feministas aceitem cotas de 30%. Esta proposta foi aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras realizada em Brasília, em 2002. Na Conferência Nacional de Políticas para as

Mulheres, promovida pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, em Brasília, em julho de 2004, foi retomada.

No Grupo de Trabalho 4, que discutia a questão dos direitos civis e políticos²², o debate sobre cotas foi bastante polarizado com relação à ampliação do percentual das cotas para 50%. As discussões, porém, foram pouco qualificadas, na medida em que não entrou em questão a ampliação da representação feminina nos Legislativos. No final, foi aprovado uma proposta de:

[...] adotar ações afirmativas não restritas à política de cotas, em diferentes iniciativas, programas e projetos na administração pública dos distintos níveis de governo, assim como nos processos eleitorais e nas práticas de gestão participativa e seus mecanismos, tais como os orçamentos participativos, e conselhos de gestão de políticas sociais (BRASIL, 2004, p. 39).

Essa proposta, se por um lado amplia o alcance das ações afirmativas, por outro deixa uma lacuna e uma indefinição a respeito do sentido político das cotas.

A polêmica sobre as cotas continua, principalmente quando se constata que nenhum partido conseguiu cumprir a reserva determinada por lei. Alves (2004, p. 1) considera que “os resultados tímidos da Lei se devem à forma como a legislação foi adotada no Brasil. A Lei reserva 30% das vagas para cada sexo, mas não obriga que cada partido preencha as vagas destinadas para o sexo que tem representação minoritária”.

Segundo Delgado (1996), na época da aprovação da Lei, foi necessário negociar um ponto de equilíbrio entre vontade em situações concretas e entre justiça e possibilidades reais. A luta do movimento feminista pela paridade é real; porém, no momento da aprovação da Lei de Cotas em 1995, a realidade conjuntural não permitia mais que 30%. Nem era possível aprovar a obrigatoriedade do cumprimento das cotas. Tal como foi aprovada, a Lei representou um ganho político, se considerarmos a estrutura da sociedade e as relações patriarcais que perpassam toda a sua estrutura.

²² Participei deste grupo na condição de sub-relatora eleita pelo grupo, que teve como coordenadora a Prof^a Jussara Prá (UFRGS), ex-conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Outro ponto polêmico discutido e debatido tanto pelas diversas correntes do movimento feminista como por setores da sociedade é o de que a Lei das Cotas não garante que a mulher tenha real acesso ao poder. Porém, as cotas traduzem um reconhecimento da desigualdade entre os gêneros, dá visibilidade à exclusão histórica das mulheres e possibilita a abertura de caminhos para novas conquistas. Em processo semelhante ocorrido na França, as feministas do Partido Socialista exigiram a ampliação das cotas para 50 % e, pelo menos nesse partido, a lista de candidatos/as é dividida igualmente.

Uma outra crítica bastante difundida por setores conservadores, quando da aprovação da referida Lei no Brasil, era a de que as mulheres não estavam preparadas para o exercício do poder, de que mulheres sem qualificação poderiam assumir postos diretivos ou no Legislativo, evidenciando a possibilidade de que fossem defender interesses familiares e/ou particulares. Tais argumentos reproduzem o mesmo discurso dos liberais dos séculos XVIII e XIX, que consideravam apenas os homens como indivíduos políticos e com capacidade de decidir os destinos da nação.

Contra-pondo-se a esses argumentos, dados recentes demonstram que a presença feminina em cursos superiores e em cursos de pós-graduação supera a masculina. Nos cursos de nível superior, com exceção da área tecnológica, as mulheres são maioria em praticamente todas as universidades brasileiras, conforme demonstram estudos de Passos (2001, p. 21-40) e Tabak (2002, p. 39-49). Nos cursos de pós-graduação, a participação feminina é de 50% e, em alguns cursos, a exemplo dos da área social, as mulheres são ampla maioria. Os argumentos, portanto, funcionam como mecanismos de interdição e reprodução da desigualdade que afasta e dificulta a inserção das mulheres nos espaços de poder.

Ainda contra-pondo-se a esse argumento, Delgado (1996) afirma que não se pode exigir das mulheres o que nunca foi exigido dos homens para entrar na política: atestado ideológico. Sabe-se que, com o aumento da participação das mulheres, a realidade poderá continuar a mesma, isto é, competência, qualificação e ideologia independem de sexo. Assim, haverá sempre tanto homens quanto mulheres, competentes ou não, defendendo interesses particulares e coletivos de grupos progressistas e conservadores. O que muda o perfil de cada ação política é a

filiação partidária e os interesses dos grupos que detêm a hegemonia em cada momento histórico.

Os exemplos mais visíveis dessa assertiva foram as ações e embates políticos recentemente empreendidos pelo Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional para aprovar a Reforma da Previdência e o novo salário mínimo – para citar apenas esses dois exemplos. Nesse evento, o partido defendeu uma proposta completamente diferente dos princípios históricos por ele defendidos desde sua fundação, o que ocasionou grandes rupturas²³ em seu quadro partidário.

No debate que se polarizou por toda a década de noventa, quando da aprovação das cotas, argumentaram também que as cotas iriam favorecer a entrada de mulheres descomprometidas com os interesses políticos das mulheres.

O certo é que a proposta das cotas é corrigir as desigualdades nas relações de gênero, estimular e ampliar o número de mulheres a participar do processo eleitoral e possibilitar sua inserção em espaços de poder. Não se pode, portanto, fazer uma triagem, segundo o compromisso feminista da candidata. Ampliar o número de dirigentes comprometidas com os interesses de gênero deve ser o resultado de um processo de articulação e organização das mulheres, no sentido de conquistar novas aliadas entre aquelas que ocupam postos diretivos.

As ações das redes feministas – a exemplo da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos, da Articulação de Mulheres Brasileiras, da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, da Articulação de ONGs de Mulheres Negras, da Comissão de Mulheres Trabalhadoras da CUT e de grupos como o SOS – Corpo, de Recife (PE), o Mulheres da Ilha, de São Luís (MA), e o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) (DF) – redimensionam os modelos de articulação e de participação. Remetem-nos, também, à compreensão de que o “exercício do poder funciona como algo dinâmico, que desperta novos interesses, demandas e motivações a quem quer que venha exercê-lo” (DELGADO, 1996, p. 146).

²³ Vale aqui mencionar as polêmicas levantadas pela senadora Heloisa Helena (PSOL/AL) e pelos/as deputados/as Luciana Genro (PSOL/RS) e Babá (PSOL/PA), denunciando as contradições do governo Lula ao insistir em aprovar tais matérias contrárias ao projeto político do partido. A tenacidade com que a senadora e os parlamentares defenderam tal posicionamento ocasionou a expulsão de todos eles dos quadros do PT e desgastou bastante a imagem do governo.

Os resultados das últimas eleições demonstram que as Cotas não irão mudar as relações de poder da noite para o dia, já que as mudanças na política se dão gradativamente. Ao analisar a história política do Brasil e o reconhecimento da mulher como sujeito, percebe-se que essas mudanças são mais lentas ainda. De qualquer maneira, concordamos com Delgado, quando afirma que as Cotas representam um elemento que modifica a composição dos órgãos diretivos, traz novas idéias para o debate e propicia uma nova forma de aprendizagem do exercício do poder.

Não pode ser vista, portanto, como uma medida isolada, verticalizada, mas como um instrumento que, por ser mais radical e de efeito mais rápido e contundente, pode criar condições mais favoráveis à implementação de outras reivindicações. Além disso, o debate que se estabeleceu na sociedade a partir de então abre possibilidades para ampliar o número de mulheres nas direções de sindicatos, partidos, assembleias, câmaras, etc., tendo um efeito multiplicador e contribuindo para tornar mais visível o cotidiano das mulheres e os obstáculos à sua integração na vida política.

Ao se compararem os resultados eleitorais da última década com os de décadas passadas, percebe-se alguma alteração no quadro de representação partidária nos Estados. No entanto, o fato de as cotas ter completado apenas uma década este ano torna prematuras análises mais aprofundadas sobre o tema. Qualquer leitura atual só pode ser interpretada como exploratória e qualquer conclusão mais categórica tende a ser precipitada, dado principalmente o descaso com que os partidos vêm tratando essa questão.

Embora o período seja curto para análises mais conjunturais sobre resultados eleitorais a partir da adoção da Lei das Cotas, há que se considerar, nas análises, o contexto envolvendo fatores sociais, econômicos e políticos, vistos como definidores do acesso de candidatas/as às listas partidárias.

Em se tratando das mulheres, outros obstáculos têm que ser considerados, tais como a compatibilização entre tensões e reivindicações, a possibilidade de conciliação das atividades públicas e privadas, aliadas aos muitos obstáculos estruturais decorrentes da própria situação econômica e cultural das

mulheres e o seu não reconhecimento como sujeitos políticos. Dessa forma, as cotas irão incidir num “momento posterior dessa trajetória após um processo de filtragem bastante longo, empiricamente comprovado, e desfavorável às mulheres” (ARAUJO, 1999, p. 84).

2. 3 UM BALANÇO SOBRE RESULTADOS ELEITORAIS DE 2002 E 2004

Ao avaliar as alterações no quadro de representação feminina nas últimas eleições, tem-se que considerar todos os fatores acima mencionados, o que significa filtrar, ao longo da trajetória política das mulheres, os mecanismos que obstruíram sua inserção na vida política.

No Brasil, embora as mulheres participem ativamente das campanhas, estejam na organização dos partidos e nos espaços políticos de um modo geral, essa participação é ainda muito tímida e pouco estimulada pelos seus pares. Isso vai se refletir nos números, evidenciadores de uma exclusão política não mais justificada hoje, haja vista as mudanças que se processaram no País nas últimas décadas, entre as quais a vitória do Partido dos Trabalhadores. Os quadros apresentados a seguir demonstram que a desigualdade na divisão de poder entre os gêneros em diferentes instâncias de participação e representação política no Brasil é ainda um caminho longo a ser percorrido.

Atualmente, as mulheres constituem 8,2% dos/as representantes responsáveis pela elaboração de leis e controle das ações do Executivo²⁴. São 42 deputadas, num universo de 515 deputados que compõem a Câmara Federal. Se considerarmos o pleito anterior, de 1998, cuja bancada feminina era de 28 deputadas eleitas, que representavam cerca de 5,6% do total de representantes na Câmara Federal, verificamos um incremento de 45 % na atual legislatura.

²⁴ É competência do Legislativo representar os anseios da população através da formulação de leis e controle do Executivo, assegurar recursos para a implementação de políticas públicas que garantam a viabilidade de programas e medidas capazes de superar os dilemas da sociedade.

QUADRO 2 – DEPUTADAS/OS FEDERAL ELEITAS/OS NA ÚLTIMA DÉCADA

PERIODO LEGISLATIVO	DEPUTADAS	DEPUTADOS	TOTAL
2003/2006	42	471	513
1999/2002	28	485	513
1995/1998	34	967	513
fonte: IBAM (2004)			

Se comparadas com o pleito de 1994, quando se elegeram 34 deputadas, perfazendo 6% do total de parlamentares, percebe-se que houve uma redução na representação em relação às eleições de 1998. Quando comparamos as eleições de 2002 com as de 1982, quando foram eleitas 8 deputadas, num momento que o Brasil respirava os primeiros ares da abertura política, pode-se então considerar que houve um relativo aumento na representação feminina nos últimos vinte anos, diminuindo o fosso existente entre os gêneros, no que se refere à participação no Legislativo. A desigualdade, entretanto, ainda permanece, quando se compara quantitativamente. Além disso, dos países da América Latina, o Brasil é o que tem a menor representação feminina, conforme evidencio no Quadro 1.

No que se refere ao Senado, estabelece-se a mesma relação desigual: das 81 cadeiras, apenas 11 são ocupadas por mulheres, o que representa 12,3%. Para ilustrar melhor esses dados, apresentamos nos quadros abaixo os quantitativos numéricos da representação feminina por Estado e partido e, no Quadro 3, a evolução da representação feminina nos dois últimos pleitos.

QUADRO 3 – REPRESENTAÇÃO FEMININA NO SENADO FEDERAL

SENADORA	ESTADO	PARTIDO
Marina Silva *	AC	PT
Fátima Cleide	RO	PT
Serys Marly	MT	PT
Ana Júlia	PA	PT
Patrícia Gomes	CE	PPS
Roseana Sarney	MA	PFL
Idely Salvati	SC	PT
Lucia Vânia	GO	PSDB
Heloisa Helena*	AL	PSOL
Maria do Carmo*	SE	PFL
*Essas senadoras foram eleitas no pleito de 1998 (CFEMEA, 2002, p. 6). A senadora Marina Silva é a atual ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário.		

QUADRO 4 – SENADORAS/ES ELEITAS/OS

PERIODO LEGISLATIVO	SENADORAS	SENADORES	TOTAL
2003/2011	8	47	55
1999/2007	2	26	28
Fonte: IBAM (2004).			

Nas análises sobre a representação feminina no Senado Federal, não se pode deixar de evidenciar o fato de que 60% da bancada feminina eleita pertencem ao Partido dos Trabalhadores e que 70 % das senadoras pertencem às regiões Norte e Nordeste do Brasil, caracterizadas por cientistas políticos como grandes redutos masculinos marcados pelo patriarcado, pelo caciquismo e pelas oligarquias dos partidos considerados conservadores. A maioria das senadoras eleitas representa partidos considerados de esquerda ou de centro-esquerda²⁵, trazendo

²⁵ Embora hoje esteja sendo rediscutido o sentido de direita e esquerda, a literatura política considera partidos de esquerda aqueles cuja origem representam os anseios de segmentos excluídos, contrapondo-se a interesses de grupos hegemônicos marcados pelas relações capitalistas. Nessa característica se enquadra o Partido dos Trabalhadores, que até há bem tempo constituía, na visão de muitos cientistas políticos, uma quase unanimidade.

assim elementos para novas análises de pesquisadores dessa área. Se fizermos uma projeção desse espaço comparando duas décadas passadas, quando a única senadora eleita era Eunice Michilis, também representando um Estado do Norte (AM), constata-se então que o Senado Federal foi mais permeável às mulheres e que as regiões consideradas economicamente mais atrasadas do País são, ironicamente, as que têm se mostrado mais abertas à inserção de mulheres no poder.

Na representação partidária, a bancada que mais elegeu mulheres na Câmara Federal, a exemplo do que já ocorreu no Senado, foi o PT. Das 42 deputadas eleitas, 14 pertencem aos quadros do Partido dos Trabalhadores, que elegeu um total de 91 deputados. As outras 28 estão divididas entre: PFL e PSDB (cada um dos quais elegeu 6 deputadas), PMDB e PC do B (elegeram 4 deputadas cada um), PSB e PTB (elegeram 2 deputadas cada) e PDT, PSD, PST e PPB (cada um tendo elegido 1 deputada).

Em termos percentuais, em relação aos gêneros, é o “PC do B que apresenta a maior bancada (29,4%). São 5 mulheres eleitas num total de 17 deputados” (CFEMEA, 2002, p. 7). Em seguida, vêm: o PSC (23,1%); o PT, que elegeu 14 mulheres (19,7%) e 77 homens; o PMDB, tendo elegido 4 deputadas (16,4%) e 70 deputados; o PSDB, com 6 mulheres eleitas (15,8%) e 65 homens; o PFL, tendo elegido 6 mulheres e 78 homens; o PSB, com 22 deputados/as eleitos/as, dos quais duas são mulheres (15,2%). Vale ressaltar o fraco desempenho do PPB, que não elegeu nenhuma mulher, dos 49 deputados eleitos. Em relação aos Estados, São Paulo e Rio de Janeiro foram os que elegeram as maiores bancadas femininas, seguidos do Rio Grande do Sul, que elegeu quatro mulheres.

QUADRO 5 – REPRESENTAÇÃO FEMININA POR ESTADO NO CONGRESSO NACIONAL 2003/2007

ESTADOS	Nº DE DEPUTADAS ELEITAS
Acre	1
Amapá	1
Bahia	2
Distrito Federal	1
Espírito Santo	2
Goiás	2
Maranhão	2
Mato Grosso	2
Minas Gerais	1
Pará	1
Piauí	1
Paraná	1
Paraíba	2
Rio de Janeiro	6
Rio Grande do Norte	2
Rio Grande do Sul	4
Rondônia	1
Roraima	2
Santa Catarina	1
São Paulo	6
Tocantins	1
TOTAL	42

Na composição das mesas diretoras e nas comissões no Congresso Nacional, as mulheres estão praticamente ausentes, exceções da senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que ocupa a 2ª suplência na Mesa do Senado. Das dezoito Comissões Permanentes de Trabalho na Câmara Federal, três são presididas por mulheres. No Senado, embora tenhamos dez mulheres compondo aquele poder, nenhuma delas está na presidência ou vice-presidência das oito comissões existentes.

Os índices para as Assembleias Legislativas são um pouco mais elevados, porém, não há uma alteração substancial em relação à Câmara Federal. Das eleições de 1994 às de 2002, houve um aumento de deputadas estaduais da

ordem de 25,5%. Hoje, são 133 deputadas representando 12,5%, quando, em 1998, eram apenas 103, o que representava 10% dos integrantes. Em 1994, as deputadas representavam em torno de 6%.

QUADRO 6 – DEPUTADAS/OS ESTADUAIS ELEITAS/OS NA ÚLTIMA DÉCADA

PERIODO LEGISLATIVO	DEPUTADAS	DEPUTADOS	TOTAL
2003/2006	133	926	1059
1999/2002	103	944	1047
1995/1998	80	967	1047

Fonte: IBAM (2004).

Dos Estados que elegeram a maior bancada feminina no Legislativo estadual, destaca-se o Rio de Janeiro, que elegeu 15 deputadas, São Paulo e Minas Gerais, que elegeram 10 parlamentares cada um. Maranhão, Ceará, Pará e Pernambuco elegeram oito deputadas. “Em termos relativos, a bancada feminina, em cada Assembléia / Câmara Legislativa é mais expressiva nos seguintes Estados: Sergipe (25%), Rio de Janeiro e São Paulo (21,4%), Distrito Federal (20,8%), Pará (19,5%) e Maranhão (19%)” (CEFMEA, 2002, p. 7).

No Legislativo estadual, os dados apontados pelo CFEMEA (2002, p. 6-7) também indicam que está filiada ao PT a maioria das deputadas eleitas na atual legislatura. Em termos numéricos, esse partido está representado por um total de 29 deputadas, seguido do PSDB e o PMDB, com 22 deputadas cada um, do PSB e do PFL, com 9 eleitas cada.

QUADRO 7 – REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS LEGISLATIVOS ESTADUAIS

DEPUTADAS ELEITAS P/ ESTADOS	2003/2006	1999/2002	1995/1998
Acre	2	1	-
Alagoas	2	3	1
Amapá	3	2	1
Amazonas	3	-	1
Bahia	6	7	4
Ceará	8	4	-
Distrito Federal	5	3	2
Espírito Santo	5	1	2
Goiás	7	7	4
Maranhão	8	8	3
Mato Grosso	1	2	2
Mato Grosso do Sul	2	1	1
Minas Gerais	10	5	1
Para	8	7	6
Piauí	2	2	2
Paraná	4	1	1
Paraíba	2	7	4
Pernambuco	6	1	2
Rio de Janeiro	15	12	11
Rio Grande do Norte	4	4	3
Rio Grande do Sul	2	4	5
Rondônia	1	2	5
Roraima	2	4	3
Santa Catarina	2	2	1
São Paulo	10	7	11
Sergipe	6	3	3
Tocantins	2	2	-
TOTAL	133	103	80

A presença feminina nas Câmaras Municipais em termos proporcionais é semelhante à do Senado: as mulheres representam 12% do total de vereadores/as eleitos/as no pleito de 2004. Foram 51.819, dentre os quais 45.257 são homens e 6.555 são mulheres. Embora tenha havido um decréscimo com relação às eleições de 2000, em virtude dos ajustes determinados pela nova lei eleitoral, que diminuiu o

número de vereadores/as em diversas Câmaras Municipais²⁶, mesmo assim, em termos percentuais, a representação feminina aumentou, tendo em vista que, nas eleições de 2000, as vereadoras correspondiam a 11,6% do total de vereadores eleitos em todo o País. Se compararmos esses dados com os de 1982 – pontua-se essa data por coincidir com o início da “abertura política” do País –, quando as mulheres representavam apenas 3,5%, fica evidente um relativo crescimento da presença feminina nessas instâncias de poder.

Esse crescimento tem sido gradativo, uma vez que, em 1992, o índice situava-se na faixa dos 8%. Nas eleições de 1996, esse percentual passa corresponder a 11% do total de representantes nas Câmaras Municipais. Entretanto, quando comparamos os atuais números de vereadores e vereadoras, acima mencionados, percebe-se que a desigualdade perpassa os cotidianos das cidades e se reproduzem nos mais longínquos rincões do Brasil, desafiando o tempo e a ação política que as mulheres têm empreendido mais intensamente nas últimas décadas.

QUADRO 8 – VEREADORAS/ES ELEITAS/OS NA ÚLTIMA DÉCADA

PERÍODO ELEITORAL	VEREADORAS	VEREADORES	TOTAL DE MUNICIPIOS
2005/2008	6.555	45.257	5.559
2001/2004	7.001	53.266	5.559
1997/2000	6.598	51.725	5.505
1993/1996	3.964	48.998	4.972
Fonte: IBAM (2004), TRE (2005).			

Para Alves (2004) e Rodrigues e Bosselli (2004), tem crescido o número de mulheres que se candidatam, fazendo com que proporcionalmente também aumente o número de eleitas. Mas, segundo estes autores, ainda é muito pequeno o número de mulheres que pleitearem cargos nos Executivos e nas Câmaras Municipais.

²⁶ No Município de Araraquara, por exemplo, o número de vereadores diminuiu de 21 para 12 vereadores.

Nas análises sobre proporcionalidade de candidatas a prefeita por Estados, percebe-se que Minas Gerais (6,9%), Rio Grande do Sul (5,5%), Acre (4,4%) e Santa Catarina (3,8%) são os Estados com o menor número de mulheres candidatas, contrariando hipóteses de que, quanto mais desenvolvidos os locais e mais esclarecida a população, menor a incidência de discriminação de gênero. O percentual de mulheres candidatas nos Estados de Alagoas (15,6%), Amapá (15,3%), Maranhão (14,8%) e Rio Grande do Norte (14,4%) dão margem para novas interpretações, em virtude de esses Estados estarem localizados nas regiões mais pobres do País, a exemplo do quadro do Senado Federal comentado anteriormente.

QUADRO 9 – PREFEITAS/OS ELEITAS/OS NA ÚLTIMA DÉCADA

PERÍODO ELEITORAL	PREFEITAS	PREFEITOS	TOTAL DE MUNICÍPIOS
2005/2008	418	5.143	5.562
2001/2004	318	5.241	5559
1997/2000	304	5.201	5.505
1993/1996	171	4.801	4.972
Fonte: IBAM (2004).			

Os quadros apresentados evidenciam as dificuldades das mulheres de ultrapassar os limites das democracias liberais, na medida em que não têm sido levados em conta os princípios de igualdade, paridade e equidade. Vários são os mecanismos que as mantêm afastadas dos cargos eletivos, realidade também retratada em diversos países, como bem enfatizam pesquisadoras como Dahlerup (1999) e Wodak (2004):

A posição das mulheres nas instituições políticas está sumamente influenciada pelos fatores que determinam as condições das mulheres em geral: a divisão do trabalho por sexo, a socialização das crianças e dos adultos, as atitudes para com as mulheres, a distribuição do poder entre os sexos na vida econômica e familiar (DAHLERUP, 1999, p. 145).

[...] mesmo que as mulheres busquem igualdade de tratamento, o que de fato acontece é que as mulheres ainda têm que justificar sua existência nos domínios públicos e freqüentemente competir com os estereótipos conservadores, enquanto os homens não precisam encarar essa pressão por legitimação. Eles são aceitos a priori, pelo fato de serem homens (WODAK, 2004, p. 267).

Essas assertivas confirmam o longo percurso que as mulheres ainda terão que fazer, para que a democracia se concretize como um sustentáculo da igualdade de gêneros e que a política se transforme num espaço acessível para as mulheres, uma vez que a igualdade e a distribuição eqüitativa dos poderes estão imbricadas com a diluição das relações de dominação.

***3 MULHER E PODER NO MARANHÃO:
AÇÃO POLÍTICA E AÇÃO PARLAMENTAR
DAS DEPUTADAS MARANHENSES***

A ausência de estudos no Maranhão que reconstruam a trajetória de lutas das mulheres na política é uma lacuna que contribui para que oficialmente a sociedade desconheça os sujeitos femininos que construíram formas de rebeldia, opondo-se aos modelos tradicionalmente permitidos às mulheres. Essas figuras não se deixaram dominar pelo conformismo da época e ousaram pensar uma sociedade diferente daquela determinada pelos padrões vigentes.

As mulheres, da mesma forma que os negros, os indígenas e os homossexuais, têm estado à frente de vários movimentos na luta pela construção de uma sociedade democrática no Maranhão. Entretanto, sua participação ficou, até há bem pouco tempo, desconhecida da grande maioria da sociedade²⁷.

Localizar historicamente a presença de muitas mulheres que se rebelaram contra os modelos patriarcais, que ousaram entrar na vida pública, sendo consideradas nossas precursoras na política, é também objeto desta tese. Essas mulheres deram contribuições significativas à sociedade maranhense; entretanto, segundo Ferreira (2001, p. 104),

[...] não foi dado [a elas] o reconhecimento público, a não ser em citações esporádicas de pesquisadores/as ou de amigos/as e parentes distantes que reverenciam suas memórias e reconhecem sua contribuição social e política, a exemplo de Ana Jansen, Maria Firmina dos Reis, Zuleide Bogéa, Lilah Lisboa, Rosa Mochel, entre outras.

3.1 AS MULHERES NA POLÍTICA MARANHENSE: DESVENDANDO O PASSADO PARA ILUMINAR O PRESENTE

Essas mulheres são desconhecidas da grande maioria da sociedade maranhense, a exemplo de tantas outras que foram personagens de uma história contada a partir de heróis masculinos, num cenário montado por homens e que favorecia e ainda favorece o brilho destes. Entretanto, construíram com gritos e silêncios uma nova história, cujos espaços de participação têm se alargado à medida que a sociedade também vai reformulando seus modos de pensar.

²⁷ Dos poucos estudos abordando essa temática, ressaltamos os trabalhos de Sousa (2001), Ribeiro (2002), Abreu, (2002) e Moreno (2005).

Ao falar da história de mulheres detentoras de poder no Maranhão, a figura de Ana Jansen inevitavelmente aparece, em virtude dos poderes incontestáveis que essa mulher exerceu entre as décadas de 30 e 60 do século XIX. Ana Joaquina Jansen Pereira Leite, a popular ‘Ana Jansen’, ‘Nhá Jansa’ ou simplesmente ‘Donana’, tornou-se conhecida pela personalidade forte, voluntariosa e impositiva. A ela são atribuídos vários fatos, verídicos e lendários, pois muitas são as interpretações que fazem parte do imaginário dos/as maranhenses sobre o poder e a forte influência exercida por Ana Jansen na política maranhense. Nesse período, essa mulher “conquistou seguidores, reuniu adeptos, liderou partidários e se firmou com o poder que lhe conferiu o cognome de ‘Rainha do Maranhão’” (MORAES, 1999, p. 11).

Ao mergulhar nos arquivos históricos para desvendar parte dessa história, localizei artigos em jornais do início do século XX nos quais as mulheres se manifestavam às vezes de forma doce, outras vezes indignadas com as relações de opressão, mas sempre descontentes por não terem direito ao voto. Vejamos um artigo de Violeta Campos (1929) intitulado “Feminismo”²⁸:

É preciso que eu intervenha: é necessário que eu chegue a tempo de impedir o descrédito moral de meus filhos, ainda pequeninos, a fim de lhes preparar a senda luminosa, por onde deve trilhar um verdadeiro cidadão, que respeita e ama seu país [...] nem todas as mulheres são bonequinhas de Tanagra, coração de mel e cabecinha vazia. Nem todas são somente estômago. [...] Há inteligência, aliada a severos princípios.

Todos os homens têm os seus direitos de cidadania [...], votam os carregados de dinheiro, vazios de consciência e ignorantes das causas bellas e nobilitantes, de embrulho como verdadeiros homens, que dignificam a sua bandeira [...]. Votam todos eles, uns porque são homens patriotas, outros porque pertencem ao gênero masculino apenas. E às mulheres, embora nobres no seu character, altivas nas suas virtudes, honestas nas suas consciências, briosas, leais, não é permitido o direito ao sufrágio, só e somente porque são mulheres! Muito bem [...] Não, senhores homens, isso terá que ruir! Ruirá! A mulher vencerá pela habilidade, pelo altruísmo e pelo sacrifício.

Naquela época, era comum jornais abrirem espaços para grandes debates. Os registros das polêmicas travadas entre Maria Conceição Motta, uma jovem acadêmica de Direito, com Serrão Ribeiro nesse mesmo jornal merecem ser destacados, não apenas pelas denúncias de corrupção que ela fazia contra os

²⁸ Artigo publicado no Jornal Folha do Povo em 1929.

homens, mas, principalmente, pela atualidade de seus argumentos e pelo fato de ser uma mulher a romper com os mecanismos de interdição, numa época em que o acesso das mulheres à esfera pública era restrito.

Ao transpor sua indignação para o mundo dos letrados, Conceição Motta demonstrava estar não apenas sintonizada com as lutas políticas travadas pelas mulheres em vários cantos do País, mas demonstrava também competência para formular tais argumentos, uma vez que “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 2004, p. 37). No artigo em que ela defendia “O voto feminino”, Motta (1929) enfatizava:

Antigamente a mulher não representava nenhum papel na sociedade: [...] era uma escrava do homem. Só este tinha o direito de procurar civilizar-se. [...] O homem que a manteve, durante muito tempo como serva humilde, acompanha inquieto a marcha ascendente do chamado sexo frágil, na sociedade.

Alguns, receando que se aniquile completamente o prestígio de que dispõem, combate a maior aspiração feminina: o voto. Por que não querem que a mulher exerça os direitos políticos? Pensarão que não tem amor a Pátria e não tem o direito de escolher os dirigentes do País. Não a julgarão, porventura, capaz de manifestar, livre e eficazmente, a sua vontade sobre os problemas que afectam os destinos da nação?

Não! Não é nada disso! Os que não favorecem a causa feminina são uns pobres de espírito, indivíduos cheios de preconceitos, criaturas fúteis [...] Negam o direito de voto à mulher enquanto o concedem a homens, muitos dos quais recebem por elle, sem a menor repugnância, o preço de sua vilania, custeada pelos cofres públicos desta Pátria infeliz. [...] Não desanime, mulher. E espere pelo dia em que possa fazer parte da República sem restrição de direitos [...] engrandecendo a Pátria, livre da tullella humilhante em que ainda permanece. (MOTTA, 1929).

Pelo tom dos artigos publicados, percebe-se uma semelhança entre as falas das maranhenses e das francesas, a exemplo Jeanne Derroin em 1848. Mesmo sem compará-las, agora, a sintonia dos discursos dá a dimensão da riqueza dos debates nesse período, pois “o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade” (FOUCAULT, 2004, p. 49) e deve ser compreendido “como um conjunto de acontecimentos” (Id. *ibid.*, p. 57). São esses acontecimentos retratados na imprensa maranhense que possibilitam afirmar que as lutas das sufragistas no Brasil não se concentraram apenas no Sul e no Sudeste do País.

No Maranhão, a realidade é semelhante à do restante dos estados brasileiros, ou seja, as relações sociais são conservadoras e excludentes. Não obstante, nas eleições de 1998 e de 2002 houve uma alteração substancial na composição do Legislativo, em comparação aos períodos anteriores (1982-1994), embora esse não seja um fato surpreendente, já que, ao desvendarmos a história da participação das mulheres no Legislativo maranhense, identificamos sua presença desde a primeira eleição, em 1934, logo após a conquista do voto (Quadro 10).

Nesse período, o Maranhão já se destacava como um dos Estados cuja presença feminina na política fazia contraponto a um cenário profundamente marcado por valores masculinos. A presença de uma prefeita, Joana dos Santos Rocha, conhecida como D. Noca, no município de São João dos Patos (MA), em 1934, e as fortes influências que exerceu durante mais de duas décadas fornecem elementos para análises mais profundas sobre o poder das mulheres neste Estado. A Revista do Globo (1951, p. 15) chama a atenção para a importância de D. Noca, ao enfatizar que:

Durante dezesseis anos ela ocupou o cargo de prefeito na sua terra, São João dos Patos; e foi a primeira mulher a dirigir os negócios municipais numa unidade brasileira. Mas nem por ter deixado a prefeitura D. Noca deixou de governar o município, onde até agora nada se faz sem a sua ordem, autorização ou aprovação, tácitas ou expressas. Sua casa, um vasto casarão [...] é há um tempo prefeitura, delegacia de polícia e tribunal onde são julgadas com um agudo senso de justiça salomônica. É também uma casa de negócios, pois em D. Noca, uma coronela²⁹ do sertão, a comerciante revela-se à primeira vista.

Uma crônica escrita por Raquel de Queiroz em 1950 revela que a formação dessa líder política foi favorecida pela educação dada pelo seu pai, que a acostumou desde menina a tomar decisões e a fazer escolhas, pois acreditava em “liberdade feminina e igualdade entre os sexos e criou a filha de acordo com o que pensava” (QUEIROZ, 1950, p.122). Quando seu pai morreu, D. Noca assumiu os negócios da família, sendo convidada pelo interventor, em 1934, a assumir a

²⁹ O repórter autor da matéria também se encarrega de traduzir o sentido de coronel. “O coronel, no sentido brasileiro da palavra, com suas responsabilidades políticas, seu imenso prestígio eleitoral, sua fortuna, suas ameaças, mas sempre capaz de uma finura admirável quando se trata de sugerir ao forasteiro as suas alcandoradas virtudes [...] Conheci a D. Noca prefeita, a mulher de uma consciência cívica incomum, cuja administração em São João dos Patos contém lições relevantes” (GLOBO, 1951, p. 17).

administração da cidade. O convite foi formulado depois de D. Noca, então com trinta e dois anos, ter se dirigido até o interventor para reclamar da situação política do município. Ao comentar a administração da prefeita, Queiroz (1950, p. 122) enfatizou que:

[...] consertou o errado, e fez o que não se fazia, abriu estradas, limpou a cidade, fomentou a instrução, melhorou as ruas, ergueu prédios. Tão forte é seu prestígio naquela terra, que de 1934 para cá podem mudar as situações políticas do país e do Estado, mas D. Noca não muda. Continua na chefia do Município inalteravelmente.

Na década de quarenta, também se destacou na administração municipal a prefeita Dalva Bacelar – posteriormente deputada constituinte maranhense nas eleições de 1947 –, no município de Coelho Neto³⁰. Em sua administração, priorizou a organização fundiária do município, em virtude de litígios com a Igreja Católica que já duravam anos. Por essa razão, enfrentou a oposição do Padre Alfredo Bacelar, que se tornou grande adversário da família da prefeita. Foi dele o comentário jocoso quando a prefeita se dirigia a cavalo para dar expediente na prefeitura: “A prefeita está tão convencida que vai querer ser deputada”. Eu disse: ‘Padre Alfredo, o senhor me deu uma idéia, pois eu vou ser deputada!’” (Dalva Bacelar, ex-prefeita e ex-deputada maranhense).

As histórias dessas mulheres revelam um poder feminino ainda pouco estudado e ainda não completamente resgatado pela historiografia de um período em que não era dado às mulheres o direito de votar nem de estudar. Ao ilustrar minhas análises enfatizando a importância dessas mulheres, quis chamar a atenção para o fato de que, no Estado do Maranhão, assim como nos Estados do Rio Grande do Norte, Pará e Paraíba, existem vários exemplos de mulheres em cargos de poder.

³⁰ O município de Coelho Neto está localizado na região denominada Baixo Parnaíba, entre os municípios de Duque Bacelar, Afonso Cunha e Caxias. Foi elevado à categoria de Cidade em 1938 e perdeu parte de seu território para Duque Bacelar, criado em 1954, em homenagem ao pai da deputada, Raimundo de Mello Bacelar, conhecido como Duque Bacelar (CARDOSO, 2001).

3.2 A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO LEGISLATIVO MARANHENSE

Na primeira eleição após a conquista do voto feminino, realizada em 1934, o Maranhão elege duas mulheres: Hildenê Gusmão Castelo Branco, eleita pelo Partido Republicano, e Zuleide Fernandes Bogéa, pela União Republicana Maranhense (URM)³¹. Por esse partido, também se candidatou a professora Rosa Castro, reconhecida pela contribuição dada à educação do Maranhão, onde atuou durante muitos anos como vice-presidente do Conselho Estadual de Educação. Rosa Castro, no entanto, perdeu a eleição para a também professora Zuleide Bogéa por uma diferença de um voto (MOTA, 2003).

Reconhecida como educadora e política, Zuleide foi autora de inúmeras cartilhas educativas e, em 1920, fundou o Colégio São Luís Gonzaga. Foi uma mulher independente e obstinada na conquista de seus objetivos. Num de seus depoimentos, ela enfatizava: “eu concorri com muitos homens, fui eleita deputada, fui atuante e muito melhor que muitos homens” (MOTTA, 2000, p. 295). O período de sua atuação no Legislativo maranhense coincide com a fundação da Ação Feminina Integralista da Província do Maranhão (28 de julho de 1934), chefiada por Lilah Lisboa de Araújo, única candidata maranhense a deputada federal no período e que, no entanto, não foi eleita.

Nas eleições de 1947, o Partido Proletário Brasileiro (PPB), controlado por Vitorino Freire, elege Sebastião Archer da Silva como governador. Ele indica vinte representantes para elaborar a Constituição do Estado, dentre as quais Maria Dalva Bacelar, representante dos municípios de Coelho Neto, Buriti e Chapadinha, e única mulher eleita nesse período (O GLOBO, 18/03/1947). É também a mais jovem deputada, eleita com apenas vinte e dois anos.

Dalva Bacelar é filha de um tradicional comerciante do Maranhão, pertencente à família Bacelar, que ainda hoje domina a região de Coelho Neto,

³¹ A União Republicana Maranhense era um partido de oposição ao governo do então interventor do Maranhão Magalhães de Almeida, um dos responsáveis pela crise de 1935, na qual o Maranhão teve dois governadores e duas Assembléias Legislativas. Essa crise foi agravada pelo rompimento da URM com o governo, devido ao não cumprimento de um acordo, fazendo com que o grupo da deputada Zuleide Bogéa se rebelasse, recusando o projeto de Constituição. A crise foi vencida com a prisão do grupo oposicionista, entre os quais Zuleide Bogea (BUZAR, 1998), (MOTTA, 2000).

grande produtora de óleo de babaçu. Conclui seus estudos em 1942 e, logo em seguida, é nomeada prefeita de Coelho Neto pelo então interventor Saturnino Belo, iniciando, assim, sua vida pública. Era “uma época que moça não saía sozinha”, enfatiza Dalva Bacelar³². Para administrar os negócios da prefeitura, a prefeita viajava para São Luís, muitas vezes acompanhada de seu irmão mais jovem.

A juventude e a determinação de Dalva Bacelar foram, sem dúvida, pontos que marcaram sua carreira política. De imediato, ela percebeu que melhorar as condições do município passava por decisões que vinham “mais de cima”. Embalada pela “indireta” do padre Alfredo Bacelar, resolveu candidatar-se a deputada estadual. Alertada pelo pai, que lhe informou que não seria possível se eleger apenas por Coelho Neto, a então prefeita viajou pelos municípios de Chapadinha, Buriti e Brejo, em busca de apoios de líderes políticos locais.

Decididos os apoios, Dalva se encontra com o grupo político do qual fazia parte, cujo dirigente era o senador Vitorino Freire. “*Mas estava sobrando candidato! ‘Eu não sei o que fazer’, dizia Vitorino Freire. Eu insistia: ‘Quero ser candidata! Vim aqui para sair candidata!’*”. Sua determinação em se candidatar fez com que fosse convidada por Alexandre Colares Moreira, antigo aliado de Vitorino Freire, filiado ao Partido Republicano Brasileiro. Sobre esse episódio, comenta Buzar (2005, p. 3):

O recado de Colares Moreira chegou no momento certo aos ouvidos de Vitorino Freire, que imediatamente mandou chamá-la para tomar conhecimento da solução encontrada pela cúpula palaciana: o jovem Ivar Saldanha aceitara o convite para dirigir a Caixa Econômica Federal, cedendo a vaga a Dalva para concorrer ao pleito.

Dalva Bacelar foi eleita com 929 votos, porém teve que enfrentar batalhas judiciais travadas contra o juiz de Coelho Neto, que usou muitos artifícios para anular sua eleição. A deputada relembra esse período, evidenciando as dificuldades que se enfrentavam para votar e também para garantir lisura nas eleições:

[...] era muito fácil anular eleição naquela época, porque se votava nos envelopes, se uma urna tivesse mais votos que a quantidade de eleitores, era nula, bastava botar mais um envelope dentro da urna para anular. Tinha que se fazer fiscalização até a hora de chegar ao Correio, quando a urna

³² Tive oportunidade de entrevistar Dalva Bacelar em sua residência em Recife – PE, no dia 7 de novembro de 2005. Conversamos longamente sobre como ela se inseriu na política, suas dificuldades como prefeita e deputada e as razões por que se afastou da política. A ex-deputada, hoje com oitenta e um anos, foi recentemente homenageada pela Assembléia Legislativa do Estado, por ocasião do Dia Internacional da Mulher.

chegava lacrada. Do Correio, ia para a junta apuradora, que era feita em Caxias. Viajava-se de caminhão, em uma estrada muito ruim. Na minha eleição, fomos informados que as urnas iam ser violadas no caminho a Caxias, então meu pai denunciou ao delegado, acionamos um caminhão com soldados e o delegado acompanhou a entrega da urna em Caxias, foi muito difícil de me eleger! (Deputada Dalva Bacelar).

Tais obstáculos, todavia, não a impediram de ser empossada no dia 29 de março de 1947: “Ao ingressar no plenário não se deixou intimidar com a grande maioria masculina que ali marcava presença” (BUZAR, 2005, p. 3).

De sua atuação no Legislativo, Dalva ressalta a oposição do deputado Fernando Viana, cunhado do Padre Alfredo Bacelar: “*Este deputado me chamava de Sinhá Moça*”, uma alusão a seus cuidados com a aparência, sempre arrumada. Dos projetos que apresentou, todos estavam relacionados a recursos aos municípios da região, “*todos muito pobres*”.

A entrada de Dalva na política coincide com o período em que Vitorino Freire se firma definitivamente na política, elegendo-se senador também pelo PPB. Esse político foi conhecido pelo combate truculento a seus adversários e manteve um poder oligárquico por mais de 20 anos³³, somente vindo a ser derrotado em 1966, por seu antigo aliado, atual senador José Sarney. Este, por sua vez, mantém há quarenta anos o controle do Estado, através de uma oligarquia que se renova nos anos subseqüentes, com a adesão de antigos opositores, a exemplo do senador Cafeteira, opositor mais duro ao sarneísmo, e posteriormente de Conceição Andrade e de seu partido, o PSB.

A trajetória de José Sarney é vinculada inicialmente a Vitorino Freire. Posteriormente, integrou-se ao grupo das Oposições Coligadas (PSP, UDN, PR, PDC), elegendo-se deputado federal. Mas, pela sua história, marcada por idas e vindas em diferentes partidos, ainda hoje tão em voga no cenário nacional, não é de surpreender que, já em 1960, fosse acusado de trair o grupo do qual fazia parte:

³³ Sobre esse período existe, uma vasta literatura publicada. Vale a pena destacar, dentre muitas, as obras “O vitorinismo” (BUZAR, 1998) e “Vitorinistas e opositoristas” (BUZAR, 2001), nas quais o autor analisa mais profundamente esse período. Vale ressaltar que, no estudo de Gonçalves (2000), a autora desconstrói essa categoria, ao enfatizar que “A categoria ‘vitorinismo’ foi instituída pelo próprio grupo de José Sarney. No entanto, ele próprio não se referia ao período que antecedeu ao seu governo como tal. Somente a *posteriori*, José Sarney passa a utilizar essa classificação pertinente ao corte arbitrário na história política do Maranhão” (GONÇALVES, 2000, p. 59).

Em 1960, a UDN abandonou a Frente Opositorista para apoiar a candidatura vitoriosa do PSD ao governo estadual (Newton Belo), obtendo em troca nomeação de inúmeros cargos na administração estadual. Este posicionamento custou ao partido e, em especial, ao seu presidente estadual (José Sarney) as mais severas críticas por parte dos demais segmentos oposicionistas, que consideraram o acordo PSD/UDN espúrio (COSTA, 2001, p. 67).

A construção de seu poder se fortalece com a eleição ao governo do Maranhão, em 1966: “Vitória eleitoral e consagração popular sob tutela militar, num curioso processo de ‘libertação pelo alto’”, como enfatiza Costa (2001, p. 75). Sua condição de “herdeiro” político das Oposições Coligadas “transformaram José Sarney em uma liderança de tipo popular / populista” (COSTA, 2001, p. 76). Mas a sua trajetória, segundo Gonçalves (2000, p. 59),

[...] não se relaciona ou se autodefine por agremiações partidárias, principalmente por partido político ou por seu ideário. Proclama um critério concernente ao estado burocrático, mas se mantém ligado efetivamente a atributos familiares naquilo que denomina “*nobreza rural decaída e decrepita*” (SARNEY, 1980, p. 145). Reforça, assim, certa “condição dinástica” pela qual se impõe. Nesse sentido, prevalece um componente de dominação tradicional, dinástico e não fundada nos critérios do aparato burocrático.

O poder dessa oligarquia atravessou as fronteiras do Maranhão, consolidando-se com a eleição do então senador José Sarney à presidência do País, posição conquistada com a morte do presidente Tancredo Neves³⁴. Desprestigiado no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), hoje esse senador é um dos aliados do presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Nas eleições de 2002, Sarney apóia a candidatura de Lula, estratégia política que beneficiou os dois grupos: por um lado, Lula demonstra flexibilidade ao se aliar a um político conservador, comprovando assim que tinha perdido sua “radicalidade”; Sarney, por sua vez, vindo de um período de bastante hostilidade no governo Fernando Henrique Cardoso – após a derrota de sua filha Roseana Sarney, envolvida num escândalo que teve repercussão nacional, quando pesquisas eleitorais a indicavam como candidata com potencial para concorrer ao cargo de

³⁴ Sarney foi eleito vice-presidente da chapa Tancredo Neves, pelo PMDB. Essa composição foi uma estratégia da oposição da época para desarticular a chapa que tinha Paulo Maluf como candidato a presidente.

presidenta da república pelo PFL³⁵. Com isso, Sarney se refaz como um grande liberal e articulador político de visão.

Sua inserção cada vez maior no governo Lula é criticada por diversos setores de esquerda do Partido dos Trabalhadores e tem sido matéria freqüente em editoriais e artigos políticos nos grandes jornais do País. Josias de Souza, em artigo de 16 de janeiro de 2005, comenta: “Na reforma ministerial Lula é da cota de Sarney” (SOUZA, 2005). A discussão da política maranhense passa pela compreensão da força desse grupo, uma vez que vem se perpetuando no poder nos últimos quarenta anos, como já mencionei.

No final da década de 1970, quando o Brasil vivia o momento mais duro da ditadura, a Igreja, setores da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa - ABI, os partidos de esquerda clandestinos eram vozes que se levantavam contra a repressão e a falta de liberdade de expressão. Os movimentos sociais, entre os quais o feminista, se reestruturava e se faziam ouvir em vários cantos do Brasil, na luta por igualdade sexual aliada à luta pela redemocratização do País.

Nesse período, as lutas eram polarizadas em torno de dois partidos: Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Aliança Renovadora Nacional (ARENA), sendo este último conduzido no Maranhão pela mão de ferro de José Sarney. O MDB, por sua vez, exerceu um papel importante no Maranhão, a exemplo de outros Estados brasileiros, e se constituiu numa grande frente contra a ditadura e pela retomada do diálogo com setores democráticos que lutavam para derrotar a ditadura então vigente.

No Maranhão, a ditadura era representada pelo então governador José Sarney, que consolidou seu poder durante o regime. Entre as vozes que combatiam a ditadura e a oligarquia, destacava-se a figura de Maria da Conceição Senna Mesquita, única deputada eleita em 1978 e reeleita em 1982, como representante da região de Coroatá.

³⁵ Sobre esse episódio, há uma vasta produção jornalística publicada na imprensa nacional e local, analisando a ascensão e queda de Roseana Sarney e evidenciando como a imprensa cria e desfaz mitos. Porém, nessas análises não são consideradas as relações de poder, as relações de gênero e as disputas regionais que estão implícitas no jogo político (DORIA, 2002).

Nos anos subseqüentes, o número de mulheres foi aumentando gradativamente, contando hoje com sete parlamentares (Quadro X). Note-se que, em 1982, inscreveram-se seis mulheres para o Legislativo estadual, sendo eleita apenas uma.

Esse quadro de desigualdade começa a se dissipar em 1990, quando o número de candidatas cresceu significativamente: são trinta e sete mulheres almejando entrar na Assembléia Legislativa, sendo eleitas apenas duas. Em 1994, registram-se trinta candidatas concorrendo a um mandato de deputada estadual, sendo eleitas três. Com o aumento das quotas de 20%, em 1996, para 25%, em 1998, inscreveram-se sessenta e oito candidatas, das quais oito foram eleitas³⁶, ou seja, aumentou significativamente o número de deputadas eleitas no Estado (FERREIRA, 2003, p. 83-5).

A entrada das mulheres nas duas últimas eleições para o Legislativo estadual altera a composição do quadro legislativo, embora deixe praticamente inalterado o quadro partidário, já que, nas eleições de 1998, a maioria das deputadas pertence ao PFL, enquanto nas de 2002 as deputadas buscam outras siglas embora a maioria delas pertençam aos quadros de partidos aliados ao grupo Sarney³⁷.

Essa composição foi alterada substancialmente em virtude da cisão entre o grupo Sarney e o governador José Reinaldo, antigo aliado, que foi ministro dos Transportes quando Sarney presidiu o País (1985-1989) e vice-governador nos dois mandatos de Roseana Sarney (1994-1998 e 1998-2002), tendo assumido o governo quando a ex-governadora se candidatou ao Senado e tendo sido eleito em seguida, com o apoio da senadora e do grupo Sarney.

³⁶ Esse número se ampliou com o afastamento de dois parlamentares para assumirem cargos no Executivo estadual e municipal, aumentando para dez o número de mulheres na Assembléia Legislativa.

³⁷ A família e aliados se dividem em diversos partidos: o senador José Sarney está filiado ao PMDB; a senadora Roseana, ao PFL; o deputado Sarney Filho, ao PV; o cunhado da senadora Roseana, Ricardo Murad, esposo da deputada Teresa Murad, é filiado (e comanda) ao PSB.

**QUADRO 10 – LISTA DE DEPUTADAS ESTADUAIS E FEDERAIS ELEITAS NO
MARANHÃO DE 1934 a 2002.**

ANO	Nº DE ELEITAS	NOME DAS DEPUTADAS	DEP. EST.	DEP. FED.	PARTIDO
1934	2	Hildenê Gusmão Castelo Branco	X		Republicano
		Zuleide Bogéa	X		URM
1945	1	Hildenê Gusmão Castelo Branco	X		Oposições Coligadas
1947	1	Maria Dalva Bacelar	X		PPB
1966	1	Yolanda de H. Campos e Silva		X	MDB
1978	1	Maria da Conceição S. Mesquita	X		MDB
1982	1	Maria da Conceição S. Mesquita	X		MDB
1986	1	Conceição Andrade	X		PMDB
1990	3	Roseana Sarney		X	PFL
		Maura A. de Melo Ribeiro	X		PFL
		Marly Gonçalves Abdalla	X		PFL
1994	4	Márcia M ^a Serejo Marinho		X	PMDB
		Marly Gonçalves Abdalla	X		PFL
		Janice Braide	X		PFL
		M ^a Aparecida Cardoso de Sousa	X		PFL
1998	11	Nice Lobão		X	PTB
		Maura A. de Melo Ribeiro	X		PFL
		Marly Gonçalves Abdalla	X		PFL
		Malrinete Santos V. Galhardo	X		PFL
		Telma Ribeiro Pinheiro	X		PFL
		Luzivete Botelho da Silva	X		PFL
		Janice dos Santos Braide	X		PSD
		Sandra Maria C. Rodrigues	X		PMDB
		Maria da Graça Melo	X		PL
		Maria Tereza Trovão Murad	X		PSB
		Helena Barros Heluy	X		PT
2002	10	Terezinha Fernandes		X	PT
		Nice Lobão		X	PTB
		Maura Jorge de Melo Ribeiro	X		PFL
		Cristina Archer	X		PTB
		Telma Ribeiro Pinheiro	X		PSDB
		Janice dos Santos Braide	X		PTB
		Maria da Graça Paz	X		PDT
		Maria Tereza T. Murad	X		PMDB
		Helena Barros Heluy	X		PT

A ampliação da representação feminina no Legislativo coincide com a ascensão de Roseana Sarney ao governo do Maranhão. Bastante cultuada pela mídia local e nacional pelo fato de ser a primeira mulher brasileira eleita para um Executivo estadual, Roseana assume o Estado com discurso reformista, semelhante ao do seu pai, nas campanhas para o governo, em 1966.

Sua administração se destaca pela implantação de algumas reformas políticas, entre as quais a extinção todas as secretarias de Estado e implantação de gerências, fato bastante enaltecido pela mídia local³⁸ como um projeto de “modernização administrativa”. Foram implantadas dezoito Gerências Regionais para atender os 217 municípios maranhenses e descentralizar as ações do Estado.

Tais projetos foram bastante criticados pelos partidos de esquerda, pelos movimentos sociais e por lideranças ligadas aos partidos aliados de Roseana. As críticas se referiam à falta de estrutura das gerências para assessorar os municípios e para garantir autonomia na execução de serviços, uma vez que os recursos liberados mal davam para o custeio das atividades administrativas das pequenas salas improvisadas onde funcionavam as referidas gerências regionais.

Para as lideranças políticas locais, a implementação das gerências fortalecia o grupo político aliado da governadora, uma vez que o atrelamento das ações das prefeituras e das lideranças locais ao trabalho das gerências se convertia em ganho político para a governadora, que usava a máquina administrativa e a mídia para se promover. Não se pode desconsiderar, entretanto, que o projeto das gerências atendia apelos das comunidades interioranas e dos prefeitos municipais, que cobravam mais presença do governo num Estado cuja população está dividida em 3.355.577 habitantes na zona urbana (59,5% da população) e 2.282.804 na zona rural (40,5% da população).

³⁸ Vale ressaltar que a maioria dos meios de comunicação de massa pertence ao grupo Sarney ou aos seus aliados. O grupo Sarney detém o controle da TV Mirante, emissora filiada à Rede Globo de Televisão, responsável por mais de 80% da audiência no Estado. Entre os aliados, encontram-se o grupo detentor da TV Difusora, emissora filiada ao SBT, pertencente ao Senador Lobão e ainda os jornais Diário do Povo e O Imparcial. Na atual conjuntura, o jornal O Imparcial está como aliado ao atual governador José Reinaldo, que tem empreendido uma briga surda contra Roseana Sarney.

Toda essa discussão era permeada pelo discurso midiático que enaltecia o fato de Roseana ter nomeado nove mulheres como gerentes regionais nessa nova estrutura administrativa do Estado: “Além dessas gerências, as mulheres também assumiram as pastas da Gerência de Governo de Qualidade de Vida (antiga Secretaria de Saúde), da presidência do Tribunal de Justiça, da Procuradoria de Justiça, entre outros” (FERREIRA, 2003, p. 82). Não há dúvida de que essas nomeações dão visibilidade à capacidade política e administrativa das mulheres e de que o governo de Roseana Sarney há de se reconhecer, ampliou os espaços de poder das mulheres maranhenses.

Porém, como já mencionei, colocar mulheres em cargos de poder não são prerrogativa de Roseana Sarney. Além de Ana Jansen, no século XIX, e de Dona Noca e Dalva Bacelar, no início do século XX, encontramos, mais recentemente, em 1984, Gardênia Ribeiro Gonçalves, como prefeita eleita com forte apelo feminino, cujo *slogan* de campanha era “Gardênia, nome de flor, vem tratar São Luís com amor”³⁹.

Ainda em São Luís, no início dos anos 1980, a presidente da Câmara Municipal, vereadora Lia Varela (PDS), também assumiu a administração da cidade, durante o afastamento do prefeito por quase dois anos. Em 1992, São Luís foi administrada por outra mulher, Conceição Andrade, prefeita eleita pela coligação de vários partidos de oposição (PDT, PSB, PT, PCB). Conceição Andrade foi eleita combatendo a oligarquia Sarney; em 1998, no entanto, foi nomeada uma das gerentes regionais e, em seguida, assumiu a pasta da agricultura no governo de Roseana Sarney.

A conjuntura estadual se apresenta atualmente, segundo os opositoristas da oligarquia, como um momento “ímpar”, dada a ruptura do

³⁹ É importante mencionar que Gardênia Ribeiro Gonçalves é esposa de João Castelo, ex-governador do Maranhão (1979-1982) eleito com o apoio do senador José Sarney, com o qual estava rompido, na época da eleição desta. Em razão disso, a campanha da prefeita se pautou na oposição ao grupo Sarney, a exemplo da campanha de Haroldo Sabóia, candidato que polarizou a opinião pública com Gardênia Gonçalves naquela eleição.

governador com o grupo e seu apoio já oficializado à candidatura da “Frente de Libertação do Maranhão”⁴⁰.

3.3 PERFIL DAS/OS DEPUTADAS/OS MARANHENSES 2002 – 2005

Em relação às parlamentares, nossos estudos, como já enfatizei, foram iniciados em 1998⁴¹. Do instrumento aplicado (Apêndice 1) foi analisada apenas parte das questões, estabelecendo relação entre as trajetórias das mulheres e dos homens na política e suas impressões, falas, depoimentos, desabaços sobre diversos temas, inclusive sobre a atuação das deputadas, questionando tanto as parlamentares quanto os parlamentares. Essas falas, enquanto análises dos acontecimentos discursivos, não estão limitadas àquilo que é verbalizado, “não podem ser consideradas como definitivas” (FOUCAULT, 2004, p. 34), apenas permitem aproximar relações e acontecimentos, para compreender as ações e as contradições das práticas políticas das/os parlamentares, que iluminam as reflexões sobre o poder das parlamentares.

Os discursos analisados compõem um conjunto de falas que refletem acontecimentos compartilhados nas ações vivenciadas pelas/os parlamentares, construídas a partir de questionamentos sobre temas que têm uma relação direta com seus exercícios de poder num determinado período histórico. O período analisado corresponde aos anos de 2003 a 2005, que, em se tratando do Legislativo maranhense, poderia apresentar outros indicadores, haja vista as recentes cisões entre o atual governo e antigos aliados, as quais interferem de forma direta na ação do Legislativo.

⁴⁰ O Jornal Pequeno, principal matutino de oposição ao grupo Sarney, estampou em sua manchete do dia 25 de janeiro de 2005: “José Reinaldo anuncia definitivamente: Jackson é o candidato da Frente de Libertação”. Na matéria, o jornal enfatiza o apoio do governador e as alianças já confirmadas do ex-governador João Castelo e do ex-deputado Roberto Rocha, filho do ex-governador Luiz Rocha, todos antigos aliados e atualmente rompidos com a oligarquia Sarney.

⁴¹ A pesquisa “Cidadania, participação política e gênero no Maranhão”, que coordenei em 1998, apresenta análises históricas da participação das mulheres no Legislativo, analisando a importância das cotas para as mulheres na política e discutindo a relação dessa participação com a ação do movimento feminista. Parte dessas análises está publicada em bibliografia citada nesta tese.

3.3.1 Quem são as/os deputadas/os maranhenses?

Em princípio, com a preocupação de descrever quem são essas mulheres e esses homens que estão legislando no Maranhão, levando-se em conta a idade, a naturalidade, o estado civil, a religião, o número de filhos, o grau escolaridade e a filiação partidária, tentei investigar se existia um modelo de mulher e de homem que se torna deputada/o no Maranhão.

No segundo momento, identifiquei projetos apresentados pelas deputadas e deputados, verificando se existe, da parte destes/as, alguma preocupação com as questões de gênero no seu mandato parlamentar. Pontuei também alguns temas com os quais elas/es possam estar preocupadas/os, entre os quais: ação da mulher no Legislativo; como se dão as relações de gênero na Assembléia Legislativa; as visões acerca de poder; ações parlamentares; e, por fim, as dificuldades que, em geral, as deputadas têm no ato de legislar.

Constatei que há uma semelhança no perfil dos parlamentares em relação à idade (Quadros 11 e 12). Por exemplo, a média de idade das deputadas é de 50,38 anos, enquanto a dos deputados é de 53,30 anos, o que representa um equilíbrio geracional. São, portanto, cidadãs e cidadãos que compartilharam uma mesma época, vivenciaram os anos de ditadura, participaram ou presenciaram o processo de redemocratização do Brasil, a anistia, as Diretas Já, a Constituinte. Conviveram com o nascimento da oligarquia Sarney e acompanharam, direta ou indiretamente, todos os governos que o sucederam desde o de 1966.

**QUADRO 11 – DEPUTADOS: PERFIL POR IDADE / FORMAÇÃO / ESTADO CIVIL
/ RELIGIÃO / FILHOS**

DEPUTADO	IDADE	FORMAÇÃO	ESTADO CIVIL	RELIGIÃO	Nº DE FILHOS
Aderson Lago	57	Engº. Civil	Casado	Católico	3
Domingos Dutra	50	Advogado	Casado	Católico	5
Hélio Soares	56	Administração	Casado	Católico	3
Joaquim Haickel	46	Advogado	Separado	“	3
Julião Amin	59	Advogado	Casado	“	2
Manoel Ribeiro	58	Administração (até o 3º ano)	Separado	“	5
Mauro Bezerra	65	Jornalista	Casado	“	2
Max Barros*	47	Engº. Civil	Casado	“	2
Pavão Filho	47	Advogado	2	Evangélico	1
Pedro Veloso	48	Agrônomo / Advogado	Casado	Católico	3

Quanto à formação, a maioria das deputadas são advogadas, seguida de engenheiras / arquitetas e jornalistas. Em relação aos parlamentares, as profissões estão de certa maneira no mesmo percurso, uma vez que a maioria também é de advogados; há ainda dois engenheiros civis e dois administradores. Quatro parlamentares têm pós-graduação, sendo três deputadas e um deputado. As três deputadas têm, além de pós-graduação, dois cursos superiores.

Os dados apontam um grau de qualificação elevada, considerando que o percentual de brasileiros que conseguem chegar aos cursos superiores ainda é muito baixo, do que se pode inferir que o parlamento maranhense é atualmente um espaço de homens e mulheres com conhecimentos acadêmicos suficientes para pensar leis e fiscalizar ações do governo. Acrescente-se a esses dados o fato de que, no quadro geral, as mulheres se apresentam como mais qualificadas em termos de escolaridade, haja vista que três delas têm pós-graduação e são detentoras de dois cursos superiores.

QUADRO 12 – DEPUTADAS: PERFIL POR IDADE/FORMAÇÃO/ESTADO CIVIL/RELIGIÃO/FILHOS

DEPUTADA	IDADE	FORMAÇÃO	ESTADO CIVIL	RELIGIÃO	Nº DE FILHOS
Cristina Archer	50	Comum. Social	Divorciada	Católica	3
Graça Paz	52	Administradora	Casada	Católica	2
Gardênia Castelo*	43	Arquitetura/advogada	Solteira	Católica	-
Helena Barros Heluy*	50	Advogada/jornalista	Casada	Católica	5
Janice Braide	63	História	Casada	Católica	3
Maura Jorge	43	Advogada	Divorciada	Evangélica	4
Telma Pinheiro*	53	Eng ^a Civil/Está cursando Direito	Casada	Evangélica	3
Teresa Murad	49	Tradutora e Intéprete (fez até 2º ano)	Casada	Católica	3

* Todos com pós-graduação.

Dos/as entrevistados/as, a maioria são casadas/os. Das deputadas, duas são divorciadas e dos deputados dois são separados. Quanto à religião, trata-se de um parlamento majoritariamente católico: nove homens e seis mulheres. Duas deputadas se declararam evangélicas e um deputado também se declarou adepto da Igreja Pentecostal.

É interessante observar que o grau de religiosidade entre os parlamentares maranhenses é bem elevado, o que acaba por sinalizar a forte tradição religiosa no Nordeste brasileiro, que também se encontra manifesta entre os/as legisladores/as maranhenses. Esse é, na verdade, um dado importante, na medida em que a religião interfere potencialmente em questões relativas aos direitos sociais, a exemplo dos direitos reprodutivos, da união civil entre parceiros do mesmo sexo e da questão do aborto.

A média de filhos também é semelhante: os deputados têm em média 2,9 filhos e as deputadas, 2,8. Essa informação também representa um importante fator de análise⁴².

3.2.2 Filiação Partidária

O sistema partidário no Brasil é marcado por descontinuidades e grande instabilidade. Segundo Lamonier e Meneguello (1986), desde sua construção histórica como nação independente, em 1822, até o ano de 1986, o País passou por sete formações partidárias: de 1837 a 1889 (ano da Proclamação da República), liberais e conservadores; da primeira República até a Revolução de 1930, partidos ditos “republicanos”; do Estado Novo até 1937, o pluripartidarismo polarizado pelos movimentos integralista e comunista; de 1945 a 1965, um pluripartidarismo melhor configurado; nos anos de ditadura (1964 a 1979), um bipartidarismo controlado, representado pela ARENA e pelo MDB, sucedidos posteriormente pelo PDS e pelo PMDB.

Em 1979, o governo de João Figueiredo, com o “objetivo claro de fragmentar o voto da oposição decretou a restauração de uma forma limitada de multipartidarismo” (JAGUARIBE, 1992, p. 169). Nesse período, seis partidos pediram registro (PDS, PMDB, PDT, PT, PTB e PP), sendo que os partidos comunistas foram proibidos de se registrar. A partir da Emenda Constitucional nº 25, de maio de 1985, instalou-se o pluripartidarismo, com o registro de um amplo leque de partidos, inclusive de orientação marxista.

Com isso, o quadro partidário brasileiro se altera a cada eleição. Nas eleições de 1988, por exemplo, “os estados super-representados das regiões Norte e Nordeste concentravam a maioria das cadeiras no PFL e no PDS, ao lado dos comunistas (PCB e PC do B) e socialistas (PSB)” (JAGUARIBE, 1992, p. 173). Esse

⁴² Em pesquisa realizada em Portugal, observamos que a maioria dos deputados entrevistados afirmou não estar ligada a nenhuma religião ou se reconhecem como ateus. Embora naquele país o aborto continue ilegal, o debate público no parlamento se faz de forma menos velada e as interferências da Igreja Católica são também mais sutis. No parlamento brasileiro, há uma interferência direta, explícita e coercitiva da Igreja Católica. Além disso, as declarações do atual pontífice denotam a continuidade do conservadorismo que marcou a gestão do Papa João Paulo II, que, entre outras medidas conservadoras, proibiu o uso de preservativos, recomendando a abstinência sexual.

quadro contrasta com os estados das regiões Sul e Sudeste, onde a maioria das cadeiras foi ocupada pelo PDT e principalmente pelo PT, além do PTB, PL e PDC.

Atualmente, há no Brasil 25 partidos, dos quais apenas treze podem ser considerados detentores de densidade eleitoral. O restante passa por impasses que vão da incorporação à extinção, como aconteceu recentemente com o PDC, incorporado ao PTB.

Essa multiplicidade de partidos, a lógica do quociente partidário e as “alianças entre partidos foram talvez a maior responsável pela instabilidade do sistema partidário” (JAGUARIBE, 1992, p. 164). Além disso, o sistema partidário brasileiro se caracteriza pelo voto personificado, característica que contribui para que haja uma disputa sempre muito acirrada entre candidatos/as, seja dentro dos partidos, seja entre candidatos/as de partidos diferentes. Daí que, em geral, as/os deputadas/os voltam seus mandatos para

atividades em favor de suas bases eleitorais, de grupos de interesses e de lideranças políticas visando a assegurar a continuidade de suas carreiras políticas. A competição na arena eleitoral é tomada, talvez de uma forma apressada e carente de mediações, como indutora de um padrão também competitivo, de não cooperação na arena parlamentar (DOMINGUES, 2001, p. 87).

No Maranhão, percebe-se claramente essa particularidade (Quadros 3 e 4), embora as mudanças ocorridas no quadro partidário nos últimos anos não seja um fenômeno exclusivo do Maranhão⁴³. Mesmo assim, as mudanças partidárias no Estado foram surpreendentes, o que pode sinalizar quão frágeis são os partidos políticos maranhenses.

Em meados de setembro de 2005, acompanhei as constantes trocas de partidos ocorridas com os/as parlamentares em busca de legendas mais favoráveis à sua reeleição ou que fossem compatíveis com alianças com o governo do Estado. Tais alianças representam, para muitos/as, a possibilidade segura de reeleição ou a garantia de aprovação de projetos para suas regiões.

⁴³ Observe-se o caso de Anthony Garotinho, no Rio de Janeiro: a quantos partidos o ex-governador já esteve filiado nos últimos dez anos? E Paulo Maluf, em São Paulo? O diferencial, nesse quadro de análise, são os partidos considerados mais à esquerda. Nestes, embora haja nomes representativos, como o deputado Domingos Dutra, a deputada Helena Heluy e o deputado Julião Amin, no Maranhão, seus nomes são imediatamente referenciados pelo partido em que atuam.

QUADRO 13 – TRAJETÓRIA PARTIDÁRIA DAS DEPUTADAS

DEPUTADA	PARTIDO ATUAL	TRAJETÓRIA PARTIDÁRIA
Cristina Archer	PTB	PMDB, PSB, PSDB
Graça Paz	PDT	PDT
Gardênia Castelo	PSDB	PSDB
Helena Barros Heluy	PT	MDB, PDT
Janice Braide	PTB	PSD*
Maura Jorge	PDT	PFL, PTB
Telma Pinheiro	PSDB	PFL, PTB
Teresa Murad	PMDB	PSD*, PTB, PDT, PSB
*Fundiu-se ao PTB.		
**Suplente da deputada Maura Jorge.		

QUADRO 14 – TRAJETÓRIA PARTIDÁRIA DOS DEPUTADOS

DEPUTADO	PARTIDO ATUAL	TRAJETÓRIA PARTIDÁRIA
Aderson Lago	PSDB	PDC, PTB, PSB,
Domingos Dutra	PT	PT
Hélio Soares	PP	PSD*, PFL,
Joaquim Haickel	PMDB	PDS, PMDB, PTB, PSB
Julião Amin	PDT	PDT
Manoel Ribeiro	PTB	ARENA, PFL, PSD, PTB*, PFL
Mauro Bezerra	PDT	PMDB
Max Barros	PFL	PFL
Pavão Filho	PDT	PL, PSC, PTB
Pedro Veloso	PDT	PTB, PSDC
* Fusão do PSD com o PTB.		

Ao questionar as/os deputadas/os sobre os motivos que justificaram tais saídas, eles enfatizaram que

O PSDB não foi cortês nem leal. Sei que em política não existe cortesia nem lealdade, principalmente em ano de decisão... Percebe-se que algumas mudanças acontecem ainda em Brasília, o que aconteceu é que o PSDB convidou uma liderança, um político com o qual eu tinha divergências muito recentes, não dava para aceitar de forma nenhuma, não havia sido cogitado, não havia conversado, não foi nem sequer trabalhado para amenizar a situação, foi uma decisão de cima para baixo, como eu ainda estava no partido, fui questionar e a coisa não foi bem tratada. Eu entendi que o partido não estava fazendo questão da minha presença, e aí eu procurei outro que me queria dentro dele (Deputada Cristina Archer, PTB).

Fui do PFL por três mandatos. Somente mudei de partido por conta da ruptura no grupo político. Fiz isso para poder encaminhar os projetos de minha base política. Aqui na Assembléia [Legislativa do Maranhão] nenhum deputado/a... são raros os que vão por uma questão ideológica ou por compromisso com os partidos, é difícil... fui sempre do PFL por que minha família sempre militou dentro desse partido... então eu continuei (Deputada Maura Jorge, PDT).

Estou filiada no mesmo partido desde que iniciei a política, somente mudei agora porque o mesmo se fundiu com o PTB (Deputada Janice Braide).

Não queria sair do partido (PSB) estou sendo “gentilmente” convidado a sair de maneira coercitiva. Não é por espontânea vontade... é um partido de quadros muito bons. O Brasil não tem partido, tinha apenas um que era o PT, hoje não tem nenhum (Deputado Joaquim Haickel, PMDB).

Entrei para o PSD porque me tiraram do Diretório Municipal, achei falta de consideração me tirar porque fui o 2º deputado estadual mais votado do Maranhão, por esta razão procurei outro partido, fui para o PSD, que era um partido pequeno e que tive oportunidade de fazer crescer (Deputado Manoel Ribeiro, PTB).

Comecei no PFL, onde tinha voz e voto. A minha saída do PFL foi por conta do projeto político do meu grupo, que não encontrou respaldo no partido. A liderança do partido tinha outros projetos que não me incluíam. A Roseana e o Jorge Bonhause e outros líderes do partido já tinham os projetos deles para o PFL de São Luís e eu já tinha concebido como projeto maior para minha trajetória política, que é a Câmara Federal (Deputada Telma Pinheiro, PSDB).

O sistema partidário no Brasil é muito frágil, porque as pessoas usam o partido como se fossem donas, é como se nós ficássemos prisioneiros da vontade daqueles que dirigem o partido... Pela fragilidade do sistema partidário, você acaba saindo de um e entrando no outro (Deputado Pavão Filho, PDT).

Os argumentos são os mais variados. Percebe-se que a maioria daquelas/es que mudaram recentemente de partido não o fizeram por questões ideológicas: as escolhas partidárias estão relacionadas aos projetos pessoais de cada deputado. Os depoimentos explicitam claramente essa relação. Se isso pode ser uma boa justificativa para o fortalecimento de suas bases políticas, porém, demonstram o individualismo com que são tratadas essas questões.

A fidelidade partidária é um fator importante para a politização das idéias, pois se subteme a existência de debates, a elaboração de políticas e estratégias que deverão nortear a ação política dos parlamentares. De outra forma, é um fator de dispersão, dando margem a que os deputados trabalhem e legislem de forma individualizada, como pode ser avaliado pela fala da deputada Maura Jorge: “Fiz

isso para poder encaminhar os projetos de minha base política"; ou como enfatiza a deputada Telma Pinheiro: *"A minha saída do PFL foi por conta do projeto político do meu grupo"*. Esse individualismo é, sem dúvida, um dos fatores que potencializam a ação do Executivo e fragilizam a ação do Legislativo.

Alguns deputados declararam que até gostariam de permanecer no mesmo partido, como foi o caso do deputado Joaquim Haickel, que afirma que gostaria de permanecer no PSB: *"é um partido de quadros muito bons"*. Porém, como o deputado é mais alinhado ao grupo da senadora Roseana e do senador José Sarney, foi "aconselhado" a se desfiliar desse partido. Essa atitude do deputado Joaquim Haickel, de certa maneira, está refletida no depoimento do deputado Pavão Filho, que enfatiza que *"O sistema partidário no Brasil é muito frágil, porque as pessoas usam o partido como se fossem donas"*. Talvez isso explique as muitas mudanças partidárias do deputado, antigo aliado do grupo Sarney e hoje filiado ao PDT. De fato, no Maranhão prevalece ainda uma relação coronelista⁴⁴ na dinâmica dos partidos.

Algumas/ns entrevistadas/os deixaram claro o constrangimento que sentiam ao serem questionados sobre o problema, chegando a omitir ou a não responder a questão. Outros/as, porém, verbalizaram claramente seus sentimentos de "traição" e "desprestígio", alegando o autoritarismo dos grupos que dominam os partidos para justificar as mudanças constantes.

Nota-se que as/os deputadas/os que mais migram são aquelas/es oriundas/os de partidos considerados mais conservadores, entre os quais se podem enquadrar o PFL, o PTB e os de centro-direita, como o PMDB e PSDB. Surpreendentemente, partidos como o PSB e o PDT, que em alguns Estados estão ou estiveram ligados a setores de esquerda, no Maranhão tiveram, nos últimos anos, uma trajetória completamente fisiológica.

O PSB, que durante toda a década de 1980, foi um partido aliado dos movimentos sociais, na década de 1990 passou a ser controlado pelo ex-deputado

⁴⁴ O "coronel", como figura política, opera no cenário reduzido dos municípios, caracterizando-se pela falta de idealismo. Embora seja um fenômeno que tem se alterado significativamente no Brasil, ele permanece sob novas bases, condicionado por fatores que determinam seu poder e autoridade e que, nos partidos políticos do Maranhão, são percebidos claramente (LEAL, 1978).

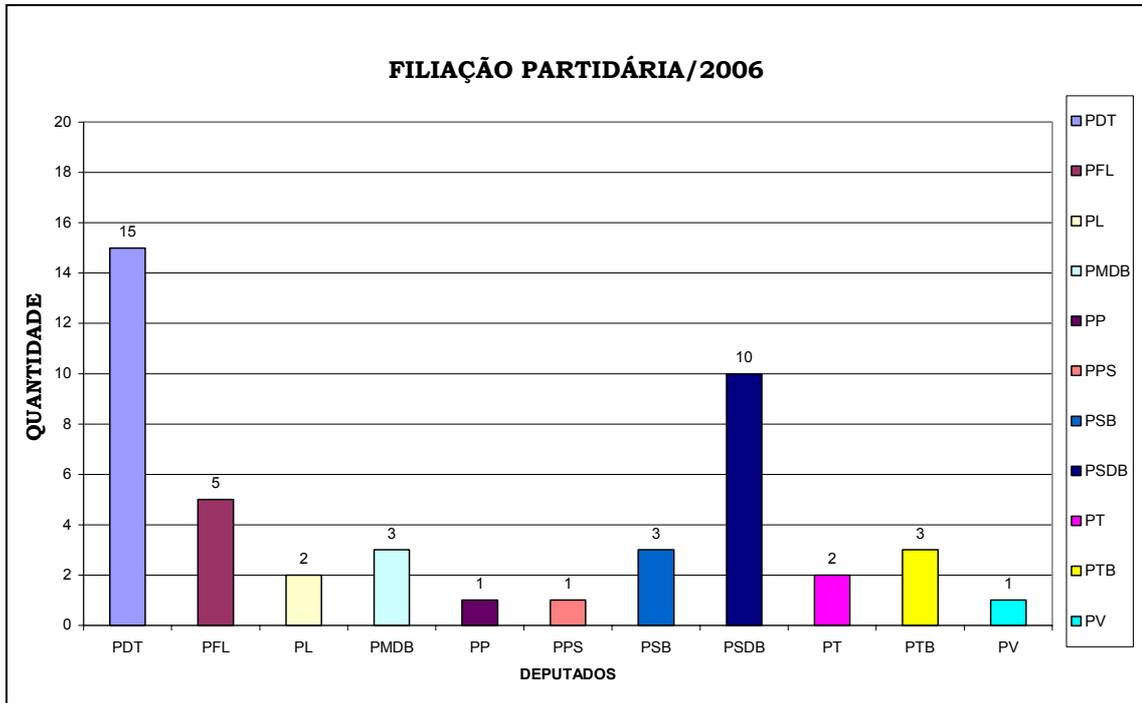
Ricardo Murad, que nesse período, era adversário político do grupo Sarney. Entretanto, nas eleições de 2002 para governador, aliou-se ao grupo para derrotar a coligação que tinha como candidato o ex-prefeito Jackson Lago, garantindo assim a eleição do governador José Reinaldo. Na atual conjuntura, o ex-deputado Ricardo Murad voltou a ser um aliado do grupo Sarney. Nas eleições municipais de 2004, candidatou-se a prefeito numa coligação que agregava partidos como o PRONA, o PFL e o PSC. Situação semelhante se observou no Partido Democrático Trabalhista (PDT). A coligação que apoiou o prefeito de São Luís, Tadeu Palácio, “São Luís no rumo certo”, reuniu partidos como o PC do B, o PP, o PTN, o PSL... e o PT do B.

Tais evidências me levam a relativizar o fato de que:

[...] tão notório quanto recorrente, que a quase totalidade dos partidos em disputa [no Maranhão] seja os comumente classificados como de esquerda ou centro esquerda (PDT, PSB, PT, PSTU e PSDB) e os de direita, não operam com rigidez ideológica na definição dos seus parceiros eleitorais. O quadro geral das coligações no Estado revela que os partidos têm servido mais para as conveniências político-eleitorais do que para as ideologias ou representação de interesses sociais específicos (BORGES, 2005, p. 152).

Na atual conjuntura (2005-2006) (Gráfico 1), o PDT foi o partido que mais cresceu no Legislativo estadual, ampliando seu quadro de cinco para quinze deputados/as, seguido do PSDB, que ampliou seu quadro de três para dez deputados/as. Ambos dão sustentação ao governo na Assembléia Legislativa. Por outro lado, o partido que mais perdeu quadros nos últimos três anos foi o PFL, que é representado pela senadora Roseana Sarney. Esta, por seu turno, já se articula para se lançar em mais uma campanha para governar o Maranhão, aliada a partidos como o PMDB, o PV e o PTB, este último, até bem recentemente, sob o comando do governador José Reinaldo.

GRÁFICO 1 REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA DO LEGISLATIVO MARANHENSE



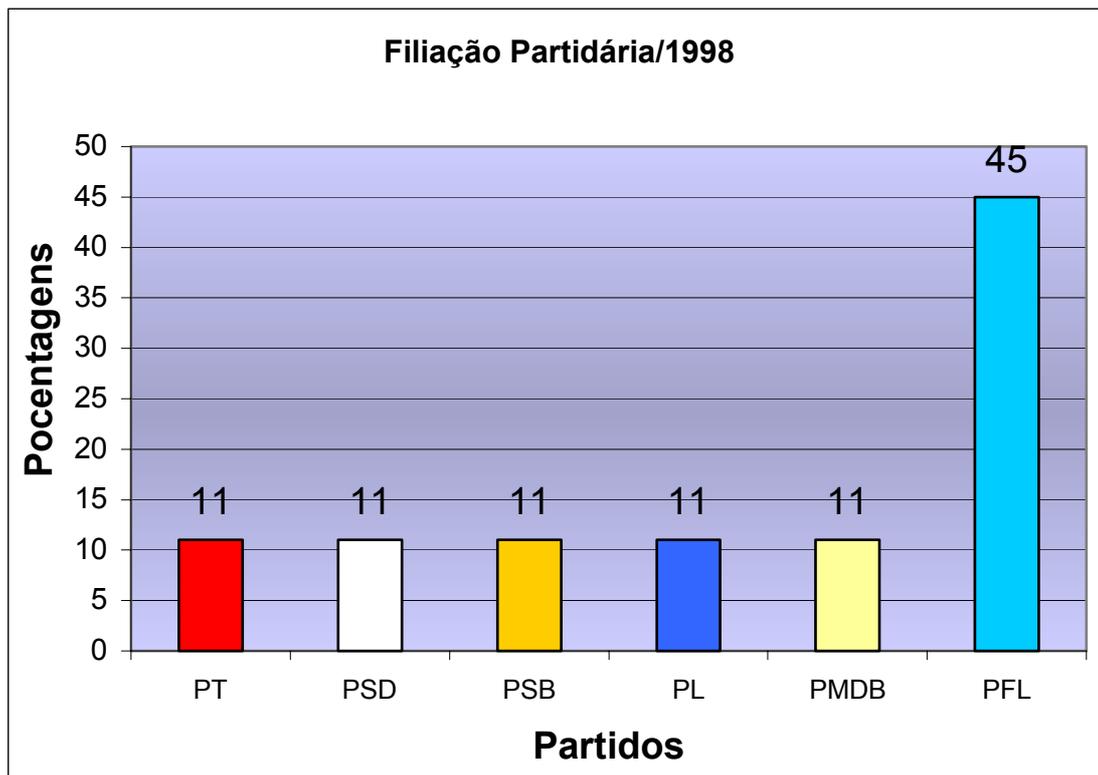
Percebe-se que a questão nacional interfere de forma bastante visível na conjuntura partidária no Maranhão, como é o caso do apoio de Sarney ao governo Lula. Esse apoio desestabilizou o PT no Estado, uma vez que esse partido construiu sua história combatendo a oligarquia Sarney e sustentou seu discurso e sua ação política em oposição à oligarquia Sarney. No momento da aliança, os militantes se dividiram: alguns recusaram a compartilhar o mesmo palanque; outros tomaram atitudes consideradas mais conciliadoras, impulsionados pela pressão da direção nacional do partido.

Nas falas das deputadas Cristina Archer e Telma Pinheiro, são evidentes as ingerências do Diretório Nacional do PSDB e do PFL sobre os diretórios regionais, sobrepondo-se interesses com vistas às articulações nacionais, sem levar em conta problemas, composições e estratégias dos partidos em nível estadual.

E as deputadas? Quais os partidos em que estão mais representadas? Como se colocam nesse jogo político? Em 1998, a maioria das deputadas estava filiada ao PFL (45%), seguindo o PMDB, o PSD, o PL, o PSB e o PT em iguais proporções (11%). Vale ressaltar, entretanto, que os partidos PTB, PL, PSD e PMDB pertenciam, naquele período, à base aliada do grupo Sarney, comungando os ideais

do governo do Estado, isto é, representavam os chamados “roseanistas”, cuja porcentagem totalizava 67% (Gráfico 2). O quadro legislativo atual mudou com o rompimento do governador com a senadora Roseana Sarney.

GRÁFICO 2 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DAS DEPUTADAS/1998

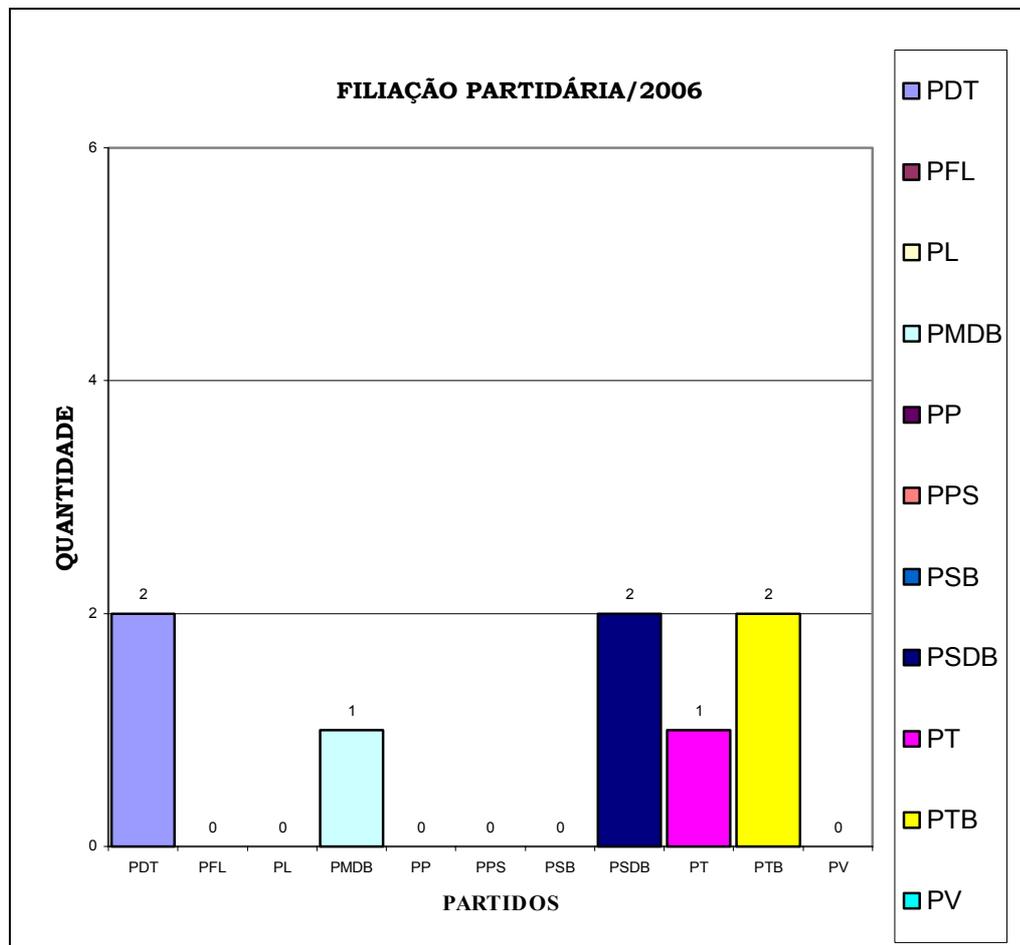


José Reinaldo, logo após sua eleição em 2002, desligou-se do PFL e filiou-se ao PL. Em seguida, rompeu com Roseana Sarney, em virtude das interferências da senadora no seu governo. O que parecia ser uma luta interna do mesmo grupo político se tornou uma disputa com repercussão nacional e contribuiu para que fosse costurada uma aliança entre os partidos de esquerda, centro-esquerda e direita, denominada de “Frente de Libertação do Maranhão”.

Essa aliança pode ser analisada a partir de dois aspectos: primeiro, garantir a governabilidade, já que o governador não possuía maioria no Legislativo e isso poderia criar grandes problemas para sua administração; o segundo aspecto diz respeito à disputa pela sucessão, na qual os vários partidos se articularam para derrotar o grupo Sarney, que domina o Estado há mais de 40 anos.

Em virtude dessas disputas, o quadro partidário maranhense sofreu alterações significativas da legislatura passada (1998-2002), quando o PFL era o partido com o maior número de representantes femininas no Legislativo, somando cinco das dez deputadas eleitas. Na atual conjuntura, o partido não tem nenhuma deputada, embora duas tenham sido eleitas por essa legenda. No quadro atual, o PDT e o PSDB, que não tinham representação feminina na última legislatura, hoje são os partidos com a maior representação feminina no Legislativo; o PTB ampliou sua representação para mais uma deputada; e o PT e o PMDB se mantiveram cada um com uma representante feminina.

GRÁFICO 3 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DAS DEPUTADAS – 2006



As mudanças no quadro político partidário dominaram os debates nas sessões plenárias da Assembleia Legislativa durante todo o mês de setembro e outubro e foram tema de editoriais e colunas políticas em grande parte da imprensa

no Estado, quando foram redefinidas as alianças com vistas às próximas eleições e em reforço à base de sustentação ao governo do Estado. Veja-se a forma como a imprensa se expressa ao abordar o tema:

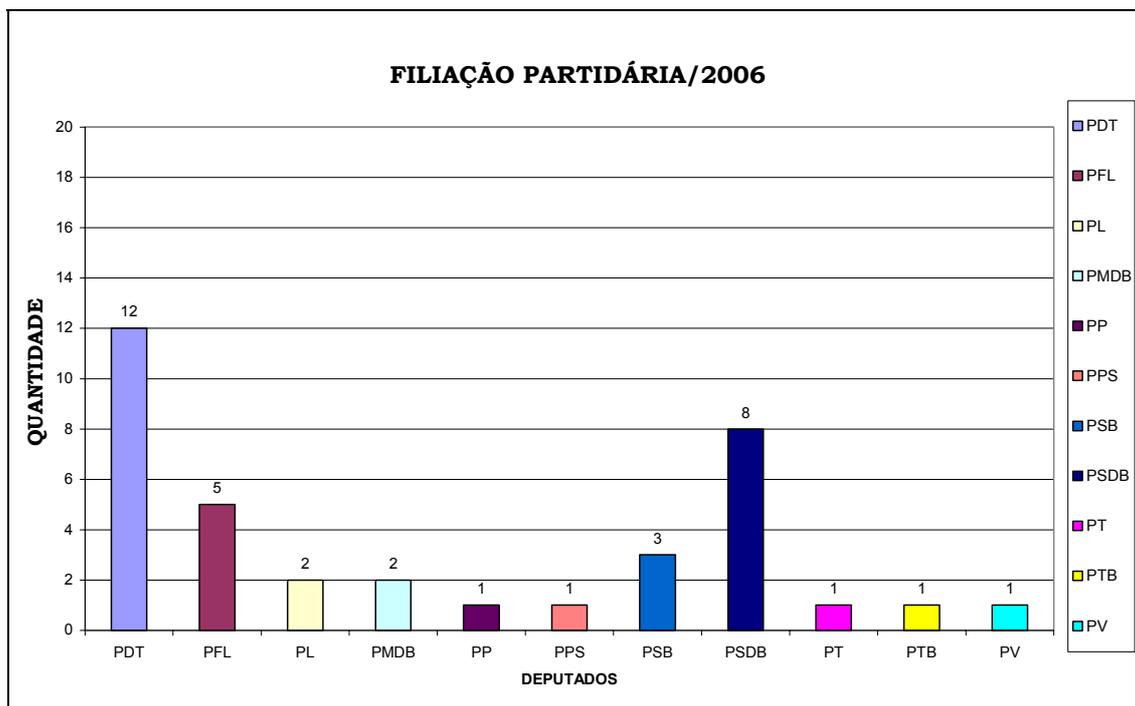
Já está praticamente definida a nova divisão partidária da Assembléia Legislativa, depois que o governador “**José Reinaldo Tavares implodiu o PTB**”. A partir do final deste mês, os deputados que formam a base de apoio ao governo estadual integrarão o PSDB, PSB, PDT, PPS, PMR... O presidente da assembléia, João Evangelista, toma o rumo tucano, filiando-se ao PSDB, com Wilson Carvalho... e Maurinete Galharda. Carlos Braide, Geovani Castro, Pavão Filho e Maura Jorge passarão a integrar a bancada do PDT... A nova divisão partidária está mexendo com os nervos da oligarquia Sarney, que, em total desespero, ‘atira’ para todos os lados, sem qualquer eco.(INFORME JP, 2005, p. 3).grifos nossos.

O controle do governo do Estado em alguns partidos e sua interferência nas escolhas é bastante evidente (“José Reinaldo Tavares implodiu o PTB”). Isso apenas corrobora as afirmações de Abrucio (1998), Santos (2001) e Jaguaribe (2001), quando enfatizam que as Assembléias Legislativas são instituições frágeis, dominadas pelo Executivo, que, em muitas situações, usa de todos os artifícios para fazer prevalecer suas decisões.

Ao analisar as trajetórias partidárias sob uma perspectiva de gênero, observei que os percursos de homens e mulheres são semelhantes. Notadamente, deputados/as oriundos/as dos partidos mais de centro direita (PFL, PMDB, PTB, PDC, PSD, PSC, PL, PP) que, na atual conjuntura, migraram para partidos mais de centro-esquerda, como o PDT, que, como mencionei anteriormente, detém a bancada que mais cresceu ultimamente.

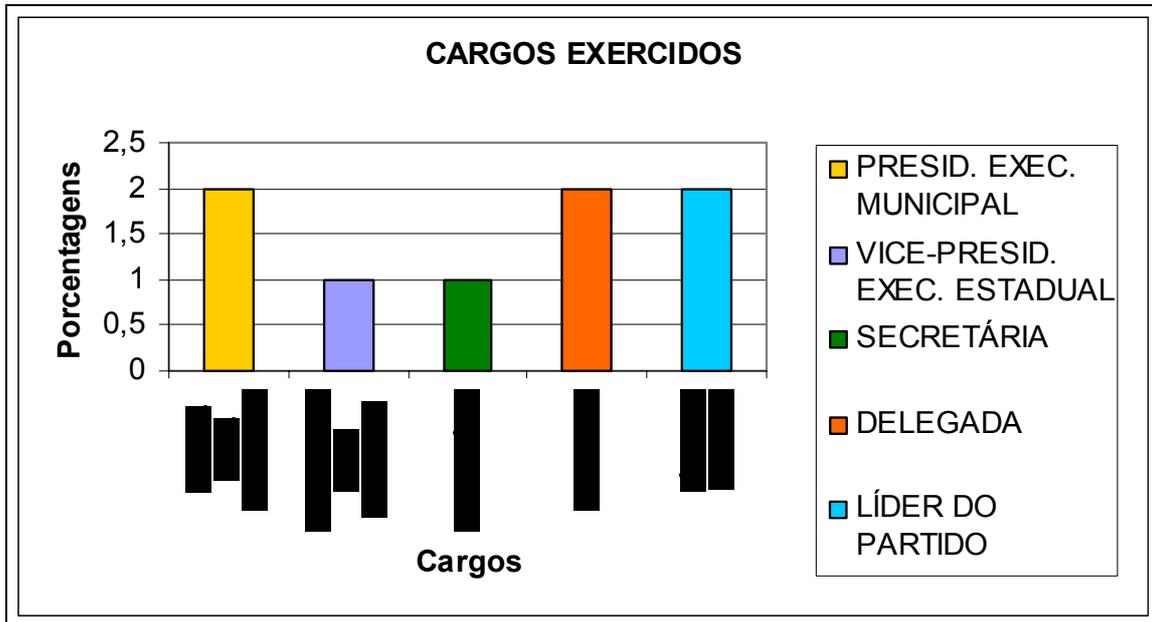
Tal crescimento está relacionado com a possibilidade de esse partido eleger o próximo governador do Estado – Jackson Lago, ex-prefeito da capital, que vem sendo, nas duas últimas eleições, o candidato de oposição à oligarquia Sarney com maior densidade eleitoral e que se apresenta com maior capacidade de aglutinar aliados advindos tanto da direita quanto da esquerda, que compõem hoje a denominada “Frente de Libertação do Maranhão” que reúne parlamentares e lideranças políticas de várias regiões numa aliança que o grupo considera como “histórica”.

GRÁFICO 4 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DOS DEPUTADOS / 2006



No que se refere à estrutura partidária, as deputadas desempenharam e/ou desempenham cargos relevantes. Todas estiveram ou ainda estão nas executivas dos partidos, seja em nível regional ou municipal. Como mostra o Gráfico 5, uma deputada já chegou à posição de presidência do Diretório Estadual e duas delas chegaram à presidência da executiva municipal de seus partidos, empatando com a vice-presidência da executiva estadual e ainda como secretária geral dos partidos.

GRÁFICO 5 CARGOS EXERCIDOS PELAS DEPUTADAS



As deputadas também já ocuparam a importante posição de líderes de partidos na Assembléia Legislativa do Maranhão. Mas reconhecem que as relações partidárias são difíceis, independentemente de se tratar de um partido mais alinhado com as lutas sociais, como é o caso do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Frente Liberal (PFL).

O partido reproduz a mesma relação conservadora que outros partidos de esquerda e direita produzem em relação às mulheres. Talvez no PT as relações não sejam tão explícitas, é mais velada a questão (Deputada Helena Heluy).

É, não foi fácil chegar aqui, dentro do partido, foi muita luta! Brigando, eu batia na mesa para quebrar as barreiras machistas do partido. Para se impor temos que gritar, mudar o timbre de voz para ser ouvida, eles querem sempre fechar a questão, não deixam a gente participar, colocar nossa opinião. Essas barreiras estão caindo (Deputada Telma Pinheiro).

3.3 OS BASTIDORES DA TRIBUNA: COMO AS/OS PARLAMENTARES MARANHENSES SE INSEREM NA POLÍTICA

Estudos realizados sobre a temática gênero e poder apontam três maneiras de as mulheres adentrarem a política: por laços familiares; por militância política

(partidária, sindical, religiosa); ou quando se destacam em suas atividades profissionais. Em estudo realizado na Bahia, Costa (1998) confirma que as mulheres entram na política não através de uma militância própria, mas pela via familiar. Além disso, afirma a autora, seu papel na política está subordinado às relações patriarcais de dominação e que tais relações funcionavam como estratégia de manutenção do poder político / familiar:

As mulheres que participam no poder local na Bahia, como em toda a Região Nordeste, integram-se à esfera pública não a partir de um processo de construção da cidadania, como era de se esperar, mas como um processo resultante da subordinação de gênero à qual estão submetidas e que as mantêm subjugadas na esfera privada (COSTA, 1998, p. 175).

De certa maneira, a mesma situação foi constatada nas análises preliminares deste estudo, quando enfatizei que no Maranhão a participação da família tem sido o principal canal da inserção das mulheres na política. Todas as deputadas entrevistadas anteriormente, exceção feita à deputada de oposição, Helena Heluy, relacionaram sua eleição a laços familiares, responderam que sua inserção na política se deu por estímulo e/ou envolvimento do marido, pai, mãe, filhos e/ou irmãos.

Ao refazer as entrevistas e analisar mais detalhadamente cada fala, para compreender melhor a forma como as mulheres se inserem na política, em comparação aos homens, pude constatar que não existem grandes diferenças nas trajetórias entre os gêneros – ao contrário, elas se assemelham. Vejamos: das/os deputadas/os advindas/os dos partidos e ou grupos considerados mais conservadores, grande parte é oriunda de cidades do interior do Estado ainda dominadas por esses partidos e/ou grupos.

A trajetória dessas/es parlamentares e sua ascensão ao parlamento estadual passam, muitas vezes, por uma atuação nas administrações municipais dos maridos e/ou dos pais, seja como secretárias ou como assessoras/es. Nesse aspecto, as falas das/os deputadas/os Janice Braide, Cristina Archer, Graça Paz, Pedro Veloso e Joaquim Haickel são bastante representativas:

Minha eleição não se deu apenas pelo fato de meu marido já ser prefeito, pois eu já vinha trabalhando há muito tempo ao lado dele.... em 1982, fui secretária de Educação no primeiro mandato dele. Em 1984 assumi o cartório, que também era um trabalho bastante político. Nessa época tínhamos poucos professores formados. Então começamos a trabalhar com o Edurural no sentido de formar professores. No começo eram 126 professores. Depois, começamos a fazer o 2º grau, o que diminuiu bastante o número de professores sem qualificação. Fiquei dois anos como secretária, depois contratamos uma pessoa mais capacitada [uma pedagoga]. Com a chegada dela, demos uma arrancada na Educação em Santa Luzia. Eu e ela trabalhamos muito, elaboramos vários projetos, foi um tempo muito bom. Fizemos a diferença dentro do município... Meu trabalho num primeiro momento foi ligado à Educação. Depois fui me dedicar ao cartório. Em uma época que não tínhamos juízes. Nesse trabalho, a gente se deslocava para os povoados, fazia casamentos, registros de nascimento, fazia tudo (*Deputada Janice Braide*).

Cheguei no Maranhão em 1980 e desde então participei de inúmeras campanhas do meu ex-marido para vereador, prefeito, sempre coordenando, sempre no atendimento ao público, e num atendimento... assim, as pessoas dizem, muito personalizado, uma coisa de dar atenção às pessoas. E isso foi muito enriquecedor na minha vivência, no meu aprendizado, não só como ser humano, como ser político. E daí fui participando de campanhas estaduais, não como candidata, mas coordenando ali no local e acompanhando as tentativas de Ricardo de se eleger prefeito. Quando se elegeu eu assumi uma secretaria. Aí a responsabilidade cresceu, eu tinha o compromisso assumido de estar exercitando a política mesmo. E fui me inteirando das políticas públicas e entendendo o que se constrói, saindo do improvisado, do intuitivo, para coisas mais programadas e técnicas. Comecei a me aparelhar de pessoas, técnicos, esse sentimento do direito, que é uma coisa difícil de entender, algumas pessoas absorvem, entendem que as pessoas têm direito e que você não está fazendo favor, caridade. Você está utilizando a política para proporcionar o acesso aos direitos [...] Através da Secretaria de Assistência Social, nós colhemos muitas informações.... Daí o meu encantamento e o meu comprometimento com a política (*Deputada Cristina Archer*).

Milito na área política desde adolescente, minha família é de político, meu pai foi prefeito em nossa cidade, Pio XII, e fui seu auxiliar durante seu mandato. Fui secretário em sua administração e sempre tive muita vocação para a atividade parlamentar. Esperei durante muito tempo, acho, fui me candidatar muito tarde. Não me candidatei nem a vereador, poderia ter sido candidato antes, mas fiquei lá envolvido nas questões municipais e não tive oportunidade de disputar uma eleição estadual (*Deputado Pedro Veloso*).

Meu pai era político, aprendi fazer política vendo ele fazer... Aprendi olhando com um senso crítico muito grande... Fui deputado constituinte, aos 22 anos me elegi deputado federal. Depois acabei saindo da política, porque não dava para eleger pai e filho... somente voltei em 98, por ocasião da morte dele... Todo mundo falou: "Depois da morte do teu pai, vão ficar com pena de ti! Te candidata!" Acho que a pessoa não deve se candidatar apenas porque tem oportunidade de ser. Tem que estar preparado e ter vontade de ser... Sempre soube que estava me formando em advocacia para me respaldar melhor como político... (*Deputado Joaquim Haickel*).

Assim, pode-se afirmar que o ingresso dessas mulheres e desses homens na política tem uma relação direta com os laços de família. Porém, sua ascendência

aos cargos eletivos está vinculada à atuação política, seja na administração de órgãos nas estruturas municipais, seja na assessoria de seus pais ou maridos, desenvolvendo atividades diretamente ligadas ao público que as projeta para ascenderem a cargos eletivos: *“trabalhamos muito, elaboramos vários projetos, foi um tempo muito bom. Fizemos a diferença dentro do município...”* (Janice Braide). Sem dúvida, o convite para se candidatarem revela que construíram um capital político com capacidade de canalizar votos.

Assim, verifica-se que as relações familiares não estão desvinculadas das trajetórias de mulheres e homens que chegam ao Legislativo maranhense. Mas é perceptível que, em se tratando das/os parlamentares advindas/os do interior do Maranhão, eles constroem sua ação política a partir da vida pública e do envolvimento nos problemas municipais, que têm funcionado como uma espécie de escola de formação política, como enfatiza Cristina Archer:

A partir dessa vivência, comecei a entender um pouco de cada coisa... para que o serviço público andasse com eficiência. Daí o meu encantamento e o meu comprometimento com a política... A partir do momento em que você está dentro da política ou está convivendo com esses agentes políticos, você percebe uma forma diferente e vai comprometendo, vai influenciando e contagiando, vai te fazer tornar-se um ser menos isolado, individual e mais coletivo.

Mesmo em se tratando daquelas que mantêm uma relação mais direta com práticas consideradas patriarcalistas ou com a continuidade da família na política, caso em que pode ser enquadrada a deputada Graça Paz, percebe-se que seu envolvimento se dá no acompanhamento permanente das ações do marido, na medida em que foi *“fazendo aquela parte mais social de atendimento”*. A partir disso, passam então a se dedicar ao trabalho político: *“Aceitei, parti para o interior, para trabalhar e tive uma aceitação muito grande, no primeiro momento”* (Deputada Graça Paz).

Nunca pensei chegar aqui. Meu marido foi deputado por três mandatos e **eu já o acompanhava, ajudando na política. Fazia a parte da esposa de político, no interior do Maranhão**, atendendo as pessoas na minha casa, levando para o médico, **fazendo aquela parte mais social de atendimento** e depois o fato de ele não ter podido se candidatar, pois estava coordenando a campanha do candidato a governador Dr. Jackson Lago, do PDT, então o grupo resolveu me indicar, reconhecendo o trabalho que eu já desenvolvia, tanto o trabalho social como o político, acompanhando-o e apoiando-o... Eles queriam que eu fosse deputada para continuar o trabalho do meu marido. Entrei e gostei, nunca tinha pensado entrar porque não fazia parte dos meus planos nem dos planos de minha família, nem dos

meus filhos, nem tampouco do meu marido, porque ele era o político da família, digo político de mandato, porque todos nós estávamos dentro da política. Eu terminei aceitando, aceitei, parti para o interior, para trabalhar e tive uma aceitação muito grande, no primeiro momento, aliás, desde o primeiro momento, porque eu fui visitando justamente as bases onde o meu marido já tinha muito trabalho prestado, porque ele foi um dos deputados mais atuantes, por isso não tive nenhuma dificuldade ao aliar o trabalho de base que ele já fazia a minha candidatura (*Deputada Graça Paz / PDT*).

Em algumas entrevistas, nota-se mais claramente que as atuações políticas mencionadas são marcadas por clientelismo: *“Fazia a parte da esposa de político, no interior do Maranhão, atendendo as pessoas na minha casa, levando para o médico, fazendo aquela parte mais social de atendimento”*. Porém, houve uma mudança bastante significativa na forma de as mulheres se expressarem para explicar suas trajetórias e a relação com seus maridos e/ou ex-maridos.

Ao questionar as deputadas Graça Paz, Cristina Archer e Janice Braide sobre a relação de sua eleição com os laços familiares, elas foram unânimes em afirmar que: *“No começo, meu mandato era completamente vinculado ao do meu marido, agora já é meu mandato, a separação vai se dando quase naturalmente, que a gente nem percebe”* (Deputada Graça Paz):

Eu me vejo ligada a ele [ex-marido] como grupo político, agora eu já percebo que as pessoas, até porque quem está na política com o mandato sou eu, não é mais ele, percebo que as pessoas me têm hoje com minha identidade, como a política de mandato, as pessoas procuram a mim, elas não vão por atalhos, elas vão direto (*Deputada Cristina Archer*).

A deputada Janice Braide é enfática ao discordar de que haja uma relação entre sua eleição e o apoio do marido. Nos seus argumentos: *“Não concordo, porque eu aproveitei todas as chances de fazer o meu trabalho... fazia por nós... não é tanto por ser mulher dele, eu soube aproveitar as oportunidades”*. A deputada se refere aos trabalhos que desenvolveu na secretaria municipal e no cartório eleitoral, bem como às muitas atividades realizadas nas regiões de Santa Luzia, Buriti e Buriticupu.

E as trajetórias dos/as deputadas/os⁴⁵ ligados a partidos mais à esquerda, como o PT e o PDT⁴⁶? Todos eles têm suas trajetórias políticas e seus mandatos

⁴⁵ Consideramos, nessas análises, apenas os deputados filiados há mais tempo nesses partidos.

⁴⁶ Embora muitos estudiosos não mais considerem o Partido dos Trabalhadores como de esquerda e o PDT, em razão das alianças estaduais, seja considerado um partido mais de centro-direita.

ligados aos movimentos sociais, à Igreja e aos sindicatos. São esses os casos da deputada Helena Heluy e Domingos Dutra, ambos do PT. Suas trajetórias políticas se assemelham às dos deputados Mauro Bezerra e Julião Amim, do PDT. Além disso, percebe-se que, nos últimos quinze anos, todos eles têm se mantido fiéis ao mesmo partido. Domingos Dutra enfatiza:

Entrei no PT em 80. Em 82, fui candidato a vereador. Sempre fui do PT. Com o partido, namorei, casei, estou um pouco desgostoso, mas não estou divorciado. Estou há 21 anos no Partido, e mesmo com toda essa crise, o PT ainda é o melhor partido do País.

Sou filiado ao PDT desde o primeiro mandato... Sou deputado porque meu partido existe, se não eu não seria deputado. Ele que me deu as condições para eu concorrer. Ele que me deu as condições de levantar todas as bandeiras: o nacionalismo, o fortalecimento do capital nacional, educação, a luta pela dignidade da pessoa humana. Aprendi isso com meu partido. **Acho que mudar de partido é você trair seu eleitor, trair suas propostas, eu sou um defensor da fidelidade partidária** (*Deputado Julião Amim*)

Eu só tive dois partidos, o MDB / PMDB e o PDT. Saí do PMDB quando este foi vendido a preço de banana para o Sarney. Eu fui o único a falar para dez mil pessoas no Congresso protestando contra a presença do Sarney na chapa do Tancredo Neves no dia da convenção⁴⁷... Eu fui lá e protestei em nome da bancada. Não adiantou. Com a morte de Tancredo, Sarney foi presidente e aí teve força para tomar o PMDB do MA (*Deputado Mauro Bezerra*)

Militei no jornalismo político, onde convivi com Bandeira Tribuzi, Padre Olímpio de Freitas, Neiva Moreira, Reginaldo Teles, Maria Lucia Telles. Fiz Direito, descobri também muito jovem esse sentimento de justiça que tem norteado minha vida política e parlamentar. Foi a partir daí que passei a ver outros horizontes dentro do sentimento de justiça... Também tive uma forte influência da Igreja Católica, dada a minha atuação como promotora pública e como tal sempre ligada na luta contra a opressão e as injustiças sociais (*Deputada Helena Heluy*)

A inserção desses deputados se dá a partir de dois percursos, o da militância política: na luta pela anistia, contra a ditadura, pelas diretas já, no movimento pela meia-passage⁴⁸, na ligação com a Igreja Católica, na luta pela reforma agrária, pela liberdade sindical, na Constituinte, pelo fortalecimento dos

⁴⁷ O deputado se refere à convenção histórica do PMDB realizada em Brasília, a qual homologou o nome de José Sarney como candidato a vice-presidente do candidato a presidente Tancredo Neves, representante das oposições. A composição foi eleita e, com a morte do presidente eleito antes de empossado, Sarney ascendeu à posição de presidente da República.

⁴⁸ Um dos movimentos políticos mais marcantes acontecidos em São Luís do Maranhão, do qual participaram milhares de estudantes, em setembro de 1979, reivindicando a meia passagem nos transportes coletivos. Esse movimento parou a cidade por quase uma semana, foi violentamente reprimido pelo governo de João Castelo e teve como desdobramento a prisão de várias lideranças estudantis.

movimentos sociais e na luta contra a oligarquia Sarney. A partir dessas práticas e dessas relações discursivas, é possível mostrar que as trajetórias dos parlamentares maranhenses filiados ao PT e ao PDT seguem um percurso semelhante⁴⁹.

Diferentemente daqueles que estão filiados nos quadros dos outros partidos, cujo percurso como mencionei anteriormente não tem uma perspectiva ideológica, as semelhança desse grupo mais ligados aos partidos como PFL, PTB, PSC, PSDB estão consubstanciadas na origem, naturalidade, no trabalho administrativo que realizam nos municípios a partir de suas relações familiares em geral patrimonialista e pela formação política e partidária, relacionada a estratégias de manutenção do status quo.

3.4 PODER: O QUE PENSAM AS/OS PARLAMENTARES

Ao estudar o poder na perspectiva das mulheres, não pretendo estabelecer paralelos que possam reforçar estereótipos ou questionamentos estreitos de que estaria reforçando visões essencialistas. Desejo, acima de tudo, refletir sobre a heterogeneidade com que esse poder é compreendido, vivenciado, construído pelas mulheres e pelos homens que estão inseridos numa estrutura formal de poder.

Ao pensar o poder, várias leituras estão subtendidas, quase sempre associadas a relações de dominação e exercício de autoridade relacionado ao mundo público. Porém, é certo que o poder permeia todas as relações sociais. As diferentes formas de seu exercício demonstram não apenas uma prática diferenciada entre os gêneros e os grupos sociais, mas acima de tudo uma expectativa diferente nos atos e nas concepções (FOUCAULT, 1982).

Poder subtende vontade e ação, positividade, produção de saber. Está relacionado com atitudes impositivas de indivíduos que tomam consciência de sua capacidade de intervir em diferentes espaços, sejam públicos, sejam privados. Não é abstrato, é percebido, sentido, vivenciado, “não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação” (FOUCAULT, 1979, p. 174), “sempre se exerce

⁴⁹ Estou me referindo apenas aos deputados entrevistados.

em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro, não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (Id. Ibid., p. 75). “O poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política” (Id. Ibid., p. 174).

Como tem sido o exercício parlamentar das mulheres maranhenses? Como elas traduzem essa capacidade de decidir? Em qual direção aponta sua ação parlamentar? Existe um reconhecimento por parte das parlamentares da sua capacidade e poder de decisão. Quais os limites que apontam no exercício do Legislativo?

O reconhecimento do poder das mulheres está em geral relacionado à esfera doméstica, ao âmbito familiar. Esse poder, no entanto, é quase sempre interpretado como inferior, já que sua capacidade de intervir no mundo público não é dimensionado nem reconhecido como poder. Isso porque as interpretações que, em geral, fazemos do poder como algo localizável em determinadas instâncias da sociedade ou como algo que alguns grupos e pessoas “têm”, “tomam”, “conquistam” ou “atingem”, ou ainda como algo manipulável como simples marionetes nas mãos dos poderosos, são visões que “descartam a dimensão fundamental da própria sociedade, a que todos, dominantes e dominados, estão submetidos” (RODRIGUES, 1992, p. 39).

Percebemos que as representações do poder feminino são, em geral, associadas a uma ótica masculina de exercício de autoridade⁵⁰. A estreiteza dessa representação tem dificultado análises mais profundas que possam demonstrar fatores que possibilitem marcar diferenças. As diferenças de como esse exercício se articula na vida pública são ainda pouco evidenciadas.

⁵⁰ Observe-se o caso recente da nomeação da ministra Dilma Rousseff para substituir o ex-ministro José Dirceu – considerado um dos dirigentes mais importantes do País. Esse fato gerou na imprensa nacional e internacional, nos meses de maio e junho de 2005, uma série de reportagens que demonstram o quanto a ascensão de mulheres ao poder é ainda recebida com estranheza. Situação semelhante ocorreu no último processo eleitoral alemão, com a ascensão da líder Angela Merkel e sua posterior eleição ao cargo de chanceler: a imprensa a retratou como “dama de ferro”, numa alusão à ex-primeira ministra inglesa Margareth Thatcher. De certa maneira, os setores conservadores da sociedade, ao demonstrarem estranheza quanto à nomeação da ministra Dilma Rousseff, qualificando-a como “José Dirceu de saias”, assim aqueles que justificam a eleição da chanceler alemã pelo fato de ela ser uma mulher “linha dura”, acabam por repassar para o imaginário social representações de que a mulher, para ascender ao poder, tem que reproduzir atitudes consideradas masculinas. Veja-se também o caso da prefeita maranhense D. Noca, retratada pela imprensa da época como “coronela” (GLOBO, 1951).

Ao dialogar com as deputadas do Legislativo maranhense para compreender como elas exercem e quais as suas representações sobre o poder, pude observar que existem, no seu universo, sentidos que demonstram posturas, práticas e expectativas que as diferenciam. Nas falas das deputadas, percebe-se uma visão muito presente do poder relacionado com atitudes de ajudar, fazer, decidir, melhorar, mudar, transformar, participar, lutar, sonhar. Disso se pode inferir uma visão essencialista, redentora e até mesmo romântica da atividade política:

Poder é um instrumento que você tem de **poder ajudar** os outros nas transformações em todos os aspectos do poder político, poder religioso, poder social, dentro de todas as esferas... ele é esse instrumento de mudança de **transformação** de **mudar** a sociedade, a realidade. Tudo depende de como você emprega esse poder (*Deputada Maura Jorge*).

É poder ser um instrumento, uma pessoa que possa **modificar as coisas, ou através das palavras ou do ato** ou da presença daquilo que representa um mandato. Você poder estar **transformando** a sociedade, seja ela um pequeno núcleo social, núcleo maior e você poder está **mudando** as coisas (*Deputada Cristina Archer*).

Poder está associado com o poder político... mas eu gostaria de dar um sentido a esta palavra. Poder é a gente poder estar **contribuindo para mudar** alguma coisa, para **melhorar** a situação de vida de nossos municípios, de nosso Estado e de nosso País (*Deputada Graça Paz*).

Poder é poder usar do poder que se tem para **fazer bem** aos outros...é fazer o que o povo precisa e que você tem **oportunidade de fazer** com esse poder que você tem... é usar do mandato de deputada para tornar a vida das pessoas melhor... (*Deputada Janice Braide*).

Questiono as relações de poder desde as dentro do espaço doméstico, às exercidas no espaço público. Ele ainda é exercido com autoritarismo, até mesmo o poder considerado democrático. Porém, vejo o poder como algo que deve ser compartilhado. Eu acho que o poder é o que a gente **luta, sonha e quer**, é algo extremamente **participado, coletivo** (*Deputada Helena Heluy*).

As representações das mulheres sobre o poder podem ser analisadas pelas teorias foucaultianas, que refletem imposição, decisão, ação: “esse instrumento de mudança de transformação... de mudar a sociedade, a realidade” (*Deputada Maura Jorge*) ou, como enfatiza a deputada Cristina Archer: “*modificar as coisas, através das palavras, ou do ato*”, ou ainda como reforça Janice Braide “*Poder é poder usar do poder que se tem para fazer bem aos outros...*”. Fica claro, porém, que nessas visões há uma dose de ufanismo e de romantismo, dada a atuação das deputadas no parlamento e a forma como atuam no plenário.

É certo que as formas como as deputadas expressam seu modo de ver o poder não têm nada de abstrato, é concreto. Parecem estar conscientes de sua capacidade de intervir, de agir de decidir. Suas compreensões sobre o poder têm um sentido, uma direção: *“tornar a vida das pessoas melhor”*. Mas poucas verbalizaram as relações de poder entre elas, poucas demonstraram preocupação com relações de poder presentes no Legislativo. À exceção das deputadas Telma Pinheiro e Helena Heluy – *“questiono as relações de poder, desde as dentro do espaço doméstico, às exercidas no espaço público”* –, as outras deputadas entrevistadas não demonstraram preocupação com as relações de poder dentro do Legislativo. Tampouco expressaram como essas relações se articulam entre os blocos parlamentares e entre as coligações ou as interferências no cotidiano da Assembléia, que em geral são determinantes na capacidade de decisão do Legislativo.

Os conhecimentos que cada deputada tem sobre sua capacidade de decidir também devem estar consubstanciados na sua compreensão dos limites desse poder e nas estratégias utilizadas para garantir a concretização de seus desejos ou dos seus atos. No Legislativo, então, é preciso ter capacidade de articulação, poder de barganha e de estabelecer alianças com o governo, bem como certa dose de idealismo. De outra forma, torna-se difícil concretizar projetos.

Além disso, é importante ter clareza da existência de relações de poder em todos os espaços do Legislativo: na mesa diretora, nas comissões, no plenário. Visto por esse caminho, as deputadas certamente encontram muito mais entraves, embora idealizem mais que os deputados.

E os deputados, como articulam sua visão de poder? Vejamos:

... o poder no Maranhão se chama Sarney, coincidentemente agora não está no governo, o grupo dele não está, mas ele tem sido o poder, porque ele exerce o poder tendo o monopólio dos meios de comunicação... enquanto ele fala numa rede de televisão, eu falo num megafone. O poder de Sarney está direta e indiretamente ligado através de um grupo de desembargadores, conselheiros, do Tribunal de Contas, em Brasília, ligado ao Supremo Tribunal Federal, Tribunal do Trabalho e outros que foram nomeados por ele ou por influência dele (*Deputado Aderson Lago*).

Felizmente ou infelizmente, **o poder está em tudo**. Tanto nas relações familiares, sociais, religiosas e, quando realmente se fala de poder, sempre se direciona ao poder do Estado, que é essa coisa fria e impessoal. Acho

que o poder é importante, mas tem que ser democrático, onde as pessoas possam ter o direito de alternar, mudar na hora em que for necessário. Enquanto não alternar, as relações serão mantidas e as decisões não podem ser revistas (*Deputado Domingos Dutra*).

O poder é **degradante para quem exerce, para quem o aplica e para quem sofre**. É difícil realizar poder, mesmo numa democracia como a nossa, ele é muito complexo (*Deputado Mauro Bezerra*).

Poder sempre foi um servir, uma responsabilidade. Se você tem um poder, é porque **alguém te delegou** esse poder. Então você é **devedor daquelas pessoas que te delegaram poder...** é um **instrumento que você pode utilizar para favorecer**, num bom sentido, de corresponder à expectativa das pessoas a quem esse poder está acesso (*Max Barros*).

É a capacidade **que o homem tem de mudar alguma coisa**, durante algum tempo, em espaços de tempo. Minha empregada tem poder... Lula tem poder... (*Deputado Joaquim Haickel*).

Poder é aquilo que você tem de comandar alguma coisa, mas com humildade, com autoridade, quando necessário e com determinação (*Deputado Manoel Ribeiro*).

Observei que as visões dos deputados, em muitos pontos, estão imbricadas com perspectivas das deputadas: “*É a capacidade que o homem tem de mudar alguma coisa*” (Deputado Joaquim Haickel. “*Poder é importante, mas tem que ser democrático*” (Deputado Domingos Dutra) ou, como enfatiza o deputado Manoel Ribeiro, “*poder é aquilo que você tem de comandar*”.

Torna-se perceptível que, para alguns deputados, a concepção de poder adquire uma conotação negativa: “*É degradante para quem exerce, para quem o aplica e para quem sofre*”. (Mauro Bezerra). Além disso, é um poder relacionado às relações de dominação do Estado, como enfatiza o deputado Aderson Lago ao se referir à oligarquia Sarney: “*o poder no Maranhão se chama Sarney*”. Sem desconsiderar a fala do deputado, cuja atuação parlamentar tem sido profundamente marcada pela oposição ao sarneísmo, o exercício do poder não tem sede apenas no centro, no Estado, visto como um grande Leviatã, centralizador, repressor, dominador. Não está, portanto, apenas no peso da oligarquia.

O poder passa, sobretudo nas sociedades democráticas, “pela regulamentação do ínfimo, pela organização dos espaços, pela mediação, pela sedução, pelo consentimento” (PERROT, 2005, p. 263). Esse exercício, reforça a autora,

[...] não se resume ao constrangimento e à tomada de decisão; ele consiste mais ainda na produção dos pensamentos, dos seres e das coisas por todo um conjunto de estratégias e de táticas em que a educação, a disciplina, as formas de representação revestem-se de uma importância maior (PERROT, 2005, p. 263).

Ao analisar essas diferenças, quis mostrar não apenas um exercício de poder diferenciado, mas, além disso, as relações de poder que se encontram no interior dessas diferenças. Trata-se de observar o universo em que ele se estrutura e se articula e a perspectiva em que ele se exerce. Ao discutir o poder na perspectiva das mulheres, Rowlands (1997) enfatiza seu duplo significado: por um lado, é fonte de opressão em seu abuso; por outro, é fonte de emancipação em seu uso.

Na perspectiva da emancipação, podemos citar as políticas de *empowerment*⁵¹ voltadas para as mulheres, que passam a tomar consciência de como as relações de poder operam em suas vidas e ganham autoconfiança e capacidade de desafiar e intervir, seja no mundo público, seja nas relações domésticas. Esse empoderamento pôde ser percebido na trajetória das parlamentares maranhenses que acompanhei nos últimos seis anos e na forma como enfatizam e discutem sua ação política no parlamento.

Para Falgayrac e Nogradat (1994)⁵², por exemplo, o acesso das mulheres ao poder está relacionado não somente a fazer figuração numa lista eleitoral, a dirigir uma equipe ou a ganhar sua liberdade para se realizar profissionalmente. Mais do que isso, consiste em ser portador/a de um projeto de sociedade original e universal, que não se apóia nos hábitos, mas que empurra sem destruir e instaura uma positiva diferença, um novo olhar, uma outra maneira de agir, contrária às outras. Para as mulheres, ascender ao poder está relacionado à luta contra a desigualdade de oportunidades, embora esse ponto não seja reconhecido por grande parte das mulheres que hoje estão na política.

Nos diálogos que estabeleci com algumas parlamentares em diferentes instâncias⁵³, visando identificar se existia um exercício de poder diferenciado, se era

⁵¹ O conceito *empowerment* reflete “mudança de um paradigma, decidida de cima para baixo, para outro mais participativo, no qual às populações deve ser dada voz quanto às opções à sua escolha” (FERREIRA, 2004, p. 86).

⁵² Estudo realizado com mulheres francesas para identificar suas diferentes visões sobre o poder.

⁵³ Refiro-me a entrevistas realizadas com vereadoras brasileiras e com deputadas, vereadoras e ex-ministras portuguesas.

possível demarcar algumas diferenças, e na prática, como esse poder é vivenciado, percebi, em suas falas, semelhanças com as expressões colhidas junto às parlamentares maranhenses:

[...] o poder é exercido com autoritarismo, geralmente. Pra mim, deveria ser uma expressão de voz de comando que não deveria ter hierarquia, nem definições prévias. Seria uma forma de tentar **uma reciprocidade na voz de comando, sem ser autoritário** (Vereadora paulista Vera Botta, 2005).

[...] vejo que **as mulheres** têm potencial de autonomia e **buscam uma coerência**, a vida como mães responsáveis pela educação, pelo futuro do país exige da gente muita coerência. A mulher parte para a rebeldia, quando sente essa coerência transgredida, ou atravessada por outra forma de fazer política não tão clara... **As mulheres não tomam a defensiva na política, os homens tomam mais** (Vereadora paulista Vera Botta, 2005).

O poder é masculino, no nosso meio, porque o poder é a capacidade de interferir, mudar, tomar decisões, [...] e nesse sentido as mulheres ficam de fora dessa trama, porque **nossa forma de lidar com isso é diferente. Nós privilegiamos mais o debate**, as coisas em si, o que está em questão, os homens trabalham nos bastidores, nas articulações internas (nas cervejinhas) ... depois... é ali que as coisas acontecem, as decisões já vêm tomadas. [...] **As mulheres jogam mais aberto**... acho isso! Elas, quando se colocam **no debate, se preparam para intervir** (Vereadora paulista Edna Martins, 2005).

Existe uma forma de cultura diferente de viver a autonomia. **As mulheres negociam seu espaço de autonomia de uma forma muito menos conflitual**, são educadas para negociar seu espaço de autonomia, de uma forma mais sutil, mais negociada, de um jeito de não entrar diretamente no confronto com o masculino... Acho que elas têm que ter liberdade de fazer política dessa maneira... (Deputada portuguesa Ana Drago, 2005).

O exercício de poder das mulheres é a possibilidade real na tomada de decisão a favor da humanidade e do progresso e não voltar as costas e deixar que outros decidam por nós. Em resumo, **poder é a possibilidade de mandar no próprio destino** (Deputada portuguesa Odete Santos, 2005).

De certa maneira, como enfatiza a vereadora paulista Edna Martins (2005), é como se “*as mulheres jogassem mais aberto*”. Ou, como pondera Vera Botta (2005), as mulheres buscam “*uma reciprocidade na voz de comando, sem serem autoritárias*”. Ou ainda, como ressalta Santos, “*é a possibilidade de mandar no próprio destino*”, demonstra autonomia no exercício do poder, com posições mais claras e vivências menos conservadoras, que poderão refletir em atitudes e expectativas de construir novas possibilidades de transformar as relações sociais.

As representações demonstram que o exercício de poder está relacionado com uma expectativa de compartilhar, negociar, de jogar mais aberto. O fato de estarem exercendo o poder num espaço desfavorável torna seu exercício mais cuidadoso: *“Elas quando se colocam no debate se preparam para intervir”* (Vereadora paulista Edna Martins, 2005).

Ao questionar as parlamentares maranhenses sobre sua forma de viver o poder e de como articulam suas ações políticas, identifiquei particularidades que em muito se assemelham às das deputadas portuguesas e das vereadoras paulistas. As deputadas enfatizam a sensibilidade das mulheres para tratar com os problemas, os conflitos. É como se sua presença nesse espaço de poder melhorasse as relações conflituosas que em geral permeiam as atuações no parlamento: *“a presença dela melhora e muito as coisas... a visão... porque o homem é muito duro”* (Deputada Janice Braide).

As pessoas recriminam muito as mulheres por causa da emoção, dentro da política, dizem que a política tem que ser racional, absolutamente racional, e quem tem emoção se dá mal. Mas **eu acho que tem que se trazer um pouco de emoção para dentro da política**. Porque é preciso humanizar um pouco a política, a política está muito selvagem e a mulher, ela traz isso, a mulher tem um pouco mais de ética (Deputada *Cristina Archer*).

São partidárias das idéias de que as mulheres humanizam a política, *“porque a política está muito selvagem”*. Esse humanizar está relacionado com a prática política das mulheres, a forma como elas se relacionam com o público, como discursam na tribuna, como atendem os eleitores, como entram nos conflitos no plenário.

Observei que, nos debates que se estabelecem no plenário do Legislativo maranhense, as mulheres fazem um contraponto na forma como entram na discussão ou como se omitem dela, na forma como articulam seus argumentos, na forma como amenizam os conflitos, restabelecendo o diálogo, ou como acirram os conflitos, estabelecendo a disputa. Quando a deputada Janice reflete que a *“presença das mulheres melhora as coisas, porque o homem é muito duro... ele bate”*, está se referindo a esse fato.

Nas expressões colhidas nas entrevistas e observando seu desempenho no plenário, caracterizado, muitas vezes, pelo silêncio, percebe-se que essa

deputada articula seu mandato como uma forma de conciliar interesses mais particulares, diferentemente das deputadas Helena Heluy e Telma Pinheiro, que buscam o conflito como canal para politização das idéias dentro do Legislativo.

Observando o desempenho da deputada Helena Heluy no plenário, essa parlamentar se destaca pela pontualidade do debate público e pela constante disputa por espaço e defesa de posições e definição de sua identidade política⁵⁴. Inúmeras vezes o presidente da mesa a incluiu no discurso como aliada e ela sempre pedia a palavra para evidenciar e negar essa aliança. Além disso, essa deputada usa a tribuna diariamente para fazer seus pronunciamentos, mesmo quando, às vezes, o plenário já está esvaziado. Aliás, essa é uma estratégia da mesa para interditar o discurso da oposição. Situação semelhante se observa quando vai à tribuna a deputada Tereza Murad, aliada do grupo Sarney. Essa parlamentar também não abre mão do seu espaço de debate e usa a tribuna para defender suas idéias, mesmo quando o plenário se encontra com o quorum mínimo.

Para Lobo (1992), a prática das mulheres, seja no trabalho, seja na vida pública, está marcada pela diferença construída biológica e culturalmente e que vai se refletir na prática política. Nas particularidades observadas no cotidiano do exercício do poder das parlamentares maranhenses, fica claro que tanto o biológico quanto o cultural permeiam o discurso e as leituras que elas têm desse exercício.

Ao afirmarem que as mulheres são mais criteriosas, mais cuidadosas, mais equilibradas, mais éticas, mais comprometidas, mais sensíveis, elas estão positivando as diferenças que marcam o exercício do poder entre os gêneros. Por outro lado, elas não separam esse agir criteriosamente com uma forma mais afetuosa de fazer política: *“A mulher é muito mais criteriosa, age não só com a cabeça, mas também com o coração”*. Reconhecem que as mulheres são recriminadas pelo seu lado emocional, mas não consideram a emoção como algo que deva ser desqualificado e são enfáticas ao afirmarem que *“tem que se trazer um pouco de emoção para dentro da política”* (Deputada Graça Paz).

⁵⁴ Apenas para lembrar, o bloco de oposição formado pelos partidos PDT e PT, do qual a deputada Helena Heluy é representante, faz parte do grupo que apóia o governador José Reinaldo. A deputada é a única representante do bloco que não apóia o governo.

A visão essencialista, salvacionista é evidenciada em muitos discursos, como o da deputada Maura Jorge:

A mulher é mais sensível, é mais equilibrada no que faz, eu acho. E digo com muita propriedade. **Vejo isso no próprio funcionamento das comissões da Assembléia, a gente vê que no trabalho, quando é a mulher que está à frente é mais** dinâmico, porque ela é mais comprometida, tem muito mais resultado, digo isso de cadeira e confesso: fico muito orgulhosa quando isso acontece (*Deputada Maura Jorge*).

Se isso constitui um problema quando se trabalha com a perspectiva de gênero, nessa discussão, entretanto, não deve ser desconsiderado o fato de que a construção da definição das mulheres, enquanto categoria coletiva, parte do fato de que a união dos sujeitos em grupo “não é algo que tenha a ver com os seus atributos sociais ou características biológicas, sendo antes o resultado da discussão política pela qual conseguem forjar um compromisso político comum contra a opressão de que se sentem objeto”, enfatiza Ferreira (2003, p. 52).

Nas reflexões dessa autora sobre o biológico e o social que perpassam o discurso essencialista, considera que:

Devemos pensar nas diferenças entre os sexos como constitutiva do sentido e das possibilidades de existência de cada pessoa. A biologia é pertinente para a avaliação das alternativas sociais possíveis, não apenas em termos das limitações que impõe, que é o modo como ela é em geral tematizada, mas também das potencialidades que as diferenças contêm. Assim, um modo mais lógico de lidar com a premissa de que o sexo biológico contamina o sexo social não é afirmar que não existe nenhuma relação entre eles. Ao contrário, devemos reconhecer que existe entre ambos uma relação de mediação levada a efeito pelas estruturas simbólicas, como a linguagem, que determina o fim da dicotomia (FERREIRA, 2003, p. 78).

O exercício das parlamentares maranhenses é permeado por essas características relacionadas com a vida pública e privada, presentes em suas falas, nos corpos e nos gestos cotidianos observados no plenário e nas comissões de trabalho onde atuam. Porém, afirma Lobo (1993, p. 68), “não se pode deixar de pensar que a vida pública dos homens é também pensar que a sua relação com a vida privada é distinta das relações que as mulheres mantêm com ela”. Isso, por si só, já demarca diferenças nas práticas, no olhar, que vai se consubstanciar na ação política, na ação parlamentar e nos atos legislativos, produtos dessa ação.

3.5 MULHERES LEGISLANDO: AÇÃO POLÍTICA E AÇÃO PARLAMENTAR DAS DEPUTADAS MARANHENSES

Para pensar a ação política das parlamentares maranhenses, é importante delimitar em que campo se estabelece essa ação, a fim de compreender, descrever e definir as singularidades que possam clarear as formas específicas com que se revestem os mecanismos de poder, dominação e exclusão nesse campo.

A noção de *campo* desenvolvida por Bourdieu (1989, p. 27) “é em certo sentido uma estenografia conceitual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa”. Esse conceito permite compreender como os grupos e indivíduos participantes do mundo social intermediam, em conjunto, relações nas quais o campo se constitui um caminho para perceber as variações, para desvendar o invariável, o particular, o singular.

Dessa forma, é importante delimitar como *campos de análise*, neste estudo, os campos político e científico, uma vez que ambos funcionam como lugares geradores de concorrência entre os agentes neles envolvidos.

O campo político é o lugar de poder que se constitui por intermédio de disputas pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade de um grupo social. O Legislativo, como mencionei anteriormente, se enquadra perfeitamente nessa interpretação de Bourdieu. Porém, em se tratando do Legislativo maranhense, poucos estudos têm analisado a dimensão desse campo na perspectiva das mulheres.

A estratégia aqui é desconstruir idéias impregnadas na sociedade sobre a ação política das mulheres. Se tais idéias, por um lado, reconhecem sua presença e existência, por outro, a desqualificam como participação “menor”. Ressignificar essa presença é romper com “um racionalismo estreito, que considera irracional qualquer ação ou representação que não seja engendrada” (BOURDIEU, 1996, p. 88) através dos modelos que produziram e têm reproduzido essas representações sociais.

Em geral, as mulheres não são representadas pela ciência como sujeitos autônomos, dotadas de poder de decisão e de qualidades e competências capazes de transformar os processos sociais. Nessa perspectiva, a leitura de Bourdieu

reforça os argumentos para romper com a propensão do pensamento “substancialista” e ingenuamente realistas, que impede que se reconheça que a oposição entre dominantes e dominados muda “dependendo do lugar, do espaço social, das práticas e do olhar de quem está analisando tal fenômeno” (BOURDIEU, 1996, p. 29).

Nesse sentido, romper com as armadilhas da invisibilidade das mulheres nesses campos é, ao mesmo tempo, entender como se estabelecem as relações de poder entre as diferentes posições sociais que garantem suficiente força aos sujeitos da ação política. Neste estudo, o sujeito político são as mulheres, cuja ação política no campo do Legislativo está refletida no conjunto de discursos, atos legislativos, participação em comissões e representação no mundo público.

Tais ações são conseqüências de suas vivências e práticas políticas, que não estão dissociadas das estruturas sociais e políticas construídas pelos *habitus* que, “enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto de práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 1992, p. 191).

Compreender a dimensão do Legislativo enquanto campo de análise é importante para se entender como se dá essa ação. Nessa análise, deve ser considerada a exclusão histórica das mulheres e sua luta cotidiana para se inserir no mundo público, como já evidenciamos nos capítulos anteriores.

O Legislativo como espaço de poder só se tornou acessível às mulheres brasileiras em 1932, após a conquista do voto feminino. Durante séculos interdito às mulheres, o Legislativo pode ser caracterizado como um lugar de ausências no que se refere tanto à presença física das mulheres quanto à proposição de ações políticas que pudessem transformar as relações de gênero.

Os dados apresentados no capítulo três deste estudo evidenciam as dificuldades que as mulheres têm desafiado para romper com aquilo que lhes foi determinado como “destino” pela sociedade patriarcal, ainda presente nas estruturas e no imaginário social, fato que se evidencia na sua inserção nas instâncias do legislativo que tem sido lenta e marcada por entraves.

As funções do Poder Legislativo podem ser consideradas a partir de pontos básicos: representar, legislar e fiscalizar. Para muitos autores, a força ou a fraqueza do Legislativo repousa na sua importância no processo decisório relativo ao Executivo, uma vez que nesse processo ambos competem entre si na luta por uma posição hegemônica. Nesse processo, as ações e o sucesso do Legislativo “dependem de seu relacionamento com o Executivo” (MEZEY, s.d, p. 46).

A disputa entre o Legislativo e o Executivo é posta como um luta para formular a agenda política e definir os objetivos do Estado. Destaca-se a prerrogativa formal de separação dos poderes entre o Executivo e o Legislativo, a qual por sua vez estrutura e legitima o conflito entre os poderes (DINIZ, 2005, p. 334).

A finalidade do Poder Legislativo está além de “Fiscalizar o trabalho do Poder Executivo”. Insere-se na produção de iniciativas regulamentadoras da vida dos cidadãos e nas questões de interesse da sociedade. O bom exercício dessas atribuições depende de variáveis internas e externas ao Parlamento.

As variáveis internas referem-se, principalmente, ao que se prevê no Regimento Interno da Casa como sendo funções exclusivas do Legislativo. As externas, por sua vez, representam um conjunto de fatores que englobam as relações com o Poder Executivo e a capacidade deste em determinar a agenda parlamentar, a influência do Judiciário e dos órgãos de controle, os impactos e ou *checks and balances* de outros entes... o peso dos grupos de interesse, o grau de participação da sociedade e o *accountability* exercido por ela e, por fim, as competências legislativas e materiais do nível de governo em questão (ABRUCIO; TEIXEIRA E COSTA, 2001, p. 222).

3.5.1 O Legislativo Maranhense: as artimanhas do poder

A Assembléia Legislativa do Maranhão não está isenta dos problemas acima mencionados. Sua história data do período do Império, quando D. Pedro I dissolveu o Congresso Legislativo Constituinte, convocando outro, com a missão de trabalhar um novo projeto para a elaboração da nova Constituição do País. A relação dessa nova Carta com a história do Legislativo maranhense

[...] está cristalizada no seu artigo 72, que cria os Conselhos Gerais das Províncias. Essas estruturas de poder tinham, entre outras funções, a incumbência de discutir e deliberar sobre os negócios mais importantes das províncias (nessa época ainda não havia estados e municípios). Os conselhos podiam elaborar projetos de interesse específico da região, de

acordo com o grau de urgência e necessidade. No Maranhão, ele representa o embrião da futura Assembléia Legislativa, que só ganharia força com a queda do regime imperial e o advento do Brasil República (MARANHÃO, 2005)

Sua instalação se deu somente em 1º de dezembro de 1829, num dos salões superiores da Capela-Mor da Sé, onde hoje está edificado o Palácio Episcopal, na Praça Pedro II. Isto evidencia sua estreita relação com a Igreja Católica, que durante muitos anos interferiu nos negócios do Estado.

As mudanças ocorridas no País, que culminaram com golpes e revisões constitucionais, também se fizeram sentir no Legislativo maranhense, acarretando uma série de fechamentos e reaberturas, frutos das disputas entre as diversas facções políticas.

De 1966 até o presente momento, a presidência da Assembléia Legislativa do Maranhão tem sido representada, na maior parte dos mandatos, por aliados do ex-presidente José Sarney, eleito governador do Maranhão no ano supracitado. Na atual legislatura, vive um momento de grande efervescência, já que os deputados atestam como sendo um momento ímpar, em virtude de o atual presidente não estar alinhado ao grupo Sarney. Para o deputado Mauro Bezerra,

...Isso nunca tinha acontecido... a Assembléia Legislativa do Maranhão estar contra o grupo Sarney que sempre comandou o Legislativo. Hoje enquanto temos cerca de 28 deputados contra o sistema, o Sarney conta com apenas 13. É uma inversão de posição que eu acredito que ela possa se refletir na eleição de 2006.

Isso não significa dizer que mudaram as relações de poder na estrutura política do Legislativo, uma vez que o presidente foi, até bem recentemente, um aliado do grupo Sarney. Porém, ficam evidentes as mudanças na estrutura funcional do Legislativo. Parte dessas mudanças teve início na gestão da mesa diretora que antecedeu a atual, que foi adequando as ações da Casa a um modelo mais funcional e mais articulado com os outros Legislativos do País. Na atual gestão, destaca-se a organização de um sistema de informação eficiente, que permite acompanhar as ações do Legislativo através dos Diários da Assembléia, um programa de rádio, e tomadas diárias nas emissoras de televisão, aproximando, assim, as ações do Legislativo da sociedade e permitindo uma maior transparência nos seus atos.

É importante enfatizar que as iniciativas de veiculação midiática das ações legislativas, embora importantes para coletivizá-las junto à sociedade, têm uma perspectiva bastante “eleitoreira”. Isso se torna evidente diante da exposição freqüente do atual presidente da Casa, que se projeta como um dos prováveis candidatos ao governo do Estado nas próximas eleições.

Ao analisar o Legislativo maranhense na atual conjuntura, tem que se considerar, portanto, sua história e as articulações atuais, as quais reforçaram as rupturas que tornam esse poder dividido em muitas frentes ou muitos lados: os apoiadores do governo de José Reinaldo Tavares e adversários da oligarquia Sarney; os adversários do governo de José Reinaldo e aliados da oligarquia; os apoiadores de José Reinaldo, mas não necessariamente adversários da oligarquia; os aliados da oligarquia, mas não necessariamente adversários de José Reinaldo; e os adversários da oligarquia e do governo de José Reinaldo. É como enfatiza a deputada Helena Heluy:

Aqui no Maranhão, estamos vivendo um momento privilegiado para uma pesquisa bem aprofundada, uma disputa de poder no mesmo grupo, com as mesmas práticas. E é disputa! Chega-se ao ponto de se um lado se encaminhar tal projeto, já é visto pelo outro como algo que é para ser destruído mesmo! E todos têm a mesma visão de mundo, de sociedade e de exercício de poder.

Percebe-se, então, que é um poder marcado pelo conflito, pela disputa, num quadro de divergências políticas em que está em jogo o quadro sucessório e uma luta por espaços, por base eleitoral, por recursos, por cargos. No debate, estão presentes interesses contrariados e favorecidos, de modo que nesse jogo é que se dá a ação política das mulheres e dos homens que constituem o objeto de minhas próximas análises.

Entende-se por ação política todo o processo de convergência de interesses de grupos mediante uma correlação de forças cujas estratégias visam assegurar a integridade e o atendimento desses interesses, sem perder de vista a coletividade.

Nas análises da ação política desenvolvida pelas/os parlamentares, são evidentes as estratégias que ligam seus mandatos a suas trajetórias partidárias, na relação direta com seus espaços sociais ou “redutos políticos”. Nessa ação, estão

presentes formas mais conciliadoras, buscando interlocução em espaços dentro e fora do poder, costurando alianças nas estruturas hierárquicas partidárias e do Estado, a fim de garantir a implementação de suas propostas nos centros de decisão política.

As dificuldades para romper a invisibilidade são quebradas por articulações, negociações e pressões, mas também, muitas vezes, por trocas, barganhas, apoios e diferentes interesses, nem sempre explícitos⁵⁵ e quase sempre não reconhecidos pelas/os parlamentares.

Mesmo considerando interesses diversos, o Legislativo se tornou, em muitas situações, um sujeito político importante nas negociações do Estado com os movimentos sociais. Com o movimento feminista, por exemplo, a ação política das mulheres no Congresso Nacional possibilitou a implementação de políticas públicas e programas governamentais que ampliam a cidadania feminina e a conversão de parte das desigualdades de gênero no País.

A ação parlamentar das deputadas maranhenses é analisada neste estudo através das articulações que elas estabelecem no trabalho contínuo nas Comissões Permanentes, nos atos legislativos geradores de projetos de lei – os quais subtendem mudanças ou manutenção de processos –, nos discursos políticos e na atuação no plenário do Legislativo.

3.6 AÇÃO PARLAMENTAR DAS MULHERES: UM OLHAR NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

3.6.1 Nas Comissões Permanentes

O papel das Comissões Permanentes na estrutura do Legislativo é bastante relevante, uma vez que têm por objetivo instrumentalizar a ação dos/as parlamentares no processo de elaboração de leis, na discussão, análise e emissão de pareceres. As Comissões podem ainda utilizar os mais diferentes mecanismos

⁵⁵ As recentes denúncias envolvendo o Congresso Brasileiro, cujos desdobramentos resultaram na demissão do principal articulador político do governo Lula, demonstram as artimanhas de um poder obscurecido por interesses particulares e que coloca em jogo interesses nacionais e anseios de grupos e segmentos sociais excluídos.

legislativos, como obstruir e engavetar pareceres com vista a fazer valer seu poder de decisão.

Assumir a presidência de comissões permanentes e estratégicas é de fundamental importância para que o governo obtenha respostas positivas aos projetos enviados ao legislativo. Os membros de uma comissão podem apressar ou retardar a apreciação de uma matéria e, no caso das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento, a importância é ainda maior, pois estas possuem o poder de obstruir, sob vários argumentos, a tramitação de um projeto de lei (MORAES, 2001, p. 229).

No Maranhão, os trabalhos das comissões são ainda pouco analisados como estrutura de poder capaz de decidir sobre temas importantes, uma vez que a visão do Legislativo ainda está reduzida à de que a “Assembléia é só plenário”. As comissões *“têm o poder de convocar autoridades para audiências públicas, para explicar questões de saúde, meio ambiente, têm o poder de convocar secretários para discutir os problemas do Estado”* (Deputado Aderson Lago). Porém, elas somente começaram a funcionar de forma mais organizada e consistente a partir de 2002, funcionando antes com ‘liberdade vigiada’, uma vez que havia um limite na sua atuação: *“Você só podia chegar até aqui”* enfatiza o deputado Julião Amin.

As comissões se reuniam aqui no plenário, davam seu parecer, atropelando, sem discussão sem nada, não tinham respeito pelo exercício parlamentar. A oposição não tinha participação, não tinha conhecimento, dava o parecer e acabou... Aquilo era decidido de acordo com o que o governo queria. Nem os próprios deputados votavam, eram manipulados como marionetes (Deputado Julião Amin – PDT).

Essa situação foi parcialmente alterada, uma vez que ainda presenciei essa prática em momentos em que estive observando a atuação das/os parlamentares no plenário. Ao Questionar naquele momento, a presidente da Comissão argumentou a dificuldade de o grupo se reunir para dar os pareceres finais.

A dimensão do trabalho das Comissões Permanentes no Legislativo maranhense pode ser avaliada a partir do regimento interno da Casa, que descreve como finalidade

[...] apreciar os assuntos ou proposições submetidas ao seu exame e sobre eles deliberar, assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Estado, no âmbito dos respectivos campos temáticos (MARANHÃO, 2003, p. 27).

É a partir do campo temático que analiso a ação das mulheres nas Comissões Parlamentares. Vejamos: no quadro legislativo que correspondeu ao mandato de 1998 a 2002, das treze comissões criadas, apenas uma foi presidida por mulher. Trata-se da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, presidida pela deputada Helena Barros Heluy, advogada, ex-promotora pública, integrante da Comissão de Justiça e Paz (órgão da Igreja Católica), e representante do Partido dos Trabalhadores.

A escolha da deputada, considerando o perfil da Assembléia naquele momento, é aparentemente surpreendente, dada a sua filiação partidária. Entretanto, nas entrevistas realizadas mais recentemente, pude constatar que ela é reconhecida unanimemente entre seus pares como um exemplo de ética, competência, dedicação e qualidade em sua ação parlamentar. Além disso, por sua história política ligada às lutas em prol dos direitos sociais e seu reconhecimento público na defesa dos direitos humanos, não seria talvez de bom tom deixá-la fora da referida Comissão.

Na legislatura iniciada em 2003, o número de comissões se ampliou para quatorze e as mulheres foram indicadas para as seguintes Comissões: de Relações de Trabalho e Administração Pública; de Defesa dos Direitos Humanos; e de Obras, Serviços Públicos e Habitação. Além de presidências de algumas das Comissões, deputadas também assumiram nesse período a vice-presidência de outras três (Quadro 15).

QUADRO 15 – COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO – 2003/2004

COMISSÃO	PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE
Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto	Pavão Filho	Teresa Murad
Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública	Teresa Murad	José Lima
Comissão de Defesa dos Direitos Humanos	Helena Barros Heluy	Alberto Franco
Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação	Maura Jorge	Cristina Archer
Comissão de Ética	Wilson Carvalho	Cristina Archer

Nessa legislatura, destacou-se ainda como vice-presidente da Assembléia Legislativa do Maranhão, a deputada Telma Pinheiro, que, naquela conjuntura, era aliada da senadora Roseana Sarney. A eleição dessa deputada, além de fortalecer a bancada feminina e estabelecer certo equilíbrio entre os gêneros no parlamento maranhense, revestiu-se de grande importância, dadas a visibilidade pública do cargo e as disputas que em geral ocorrem para a eleição da mesa, como bem menciona Santos (2001, p. 228):

Com as funções de controlar e dirigir os trabalhos legislativos durante as sessões plenárias e decidir sobre as questões administrativas das quais dependem o funcionamento e a infra-estrutura da [Assembléia] A mesa diretora da assembléia detém os cargos mais estratégicos, sua eleição constitui um dos momentos de maior disputa interna e de articulação política, com interferência direta do governador.

Das comissões presididas por mulheres ou daquelas em que elas estão na condição de vice-presidentes, pode-se considerar que duas têm pouca ressonância política, de modo que se pode referir ao campo dos 'pequenos poderes'. A exceção é aquela presidida pela deputada Maura Jorge, que se destaca pelo número de atividades sob a responsabilidade dessa Comissão.

O quadro atual mudou substancialmente: são dezessete as Comissões Permanentes que compõem a estrutura do Legislativo (vide Quadro 16), sendo que cinco têm mulheres como presidentes e três, como vice-presidentes. Na mesa diretora, uma mulher – a deputada Graça Paz – se faz representar na segunda vice-secretaria.

**QUADRO 16 COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
MARANHÃO 2005-2006**

COMISSÃO	PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE
I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final	Telma Pinheiro	Paulo Neto
II - Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização	Manoel Ribeiro	Paulo Neto
III - Comissão de Política Agrária, Produção e Dês. Sustentável	Geovane Castro	Manoel Ribeiro
IV - Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto	José Lima	Manoel Ribeiro
V - Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública	Soliney Silva	Pedro Veloso
VI - Comissão de Saúde	Elígio Almeida	Geovane Castro
VII - Comissão de Assuntos Municipais e de Dês. Regional	Hélio Soares	Telma Pinheiro
VIII - Comissão de Defesa do Consumidor	Paulo Neto	Cristina Archer
IX - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos	Helena Barros Heluy	Antonio Pereira
X - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação	Maura Jorge	Pedro Veloso
XI - Comissão de Meio Ambiente, Minas, Energia	Deusdedith Sampaio	José Lima
XII - Comissão de Ética	Telma Pinheiro	Elígio Almeida
XIII - Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo	Pedro Veloso	Camilo Figueiredo
XIV - Comissão de Legislação Participativa	Alberto Marques	Hélio Soares
XV - Comissão de Previdência, Assistência Social e da Família	Cristina Archer	Maura Jorge
XVI - Comissão de Segurança Pública e Cidadania	Reginaldo Nunes	Alberto Marques
XVII - Comissão da Infância, Juventude e Idoso	Reginaldo Nunes	Manoel Ceará

A novidade no atual quadro representativo das Comissões é o número significativo de mulheres presidindo Comissões Permanentes, dentre as quais a de Constituição e Justiça e a de Redação Final, que, seguramente, é uma das Comissões com poder considerável dentro da estrutura do Legislativo. Além disso, encontra-se na Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação, a deputada Maura Jorge, que esteve à frente, por exemplo, das articulações com outras organizações do Estado do “Programa Luz para Todos”, do Governo Federal,

elaborando toda a programação que disciplinou a distribuição desse benefício às comunidades carentes da zona rural do Maranhão. Trata-se, portanto, de uma Comissão com poder de decisão e visibilidade.

Ao avaliar a presença das mulheres nas Comissões para estabelecer algumas particularidades de suas ações nesse espaço de poder, observei que, em audiências públicas realizadas, a presença das deputadas se faz notar pela assiduidade, principalmente nas audiências públicas. Nota-se que a presença das mulheres não se resume apenas à participação nas comissões que presidem ou nas quais estão na condição de suplente. As deputadas Helena Heluy e Cristina Archer, por exemplo, são presenças constante nesse tipo de trabalho do Legislativo. Suas intervenções pontuais têm contribuído para ampliar o debate, trazendo a voz de setores sociais quase sempre excluídos da sociedade.

A participação das mulheres nas Comissões é reconhecida: *“elas são mais perseverantes, não sei se é o instinto materno... Helena, por exemplo, já foi presidente de comissão, é muito dedicada, muito perseverante mesmo. Às vezes queríamos parar, mas ela com jeito dizia: ‘vamos adiantar mais’”* (Deputado Aderson Lago). O que se subentende é que a presença delas garante não apenas o trabalho das Comissões, mas também, por insistência delas, que suas funções de fato sejam cumpridas.

Em recente estudo realizado no Legislativo português, as deputadas afirmaram que a presença das mulheres nas comissões dinamiza as reuniões, agilizando o debate – *“são mais pragmáticas, não se perdem em rodeios”* – ao discutirem questões temáticas. No trabalho das comissões em geral, elas começam os grupos de trabalho mais cedo, às nove da manhã, conciliando assim esse trabalho com a vida familiar.

Em grupo de trabalho que tinha quatro mulheres e dois homens, as reuniões começaram às nove horas da manhã, sempre. No parlamento, era tradição a reunião começar às dez ou onze horas e achavam estranho porque começávamos às nove da manhã. Isso se dava porque os filhos de todas iam para a escola inevitavelmente às nove e as reuniões começavam então às nove horas (*Ana Catarina – deputada portuguesa do Partido Socialista*).

É um trabalho que se reveste de importância, na medida em que a presença das mulheres é notada como uma atuação competente, articulada com os seus pares. Como enfatizam os deputados:

As mulheres dão uma nova dinâmica às comissões, além de agilizar os trabalhos, trazem questões bastante pontuais ao debate, são disciplinadas e não se perdem em digressões, objetivam o debate (*Oswaldo Castro, deputado português do Partido Socialista*).

Eu considero as comissões o lugar mais importante do parlamento, e são as mulheres... as deputadas quem mais tem insistido no trabalho das comissões. Noto, por exemplo, que as deputadas Helena, Telma e Cristina têm muito empenho naquilo que elas se propõem de estar provocando, chamando, insistindo... (Deputado Domingos Dutra – PT).

...embora não faça diferença, entre homens e mulheres, mas realmente nas comissões permanentes muitas audiências públicas foram prorrogadas por mulheres. Maura Jorge, Helena Heluy, Graça Paz. Eu acho que o que mais inibe as mulheres é a Tribuna e a Comissão é uma coisa mais coloquial, então fica mais fácil para elas desempenharem o papel delas. Na tribuna para quem não está acostumado bloqueia muita coisa (*Deputado Aderson Lago – PSDB*).

As comissões presididas por mulheres funcionam tudo, assim... mais harmoniosamente, elas têm um jeito de chamar as pessoas para as reuniões. Isso, de certa maneira, melhora as relações e favorece um melhor desempenho das comissões (*Deputada Janice Braide – PTB*).

Embora não tenha conseguido avaliar profundamente o trabalho das Comissões Permanentes, observei que há uma preocupação das deputadas em garantir seu funcionamento. Presenciei, nos momentos em que estive no plenário, que, ao final das sessões, a deputada Helena Heluy, por exemplo, lembrava os/as deputados/as das reuniões das Comissões, das audiências públicas, e fazia isso com muita delicadeza, exaltando a importância de tal debate.

Essa mesma deputada se encarregava, na sessão plenária do dia seguinte, de fazer uma síntese da reunião, destacando os pontos principais dos debates realizados nas Comissões. Essa é uma estratégia importante para democratizar as decisões das comissões no conjunto dos parlamentares.

Observei, também, que o funcionamento das reuniões das Comissões é em grande parte motivado pela ação e presença das mulheres, que garantem a fala dos setores presentes, democratizam o debate e contribuem para redimensionar o

papel do Legislativo, na medida em que esta instituição passa a ouvir os diferentes setores sociais.

3.6.2 *Formulando de Leis*

Uma das prerrogativas do Legislativo é fazer leis e assim é reconhecido esse Poder. Essa atribuição, contudo, é marcada por uma série de entraves que limita sua ação e faz dessa uma instituição dependente do Poder Executivo, uma vez que é considerado como tal na medida em que “o poder executivo, mais especialmente o governador, é o centro incontestável do processo de governo por meio do controle dos outros poderes e de toda a dinâmica da política estadual” (MORAES, 2001, p. 190). Dessa forma, o Poder Executivo se torna “hipertrofiado no processo de governo que detém forte influência sobre as estruturas institucionais que deveriam controlá-lo” (ABRUCIO; TEIXEIRA; COSTA, 2001, p. 220).

Assim também funciona o Legislativo maranhense. Entretanto, a fim de clarear nosso objeto, é importante ressaltar que, no Maranhão, essa hipertrofia está hoje dividida em dois grandes grupos políticos: os apoiadores do governo de José Reinaldo e os ligados ao grupo Roseana / Sarney⁵⁶. Embora não esteja na posição de Executivo no Estado, o grupo ligado à senadora Roseana Sarney e ao seu pai, senador José Sarney, tem o controle sobre diversos órgãos federais, em razão do apoio ao governo do presidente Lula, e são conhecidas as fortes ligações do grupo com o Poder Judiciário⁵⁷.

Esclarecido esse ponto, posso dizer que os projetos apresentados e apreciados no Legislativo maranhense não diferem da dinâmica de outras Assembléias estaduais, como as de São Paulo, Ceará, Sergipe, conforme evidenciam os estudos de Abrucio, Teixeira e Costa (2001), Moraes (2001),

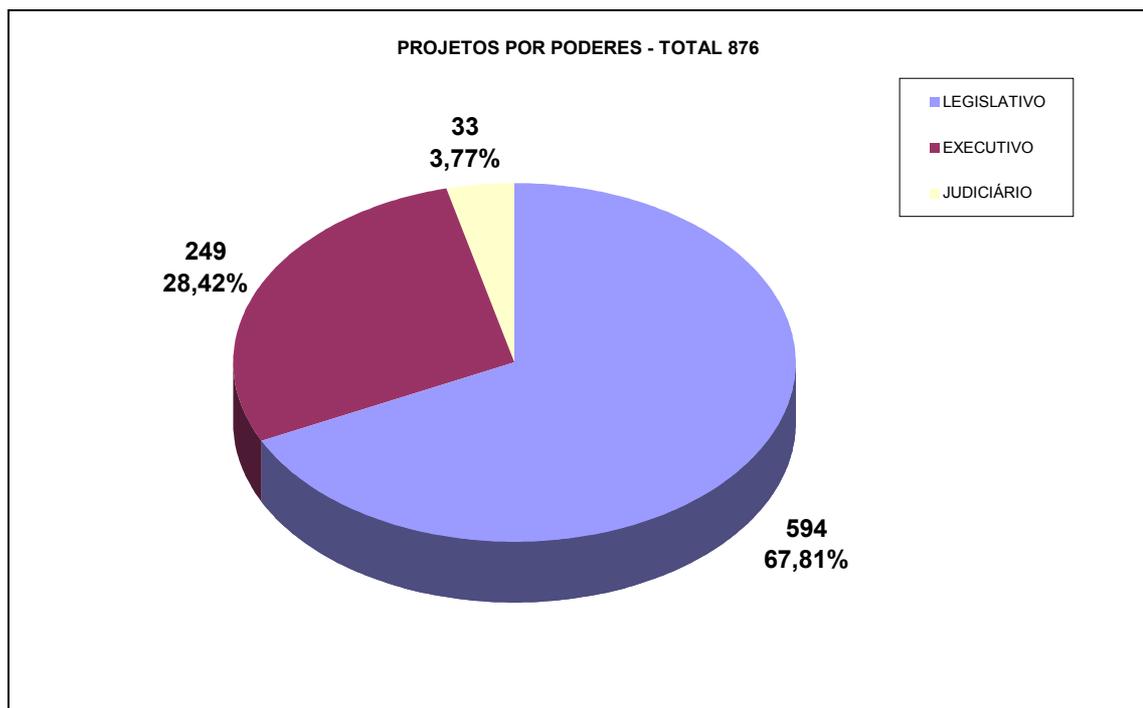
⁵⁶ Fora desse esquema de apoio, encontra-se apenas a deputada Helena Heluy (PT), que não se alinha com nenhuma das duas correntes políticas.

⁵⁷ Recentemente, um deputado do PFL ligado ao grupo Sarney fez uma representação contra um juiz, solicitando o afastamento deste, sob a alegação de estar realizando atividades políticas em sua comarca. A Corregedoria defendia a apuração dos fatos e a abertura de um processo administrativo, sem, contudo, afastar o juiz. Os/as desembargadores/as ligados ao grupo Sarney defenderam o afastamento do juiz sem garantir a este a justa defesa, nesse tipo de processo, evidenciando, assim, a interferência dos sarneístas em decisões do judiciário (JORNAL PEQUENO, 2006, p. 2).

Domingues (2001), já que nesses Legislativos também prevalecem relações de extrema dependência. Porém, no que se refere ao volume de projetos apreciados⁵⁸ no Legislativo maranhense, constatei que a maioria dos projetos não é iniciativa do Executivo, como nos estados mencionados.

No período que compreende os anos de 2003-2005, a Assembléia Legislativa do Maranhão apreciou 876 projetos. Desses, 594 são iniciativas dos parlamentares maranhenses, o que representa 67,81% do volume total de projetos que tramitaram na Casa. O mesmo fenômeno foi observado na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (SANTOS, 2001), diferindo, portanto, das Assembléias de São Paulo, Ceará e Sergipe, nas quais a maior parte dos projetos aprovados é de autoria do Executivo.

GRÁFICO 6 – PROJETOS APRESENTADOS NO LEGISLATIVO POR PODERES

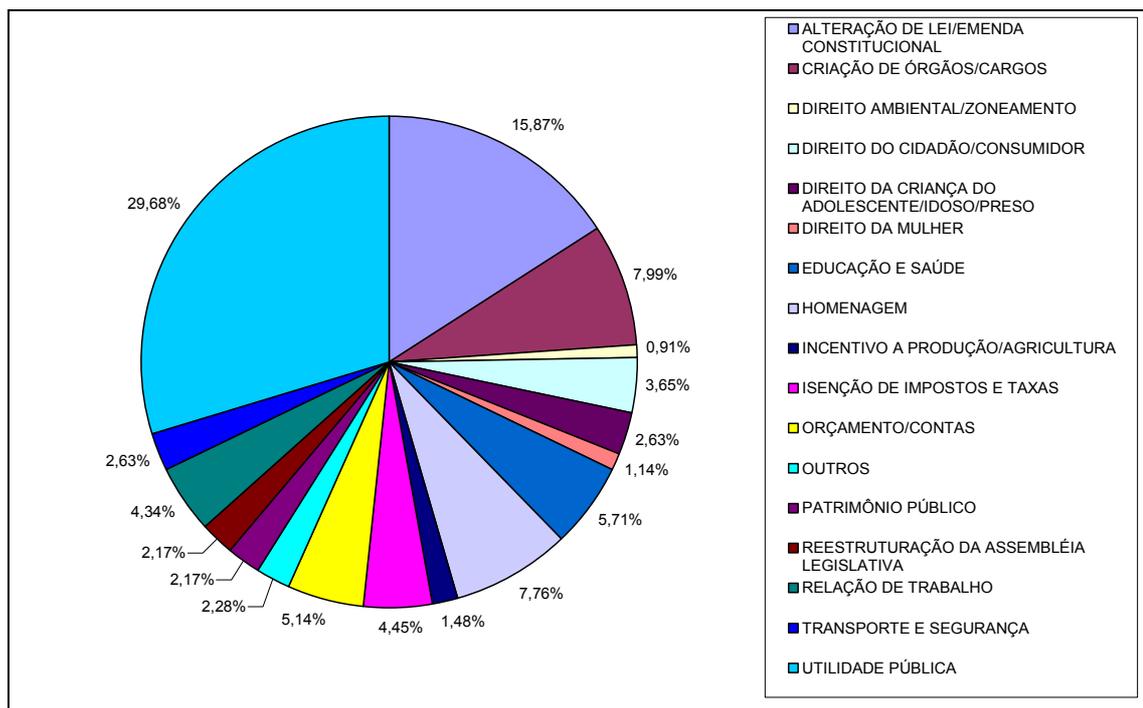


⁵⁸ Estou considerando o volume de projetos que tramitam nas sessões plenárias da Assembléia Legislativa do Maranhão, não apenas os projetos aprovados, mas todos que passam por algum tipo de discussão e vão a votação.

Ao analisar a natureza desses projetos, observei que eles, em seus conteúdos, não diferem muito daqueles apresentados pelos/as parlamentares das Assembléias do Rio de Janeiro, do Ceará e do Espírito Santo que, em sua maioria, versam sobre concessão de utilidade pública para entidades da sociedade civil, concessão de títulos de cidadania e homenagens.

No Legislativo maranhense, projetos de utilidade pública representam 29,68%, enquanto os projetos de título de cidadania e denominação de órgãos públicos (homenagens) correspondem a 7,76 % dos projetos (Gráfico 7). No Rio de Janeiro, por exemplo, os projetos de utilidade pública representam 29,98% dos projetos dos/as deputados/as e no Ceará totalizam 43% dos projetos.

GRÁFICO 7 – PROJETOS APRECIADOS POR TEMA PELO LEGISLATIVO MARANHENSE REFERENTE AOS TRÊS PODERES



Na avaliação de Santos (2001, p. 178), a importância e dimensão social desse tipo de projeto não deve ser desconsiderada, uma vez que sua aprovação implica benefícios sociais, isenção fiscal para diversas entidades. Além disso, “grande parte dessas leis visa a assegurar a existência de associações criadas

espontaneamente”. Não se pode também desconsiderar que grande parte desses projetos é de cunho “eleitoreiro” e que, em geral, não demandam exercício intelectual para elaborá-los nem estudo de viabilidade para implantá-los. Sem a intenção de desmerecê-los, afirmo que esses projetos têm uma limitada capacidade de intervir em processos sociais, tendo um alcance restrito às áreas geográficas nas quais se localizam as entidades beneficiadas.

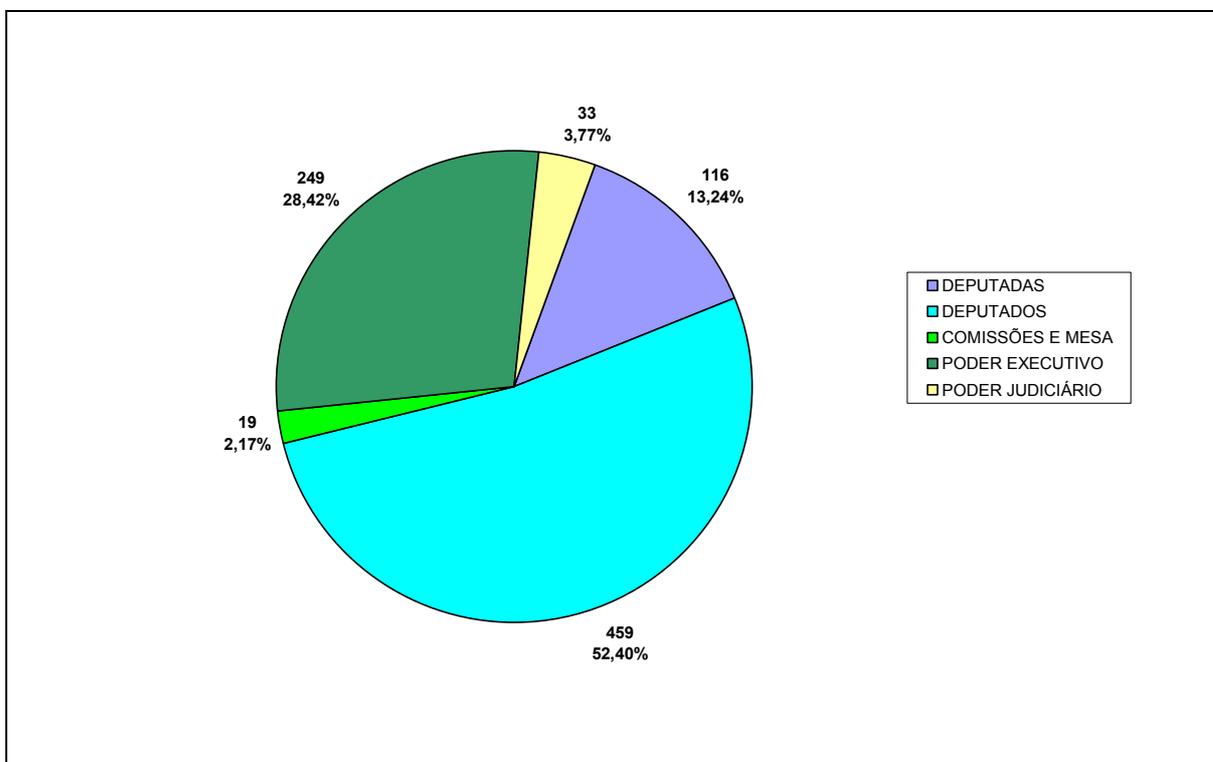
Afora esses projetos, constatei que 62,56 % se referem a ações⁵⁹ voltadas à educação, ao trabalho, a benefícios a idosos, a isenção fiscal, isenção de taxas, a alterações de leis, a transferências de recursos, a emendas constitucionais e orçamentárias e outros assuntos.

Desses projetos, os que mais demandaram ação parlamentar foram os de alteração de Lei / Emenda Constitucional (15,87%) e os de criação de órgãos ou cargos. Em seguida, vêm os projetos voltados para educação e saúde, que somam 5,71%, sobre orçamento e contas (5,14%), isenção de impostos e taxas, que correspondem a 4,45%, sobre direitos do cidadão e do consumidor (3,65 %). Projetos referentes aos direitos da mulher representam apenas 1,14% dos projetos que tramitaram no Legislativo durante os anos de 2003-2004 (Gráfico 7).

E quanto às parlamentares, como podemos estabelecer algum tipo de particularidade no que se refere aos projetos por elas apresentados? Analisando em termos quantitativos, pode-se observar que os projetos apresentados pelas parlamentares nesse período representam 13,24% dos projetos apresentados pelas/os parlamentares (Gráfico 9).

⁵⁹ Este quadro temático foi elaborado a partir de uma análise minuciosa do teor dos projetos, a fim dar uma maior visibilidade à natureza daqueles que foram apresentados. Muitos deles, no entanto, como já enfatizei no início deste capítulo, são inconstitucionais, em virtude de abordarem assuntos que são prerrogativas do Executivo.

GRÁFICO 8 – PROJETOS APRESENTADOS NO LEGISLATIVO POR SEGMENTOS



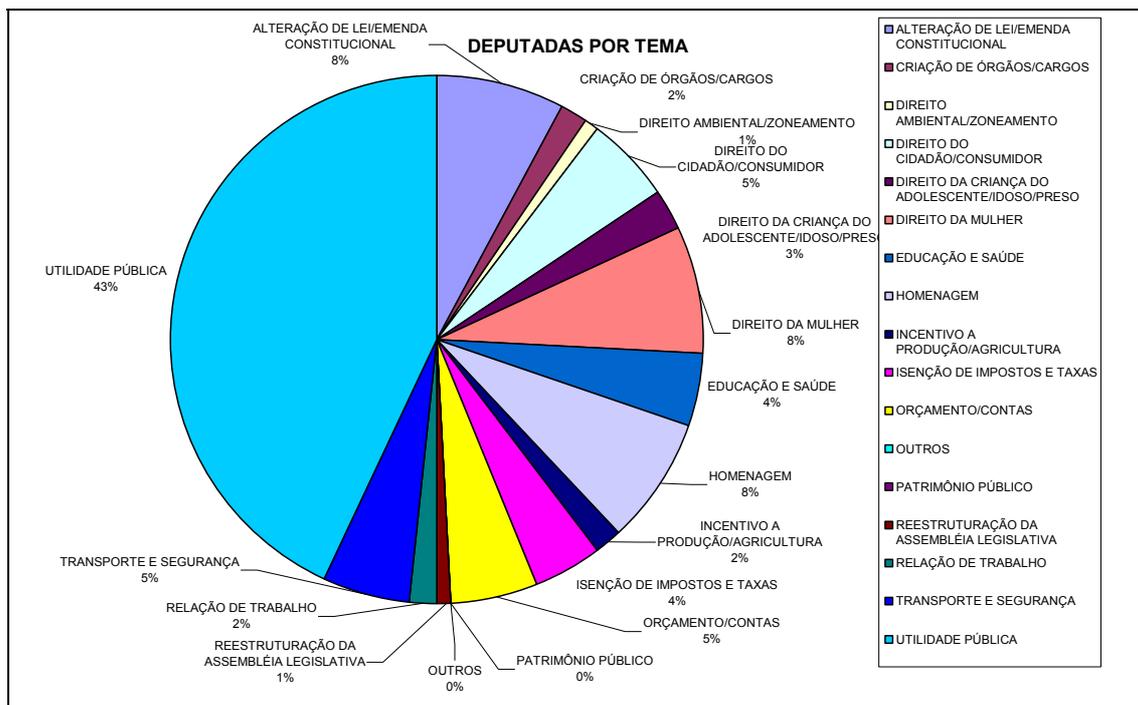
Ao analisar esse percentual a partir do quadro temático que alinhei no Quadro referente apenas aos projetos apresentados pelos/as deputados/as, excluindo o Executivo e o Judiciário, concluí que a produção legislativa das mulheres foi de 19,53 %.

QUADRO 17 – PROJETOS APRESENTADOS PELAS/OS PARLAMENTARES

LEGISLATIVO - 2003 A 2005				
TEMAS	DEPUTADAS	DEPUTADOS	COMISSÕES E MESA	TOTAL % GERAL
ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	09	54	05	68 11,45%
CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	02	12	02	16 2,70%
DIREITO AMBIENTAL/ZONEAMENTO	01	03	0	04 0,68%
DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	06	22	01	29 4,88%
DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/PRESO	03	14	0	17 2,87%
DIREITO DA MULHER	09	0	01	10 1,69%
EDUCAÇÃO E SAÚDE	05	34	02	41 6,90%
HOMENAGEM	09	47	0	56 9,43%
INCENTIVO A PRODUÇÃO/AGRICULTURA	02	03	01	06 1,02%
ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	05	24	0	29 4,88%
ORÇAMENTO/CONTAS	06	06	01	13 2,19%
OUTROS	0	04	0	04 0,67%
PATRIMÔNIO PÚBLICO	0	07	0	07 1,18%
REESTRUTURAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	01	08	05	14 2,36%
RELAÇÃO DE TRABALHO	02	14	0	16 2,70%
TRANSPORTE E SEGURANÇA	06	13	0	19 3,20%
UTILIDADE PÚBLICA	50	194	01	245 41,25%
TOTAL	116	459	19	594
%	19,53%	77,27%	3,20%	100,00%

No campo temático, observei que o percentual de projetos apresentados pelas mulheres apresenta variações importantes. Por exemplo: projetos de utilidade pública, que são os que mais tramitam no Legislativo, representam 43,10% dos apresentados pelas mulheres, mas, no geral, eles representam 20,41% dos projetos legislados pelos/as parlamentares. Ao analisar o mesmo tema em relação aos homens, percebi que esses projetos correspondem a 42,27% dos apresentados pelos deputados e representam 79,18% dos apreciados pelos parlamentares maranhenses (Gráfico 9).

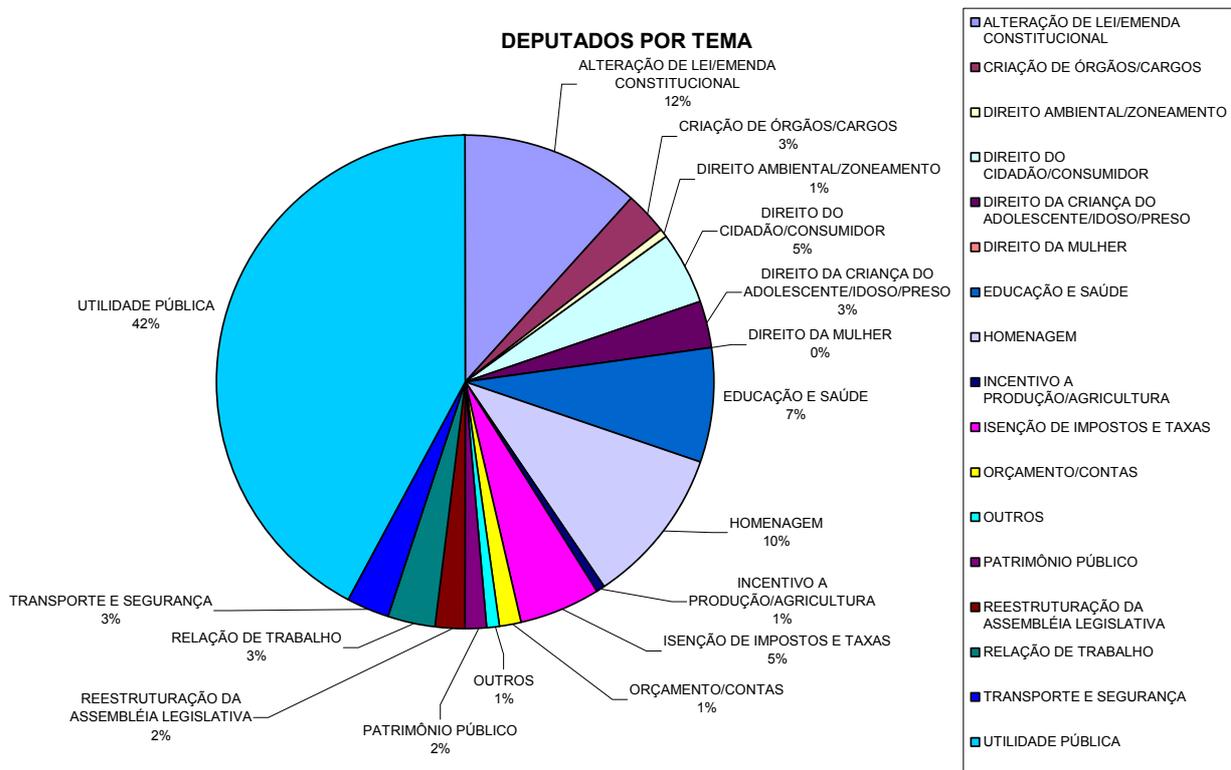
GRÁFICO 9 – PROJETOS APRESENTADO PELAS DEPUTADAS POR TEMA



As deputadas demonstraram mais preocupação com a questão da mulher, alterações de leis e emendas constitucionais, direitos do cidadão e do consumidor e com transporte e segurança, com incentivo à produção e à agricultura. Os deputados apresentaram mais projetos voltados para alteração de leis e emendas, educação e saúde, relações de trabalho. Um fato muito relevante é que as deputadas apresentaram mais projetos voltados para orçamento / contas do Estado: 5% contra 1 % dos apresentados pelos deputados. Outro dado também relevante é

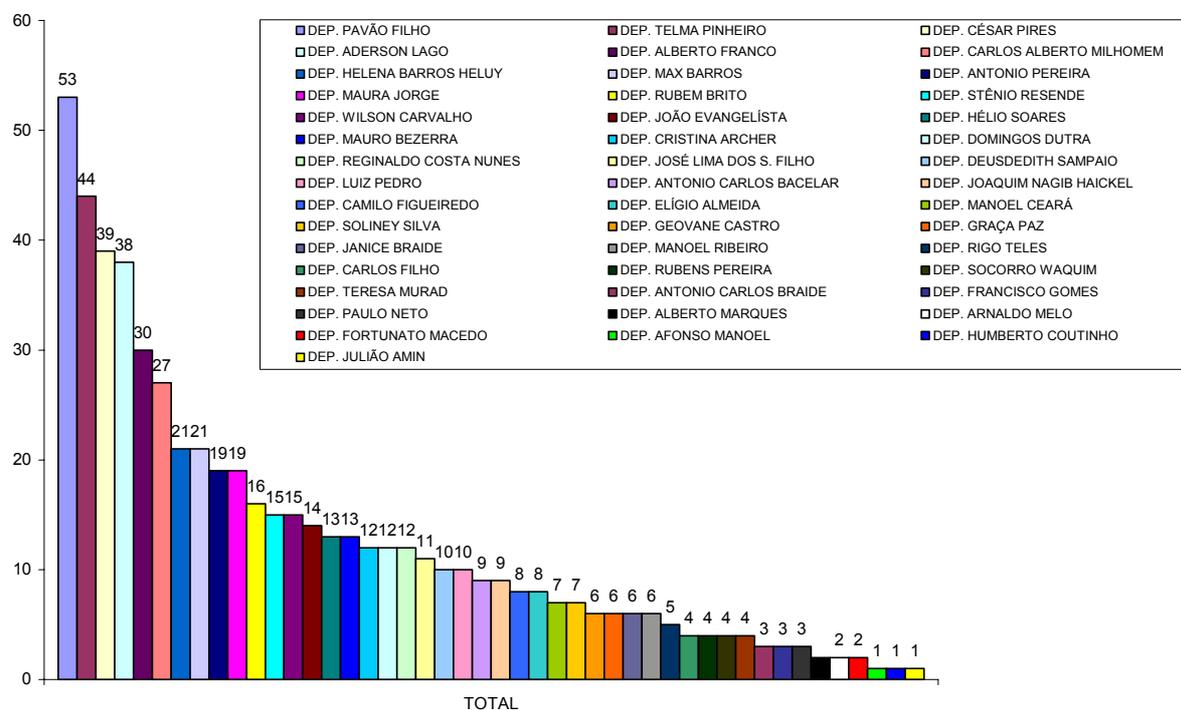
que os projetos cuja preocupação diz respeito aos direitos das crianças, dos adolescentes, dos idosos e dos encarcerado, em geral demandam mais do universo das mulheres. No Legislativo maranhense, os deputados também apresentaram o mesmo número de projetos nessa área, 3%.

GRÁFICO 10 – PROJETOS APRESENTADOS PELOS DEPUTADOS POR TEMA



Ao fazermos uma projeção para analisar a produtividade por gênero, percebe-se que as parlamentares, em termos proporcionais, apresentaram mais projetos que os deputados. Nota-se que os trinta e cinco deputados elaboraram quatrocentos e cinquenta e seis projetos, enquanto que as deputadas, cento e dezesseis. Em termos proporcionais, as deputadas elaboraram 11,54% a mais, pois, se considerarmos a proporção 35 (trinta e cinco) deputados para 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) projetos, só teríamos 104 (cento e quatro) para deputadas. Se os mesmos tivessem a mesma produtividade das colegas, alcançariam o número de 508 (quinhentos e oito) projetos (Gráfico 11 e Apêndice).

GRÁFICO 11 – PRODUÇÃO LEGISLATIVA POR DEPUTADA/O



E os projetos de interesse mais direto das mulheres? Quais os que, de alguma forma, interferem na cidadania das mulheres, ampliando ou garantindo direitos? Quem mais apresenta esse tipo de projeto?

Os projetos que dizem respeito aos direito da mulher⁶⁰ representam 1,68% do total dos que tramitam no Legislativo e correspondem a 7,32 % dos apresentados pelas deputadas, totalizando dez projetos. O surpreendente, nesse fato, é que nenhum deles foi apresentado por deputados. Subtende-se, por um lado, falta de interesse dos deputados em pensar leis que possam alterar as relações de gênero ou que, para eles, essa é uma “seara feminina”, daí os deputados não quererem intervir numa área que por “direito” é exclusividade das mulheres.

Nas análises, considerei dez projetos (Quadro 18) apresentados pelas deputadas. Além desses, também incluí três que se situam no campo incentivo à produção agrícola e do direito do cidadão / consumidor. Eles foram apresentados

⁶⁰ Essa denominação pode ser muito ampla, mas foi utilizada neste estudo para abarcar a amplitude dos projetos apresentados. Direta ou indiretamente, eles expressam um reconhecimento das desigualdades de gênero, embora em alguns prevaleça uma leitura enviesada da questão.

pelas deputadas Helena Heluy e Graça Paz e eu os considerei de grande interesse para as mulheres, tanto assim que foram incluídos nas análises que passo a fazer a seguir.

Os projetos traduzem preocupações das mulheres e das organizações femininas. Mesmo considerando os limites do Legislativo, que não pode legislar matérias que onerem o Executivo, as deputadas se preocupam em apresentar projetos que fortalecem a cidadania das mulheres. Isso é considerado um “ponto nevrálgico no exercício da política feita por mulheres” (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 188). Entretanto, não deve ser desconsiderada a ação do feminismo e suas demandas diretas às parlamentares e o fato de que suas trajetórias, suas formações políticas e acadêmicas, assim como suas atividades políticas e administrativas, as conduzem a legislar nesse campo.

Ao analisar alguns desses projetos⁶¹ para conhecer melhor sua dimensão, percebemos que, no geral, eles não diferem daqueles apresentados por deputados. O diferencial consiste apenas em sua natureza e em seu alcance, bem como na preocupação de gênero presente em alguns deles, a partir do que se subentende que as parlamentares reconhecem como desigualdades de gênero, na medida em que os mesmos representam ações que procuram inverter essas desigualdades.

Os projetos apontam ainda uma preocupação com a desigualdade econômica, da qual as mulheres são as maiores vítimas, dada a divisão sexual do trabalho, que é um dos fatores determinantes na inferioridade das mulheres no campo econômico. Vejamos:

⁶¹ A escolha desses doze projetos não foi aleatória: eles têm uma relação mais estreita com as reivindicações encaminhadas ao Executivo e às parlamentares pelo Grupo de Mulheres da Ilha em diversos documentos, em diferentes momentos da ação desse grupo e, mais recentemente, pelo Fórum Estadual de Mulheres Maranhenses e pelo Movimento Estadual de Quebradeiras de Coco. Para analisar melhor os fatos, ver WAGNER (1996), FERREIRA (1999) e FORUM (2003).

QUADRO 18 – PROJETOS APRESENTADOS SOBRE DIREITOS DA MULHER

ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA
2003	DIREITO DA MULHER	DEP. HELENA BARROS HELUY	DISPÕE sobre a ampliação das Equipes do Programa Saúde da Família PSF no Estado do Maranhão, assegurando a Inclusão de Assistentes Sociais.
2003	DIREITO DA MULHER	DEP. SOCORRO WAQUIM	CRIA o Programa Especial de Atendimento a Mulher e dá outras providências.
2003	DIREITO DA MULHER	DEP. TELMA PINHEIRO	DISPÕE a Criação de Linha de Crédito Especial "Pró-Mulher".
2003	DIREITO DA MULHER	DEP. TELMA PINHEIRO	DISPÕE sobre a Implantação no Sistema de Rede de Saúde Estadual a obrigatoriedade do Teste Sorológico Anti - HIV, em mulheres grávidas.
2003	DIREITO DA MULHER	DEP. TELMA PINHEIRO	INSTITUI a Campanha de Orientação e Prevenção da Osteoporose nas Mulheres Maranhense.
2003	DIREITO DA MULHER	DEP. TELMA PINHEIRO	INSTITUI o Dia da Mulher Evangélica no estado do Maranhão e dá outras providências.
2003	DIREITO DA MULHER	DEP. TELMA PINHEIRO	DISPÕE sobre a Criação de Linha de Crédito Especial "Pro-Mulher".
2004	DIREITO DA MULHER	DEP. CRISTINA ARCHER; HELENA B. HELUY E VÁRIAS OUTRAS DEPUTADAS.	CRIA comissão permanente de defesa dos Direitos da Mulher.
2005	DIREITO DA MULHER	DEP. MAURA JORGE	Dispõe sobre o procedimento de Notificação Compulsória da Violência contra a Mulher atendida em serviços de urgência, públicos e privados, bem como na rede básica de atendimento, no Estado do Maranhão.
2005	DIREITO DA MULHER	MESA DIRETORA	Concede folga à servidora lactante doadora de leite materno a bancos de leite materno de hospitais públicos e privados do Estado do Maranhão.
2004	INCENTIVO PRODUÇÃO/ AGRICULTURA	DEP. HELENA HELUY	Assegura o livre acesso das populações extrativistas do babaçú às terras, públicas ou privadas, para o desenvolvimento dessa atividade econômica.
2003	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. GRAÇA PAZ	DISPÕE sobre o serviço de empacotamento de mercadorias adquiridas em supermercado e lojas afins e dá outras providências.

Projetos como o que cria linha de crédito para as mulheres estão afinados com as ações do movimento de mulheres de garantir a elas o acesso a recursos econômicos e, assim, gerar renda e garantir maior autonomia e poder de decisão.

Além disso, a necessidade de criar linha de crédito para as mulheres rompe com a estrutura conservadora que as mantêm presas ao modelo patriarcal de dependência ao pai, ao marido, a irmãos.

O projeto que garante o empacotamento dos produtos nos supermercados, resgatando a figura do 'empacotador'⁶², aparentemente não tem uma ligação com as mulheres. Contudo, analisando-se a repercussão do mesmo, observa-se que ele diminui o tempo das/os clientes nos supermercados, considerando que a maioria do público que frequenta supermercados são mulheres. Além desse fato, que por si só já é bastante relevante, o projeto também estimula a criação de novos empregos, na medida em que os supermercados têm que ampliar seus quadros de funcionários para garantir a execução da lei.

Os projetos que propõem a ampliação do Programa Saúde da Família, do Programa Especial de Atendimento à Mulher e o que institui a campanha de orientação à osteoporose nas mulheres podem ser analisados num campo que também tem sido preocupação constante das organizações femininas: a questão da saúde. Os indicadores sociais apontam os graves problemas que as mulheres maranhenses enfrentam no que se refere à saúde e aos direitos reprodutivos.

O Maranhão é um dos estados brasileiros com os maiores índices de mortalidade materna⁶³. Esse fato, por si só, já evidencia a necessidade de se criar legislação que possa reverter tais indicadores. Também não se pode desconsiderar que a ligação das mulheres com a saúde vem de tempos imemoriais, quando o cuidado com a vida estava ligado aos saberes tradicionais das mulheres, dos quais a medicina foi se apropriando, à medida que o mundo foi se industrializando e as relações foram se mercantilizando. Daí a preocupação das deputadas em elaborar políticas nessa área.

O projeto de ampliação do Programa Saúde da Família, por exemplo, é uma estratégia do governo federal com vistas a universalizar as ações do Sistema Único de Saúde, ampliando seu foco operacional, na medida em que garante um

⁶² Durante minha permanência em São Paulo, por exemplo, observei que em alguns supermercados essa é uma categoria praticamente extinta. Nesse Estado, o empacotamento em geral é feito pelas/os próprios clientes.

⁶³ Sobre esse problema, ver França (1996) e Ferreira (1999).

atendimento mais personalizado, mais direto às comunidades. Existem várias críticas ao programa, como as de Vilela e Monteiro (2005, p. 30), que questionam: “como atender com qualidade as queixas e agravos à saúde das mulheres e preveni-los, não apenas sanitariamente, mas também social e culturalmente?”. Esse projeto está sintonizado com essa preocupação de ampliar o programa a fim de garantir maior eficiência do mesmo.

O projeto que garante o livre acesso das populações extrativistas às palmeiras de babaçu tem um significado bastante relevante uma vez que é uma reivindicação das próprias extrativistas, que foram impedidas de retirar o produto em algumas áreas privadas, o que inviabilizou essa importante atividade econômica em muitas localidades no interior do Maranhão.

É importante enfatizar que essa é uma atividade realizada quase que exclusivamente pelas mulheres quebradeiras de coco nas zonas rurais do Maranhão. Essas trabalhadoras rurais são atualmente responsáveis pela exportação de 120 mil toneladas de óleo babaçu para a indústria cosmética da Inglaterra, operação de exportação que injeta recursos na economia maranhense, garantindo a sobrevivência de centenas de famílias no interior do Maranhão⁶⁴.

Os projetos, como vêm, representam preocupação expressa de segmentos e setores organizados das mulheres, embora grande parte deles não tenha sido aprovada, o que merece uma análise mais profunda no futuro. Ao serem questionadas sobre as dificuldades de legislar ou sobre o tipo de ação que desenvolvem no mandato, algumas deputadas enfatizaram certo desencanto; outras, a incompreensão dos deputados com projetos que tenham como princípio construir relações de gênero igualitárias.

Eu estou sem motivação para apresentar projetos, porque eu só tenho um projeto aprovado, que é esse centro de atendimento à mulher e que nunca foi colocado em prática. Por isso eu estou desmotivada (*Deputada Teresa Murad*).

⁶⁴ Existem inúmeros trabalhos abordando esse problema sob o ponto de vista econômico e social. A importância do trabalho das quebradeiras de coco no desenvolvimento sócio-político do Maranhão se insere na luta e na organização das mulheres trabalhadoras rurais pelo reconhecimento de suas atividades produtivas e seus direitos de cidadãs. Ver, por exemplo, AMARAL FILHO (1990), ARAÚJO (2001), MATIAS (2002), MESQUITA (1996; 2001), WAGNER (1996; 2001).

A falta de motivação da deputada Teresa para encaminhar novos projetos também evidencia a inviabilidade de algumas leis ou a dificuldade de fazê-las cumprir. O projeto que trata da criação de um centro de atendimento à mulher ligado à Assembléia Legislativa do Estado me parece incoerente com as funções do Legislativo, dada suas funções exclusivas de legislar, propor ao executivo, ações e políticas que respondam às necessidades da população.

A criação de um centro de atendimento ou de referência à mulher é uma reivindicação do movimento de mulheres, muitas vezes protocolada no Executivo maranhense⁶⁵. Em nenhum momento, porém, foi levantada a possibilidade de atrelar esse centro ao Legislativo. O mais correto seria sugerir a criação de um centro ligado a Secretarias de Estado, tais como a Extraordinária de Solidariedade Humana, a de Desenvolvimento Social ou à de Justiça e Cidadania, que têm funções executivas. De qualquer modo, ficam evidentes, através do descontentamento da deputada, as dificuldades e limites para viabilizar e programar esse tipo de projeto.

Os deputados, independentemente do bloco a que estão aliados, de um modo geral, enfatizaram a questão do veto aos seus projetos e a pouca autonomia do Legislativo para garantir sua viabilidade. A principal razão para isso é o limite constitucional que impede o Legislativo de criar despesas que onerariam o Executivo.

3.6.3 Vetar e Interditar: as muitas faces das dificuldades das mulheres em legislar

Ao avaliar o volume de projetos apresentados pelas/os deputadas/os que interferem mais diretamente na cidadania das mulheres, observei que eles, em sua maioria, foram iniciativa das deputadas e representaram apenas 1,68% do total de projetos legislativos. As dificuldades em legislar esse tipo de projetos não são as mesmas apontadas pelos deputados.

⁶⁵ No estudo que realizei no mestrado, em 1999, faço várias referências às formas de articulação do movimento feminista no Maranhão e às estratégias desse movimento para garantir a implementação de suas reivindicações junto ao Estado (FERREIRA, 1999; 2001).

Quando se trata de legislar, os deputados com posição mais no campo da esquerda ou, para ser mais objetiva, que se contrapõem ao Executivo, como são os deputados Aderson Lago, Helena Heluy, Domingos Dutra e os do PDT, notabilizaram-se pela oposição diuturna ao governo de Roseana Sarney. Nas legislaturas de 1994 a 2002, esse problema se torna mais evidente ainda.

Em 2002, por exemplo, o deputado Aderson Lago apresentou oito projetos, sendo que apenas dois eram de utilidade pública. Em 2003, dos vinte e dois projetos apresentados pelo mesmo deputado, apenas dois não dizem respeito a essa temática. Em 2004, esse deputado não apresentou nenhum projeto e, em 2005, ele apresentou quinze projetos, dos quais doze eram de utilidade pública e três eram de homenagem. Ele esclarece:

Fui impedido de legislar porque eu apresentei vários projetos, eles eram aprovados no plenário, mas quando chegavam no governador para ser sancionado, aí eles vetavam, então voltavam para ser apreciados na Assembléia e os mesmos deputados que aprovaram os projetos apreciavam o veto da governadora... Minhas atividades de legislar foram prejudicadas por esta razão, me voltei mais para fiscalizar os atos do Poder Executivo (*Deputado Aderson Lago*).

Essa é a mesma situação que hoje vivem os deputados Max Barros e Hélio Soares, aliados do grupo Sarney, que reclamam da postura do Executivo e dos pares com relação às ingerências e dependência do Executivo, que inviabilizam projetos de interesse público, unicamente em razão das disputas das facções políticas. Para ilustrar melhor os fatos, analisei os projetos apresentados pelo deputado Hélio Soares. Dos nove apresentados por ele em 2003, oito são de utilidade pública. No ano de 2004, esse deputado apresentou apenas dois projetos e, em 2005, não apresentou nenhum.

[...] você depende do Executivo, de orçamentos, de um conjunto muito forte como o próprio Estado, para poder decidir determinadas coisas (*Deputado Hélio Soares*).

A dificuldade maior é estar na oposição. Tenho vários projetos que julgo importantes para a população, várias ações parlamentares que dificilmente se tornam realidade. Embora eu tenha trabalhado para buscar um consenso, tenho feito concessões, dificilmente consigo aprová-las (*Deputado Max Barros – PFL*).

São dificuldades que limitam a ação parlamentar, é verdade. Porém, há de se avaliar que a produtividade de alguns deputados pode ser considerada como

incipiente. Vejam-se, nesse sentido, os casos dos deputados Carlos Braide, Francisco Gomes e Paulo Neto, que em três anos apresentaram apenas três projetos. Dois outros exemplos são os deputados Afonso Manuel e Julião Amim que, no mesmo período, apresentaram cada um deles, apenas um projeto.

O maior dos obstáculos apontados pelos deputados Joaquim Haickel, Aderson Lago e Graça Paz são também apontadas por todos/as os/as entrevistados/as, a exemplo do que se identificou em estudos semelhantes realizados no Brasil: o poder de veto do Executivo. Nessa dificuldade, estão explícitas as relações de poder entre Executivo e Legislativo e como essas relações se estruturam e podem definir a aprovação ou não de determinados projetos.

Fazemos o projeto, se o governo não tiver interesse ele veta, a menos que ele concorde que esse projeto entre no seu orçamento. Mas, se não for do interesse dele, ele é vetado por base constitucional (Deputado Joaquim Haickel).

Nossa função é legislar, é fiscalizar. Nós não pegamos em recursos públicos. Só podemos opinar no orçamento anual que nesses oito anos da ex-governadora Roseana Sarney nem mesmo isso existiu (Deputada Graça Paz).

Esse me parece ser o grande paradoxo do Poder Legislativo: delegar ao Executivo o poder de decisão sobre atos que são de competência do Legislativo. Assim, garantem maior poder de barganha na aprovação de projetos e benefícios para suas regiões. Lutar contra o poder de veto do Executivo é o grande desafio dos Legislativos. Nesse desafio estão implícitas as definições de poderes, autonomia entre os poderes e estabelecimento de prioridades no ato de legislar.

Essas são preocupações generalizadas nas falas tanto dos deputados como das deputadas, que, sem dúvida, limitam o exercício parlamentar. Entretanto, observei que as deputadas apontam outras dificuldades que, aparentemente, não são consideradas como problemas.

Trata-se das dificuldades nas relações de gênero no interior do parlamento, as quais interdita sua ação política. Essas dificuldades visibilizadas e invisibilizadas estão presentes também no Legislativo e funcionam como um “conjunto de normas e regras em parte tradicional e em parte nova e que se apóiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas” como enfatiza

Foucault (1994, p. 9). São normas que funcionam como mecanismos de poder que interditam, intimidam e dificultam o exercício legislativo das mulheres.

Toda vez que levantamos algum projeto mais direcionado à questão das mulheres, se ouve: “Você está acentuando a discriminação”. Então, há uma resistência das mulheres em discutir. No ano passado, quando tivemos oportunidade de sentar não somente com a Comissão, mas com outras mulheres, por ocasião da Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, solicitamos o encaminhamento de um projeto e não conseguimos... É como se cada grupo tivesse sua bandeira, tivesse se apropriado dela e não quisesse compartilhar (*Deputada Cristina Archer*).

Uma coisa é mulher, outra coisa é homem. Até para falar com o governador, se tiver uma causa de mulher e uma causa do homem a causa do homem flui mais, é mais rápida. Até outro dia pensei: “Será não estou falando direito, não estou me fazendo entender?” Mudei até minha postura, mudei! ... Enquanto eu fui com muito jeito, com coisinhas de mulher... eles não me atendiam em nada (*Deputada Telma Pinheiro – PSDB*).

Nas falas das deputadas, pode-se analisar três aspectos. O primeiro deles é individualismo que marca o Poder Legislativo. Porém, esse aspecto não pode ser visto como uma característica do legislar feminino, dadas as disputas que marcam o exercício do legislativo em virtude, principalmente, da pouca fidelidade partidária, como mencionamos anteriormente.

Os outros dois aspectos são as cobranças feitas às deputadas de que estariam “acentuando a discriminação” e a dificuldade de inserir tais projetos nas agendas do Estado, como enfatiza a deputada Telma Pinheiro. Esses dois aspectos se consubstanciam como um paradoxo da ação política das mulheres: a questão da igualdade x diferença, aparentemente dois termos inconciliáveis.

Esse paradoxo se apóia no fato de que a luta das mulheres por igualdade não está dissociada da luta para marcar a diferença. E se, de algum modo, ele serve de argumento para reivindicar direitos, por outro, ele precisa fazer parte do debate público, a fim de clarear possíveis dúvidas nesse tipo de interlocução. Nesse sentido, é necessário reforçar os argumentos de que a luta pela cidadania feminina se insere na luta contra a desigualdade. Reconhecer a desigualdade seria então o princípio para nortear a ação das parlamentares.

Não pensar essas políticas como privilégios, como alguns deputados se referem à questão das cotas, por exemplo, mas pensar como conquista, fruto da luta das mulheres por direitos, por cidadania, por democracia que se insere na luta por

igualdade e, se para garanti-la, em alguns momentos, for necessário reforçar a diferença, então viva a diferença!

As cobranças feitas à deputada Cristina Archer e o desabafo da deputada Telma Pinheiro estão circunscritas nesse paradoxo: como legislar para inverter as desigualdades das mulheres, sem, contudo reforçar relações que possam diferenciá-las e assim diminuí-las? A esse respeito, Scott (1999, p. 218) nos aponta elementos para pensar:

A noção política de igualdade inclui, e de fato depende de, um reconhecimento da existência da diferença. As reivindicações por igualdade têm se apoiado em argumentos implícitos ou usualmente não reconhecidos de diferença; se os grupos ou os indivíduos fossem idênticos ou iguais não haveria a necessidade de pedir igualdade. A igualdade poderia ser definida como uma indiferença deliberada diante das diferenças específicas.

A questão da igualdade x diferença, antes de ser pensada como inconciliável, deve ser analisada no contexto do Legislativo como uma indiferença dos/as deputadas/os que pouca ou nenhuma prioridade têm dado para mudar a situação. Nos últimos três anos, nenhum projeto que tenha tido como princípio inverter as desigualdades entre os gêneros foi apresentado pelos deputados. Comportamento semelhante é evidenciado na inexpressividade de ações implementadas pelo Estado para transformar as relações de gênero. Além disso, as dificuldades das deputadas em apreciar demandas que dizem respeito às mulheres também se inserem nas dificuldades históricas de tornar o Estado um aliado na transformação dessas relações.

As críticas levantadas pela deputada Telma também apontam para uma questão muito pertinente nesse tipo de debate: como se adequar no mundo público marcado por valores masculinos? Quando essa parlamentar enfatiza “*Mudei até minha postura, mudei!*”, reflete as dificuldades que as mulheres têm de se fazerem ouvir, compreender. Para tanto, mudam o tom de voz, a postura, o modo de vestir, ou seja, adéquam-se ou “se submetem mais ou menos completamente ao princípio de conduta pelo qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição” (FOUCAULT, 1994, p. 26). Assim elas resistem, assim “sobrevivem”.

Você pode observar que no parlamento nós mulheres nos vestimos como homens, a gente acaba se vestindo como homens, colocando aquela carapaça de pessoa forte, debatemos tanto com homem que acabamos... é

como se ali todo mundo fosse assexuado, tem alguns momentos que eles procuram fechar ... para que a gente se retraia (*Deputada Cristina Archer*).

O corpo sempre esteve no centro das relações de poder. E, em se tratando do corpo das mulheres, sua aparência, beleza, roupas, gestos. “Sua maneira de andar, de olhar, de falar, de rir são objetos de eterna suspeita” enfatiza Perrot (2005, p. 447). Consciente e inconscientemente, as mulheres absorveram esses valores, adequando-os aos espaços públicos.

O vestuário tem sido um elemento importante de análise, na medida em que ele tem uma ligação direta com a divisão sexual que estabelece entre o masculino e o feminino. O “vestir-se como homens” é, em muitas circunstâncias, estratégia para a sobrevivência, para romper com os mecanismos de interdição. As sufragistas usaram desse artifício e muitas mulheres executivas preferem se vestir de maneira menos rebuscada e sem adorno, para manter uma aparência assexuada⁶⁶.

Um outro ponto importante para ressaltar é a questão do discurso, do uso da tribuna, do estar no espaço público e intervir como sujeito. O mundo público é regido por dispositivos e regras que funcionam como tecnologias do poder e interferem no exercício de poder das mulheres. Isso está presente nos seus discursos e nas suas práticas cotidianas no parlamento e pode ser evidenciado quando se analisa a fala de Telma Pinheiro:

Então mudei o tom de voz, ao tratar dos problemas das mulheres ... Então mudei! Passei a me impor mais. “Telma, tu mudou, que é isso? Estás agressiva!” Agora estão vendo outra Telma. Então, isso é uma questão cultural. Quer tratar coisa de mulher, deixa para depois. Quando o homem chega, eles correm logo para tratar, principalmente nessa relação parlamentar. Por isso mudei. Mudei até minha postura, para poder ser mais ousada e determinada, para garantir meu espaço.

Observamos que ela traduz com muita clareza as imbricações presentes no mundo público e privado e as relações de gênero que perpassam o discurso do

⁶⁶ A esse respeito, ver os trabalhos de Schpun (2004), que analisa a atuação da primeira deputada brasileira, Carlota Pereira de Queiroz, e os estereótipos misóginos que marcaram sua atuação parlamentar. Além disso, são bastante ilustrativos os trabalhos de Pontes (2004) e Bergamo (2004) sobre moda, elegância e valores que expressam trajetórias pessoais e de como essas trajetórias estão permeadas de valores morais que interferem no social.

“masculino” e do “feminino”. Esses dois mundos que se separam entre si são também as fronteiras que separam o masculino e o feminino.

As vozes das mulheres ainda são reflexos de um “modo de expressão e de regulação das sociedades tradicionais, em que predomina a oralidade” (PERROT, 2005, p. 463). Por isso, ao discursar em público, as mulheres trazem seus cotidianos, seus conflitos, considerados como questões não políticas – são “coisas de mulher” e assim sendo pouca ou nenhuma atenção é dada, como enfatiza a deputada Telma Pinheiro. Ao atravessar essas fronteiras, ao usar da palavra para politizar as questões vistas como não públicas, não legislativas, as mulheres sofrem oposições e resistências que interditam seu direito de legislar.

Esse interditar pode ser notado em diferentes circunstâncias. Algumas são sentidas, verbalizadas, explícitas; outras, sutis, pois estão incorporadas como um *habitus* cujas disposições adquiridas, duráveis e transponíveis, funcionam como um princípio gerador das representações e práticas (BOURDIEU, 1996) e passam a ser reproduzidas e naturalizadas nos corpos e nos discursos, nas atitudes tanto das parlamentares como dos parlamentares, quando se dirigem às deputadas, e no cotidiano por elas vivenciado:

Uso muito pouco a tribuna, porque sempre fui uma pessoa de poucas palavras, sou mais de trabalho, de me jogar no trabalho. Não sou muito de conversar, minha conversa é muito curta, não sei encompridar (*Deputada Janice Braide*).

Em relação ao discurso na tribuna, complica um pouco, porque elas não têm o hábito no convívio no plenário, não sabem bem a que horas devem falar. É claro que isso é um problema dos novatos, mas em sendo novata, uma mulher tem o complicador do preconceito, do ‘deixa para depois’, do não dar atenção (*Deputado Joaquim Haickel*).

O uso da tribuna é um elemento importante para avaliar o parlamento. Usar a tribuna significa visibilizar a ação política através do uso da palavra, do discurso, que é visto como um momento de politização de idéias, atos, mas principalmente de disputas.

É a fala que transcende o espaço formal do Legislativo, vai para a imprensa, atravessa fronteiras. É o momento de dar respostas, ir ao ataque, responder, propor, argumentar, sensibilizar, “jogar”. Na tribuna, o uso das palavras é medido, articulado, para alcançar o efeito desejado. Não é fácil para as mulheres

socializadas de forma diferenciada, sujeitas até bem pouco tempo ao mundo doméstico, adequarem-se ou romperem com o silêncio histórico e com os estigmas que as diminuíram e as inferiorizaram durante séculos.

Algumas delas conseguem romper, como a deputada Helena Heluy, enaltecida e referenciada por todos os deputados/as entrevistados/as como exemplo de competência, dedicação e empenho no exercício legislativo. Mas quando se trata de legislar sobre questões de gênero, as dificuldades apontadas por essa deputada não diferem das apresentadas pelas deputadas Cristina Archer e Telma Pinheiro. Daí que o legislar na perspectiva de gênero, ou melhor, legislar para inverter as desigualdades de gênero, para fazer reconhecer e valer os direitos femininos, requer uma maior negociação com seus pares e uma maior clareza das questões da igualdade e da diferença.

Os limites do exercício parlamentar das mulheres podem também ser analisado pelas dificuldades que elas têm de compreender os meandros do Poder Legislativo e as muitas relações de poder que perpassam os gabinetes de cada parlamentar que se enfronha na sala da Presidência da Assembléia e ultrapassa os seus próprios muros estendendo-se até o Palácio dos Leões⁶⁷, local onde muitas questões são decididas antecipadamente.

Alguns passos, acredito, já foram dados. A representação das deputadas sobre o feminismo pode ser considerada um indício das mudanças que poderão ser refletidas nas próximas legislaturas.

3.6.4 Representações sobre o feminismo

Algumas legislações aprovadas na última década e alguns programas governamentais repercutiram de forma positiva na vida das mulheres no Brasil. Ao analisarmos, a partir de uma perspectiva feminista⁶⁸, compreendemos que essas leis e programas cumprem um caráter afirmativo, compensatório e redistributivo que garante a igualdade, universalidade e a equidade de gênero e contribui para o

⁶⁷ Sede do governo do Estado do Maranhão.

⁶⁸ Análise com mais profundidade a ação do movimento feminista no Legislativo em trabalhos recentemente apresentados em Portugal e no Brasil, nos quais reflito sobre a ação política desse movimento nas mediações realizadas no Congresso Nacional (FERREIRA, 2005).

enfrentamento das distorções e das desigualdades sociais, acumuladas ao longo da História.

Esses programas e leis expressam as articulações e negociações feitas entre o movimento feminista e os diferentes poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo). Eles servem de referência para se pensar a ação política e a repercussão social desse movimento na construção do modelo de democracia no Brasil, uma vez que a legislação e os programas governamentais implementados deram uma nova dimensão a questões importantes como, por exemplo, a violência de gênero.

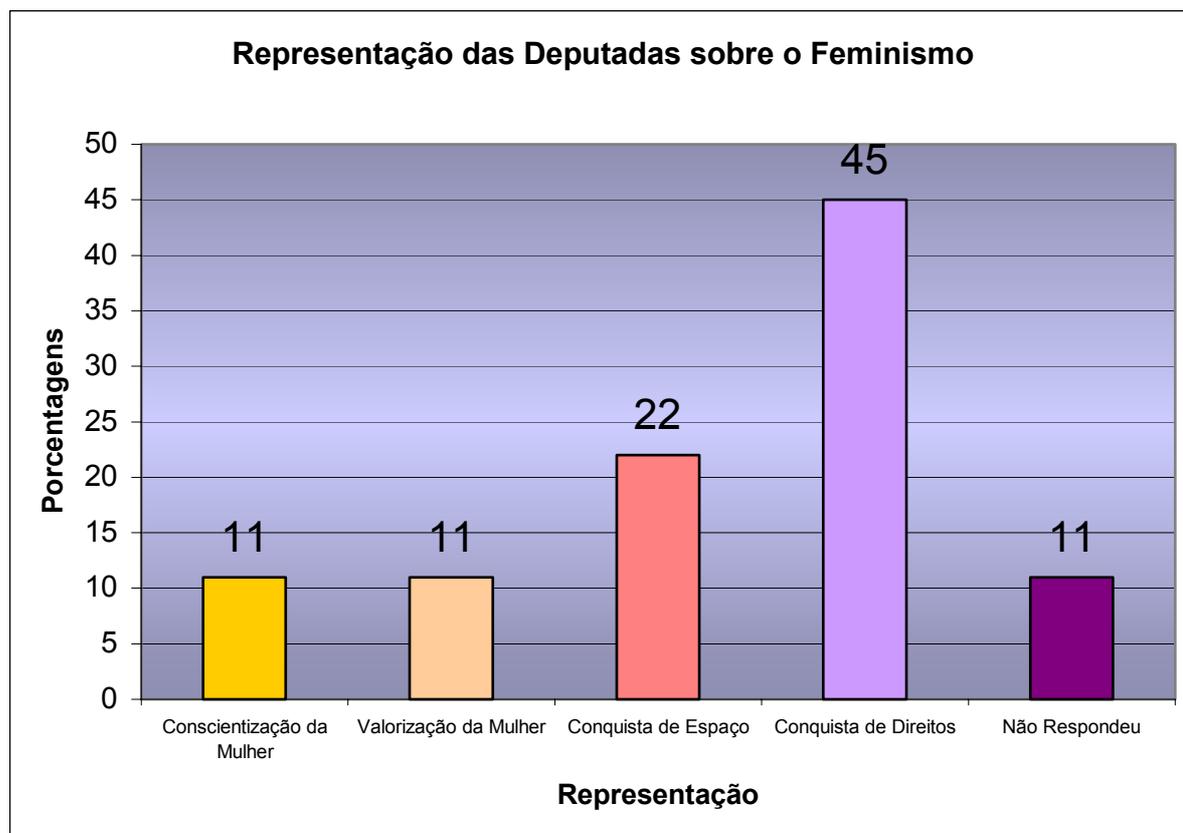
Vejamos o caso das Delegacias Especiais da Mulher e sua repercussão na sociedade ou as repercussões do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na vida das trabalhadoras rurais⁶⁹. Essas conquistas foram leis e programas implantados a partir da ação do movimento feminista, intermediado pela ação das parlamentares feministas ou daquelas que se identificam com esse movimento.

No Maranhão, é possível identificar as intermediações desse movimento na ação das parlamentares. Na legislatura passada⁷⁰, as impressões das deputadas sobre o feminismo, embora ainda vagas, eram de reconhecimento da relação desse movimento com as conquistas femininas e com a participação política das mulheres: 45% delas consideram que há uma relação do feminismo com a política e com a conquista de direitos; 22% consideram a conquista de espaços; e, por último, com 11% cada, a valorização da mulher, a conscientização da mulher e a emancipação. Das entrevistadas, 11% não responderam (Gráfico 11).

⁶⁹ Sobre esse programa, existe um número significativo de estudos, dos quais vale a pena mencionar os trabalhos de SILIPRANDI (2004), MAZZINI (2003), SENA (1995) e SILVA; FERREIRA (2005).

⁷⁰ Estou me referindo aos mandatos referentes à legislatura de 1998-2002.

GRÁFICO 12 – REPRESENTAÇÃO DAS DEPUTADAS SOBRE O FEMINISMO



Nas últimas entrevistas, percebe-se que houve uma mudança na fala das deputadas. Além do reconhecimento da ação do feminismo, algumas se reconhecem como feministas, como é o caso das deputadas Helena Heluy, Telma Pinheiro, Cristina Archer e Gardênia Castelo. Sua inserção no movimento de mulheres é significativa, tendo em vista os vários eventos organizados por elas em suas bases políticas, caso da deputada Telma Pinheiro e Cristina Archer.

As presenças constantes nas atividades organizadas pelo movimento feminista, no qual se destaca a deputada Helena Heluy, oradora diária das causas da mulher na tribuna e em todos os atos públicos organizados pelo movimento feminista, a exemplo do 8 de março (Dia Internacional da Mulher), 25 de novembro (Dia Internacional de Luta contra a violência à Mulher), e dos inúmeros congressos, encontros e conferências nos quais tem sido assídua, tanto como palestrante quanto como ouvinte.

A posição das outras deputadas é de claro reconhecimento, como se percebe na fala da deputada Janice Braide:

No começo, achava meio extremista, mas sei que era necessário naquele tempo... Não me considero feminista, acho que é por causa da educação que tive. Tenho tentando ser mais independente... Em tempo de política, eu sempre consigo as coisas sem conflito, mas articulando as coisas
(Deputada Janice Braide)

Porém, o movimento feminista nunca foi unanimidade. Na expressão da deputada Graça Paz, isso é muito evidente, quando ela considera esse movimento como muito radical. Se, por um lado, isso demonstra uma posição um tanto superada, pode se considerar que é uma posição que reflete as representações que foi dada por setores conservadores à trajetória desse movimento, marcada por posturas que propunham e ainda propõe rupturas com os modelos patriarcais. Daí ser representado como radical.

A representação da deputada sobre o feminismo reflete uma posição que, demonstra certo equívoco, ao sugerir que hoje não cabem mais as ações do movimento, somente porque os homens mudaram: *“Hoje eles estão mais abertos para a gente sair de casa, trabalhar, ajudar nas campanhas”*. Vejamos:

Considero o feminismo muito radical – eu não quero entrar um pouco nesta questão, porque é um pouco polêmica, mas eu penso, eu acho que a gente está aí... antigamente os homens botavam mesmo a gente para trás, queriam mesmo a gente cozinhando e cuidando de menino. Hoje não, eles estão mais abertos para a gente sair de casa, trabalhar, ajudar nas campanhas, eles já estão vendo essas possibilidades, essa mudança já vem de algum tempo. Eles já estão até cuidando das crianças, ficando em casa com as crianças... Hoje o homem está participando também, antigamente ele considerava que isso era obrigação só da mulher.

Percebe-se que a leitura da deputada sobre feminismo ainda está relacionada com velhos estereótipos que estigmatizaram esse movimento como sendo das mulheres contra os homens. Sua visão sobre os homens hoje estarem *“mais abertos para a gente sair de casa”* demonstra o quanto esse movimento ainda tem que lutar para romper os preconceitos e fazer valer o direito de ir e vir das mulheres, não como um resultado da benevolência dos homens, maridos, namorados, mas como um direito individual de cada ser humano.

***4 ENTRE PODER E PODERES: ALGUMAS
QUESTÕES PARA PENSAR O PODER DAS
MULHERES NO LEGISLATIVO MARANHENSE***

A discussão sobre poder é importante como elemento para pensar as práticas políticas que explicam seus sentidos e suas diferentes dimensões, numa sociedade cujo modelo é falocrático e que, por esta razão, continua interferindo nas relações individuais, sociais e políticas, reproduzindo-se como uma herança patriarcal. Analisar como essas relações se estabelecem no Legislativo e como as mulheres vivenciam e constroem esse poder é importante para se compreender a forma como esse poder interfere na ação das parlamentares e como sua ação política pode intervir nos processos sociais.

Fica evidente, no diálogo que estabeleci com as parlamentares, a clareza que a maioria delas tem acerca das desigualdades de gênero. A forma como se articulam ou atuam reflete aquilo que autoras como Pateman (1993) enfatizam: que a inclusão das mulheres na sociedade civil se dá igualmente enquanto membro de um sexo, nesse caso o feminino, considerado inferior e enquanto mulheres, o que implica reconhecer que “corpo, sexo e diferença sexual são inseparáveis da subordinação civil” (PATEMAN, 1993, p. 329).

Dessa forma, o argumento patriarcal que separa o trabalho doméstico e as relações íntimas da esfera pública, retirando as mulheres da discussão política sobre cidadania, é inconcebível pelas teóricas feministas, que, por sua vez, consideram as relações patriarcais incompatíveis com relações democráticas.

Das dificuldades observadas e verbalizadas pelas deputadas maranhenses, refletidas também nas falas de outras parlamentares entrevistadas em Portugal e no município de Araraquara – São Paulo, o problema da desigualdade numérica interfere na ação das mulheres, seja reforçando sua “timidez”, seja por estarem sempre na posição de “vitrine” e, nesse aspecto, serem permanentemente “vigiadas” em seus gestos, vestuários, falas articuladas ou desarticuladas. Essa desigualdade também interfere nos projetos que apresentam e na dificuldade em aprová-los, dificuldade essa também sentida em outros parlamentos. Na França, por exemplo, Mossuz-Lavau enfatiza:

Acontece que as dificuldades encontradas pelas mulheres estão no centro das preocupações dos favoráveis. E parece-lhes que essas desigualdades e dificuldades seriam enfrentadas em melhores condições em assembleias comportando 50% de mulheres do que o são hoje. A agenda política seria então determinada de tal maneira que, quando se tratasse por exemplo do

desemprego, seria levada em conta a maneira muito específica como afeta as mulheres. O mesmo se aplica a tudo que diz respeito ao tempo parcial de trabalho (que é quase uma exclusividade das mulheres), às famílias monoparentais (basicamente assumidas por mulheres) e todos os problemas passíveis de serem discutidos por representantes eleitos do povo. Para enfrentar os problemas das mulheres, não será melhor confiar em assembleias paritárias, em vez de assembleias compostas por 90% de homens? (MOSSUZ-LAVAU, 2001).

O questionamento da autora é o mesmo das deputadas maranhenses, que rediscutem o papel das cotas e hoje cobram uma posição mais clara dos partidos políticos sobre essa questão. Nenhuma análise da atuação das mulheres no Legislativo deve estar desvinculada das relações de poder que estão sedimentadas nessas organizações patriarcais, como ressalta Sineau (1991), quando afirma que

a predominância masculina nos lugares de poder tem também causas internas ao meio político, entre as quais, em primeiro lugar, o funcionamento oligárquico das organizações partidárias. Estas fazem o jogo fácil de acusar a fraqueza do activismo das mulheres para as sub-representar nos órgãos diretivos, ou de invocar a misoginia da opinião pública para lhes recusar as investidas eleitorais. Sendo em princípio lugares abertos de formação e de selecção políticas, os partidos funcionam, com demasiada frequência, como cenáculos de investidas especialmente fechados às mulheres, como de resto aos jovens (SINEAU, 1991, p. 578).

O certo é que o Poder Legislativo ainda é marcado pela dominação masculina e, em certa dimensão, ainda funciona como um campo de batalha, onde os homens são os generais. No Legislativo maranhense, porém, as mulheres demonstram na ação política que se traduz em atos legislativos que esse poder também tem a marca e a rebeldia das mulheres refletida em suas falas insistentes ou em seus obsequiosos “silêncios”. No entanto, esses silêncios obsequiosos não são características apenas das mulheres, como observei em minhas constantes visitas à Assembleia. Essa peculiaridade se manifesta também na maioria dos homens que compõem o Legislativo maranhense.

Fica evidente, ao analisar a ação parlamentar maranhense, que seus limites estão consubstanciados nas articulações partidárias e na interlocução direta com o Executivo. Nesse sentido, a desigualdade numérica, a dificuldade de articularem pautas comuns em torno das questões de gênero é determinante na ação política das mulheres.

Ao analisar as várias imbricações da ação política das parlamentares, também não se podem desconsiderar as disputas presentes entre as duas facções

políticas que dominam o cenário maranhense: o grupo Sarney / Roseana e o grupo José Reinaldo / Jackson Lago⁷¹, que dividem as opiniões e são objeto de matérias diárias em todos os jornais da cidade⁷².

Tais disputas têm uma relação direta com a sucessão estadual e com a definição de candidatos para as próximas eleições. Nessa disputa, estão em jogo a continuidade da oligarquia, a sobrevivência do governador na política, a ascensão da oposição no governo e a reeleição dos/as deputados/as.

Na ordem do dia do debate político, insere-se mais uma vez a questão da igualdade x diferença. Se Roseana se elegeu nos dois mandatos anteriores com forte apoio da mídia, que também reforçava sua identidade feminina, hoje esse discurso parece não convencer mais, haja vista as críticas que muitas antigas aliadas fazem ao seu estilo de administrar e aos conflitos que esta acirrou com a classe política. A maioria das críticas feitas pelas antigas aliadas se refere à não aprovação de projetos que tinham como objetivo ampliar e/ou garantir direitos das mulheres.

Mas a atual senadora divide as pesquisas para as próximas eleições ao governo do Maranhão, apoiada pelos quadros do PFL, do PMDB, do PTB e do PV. Sua indicação é considerada por seus aliados como um reflexo de sua “boa administração”. O discurso político adotado pela governadora, aliado à cobertura midiática intensa, a transformou num modelo para seus/uas aliados/as. Por outro lado, sua administração, marcada pela ampliação da miséria e pela ausência de políticas sociais⁷³, é argumento que estimula as mulheres dos partidos de oposição a adentrarem na política, apresentando-se como contraponto à ética na política e um rol de propostas historicamente defendidas pelo movimento de mulheres, propostas essas que não foram atendidas no governo de Roseana.

⁷¹ As declarações de apoio do governador ao ex-prefeito Jackson Lago me levaram a considerá-los como sendo do mesmo grupo político.

⁷² Observem-se nas fontes bibliográficas as manchetes, editoriais e matérias dos principais jornais referentes aos meses de setembro de 2005 a janeiro de 2006.

⁷³ O Maranhão além das máscaras. Tipiti. Revista editada por organizações não governamentais do Maranhão. Esta publicação, lançada em julho de 2002, faz um mapeamento da situação sociopolítica no Estado a partir de um olhar de diversas organizações que analisam das questões agrárias aos grandes projetos implantados no governo de Roseana Sarney, que tiveram impactos muito grandes, ao acentuar mais ainda a miséria de um Estado conhecido como um dos mais pobres da federação.

Nesse cenário de disputas entre os dois grupos políticos, outra mulher polemiza as discussões políticas atuais. Trata-se de Alexandra Tavares, esposa do governador e atualmente respondendo pela Secretaria de Desenvolvimento Social. As declarações da imprensa local e nacional demonstram uma animosidade muito grande entre Alexandra Tavares e Roseana Sarney, também reforçada pelo governador, que critica a ex-governadora por deixar o Estado numa situação de penúria e com dívidas impagáveis.

Assim, podemos afirmar que a discussão sobre a ação da mulher no Legislativo maranhense está de alguma forma relacionada com a sucessão estadual, com a avaliação do governo de José Reinaldo e com a formação das listas partidárias, definidoras dos próximos deputados/as eleitos/as. Além disso, não deve ser desconsiderada a relação do governo Lula com o grupo Sarney, que detém vários cargos no governo federal e que, por muito pouco, não nomeou Roseana Sarney ministra das Cidades.

A quase nomeação da senadora foi tema de diversos articulistas políticos, tendo sido bastante criticada pela imprensa do Sul do País. Exemplo disso é o editorial (FOLHA DE SÃO PAULO, 14/01/2005, p. A2, c. 1-2) que, de um lado, critica o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e, de outro, desqualifica a senadora, demonstrando um preconceito quanto a sua condição de nordestina, mas deixando claras as rupturas no quadro político do Estado. Com isso vão sendo minadas as pretensões de Roseana de voltar ao Executivo em 2006. A nomeação para um ministério do governo de Lula seria certamente uma grande alavanca para o projeto político de Roseana Sarney.

Na conjuntura atual, o quadro político do Maranhão está praticamente delineado para as próximas eleições, que serão disputadas por Jackson Lago / José Reinaldo contra Roseana Sarney. O que ainda está indefinido é se Lula apoiará o projeto dos Sarneys. A verticalização recentemente aprovada no Congresso Nacional facilita as alianças, o que leva a crer que, em alguns estados, Lula será neutro. Essa conclusão é reforçada pela posição que o Partido dos Trabalhadores no Maranhão já assumiu de apoiar a “Frente de Libertação do Maranhão”, adiantando os prognósticos de que essa aliança pode contribuir para mudar o

quadro político-partidário e, conseqüentemente, as articulações no Legislativo estadual.

Uma avaliação mais profunda sobre o assunto, porém, somente será possível após a primavera, em outubro, quando os resultados das eleições terão definido os rumos deste Estado que não tem inverno e onde o calor do verão esquentará as disputas.

**5 CONCLUSÃO:
ALGUMAS CERTEZAS
E MUITAS INTERROGAÇÕES**

Embora interditas ao mundo público, as mulheres estiveram presentes na condição de sujeito dos processos revolucionários que mudaram o curso da história. A cada dia, a história desvenda a importância dessa participação e de sua ação política. Da Revolução Francesa e Americana e desta à Revolução Industrial, da Abolição da Escravatura à ampliação dos direitos das/os cidadãs/cidadãos, as mulheres têm sido força e presença nos processos revolucionários que mudaram as relações entre os gêneros.

No Brasil, a presença das mulheres nas lutas libertárias está sendo desvendada à medida que as pesquisas com enfoque de gênero trazem à tona novos sujeitos, antes invisíveis por uma ciência que não as reconhecia como tal. São reconhecidas e notórias as presenças de precursoras como Nísia Floresta, Isabel Dilan, Bertha Lutz, Carlota Pereira de Queiroz, Gilka Machado, Leolinda Daltró, lutadoras intransigentes pelos direitos femininos, dentre os quais o direito ao voto.

A conquista do voto ocorreu em 1932, porém essa vitória feminina não se traduziu naquele momento em mudanças substanciais, uma vez que as estruturas patriarcais e os códigos que inferiorizavam a mulher permaneceram ainda por muitas décadas⁷⁴. Esses foram também fatores que contribuíram para a pouca inserção das mulheres nos Legislativos, ocasionando a eleição de apenas uma mulher para a Câmara Federal em 1934, o que se refletiu nas eleições posteriores.

As críticas à candidatura de Marta Suplicy à Prefeitura de São Paulo no pleito de 2004, demonstram como estão presentes esses códigos. Marta foi criticada não apenas pelas falhas de sua administração, mas por seu comportamento, seu vestuário, pelo restaurante que freqüentava, pela separação do seu ex-marido e por seu novo casamento.

A presença de mulheres no mundo público é fato. Nas histórias de construção dos partidos, elas são notadas e enaltecidas por seus pares, mas não há um estímulo dos mesmos para uma participação mais efetiva. Essa situação se reflete nos números reproduzidos nos quadros (I a X), exceto nos períodos eleitorais,

⁷⁴ As reformas no Código Penal somente foram aprovadas em 2003, embora as discussões para modificá-lo estivessem ocorrendo desde a década de 1980. Além desses códigos jurídicos estou me referindo aos códigos implícitos nos valores conservadores que continua cerceando os direitos das mulheres de participar da política com a mesma liberdade que é dada aos homens.

momento em que as mulheres são lembradas para cumprir a Lei das Cotas ou para dar “brilho” nas campanhas majoritárias.

A inserção das mulheres como sujeito é ainda muito tímida, são poucas as mulheres que intervêm em reuniões de executivas, em encontros partidários ou em reuniões mais abertas. Tive oportunidade de observar ao participar de reuniões da Executiva Nacional do PT, partido que seguramente se destaca entre os demais pelo número de mulheres que elegeu nas últimas eleições. Não obstante isso, as relações de poder no âmbito dessas reuniões eram visíveis, não diferindo dos outros partidos que, como evidenciei neste estudo, são hierarquizadas e patriarcais.

Em muitas situações, os discursos das mulheres parecem não se enquadrar nos modelos políticos ou naquilo que se denominou como “político” associado a questões relacionadas com “grandes decisões de estado” nas quais questões do privado, trazidas ao público pelas mulheres, são tratadas como se não fizessem parte desse mundo ainda masculino.

De certa maneira, percebe-se que a “timidez” de sua atuação política e a forma como articulam sua ação são “resultado de conflitos que opõem as mulheres ao modelo cultural dominante, contendo estes conflitos ao mesmo tempo propostas de inovação cultural e consciência de uma relação social de dominação” (OSÓRIO, 2002, p. 437).

Em alguns países da Europa, da América Latina e até da África, já são evidentes as alterações proporcionadas pela adoção de medidas de ações afirmativas pelos partidos políticos e pelo Estado. Na França, na Argentina, no Canadá e em Moçambique, são evidentes os resultados que essas ações promovem na sociedade. Entretanto, observa-se que, mesmo em países mais desenvolvidos, onde o feminismo é bastante organizado, a exemplo dos Estados Unidos, a presença de mulheres no parlamento ainda é bastante desigual.

Se considerarmos que a garantia da participação feminina é um imperativo democrático da organização partidária, é fato que essa participação ainda é evidenciada pela determinação de “lugares”. Estes, por sua vez, têm passado das históricas “secretarias de mesa dos trabalhos”, nos anos setenta e oitenta, para os hoje departamentos de cultura e secretarias da mulher dos partidos e sindicatos.

Isso terá como conseqüência a ausência de mulheres na presidência de comissões na Câmara Federal e nas Assembléias Estaduais.

Os partidos reproduzem estereótipos que excluem a mulher da política, ao transporem para o “espaço de poder as competências que lhe são reconhecidas na esfera privada. A mulher continua sendo uma espécie de garantia da ordem e do bem-estar familiar, tanto no discurso oficial quanto nos incentivos para a participação política” (OSÓRIO, 2002, p. 431). O ponto-chave na análise dessa questão está no fato de que a mulher continua vivendo com as dicotomias estabelecidas entre o público e o privado, vistos como mundos separados, como se um não dependesse necessariamente do outro. Isso reforça a idéia de que “papéis sexuais” determinam espaços, atribuições e responsabilidades femininas e masculinas.

Assim, faz-se necessário redimensionar o privado, para que o político seja, afinal, o caminho para a consolidação da democracia. Uma das saídas é estabelecer eqüidade na distribuição de responsabilidades e de tempo, para que mulheres e homens possam compartilhar igualmente das esferas de participação a partir da divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, por exemplo. Esse, aliás, foi um problema evidenciado por todas as deputadas entrevistadas: como conciliar o tempo entre a família e as atividades políticas nos partidos e no exercício parlamentar.

Esse problema também foi mencionado por alguns homens. Entretanto, ao se referirem à necessidade de dedicar mais tempo à família, nenhum deles enfatizou as dificuldades de conciliar o exercício parlamentar com a vida doméstica, o que subtende que essa é uma questão que perpassa as relações de gênero e classe, pois os cuidados com a família, ainda é compreendido pelos deputados como uma questão que afeta diretamente às mulheres. Já as mulheres, por sua vez, em diferentes momentos enfatizaram as dificuldades de viver as agruras de ter que se dividir entre compatibilizar as atividades do privado com a necessidade de viver o mundo público.

O certo é que vive-se um modelo de democracia que não tem considerado as como detentoras de As bases para o estabelecimento de uma democracia estão, segundo Phillips, na transformação

de la esfera familiar, doméstica 'privada' onde están sentar las bases para una sociedad democrática, democratizando las relaciones sexuales en la casa... La igualdad en el hogar se presenta como un medio para un fin, como una condición necesaria para lo que realmente queremos, que es la democracia en la esfera más amplia. (PHILLIPS, 1996, p. 103).

Nesse sentido, urge que partidos e legislativos criem mecanismos de discussão sobre essa questão, a fim de que as mulheres possam se sentir mais “liberadas” daquilo que se denominou como responsabilidade das mulheres, como cuidar da casa e dos filhos. Daí a necessidade de se fazer dessa uma discussão política, sob pena de as mulheres ainda serem acusadas de estar “promovendo uma discriminação”, como bem enfatizou a deputada Cristina Archer.

Nas últimas eleições, houve uma pequena elevação no número de cadeiras ocupadas por mulheres. Esse fato gerou muitas polêmicas, levando alguns jornalistas a afirmarem que a política de cotas entrava em xeque. No entanto, é importante evidenciar que as listas de candidatas aumentaram consideravelmente, dado o forte apelo das organizações de mulheres.

Ao formular denúncias e proposições sistemáticas, essas organizações chamaram a atenção para a ausência de mulheres nos espaços de decisão e de poder – não apenas na política partidária, mas também em outros espaços onde se refletem as mesmas situações⁷⁵ – buscando convertê-lo.

O que deve ser questionado, nesse momento, é a formação das listas e as formas como os partidos têm articulado suas escolhas. As disputas são acirradas, muitas vezes desleais, e nelas não é considerada a necessidade de se estabelecer paridade. E isto não ocorre somente em relação às mulheres, mas também em relação à questão étnico-racial, que deve ser considerada, haja vista as desigualdades sociais presentes neste País e, em especial, no Maranhão, Estado no qual a população negra é uma das mais representativas do País.

⁷⁵ Estudos recentemente concluídos pela Rede Feminista de Estudos e Pesquisa (REDOR) nas universidades do Norte e do Nordeste revelam a ausência das mulheres nos cargos de poder nas academias. Ou seja, na história das universidades, quase inexistem mulheres reitoras. A presença das mulheres é mais visível em chefias de departamentos e coordenadorias de cursos ou, no máximo, nas diretorias de Centros. Se considerarmos que, nos quadros das universidades, as mulheres representam uma ampla maioria, podemos concluir que o poder também é masculino nas universidades (PASSOS, 1996). Situação semelhante é vista em direções de sindicatos, partidos e em cargos do Poder Judiciário.

As ações políticas implementadas pelos partidos para garantir a Lei de Cotas foram insignificantes. Nas entrevistas⁷⁶ realizadas com as executivas dos partidos, com o objetivo de analisar o nível de informação sobre as medidas afirmativas e o tipo de ações que estavam sendo implantadas, 75% dos membros dessas executivas responderam que estão sendo realizadas algum tipo de ação. Apenas 25% assumiram que nenhuma ação está sendo feita.

Há que se ressaltar, ainda, que todas as quatro pessoas dos partidos entrevistadas eram mulheres, pois os dirigentes não souberam ou não quiseram responder, passando a entrevista para elas, que eram membros das executivas. Nas entrevistas realizadas de forma mais informal, percebemos um claro desconhecimento da maioria delas sobre a essência da Lei de Cotas.

Ao questionarmos sobre que tipos de ação haviam sido implementados, elas mencionaram encontros, cursos, palestras, oficinas, semanas da mulher, chás, mini-cursos, lançamentos de livros. Entretanto, essas atividades, em geral, são feitas de forma irregular, à exceção apenas do PDT, que mantém um programa regular de encontros mensais com suas filiadas, nos quais as mulheres são estimuladas a participar de comissões e debates.

A ação do PDT refletiu de forma significativa nas eleições municipais de 2004, quando esse partido elegeu duas vereadoras. Pode-se notar que, com a atual mudança partidária, esse foi o partido que mais cresceu em termos absolutos e com relação a participação feminina, como mencionei anteriormente.

É certo que a Lei de Cotas⁷⁷ não irá mudar esse quadro nas próximas eleições. Isto porque, somente com uma ação conjunta das diversas organizações de mulheres, ao lado dos partidos políticos e a partir de um projeto de educação política que tenha o gênero como recorte metodológico, será possível diminuir essas

⁷⁶ As entrevistas em questão foram realizadas em 2001, quando as cotas ainda estavam em processo de implantação. Nas entrevistas realizadas em setembro de 2005, questionei todas/os as/os deputadas/os sobre que medidas estavam sendo desenvolvidas pelos partidos para estimular e ampliar a participação feminina nas próximas eleições. As respostas foram, na sua maioria, evasivas.

⁷⁷ A Lei 9.100/95 vem responder às reivindicações dos movimentos de mulheres de construir a paridade nos legislativos brasileiros. Considerada uma ação afirmativa, essa lei funciona como uma estratégia positiva para transformar o quadro de desigualdade entre os gêneros e entre seres historicamente excluídos dos espaços de decisão.

disparidades. Todavia, a legalidade permitirá uma maior ousadia das mulheres em adentrar um mundo antes interdito. O ato de permitir o que antes era negado de forma autoritária e irracional pode ser ao mesmo tempo estimulante e desafiador para as mulheres, aparentemente avessas à política.

A presença maior de mulheres nas Câmaras Municipais evidencia sua preocupação com os destinos da cidade da qual elas estão mais próximas, mais receptivas e com maior poder de articulação para intervir. Para isso também contribuem suas relações familiares e sua inserção num espaço geográfico mais favorável ao deslocamento, o que facilita o exercício da vida pública. Já a participação nas Assembléias Legislativas e na Câmara Federal coloca maiores dificuldades para conciliar a vida privada com a pública, dadas as cobranças que em geral são feitas às mulheres. Os homens, ao contrário, são sempre mais estimulados a sair e a participar ativamente da esfera pública, já que o poder é visto como algo “natural”, “intrínseco” à condição masculina.

No Maranhão, percebem-se algumas particularidades de inserção de mulheres no mundo público, tendo em vista figuras como Ana Jansen, D. Noca e Dalva Bacelar, que exerceram o poder em períodos em que ainda não era reconhecido às mulheres o direito a educação ou à cidadania (caso de Ana Jansen). Em período imediatamente posterior à conquista do voto, D. Noca já se destacava pelas atitudes impositivas como prefeita de um município maranhense e líder política de toda uma região do Maranhão. Entretanto, o poder dessa prefeita era associado ao masculino, como se observa nas representações da imprensa da época.

Setenta anos após, percebe-se que tais representações acerca da participação feminina permanecem. Isso se evidencia quando se analisa a recente nomeação da ministra Dilma Rousseff para a Casa Civil ou a eleição da chanceler Ângela Merkel, na Alemanha. É um passado insistindo em se inserir no presente, numa permanência que evidencia os desafios que são e ainda terão de ser enfrentados pelas mulheres.

Ao olhar o passado, através dos olhos e das lembranças de Dalva Bacelar, chego à conclusão de que o Legislativo maranhense não alterou muito suas relações de poder. Contudo, pensar assim significaria negar toda a história de luta

das mulheres para transpor essas barreiras. Ao ouvir os depoimentos das deputadas Cristina Archer, Helena Heluy e Telma Pinheiro sobre as estratégias para se fazerem ouvir ou para se adequarem àquele espaço de poder, transportei-me em pensamento ao ano de 1947, quando a deputada Dalva Bacelar era chamada de “sinhá moça”, pela maneira “feminina” como se vestia.

Muitas conquistas se efetivaram desde 1934, quando o Maranhão, pela primeira vez, elegeu duas mulheres para a Assembléia Legislativa. A ação das parlamentares é visível em diferentes momentos: quando da criação da Delegacia Especial da Mulher; nas articulações para a criação da Casa Abrigo, destinada às mulheres vítimas de violência; na aprovação do cartão-saúde⁷⁸ que permite as mulheres ter um controle maior sobre os encaminhamentos médicos e mais segurança nos tratamentos ministrados; na criação da Comissão Parlamentar sobre os Direitos da Mulher, entre tantos outros projetos. Porém, são evidentes os limites da sua ação política, quando se trata de legislar a partir de uma perspectiva feminista. Para comprovar isso, veja-se o caso das dificuldades de aprovação de uma Promotoria Pública Especializada no Atendimento da Mulher ou mesmo os projetos de lei para criação de crédito especial para as mulheres.

Todos esses e muitos outros são limites que poderiam ser amenizados a partir de uma articulação suprapartidária das parlamentares, a exemplo do que é feito hoje no Congresso Nacional. Nesse limite, estão implícitas as relações de poder existentes entre as deputadas que, embora não tenham sido verbalizadas por nenhuma delas, puderam ser percebidas através das meias palavras e da forma como expressaram alguns descontentamentos.

Do Legislativo de 1934, destacaram-se as deputadas Zuleide Bogéa e Hildenê Castelo Branco como as pioneiras; hoje, há Helena, Telma, Maura, Cristina, Janice, Maria da Graça e Maria Tereza os reflexos de suas atuações sobre a participação das mulheres na política remetem a algumas certezas, tais como: as instituições dão origem a modelos cujos princípios inspiram as regras que regem seu funcionamento; assim é o Legislativo é modelado historicamente para excluir a

⁷⁸ Este cartão funciona como se fosse um prontuário no qual são registradas informações sobre a saúde das mulheres, favorecendo um maior controle das mesmas sobre seus problemas de saúde.

presença feminina. Se antes esse espaço era inatingível às mulheres, agora ele demonstra ser permeável à participação feminina.

Este estudo apresenta evidências, algumas certezas e muitas interrogações. Ao concluir (parcialmente) estas reflexões, vislumbro, no quadro partidário maranhense deste ano (2006), mudanças substanciais, definidoras das próximas eleições, em outubro. Os primeiros passos já estão sendo dados, através de várias iniciativas das organizações femininas, bem como da Secretaria de Políticas para as Mulheres, criada pelo governo Lula.

Recentes conferências municipais, estaduais e regionais, assim como a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que se realizou em julho de 2004, têm evidenciado o desejo coletivo das mulheres de acelerar as propostas contidas nos documentos rascunhados em diferentes momentos de construção do projeto político do atual governo Lula, refletindo positivamente nos estados.

Além disso, têm sido desenvolvidas ações em diferentes lugares por grupos feministas, secretarias de governos e organizações não governamentais, no sentido de “preparar” mulheres interessadas em se candidatar. Essas ações têm se consubstanciado como uma medida que potencializa e capacita essa “metade encabulada da humanidade”, na feliz expressão de Lucila Scavone (1983, p. 26), ao exercício do poder e podem funcionar como um contraponto, nos novos cenários que se esboçam a partir de agora.

REFERÊNCIAS

ABREALAS: **O feminismo na virada do século XIX e XX**. Rio de Janeiro: REDEH, 2000, 55p.

ARTICULAÇÃO de Mulheres Brasileiras. **Políticas públicas para as mulheres no Brasil**: balanço nacional, 5 anos após Beijing. Brasília, 2000. 119p.

ABREU, Jaciléia Cadete. **Mulheres e política**: Um estudo sobre as mulheres e suas vivências no espaço da política em São Luís. São Luís. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da UFMA, 2002. 68 fl.

ABRUCIO, Fernando Luiz; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho; COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. O papel institucional da Assembléia Legislativa Paulista: 1995 a 1998. In: SANTOS, Fabiano (org.) **O Poder Legislativo nos Estados**: diversidade e convergência. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 219-246.

ALMEIDA, Jorge. **Como vota o brasileiro**. São Paulo: Casa Amarela, 1996. 247p.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Tomando partido, formando opinião**: cientistas sociais, imprensa e política. São Paulo: Ed. Sumaré, 1992. 72p.

ALVARES, Maria Luzia Miranda. **A democracia dos modernos e a perspectiva feminista**. Belém, 2001. 25 fl.

ALVARES, Maria Luzia Miranda A Liberdade e a Igualdade entre os “Modernos” e Uma Questão de Gênero. Belém: GEPEM, 2000. 17 fl.

_____. Sufragismo, gênero e as políticas de reforma constitucional. Belém: Gepem, 2000. 34 fl.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980. 200p.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **A mulher e a política de cotas no Brasil**. 2004. 7 fl.

AMÂNCIO, Lígia. **Masculino e Feminino**: A construção social da diferença. 2.ed. Lisboa: Afrontamento 1998, 204p.

ANASTACIA, Fátima. Transformando o Legislativo: a experiência da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. In: SANTOS, Fabiano (org.) **O Poder Legislativo nos Estados**: diversidade e convergência. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 23-84.

ANGIE: a anunciada dama de ferro da Alemanha. **O Público**. Lisboa, 25 jul. 2005.

ARAÚJO, Clara. As cotas para mulheres e as eleições de 1996 e 1998: analisando resultados e perspectivas. In: **Teoria & Sociedade**, n. 4, p. 33-104, out. 1999.

ARAÚJO, Clara. Ações afirmativas como estratégias políticas feministas. In: BRUSCHINI, Cristina, UNBEHAUM, Sandra. **Gênero, democracia sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora Três, 2002. p. 143-166.

ARAÚJO, Clara. Mulheres e representação política no Brasil: a experiência das cotas no Brasil. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v.6, n. 1, p.71-90. 1998.

ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.9, n. 1, p. 231-252, jan./jul. 2001.

_____. Partidos Político e Gênero: Mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. In: **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, n. 24, p. 193-216, jun. 2005.

ASSEMBLÉIA Legislativa do Maranhão. **Diário da Assembléia**. São Luís: SECOM, 28 de novembro 2005. 32p.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1996. 94 p.

_____. **Mulheres na elite política brasileira**. 2. ed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Ed. da UNESP, 2001. 200p.

AVELAR, Lúcia. **O Segundo Eleitorado: Tendências do voto feminino no Brasil**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989. 132p.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 316p.

BAQUERO, Marcello. Partidos e cultura política na América Latina: uma combinação de instabilidade política? In: BAQUERO, Marcello (Org.) **Desafios da democratização na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999. p. 15-30.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Gênero, memória e cotidiano no universo das quebradeiras de côco no Maranhão**. Monografia apresentada ao Curso de História. Universidade Federal do Maranhão. 2005. 86fl.

BORGES, Arleth Santos. Oligarquia, crise política e eleições 2004 na Cidade de São Luís. In: CORTEZ, Hugo; HERMANNNS, Klaus. **Nordeste 2004 o voto nas capitais: análises interpretativas dos resultados eleitorais nas capitais do Nordeste**. Fundação Konrad Adenauer, 2005. p.147-177.

BATISTA, Ieda Cutrim. **Rompendo a cultura do silêncio: a mulher e a luta pela terra**. São Luís: Grupo de Mulheres da Ilha, 1994. 41p.

BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. (Org.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Tradução de Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. 208p.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação para a Democracia** versão resumida de conferência proferida no âmbito do concurso para Professor Titular em Sociologia da

Educação na FEUSP, 1996. http://www.hottopos.com/nhttp://www.hottopos.com/notand2/educacao_para_a_democracia.htmotand2/educacao.

BERGAMO, Alexandre. Elegância e atitude: diferenças sociais e de gênero no mundo da moda. **Cadernos Pagu**: o risco do bordado. UNICAMP, v. 22, p.83-113, 2004.

BLAY, Eva Alterman. **As Prefeitas**: A participação política da mulher no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 63 p.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.207p.

_____. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 2. ed.rev.amp. São Paulo: UNESP, 2001.

BOCCHETTI, Alessandra. A diferença indecente. **Cidadania e feminismo**: Debate Feminista. São Paulo: Melhoramentos, 1999. p. 88-102.

BONADIO, Maria Claudia. Dignidade, celibato e bom comportamento: relatos sobre a profissão de modelo e manequim no Braisl dos anos 1960. **Cadernos Pagu**: o risco do bordado. UNICAMP, v. 22, p.47-81, 2004.

BORBA, Ângela. Legislando para mulheres. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. **Mulher e Política**. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.p. 153-172.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução. Maria Helena Kuher. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999. 160 p.

BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON, Jean-Claude, PASSERON, Jean – Claude. **A profissão de sociólogo**: preliminares epistemológicas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 328p.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. Prefácio de Sérgio Micelli. São Paulo: EDUSP, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Organização e introdução de Sérgio Micelli. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. 361p.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalinas**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Oeiras: Celta, 1998.243p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu**. Organização de Ortiz, R. São Paulo: Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1990. 234p.

- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Correia. Campinas: Papirus, 1996. 231p.
- BOURETZ, Par Pierre. **Foucault: la question du pouvoir**. In: FOUCAULT 1994. p.30-31.
- BOTTA, Vera. (Vereadora). Entrevista sobre A participação políticas das mulheres no poder, concedida a Mary Ferreira. Araraquara. Fev. 2005.
- BRASIL e a Convenção sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher: Propostas e recomendações. Brasília: CLADEM; AGENDE, 2003. 88p.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Contribuição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**: documento base. Brasília. 2004
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Proposta de diretrizes para uma política nacional para as mulheres. Documento para os grupos de trabalho I CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. In: **Anais...** Brasília. 2004. 45p.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Resultado da plenária final**. I CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. In: **Anais...** Brasília. 2004.60p.
- BRASIL: Senado Federal. **Proposições legislativas sobre questões femininas no Parlamento Brasileiro, 1826 – 2004**.Brasília:Comissão Temporária do Ano da Mulher, 2004.729p.
- BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral. **Resultados Eleitorais do Maranhão**. 2004.
- BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: O Feminismo e a Questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**: Trajetórias do gênero, masculinidades. UNICAMP, v. 11, p.11-42. 1998.
- BUZAR, Benedito. Maria Dalva: única mulher eleita à Constituinte de 1947. **Jornal O Estado do Maranhão**. Caderno Alternativo. São Luís, p.3, agosto 2005.
- BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965. São Luís: Lithograf, 1998. 528p.
- BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e oposicionistas**. São Luís: Lithograf, 2001. 438p.
- CAMPOS, Violeta. Feminismo. **Jornal Folha do Povo**. São Luís, 8 de maio de 1929.
- CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Ensaios e textos. Trad. Estela Santos Abreu. Campinas: Papirus, 1991. 241p.
- CAPPELLIN. Paola. Ações afirmativas: uma estratégia para corrigir as desigualdades entre homens e mulheres. In: LIGOCKI, Malo Simões Lopes;

- LIBARDONI, Marlene et al. **Discriminação positiva ação afirmativas**: em busca da igualdade. São Paulo: CFEMEA/ELAS. p.13-31, 1996.
- CARDOSO, Manoel Frazão. **Maranhão por dentro**. São Luís: Lithograf, 2001. 610p.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Cap. 4: República mulher: entre Maria e Mariane. p.75-107.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; Rabay, Glória. Mulher e participação política: aprendizado, empoderamento e exercício do poder. In: FERREIRA, Mary; ALVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira. **Os poderes e os saberes das mulheres**: a construção do gênero. São Luís: EDUFMA; Salvador: REDOR, 2001. p.123-143.
- CARVALHO, Maria Rosário. O poder das mulheres na sociedade Kanamari. In: Maria Ângela D’Incao; Maria Luzia Miranda Álvares; Eunice Ferreira dos Santos. [et al] (org). **A mulher e Modernidade na Amazônia**. Presidente Venceslau: Letras a Margem; Belém: GEPEM, 2001. p. 533-564.
- CASIMIRO, Isabel Maria Alçada Padez Cortesão. **Paz na terra, guerra em casa**: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia. Dissertação de Mestrado. Coimbra, 1999. 304fl.
- CASTELLS. Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.
- CASTRO, Mary. Garcia. **A dinâmica entre classe e gênero na América Latina**: apontamentos para uma teoria regional sobre o gênero. In: _ Mulher e políticas públicas. Rio de Janeiro: IBAM, 1991. p.39- 69.
- CELIBERTI, Lilian. Atores, práticas e discursos da participação. In: Ana Claudia Chaves, (Org.) **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Polis, 2004. p. 52-60.
- CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. **Balço de 2003 e perspectivas atuais**. Brasília: CEFMEA, jan./fev. 2004.
- CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. **Eleições 2002**: cresce o número de deputadas federais e senadoras eleitas. Brasília: CEFMEA, out., p. 4 -7, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. In: Ana Claudia Chaves, (Org.) **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Polis, 2004. p. 24-31.
- CHAUÍ, Marilena. Por trás da crise está a luta de classes: entrevista. **Caros Amigos**. v. 9 n. 104. São Paulo, novembro 2004. p. 30-37.
- COMISSÃO para Igualdade e para os Direitos das Mulheres. **Igualdade de Gênero em Portugal 2003**. Lisboa: Comissão para Igualdade e para os Direitos das Mulheres/Presidência do Conselho de Ministros, 2003. 163p.

COLLIN, Françoise. Diferença e diferendo: A questão das mulheres na Filosofia. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.) **História da Mulheres no Ocidente: O Século XX..** Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1995. v. 5. p. 315-349.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS. **Plataforma política feminista.** Brasília, 2002. 64p.

COSTA, Ana Alice. **As donas do poder:** mulher e política na Bahia. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinar sobre Mulher, UFBA, 1998.248p.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Feminismo, ciência e tecnologia.** Salvador: NEIM; REDOR, 2002. 280p.

COSTA, Delaine Martins. Ampliação da participação feminina no governo local: um trabalho de sísifo. **Papers**, n.30, p.3-35, 1997.

COSTA, Delaine Martins. Capacitação de líderes femininas: reflexões sobre a experiência do IBAM. In: **Estudos Feministas.** Santa Catarina, v. 9, n. 1, p. 213-224. 2001.

COSTA, Paulo Roberto Neves. **Democracia nos anos 50:** Burguesia Comercial, Corporativismo e Parlamento. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998. 192p.

COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. O papel institucional da Assembléia Legislativa Paulista: 1995-1998. In: SANTOS, Fabiano (Org.) **O Poder Legislativo nos Estados:** diversidade e convergência. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 219-246.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o Signo da Morte:** decadência, violência e tradição em terras do Maranhão. Campinas: (Dissertação de Mestrado) Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2001. 229fl.

_____. A raposa e o canguru: crises políticas e estratégia periférica no Maranhão (1945-1979). In: COSTA, Wagner Cabral da.(Org.) **História do Maranhão:** novos estudos. São Luís: EDUFMA, 2004.265-298.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Eveline (Org.). **Anos 90:** política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-15.

DAHLERUP, Drude. De uma pequena a uma grande minoria: uma teoria da “massa crítica” aplicada ao caso das mulheres na política escandinava. **Cidadania e Feminismo:** Debate Feminista. São Paulo: Melhoramentos, 1999. p. 142-183.

DELGADO, Maria Berenice Godinho. Mais mulheres na direção da CUT. **Estudos Feministas.** v. 4, n. 1, p. 138-147. 1996. p.145.

DEPARTAMENTO Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. **A Situação do Trabalho no Brasil.** In: As Mulheres no Mercado de Trabalho. São Paulo: DIEESE, 2001. p. 103-126

D'INCAO, Maria Ângela; COTTA JÚNIOR, Humberto. Transformações e permanências no espaço feminino na agricultura familiar. In: Maria Ângela D'Incao;

- Maria Luzia Miranda Álvares; Eunice Ferreira dos Santos. [et. al.] (org). **A mulher e Modernidade na Amazônia**. Presidente Venceslau: Letras a Margem; Belém: GEPEM, 2001. p. 429-465.
- DIETZ, Mary G. Cidadania com cara feminista. **Cidadania e Feminismo: Debate Feminista**. São Paulo: Melhoramentos, 1999. p. 48-69.
- DIETZ, Mary G. O contexto é o que conta: Feminismo e teorias da cidadania. **Cidadania e Feminismo: Debate Feminista**. São Paulo: Melhoramentos, 1999. p. 3-28.
- DILMA não tem desenvoltura política, mas é inteligente, diz Severino. São Paulo. Agência Estado. Jul. de 2005.
- DONA NOCA: a coronela do sertão; uma excursão ao sertão do Brasil. Rio de Janeiro. **Revista do Globo**, 1951, p.14-21.
- DOMINGUES, Mauro Petersem. Espírito Santo: produção legal e relações entre os poderes Executivo e Legislativo entre 1995 e 1998. In: SANTOS, Fabiano (Org.) **O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 85-112.
- DÓRIA; Palmério. **A candidata que virou picolé**. São Paulo: Casa Amarela, São Paulo: Caros Amigos, 2002. 104p.
- DRAGO, Ana. (Deputada). Entrevista sobre A participação políticas das mulheres no poder, concedida a Mary Ferreira. Lisboa. maio. 2005.
- FALGAYRAC, Jacqueline; NOGRABAT, Annette. Femmes, pouvoirs, réalités présentes. In: RIOT-SARCEY, Michèle. **Femmes pouvoirs**. Paris: Éd. Kimé, 1993. p. 145-154.
- FAORO, Raimundo. **Existe um pensamento político brasileiro**. São Paulo, Ed. Ática, 1994. 136p.
- FERNANDES, António Teixeira. **Os fenômenos políticos: Sociologia do poder**, 2.ed. Lisboa: Afrontamentos, 1998: 310p.
- FERREIRA, Maria Mary. A/O Profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. In: CASTRO, César Augusto (Org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: múltiplos discursos**. São Luís: EDFAMA; EDUFMA, 2002. p.161-84.
- FERREIRA, Maria Mary. Movimento feminista, movimento de mulheres: ações e desafios para as próximas décadas. In: SALES, Celecina de Maria Veras, AMARAL, Célia Gurgel do; ESMERALDO, Gemma Galgani Silveira (Orgs.). **Feminismo: memória e história**. Fortaleza: NEGIF/UFC; Imprensa Universitária, 2000. p.69-76.
- FERREIRA, Mary. Mulher e Participação política no Maranhão. In: FERREIRA, Mary; ALVARES, Maria Luzia Miranda, FERREIRA, Eunice. **Os poderes e os saberes das mulheres: a construção do Gênero**. São Luís: EDUFMA; Salvador: REDOR, 2001. p. 113.

FERREIRA, Maria Mary. **Mulher e Poder**: estudo sobre ação e participação da mulher nos legislativos. Texto de qualificação de doutorado em Sociologia. Universidade Estadual Paulista, 2005. 118 f.

FERREIRA, Mary. Mulher e política: do voto feminino a Lei das Cotas, a difícil inserção das mulheres nas democracias representativas. **Revista Espaço Acadêmico**. Londrina, n.37. junho. 2004. Disponível em: <<http://www.espaçoacademico.com.br/037/37cferreira.htm>>.

FERREIRA, Mary. Mulheres no legislativo maranhense: um estudo sobre as cotas. In: Souza, Eliana Maria de Melo, et. al. **Teoria e prática nas Ciências Sociais**. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2003. p.69-90.

FERREIRA, Mary. (Org.). **Mulher, gênero e políticas públicas**. São Luís: Grupo de Mulheres da Ilha, Núcleo Interdisciplinar Mulher Cidadania e Relações de Gênero – UFMA, 1999. 136 p.

FERREIRA, Maria Mary. **As Caetanas vão à luta**; a trajetória do movimento feminista no Maranhão face as políticas públicas. São Luís (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas) Universidade Federal do Maranhão, 1999. 269f.

_____. **As Mulheres e o poder**: democratizando o privado no Brasil. Trabalho apresentado na Disciplina Reinventar a Emancipação Social ministrada pelo Professor Boaventura de Sousa Santos. Coimbra, Julho, 2005. 17 fl.

_____. Movimento feminista e políticas públicas. In: FERREIRA, Mary. **Mulher, Gênero e Políticas Públicas**. São Luís: Grupo de Mulheres da Ilha, 1999. p. 34-45.

_____. Mulher e poder: a revolução silenciosa. **Jornal O Estado do Maranhão**. Caderno Alternativo. São Luís, p.6, março 1999.

_____. Democracia no feminino: as representações das parlamentares sobre a questão. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29. Anais... Caxambu, 25 -29. out. 2005.

_____. Mulher política e poder: um olhar sobre ação parlamentar das mulheres no Brasil. In: Jornada Internacional, 4; Conferência Brasileira sobre Representações Sociais... **Anais...** João Pessoa, 8 – 11 nov. 2005.

_____. O PT de ontem e de hoje: as utopias de um projeto em construção. **Jornal O Imparcial**. Caderno Opinião. São Luís, p.4, agosto 2005.

_____. Quem tem medo das mulheres nos espaços de poder: o voto feminino e a Lei das Cotas. **Jornal O Imparcial**. Araraquara, 2 out. 2002. Caderno Opinião, p.2 c. 3 a 6.

FERREIRA, Virginia do Carmo. Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, n. 52/53, p. 199-227, fev.1999.

- FERREIRA, Virginia do Carmo. **Relações sociais de sexo e segregação do Emprego**: uma análise da feminização dos escritórios em Portugal. Tese de doutoramento em Sociologia. Universidade de Coimbra. 2003. 2 v.
- FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto**. São Paulo: Sumaré; ANPOCS, 1991.215p.
- FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pós-modernismo e política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p.217-250.
- FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres injustiças dos homens**. 4.ed. com introdução e notas de Constância Lima Duarte. São Paulo: Cortez, 1989. 134p.
- FONTANA, Beatriz. Porque o feminismo tem se investido no estudo da linguagem? (trabalho apresentado na mesa Feminismo para um mundo possível). Fórum Social Mundial. Porto Alegre, jan. 2005. 15 fl.
- FÓRUM ESTADUAL DE MULHERES MARANHENSES. **Violência contra a mulher e a cidadania feminina no Maranhão**: Balanço crítico. São Luís, 2003. 56p.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. 236p.
- _____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2004.79p.
- _____. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. Guilhaon Albuquerque. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.152p.
- _____. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão de Roberto Machado. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993. 295p.
- FRAISSE, Geneviève. Direitos do homem e/ou das mulheres? Entrevista concedida a Label France, 1999. (Delegada Interministerial para os Direitos das Mulheres na França).
- FRANÇA, José de Ribamar, et. al. Perfil epidemiológico das mortalidade materna no Município de São Luís – MA. **Revista de Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, p. 233-241. jul./dez., 1995.
- FRAZER, Nancy. A luta pelas necessidades: Esboço de uma teoria crítica socialista-feminista da cultura política do capitalismo tardio. **Cidadania e Feminismo**: Debate Feminista. São Paulo: Melhoramentos, 1999. p. 105-141.
- FRAZER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina, UNBEHAUM, Sandra. **Gênero, democracia sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora Três, 2002. p. 59 – 78.

- FREIRE, André; [et. al.]. **O Parlamento Português: uma reforma necessária**. Lisboa: Universidade de Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Julho 2002. 189p.
- GODINHO, Tatau. Democracia e política no cotidiano das mulheres brasileiras. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (Orgs.). **A Mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004. p. 149-160.
- GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A Reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: Ed. UFMA/PROIN(CS), 2000. 194p.
- GROSSI, Miriam Pillar. MIGUEL, Sônia Malheiros. Mulheres na Política, Mulheres no Poder: Dossiê. **Estudos Feministas**. Santa Catarina, v. 9, n. 1, p. 164-166. 2001.
- GROSSI, Miriam Pillar. MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformação da diferença: mulheres na política. In: **Estudos Feministas**. Santa Catarina, v. 9, n. 1, p. 167-206. 2001.
- GUERREIRO, Emídio. (Deputado). Entrevista sobre A participação políticas das mulheres no poder, concedida a Mary Ferreira. Lisboa. maio. 2005.
- GUIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical**. Tradução Álvaro Hatnher. São Paulo: UNESP, 1996. 296p.
- GRUPO de Mulheres da Ilha. **Mulheres fazem história**. São Luís: Grupo de Mulheres da Ilha, 1996, 59p.
- HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981, 144p.
- HARNECKER, Marta. **Os desafios da esquerda latino-americana**. São Paulo: 2000. 106p.
- HIRST, Paul. **A democracia representativa e seus limites**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992. 214p.
- HTUN, Mala. A política de cotas na América Latina. **Estudos Feministas**. Santa Catarina, v. 9, n. 1, p. 225-230. 2001.
- INSTITUTO Brasileiro de Administração Municipal. **Participação feminina na construção da democracia: levantamento do resultado das eleições municipais (1992 a 2000), estaduais e federais (1994 a 2002)**. 4 ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2004. 62p.
- IRIGARAY, Luce. Poder do discurso, subordinação do feminismo: entrevista. YOUNG. **Ex Aequo**: Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM). ARAÚJO, Helena Costa (Org.). Oeiras: Celta Ed., p.45-55, jan./2004.
- JAGUARIBE, Helio. O sistema público brasileiro. In: JAGUARIBE, Helio et. Al. (Org.) **Sociedade, Estado e partidos na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 199-239.

- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Três mulheres da elite maranhense. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.16, n. 31/32, p.225-248. 1996.
- KERGOAT, Danièle. Reflexión sur l'exercice du pouvoir par des femmes dans la conduite des luttes, le cas de la coordination infirmières. In: RIOT-SARCEY, Michèle. **Femmes Pouvoirs**. Paris: Éd. Kimé, 1993. p. 124-139.
- KNIBIELHER, Yvonne. Mères, pouvoirs. In: RIOT-SARCEY, Michèle. **Femmes Pouvoirs**. Paris: Éd. Kimé, 1993. p. 32-43.
- LAMOUNIER, Bolivar; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. 135p.
- LEAL, Luciana Nunes. Grupo do Rio pede mais espaço fiscal para gasto social e combate à fome. **O Imparcial**. Araraquara, 6 nov. 2004. p. 8 Caderno Geral, c. 1 – 6.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo, 4. ed. Alfa-Omega, 1978. p.11-258.
- LEIBOVICI, Martine. Action politique et pouvoir chez Rosa Luxemburg et Hannah Arendt. In: **Femmes Pouvoirs**. Paris: Éd. Kimé, 1993. p. 83-107.
- LIMA JUNIOR, Olavo; ANASTACIA, Fátima. A participação eleitoral: a ampliação do mercado, indicadores de participação e distorções do sistema de representação. **Teoria e Sociedade**, v. 4, p.33-104. out.1999.
- MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão de Roberto Machado. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993. p. VII-XXIII.
- MAFFIA, Diana. Crítica feminista a Ciência. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Orgs.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: Redor; NEIM, 2002. p. 25 –38.
- MAGALHÃES, Ana Maria; ALÇADA, Isabel. **A longa história do poder**. Lisboa: Assembléia da República, 2003. 99p.
- MAILLE, Chantal. A representação política das mulheres do Quebec: do campo escolar a ação do movimento das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, n. e, p. 291-299. 1994.
- MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 10, n.29, p.5-33, 1995.
- MAY, Peter H. **Palmeiras em chamas: transformação agrária e justiça social do babaçu**. São Luís: Emapa, 1990. 328p.
- MARTINS, Edna. (Vereadora). Entrevista sobre A participação políticas das mulheres no poder, concedida a Mary Ferreira. Araraquara. Fev. 2005.
- MARTINS, Manoel Meirinho, TEIXEIRA, Conceição Pequeto. **O Funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em**

Portugal. Lisboa. Maio de 2005, Ed. Comissão para igualdade e para os Direitos das Mulheres. p. 15-295.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu:** Trajetórias do gênero, masculinidades... UNICAMP, v. 11, p.67-75. 1998.

MAZZINI, Eliane de Jesus T., SILVA, Berenice Gomes da. SILVA JÚNIOR, Otávio, C. **Projeto Tempo de Aprender** - oficinas da Autonomia nos assentamentos do Pontal do Paranapanema (SP). Trabalho apresentado no Congresso Educação para a cidadania. Santos, SP, 2003.

MENDONÇA, Ricardo. O espetáculo do crescimento. **Época.** São Paulo:Globo, 15 dez. p. 32-38. 2003.

MESQUITA, Benjamim Alvino de. A Crise da Economia do Babaçu. In: **Revista de Políticas Públicas.** São Luís: v. 2, n. 2, p. 5670. 1998.

MEZEY, Michael L. O poder decisório do legislativo nos sistemas políticos em desenvolvimento. In: MENDES, Candido (Org.) **O Legislativo e a tecnocracia.** Centro Universitário Candido Mendes, s.d. p. 43-81.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos.**Brasília: Universidade de Brasília: Ed.UNB, 1982.243p.

MIGUEL, Luís Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". **Estudos Feministas.** Santa Catarina, v. 9, n. 1, p. 253-267. 2001.

_____.Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.**v.15, n.44, p.91-102, out.2004.

MIGUEL, Sônia Malheiros. **A política de cotas por sexo:** um estudo das primeiras experiências no legislativo brasileiro. Brasília: CFEMEA, 2000.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Cirandas do Pronaf para mulheres.** Brasília, 2005.

MORAES, Filomeno. A dinâmica legislativa na Assembléia do Estado do Ceará: 1995 a 1998. In: SANTOS, Fabiano (Org.) **O Poder Legislativo nos Estados:** Diversidade e Convergência. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 189-218.

MORAES, Jomar. (Org.). **Ana Jansen, rainha do Maranhão.** 2.ed. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 1999. 81p.

MORENO, Veraclely Lima. **Funerais da Honra:** Honestidade Feminina sob Jugo em São Luís na Virada do Século. São Luís. Monografia apresentada ao Curso de História da UEMA, 2005. 77fl.

MOSSUZ-LAVAU, Janine. Le vote des françaises, 1945-1992. In: **Femmes Pouvoirs.** Paris: Éd. Kimé, 1993. p. 59-75.

- MOTTA, Diomar das Graças. **As mulheres professoras na política educacional no Maranhão**. (Tese de Doutorado em Educação) Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2000. 248p.
- MOTTA, Maria da Conceição. O Voto feminino. **Jornal Folha do Povo**. São Luís. 6 de agosto de 1929.
- MOUFFE, Chantal. **O Regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1996. 205p.
- MOUFFE, Chantal. Por uma política da identidade nômade. **Cidadania e Feminismo: Debate Feminista**. São Paulo: Melhoramentos, 1999. p. 266-275.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política**. São Paulo: SENAC, 2001.
- NYE, Andréa. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Tradução Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1995. 284p.
- O MARANHÃO além das máscaras. **Tipiti. Revista Especial das Organizações não governamentais do Maranhão**. Jul. 2002. 47p.
- ODALIA, Nilo. Revolução francesa: a liberdade como meta coletiva. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.) **História da cidadania**. São Paulo: Contexto. 2003. p.158-69.
- OLIVEIRA, Paulo Salles de. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: OLIVEIRA, Paulo Salles de (org.). **Metodologia das ciências humanas**. 2.ed. São Paulo: UNESP; Hucitec, 2001. p.17-26..
- OSÓRIO, Conceição. Poder político e protagonismo feminino em Moçambique. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 417-451.
- PARTIDOS políticos Brasileiros. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/HTML/partidos.htm>. Acesso em 25. 01.2005.
- PASSOS, Elizete. (Org.) **Um mundo dividido: Um estudo sobre as relações de gênero nas universidades do norte e nordeste**. Salvador: UFBA/REDOR, 1995.
- PASSOS, Elizete. As políticas e os saberes: a construção do gênero nas universidades do Norte e Nordeste e as repercussões nos campos sociais e político. In: FERREIRA, Mary; ALVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira. **Os poderes e os saberes das Mulheres: a construção do Gênero**. São Luís: EDUFMA; Salvador: REDOR, 2001. p. 21 - 40.
- PATEMAN, Carole. O contrato sexual: o fim da história. In: ARAÚJO, Helena Costa (Org.). **Ex Aequo: Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM)**. Oeiras: Celta Editora, Janeiro. p. 31-43, 2004.
- PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005. 520p.

- PERROT, Michelle. Michel Foucault et l'Histoire des femmes. In: PERROT, Michelle. **Les femmes ou les silences de l'Histoire**. Paris: Flammarion, 1998. p. 413-425.
- PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998. 159p.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. Tradução de Denise Bollmann. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. 332p.
- PHILLIPS, Anne. **Gênero y teoria democrática**. Tradução de Isabel Viricat. México:UNAM, 1996. 120p.
- PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença. **Estudos Feministas**. Santa Catarina, v. 9, n. 1, p. 268-290. 2001.
- PIMENTEL, Silvia; DORA, Denise Dourado. **As mulheres e a construção dos direitos humanos**. São Paulo: CLADEM, Porto Alegre: THEMIS, 1993. 49p.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Mulheres: igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.) **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto. 2003. p. 265-309.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **A Noção de públicos múltiplos e a democracia brasileira: a propósito dos trabalhos de Nancy Fraser**. 2001 18 fl (mimeo).
- _____. Mulher e política no Brasil; os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. **Estudos Feminista**, n.e. p. 256-270, 1994.
- _____. Participação (representação) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B; MUNOZ-VARGAS, Mônica. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994. p. 195-230.
- _____. **Perfis, trajetórias, desempenhos: uma pesquisa com as vereadoras gaúchas**. Céli Regina J. Pinto, Maria Lúcia Moritz, Rosangela Schulz e Taís Flaviana Moraes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 101p.
- _____. Teoria política feminista, desigualdade social e democracia no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina, UNBEHAUM, Sandra. **Gênero, democracia sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora Três, 2002. p. 79-96.
- PINTO, Helena. (Deputada). Entrevista sobre A participação políticas das mulheres no poder, concedida a Mary Ferreira. Lisboa. junho. 2005.
- PINTO, José Madureira. Reflexibilidade reformista e autoanálise. In: **Fórum Sociológico**, 9/10. 2.série, p.21-29, 2003.
- PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Cláudia de Lima, SCHMIDT, Simone Pereira, (Org.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p.31-41.

PITANGUY, Jacqueline. Gênero, cidadania e direitos Humanos. In: BRUSCHINI, Cristina, UNBEHAUM, Sandra. **Gênero, democracia sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora Três, 2002. p. 109-119.

PONTES, Heloisa. Modas e modos: uma leitura enviesada de O espírito das roupas. **Cadernos Pagu**: o risco do bordado. UNICAMP, v.22, p.13-46. 2004.

PRÁ, Jussara Reis. Antigos problemas e novos desafios: repensando a dimensão política da ação coletiva na ótica de gênero. In: BAQUERO, Marcello (Org.) **Desafios da Democratização na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999. p. 147-165.

_____. O feminismo como teoria e como prática política. In: STREY, Marlene Neves et. Al. (Org.) **Mulher, estudos de gênero**. São Leopoldo: UNISINOS, 1997. p. 39-57.

_____. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: BAQUERO, Marcello et. Al. (Org.) **Reinventando a Sociedade na América Latina: Cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre/Brasília: Ed. da Universidade/UFRGS/ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 2001. p. 173-208.

_____. Gênero e feminismo: uma leitura política. In: STREY, Marlene Neves et. Al. (Org.) **Construções e perspectiva de gênero**. São Leopoldo: UNISINOS, 2000. p. 143-155.

QUEIROZ, Rachel. Dona Noca. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 1950, p.122.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**: Trajetórias do gênero, masculinidades... UNICAMP, v. 11, p. 89-98. 1998.

_____. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, Cláudia de Lima, SCHMIDT, Simone Pereira, (Org.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p.31-41.

_____. Ser mulher no século XXI In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (Orgs.). **A Mulher Brasileira nos Espaços Públicos e Privado**. 1. ed. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004. p. 31-42.

RAMOS, Elival da Silva. **A ação popular como instrumento de participação política**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1991. 265p.

REALISMO político. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 de janeiro de 2005, Caderno Opinião. p.A2, c. 1e2.

RÉMOND, René. **Introdução a História do nosso tempo**: Do antigo regime aos nossos dias. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 2003. 460p.

RENNÓ JÚNIOR, Lúcio R. Instituições, cultura política e lógica da confiança numa cidade brasileira In: BAQUERO, Marcello (Org.) **Desafios da Democratização na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999. p. 103-132.

REVISTA DO GLOBO, Rio de Janeiro, 1951, p.11-16.

REVISTA ZH Donna. Longe demais do poder. In: **Caderno Especial**. Porto Alegre. p. 12-17. 5/11/2000.

RIBEIRO, Luciana Costa. **A Mulher no legislativo maranhense**: trajetória política e ação parlamentar. São Luís. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da UFMA, 2002. 76fl.

RIGAT-PFLAUM, Maria. La Planificación de Género en el Ámbito Municipal: Propuesta de Elaboración Participativa de un Plan de Igualdad. **Mulher, trabalho e políticas públicas locais**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2002. p. 97-112.

RIOT-SARCEY, Michèle. A democracia representativa na ausência das mulheres. **Estudos Feministas**, 1994. p.248

RIOT-SARCEY, Michèle. Femmes, pouvoirs. In: RIOT-SARCEY, Michèle **Femmes Pouvoirs**. Paris: Éd. Kimé, 1993. p. 9-25.

RIOT-SARCEY, Michèle. In: **História das Mulheres no Ocidente**. Lisboa: Afrontamentos, 1994, p.249 .

RITZER, Georges. **Teoria sociológica contemporânea**. Tradução de Maria Tereza Casado Rodriguez. Madrid: McGraw-Hill, 1993. 680p.

ROBSBAWM, Eric. **A Era dos extremos**: o breve século XX 1914 – 1991. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.598p.

RODRIGUES, Almira. Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas. **Estudos de Gênero**, Goiânia, v.12, 2003.

_____. **Direitos das mulheres**: o que pensam as parlamentares. Cidadania das mulheres e legislativo federal: novas e antigas questões em fins do século XX no Brasil. CFEMEA, 2001. 123p.

RODRIGUES, José Carlos. **Antropologia do poder**. Rio de Janeiro: Terra Nova, 1992.189p.

ROMITO, Patrizia. Trabalho, maternidade e saúde das mulheres: algumas notas metodológicas. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de; SCAVONE, Lucila. (Orgs.). **Trabalho, saúde e gênero na era da globalização**. Goiânia: Ab Ed., 1997.p.15-27.

ROSEIRA, Maria de Belém. (Deputada). Entrevista sobre A participação políticas das mulheres no poder, concedida a Mary Ferreira. Lisboa. junho. 2005.

ROWLANDS, Jo. Empoderamiento y mujeres rurales en Honduras: um modelo par el desarrollo. In: LÉON, Magdalena (comp). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá. T.M. Editores, Facultad de Ciências Human, 1997.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Ação coletiva e opção política. In: **Perspectiva**. São Paulo, v. 20/21, p.11-37, 1998.

SADER, Emir. Para outras democracias. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.650 - 678.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero e patriarcado: violência contra a mulher. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (Orgs.). **A Mulher Brasileira nos Espaços Públicos e Privado**. 1. ed. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004. p. 43-60.

_____. Conceituando o Gênero. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B; MUNOZ-VARGAS, Mônica. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994. p. 271-283.

_____. Feminismo e seus frutos no Brasil. In : SADER, Emir (Org.). **Movimentos Sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987. p. 271-283.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 151p.

_____. Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B; MUNOZ-VARGAS, Mônica. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994. p. 151-185.

SAMARA, Eni Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, séc. XIX, São Paulo: Marco Zero, 1989. 194p.

SANGUE novo para o Congresso. **O Globo**, São Luís, 18 de março de 1947.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Ação e participação política e democracia. Entrevista concedida a Mary Ferreira. Coimbra, 14/07/2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa, (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 678p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade** (palestra proferida no Congresso Brasileiro de Sociologia, 7) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 4-6 set. 1995, 56 fl (mimeo).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica à razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista Porto: Afrontamentos, 2004.

_____. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Porto: Afrontamentos, 2004.

_____. **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Afrontamentos, 2004

_____. **Trabalhar o mundo**: os caminhos do novo internacionalismo operário. Porto: Afrontamentos, 2004.

SANTOS, Odete (Deputada). Entrevista sobre A participação políticas das mulheres no poder, concedida a Mary Ferreira. Lisboa. Junho. 2005.

SANTOS, Fabiano. A dinâmica legislativa na Assembléia do Estado do Rio de Janeiro: análise de uma legislatura. In: SANTOS, Fabiano (Org.) **O Poder Legislativo nos Estados**: Diversidade e Convergência. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 163-188.

SANTOS, Kerly Helena Nascimento dos; FRANÇA, José de Ribamar. Mortalidade feminina em idade reprodutiva no município de São Luís: perfil epidemiológico em 1994. **Revista de Políticas Públicas**, v. 2, n. 1, p.113-131, jan./jun. 1996.

SARNEY, Roseana. Eu não me entrego: entrevista concedida a Sandra Brasil. **Revista Veja**. São Paulo, setembro 2005. p. 11-15.

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e Ciências Sociais**. São Paulo:UNESP, 2004. 205p.

SCAVONE, Lucila. **Feminismo e Ciências Sociais**. (Tese de Livre-docência) Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2001. 251p.

SCAVONE, Lucila. Hoje é dia de festa? **Feminismo em debate**. São Luís: Grupo de Mulheres da Ilha, 1983. 56 p.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução de Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001. 382p.

SCHPUN, Mônica Raissa. Carlota Pereira de Queiroz era antifeminista? (Ou de como pensar os contornos do feminismo. In: COSTA, Cláudia de Lima, SCHMIDT, Simone Pereira, (Org.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p.81-104.

SCHPUN, Mônica Raissa. De canhão à cartola: meandros de um itinerário emblemático - Carlota Pereira de Queiroz, 1892 – 1982. In: SCHPUN, Mônica Raissa. (org.) **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.p.203-235.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.) **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. 567p.

SCOTT, Joan W. “La querelle dês femmes” no final so século XX. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.9, n. 2, jul./dez. p. 367-88, 2001.

_____. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Tradução Élvio Antônio Funch. Florianópolis: Mulheres, 2002.309p.

_____. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. In: **Cidadania e Feminismo: Debate Feminista**. São Paulo: Melhoramentos, 1999. p. 203-222.

_____. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 13, n. 1-2, p. 11-30. 2005.

SENA, Maria das Graças Carneiro de. Agricultura familiar e trabalho da mulher rural: considerações para uma abordagem diferenciada nas ações de desenvolvimento rural. **Conjuntura e planejamento**. Salvador: Superintendência de Planejamento, p. 5-7. 1995.

SILIPRANDI, Emma. Urbanas e rurais: a vida que se tem, a vida que se quer. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p. 121-135.

SILVA, Berenice Gomes da; FERREIRA, Mary. Trabalhadoras Rurais e suas lutas por Direitos: passos e descompassos do Programa de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF. (Trabalho apresentado II Seminário Problemas do Estado Democrático Contemporâneo, realizado pela Universidade Católica de Goiás, set. 2005).

SINEAU, Marinette. Direito e democracia. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.) **História da mulheres no ocidente: O Século XX**. v. 5. Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1995. p. 551-581.

SLEDZIEWSKI, Élisabeth. Revolução Francesa a as mulheres. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente: o século XIX**. Porto: Afrontamento, São Paulo: Ebradil, 1995. p.41-57.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo – 1964-1985**. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 608p.

SOUSA, Sílvia Cristina de Castro e. **Mulher e política no Maranhão: Relações de Gênero e os Reflexos da Política de Cotas na Participação Feminina no Poder Legislativo**. São Luís. Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da UFMA, 2001. 91fl.

SOUSA, Moisés Matias Ferreira de. **Os outros segredos do Maranhão**. 2. ed. São Luís: Ed. Estão Gráfica, 2002. 174p.

SOUZA, Celina. Dossiê políticas públicas no Brasil. Introdução: questões temáticas e de pesquisa. In: **Cadernos CRH**. Salvador, n.39, p.11-24, jul./dez. 2003.

SOUZA, Josias. Na reforma ministerial Lula é da cota de Sarney. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16 de janeiro de 2005. Caderno Brasil, p.A11, c.1-6.

SUÁREZ, Mireya; TEIXEIRA, Marlene; CLEAVER, Ana Julieta Teodoro. **Gestão local e desigualdades de gênero**. v.2. Brasília: Agende, 2002. 120p.

TABAK, Fanny. **A Mulher brasileira no Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados; Coordenação de Publicações: 1989. 162p.

- TABAK, Fanny. Estudos substantivos sobre mulher e Ciências no Brasil. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. (Orgs.). **Feminismo, Ciência e tecnologia**: e outras questões feministas. Salvador: REDOR; NEIM, 2002. p.39-49.
- TABAK, Fanny. **Mulheres Públicas**: participação política e poder. Riode Janeiro: Letra Capital, 2002. 264p.
- TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 136p.
- THEBAUD, Françoise. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.) **História das mulheres no ocidente**: O Século XX. v. 5. Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1995. p. 9-25.
- THEBAUD, Françoise. História das mulheres, história do gênero e feminismo: o exemplo da França. In: COSTA, Cláudia de Lima, SCHMIDT, Simone Pereira, (Org.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p.67-80.
- THIAGO, Miguel. (Deputado). Entrevista sobre A participação políticas das mulheres no poder, concedida a Mary Ferreira. Lisboa. maio. 2005
- TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade**: o sujeito democrático. Bauru: EDUSC, 1998.
- UTRERAS, Rosário. Gênero y poder local. **Mulher, trabalho e políticas públicas locais**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2002. p. 82-87.
- VALÉRIO, Kátia Modesto. **Dinâmicas interativas no discurso da mulher**: o papel da inserção social. Belo Horizonte: UFMG, 2003.283p.
- WEBER, Max. **Ciência e política duas vocações**. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 1999. 124p.
- WODAK, Ruth. **Identidades múltiplas**: papéis das mulheres parlamentares no parlamento da União Européia. Tradução Beatriz Fontana, 2004.
- WRIGHT MILLS, Charles. **A imaginação sociológica**. 6. ed. Rio de Janeiro:Zahar, 1982.
- YOUNG, Íris Marion. O Ideal de comunidade e a política da diferença. **Feminism & community**. Temple University Press: Filadélfia, p.233-257,1995.
- YOUNG, Íris Marion. O Gênero como serialidade: pensar as mulheres como colectivo social. In: ARAÚJO, Helena Costa (Org.). **Ex Aequo**: Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM). Oeiras: Celta, p.113-139, jan./ 2004.
- ZIZEK, Slavoj. A fortaleza América. Mais! **Folha de São Paulo**. São Paulo, 7 nov. 2004. p. 5- 6.

OUTRAS FONTES PESQUISADAS: Jornais e Diários da Assembléia Legislativa

NOME DO JORNAL	MATÉRIA/EDITORIAL	DATA	PÁGINA
Jornal A Luta	Aderson Lago quer devolver o convento das mercês ao povo.	10/2005	
COLONÃO (Caderno Encartado no Jornal Pequeno).	Memória de quase tragédia Washington reclama, e Brasília cede.		3
	Mal me quer, bem me quer: triangulo Cafeteira -Jackson-Sarney tem alternâncias de amor e ódio.		
	Jackson desempatou em 90 e 94.		1
	Sem armas fica melhor.		
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA	109. ^a Sessão Ordinária da 3. ^a Sessão Legislativa da 15. ^a Legislatura.	28/11/2005	32
	106. ^a Sessão Ordinária da 3. ^a Sessão Legislativa da 15. ^a Legislatura.	21/11/2005	36
	61. ^a Sessão Ordinária da 3. ^a Sessão Legislativa da 15. ^a Legislatura.	01/08/2005	16
	27. ^a Sessão Ordinária da 3. ^a Sessão Legislativa da 15. ^a Legislatura.	20/04/2005	32
	10. ^a Sessão Ordinária da 3. ^a Sessão Legislativa da 15. ^a Legislatura.	10/03/2005	16
	109. ^a Sessão Ordinária da 1. ^a Sessão Legislativa da 15. ^a Legislatura.	25/11/2003	83
EXTRA SEMANAL	Zé Reinaldo revira tumulto de Sarney.	21 a 27/11/2005	5
	José Sarney: "sinto-me amargurado com a perseguição".	21 a 27/11/2005	5
	Sem o convento Sarney não tem onde "cair morto".	21 a 27/11/2005	
Jornal Pequeno	Jackson o é candidato da frente de libertação.	25/01/2006	
	Editorial: Definição da pré-candidatura.	25/01/2006	2
	"Tendência agora é o nome de Jackson Lago crescer".	25/01/2006	3
	José Reinaldo denuncia em Brasília "grampo" a ele e ao governo do Maranhão.	21/01/2006	
	Editorial: Pesquisa surpreendente.	21/01/2006	2
	O povo quer o boi no prato. Roseana Sarney e Jorge Murad preferem o boi no terreiro.	15/01/2006	4
	Editorial: Costura da pré-campanha.	15/01/2006	
	Juiz de Direito expõe mazelas do poder Judiciário do Maranhão.	08/01/2006	3
	Jabor classifica Sarney como um 'dinossauro' do século XVII	25/12/2005	
	Editorial: Prenuncio da pré-campanha	25/12/2005	3
	Ribamar Alves diz que frente de Oposição ganhará eleição	25/12/2005	5
	Jackson diz que população "é quem mais cobra a unidade das oposições.	25/12/2005	5
	Senadores e deputados do PT violam estatuto por R\$ 25 mil.	23/12/2005	
	Editorial: Reação do PSB.	23/12/2005	2
	Pesquisa reforça idéia de que PMDB deve ter candidatura própria.	18/12/2005	3
	Ministério Público investiga elo Edemar Cid – Zé Sarney	04/12/2005	
	Editorial: Color e José Dirceu.	04/12/2005	3

	Cassação do deputado José Dirceu repercute na Assembléia Legislativa.	02/12/2005	3
	José Reinaldo se diz impressionado com a decadência total de Sarney.	29/11/2005	
	Sarney, Roseana e ACM integram tropa para tentar salvar Zé Dirceu.	29/11/2005	3
	Governo de Sarney não veicula anuncio do governo do Maranhão.	29/11/2005	3
	Rombo mostra que "esquema Sarney" usou Convento como fonte de renda.	27/11/2005	
	Editorial: Competência de José Reinaldo.	27/11/2005	
	Assembléia Legislativa aprova as contas do governador José Reinaldo.	25/11/2005	3
	Aderson Lago afirma: estatuto do magistério foi enganação para eleger Roseana.	25/11/2005	3
	Chico Gomes e Max Barros protestam contra projeto aprovado na assembléia.	25/11/2005	3
	"Envolvido até as unhas": Julião culpa Sarney por acordo firmado com a Camargo Corrêa.	25/11/2005	3
	Frente de oposição desafia 40 anos de poder do clã Sarney no Maranhão.	20/11/2005	
	O Maranhão é do Sarney.	20/11/2005	3
	Editorial: Esboço do quadro político.	20/11/2005	4
	Roseana Sarney é quem mais tenta boicotar empréstimo de 30 milhões.	23/10/2005	
	Irmão de Lula ajudou empresário em negocio com a Petrobras, diz revista.	16/10/2005	3
	Editorial: Briga para valer.	16/10/2005	3
	Multidão grita "fora Sarney" em praça pública, no Amapá.	15/10/2005	
	Editorial aquecimento da crise.	15/10/2005	2
	Dutra derrota Washington e é o novo presidente do PT Maranhão.	11/10/2005	
	Editorial: mudança no PT.	11/10/2005	2
	João Capiberibe prevê o fim da oligarquia Sarney no Maranhão.	02/10/2005	
	Juiz acusa Sarney e Roseana de pressionar magistrados para eleger Nelma desembargadora.	1/01/2005	1-2
	Editorial: Casos complicados.	15.12.2003	2
	Franklin Douglas: Para além dos mandacarus.	15.12.2003	2
	Deputados expulsos do PT devem criar novo partido.	15.12.2003	3
Jornal O Estado do Maranhão	Articulações de José Reinaldo esfacelam a "frente da traição".	22.01.2006	
	Governo se mobiliza para afinar a campanha petista	22.01.2006	2
	José Reinaldo destrói "frente" e ainda seu candidato	22.01.2006	3
	Governo pagará à empreiteira muito mais do que o anunciado	15/01/2006	3
	Verticalização influenciara aliança	15/01/2006	3
	José Reinaldo quer impedir Jura de assumir o governo	27/11/2005	
	Editorial: A flor dos leões	27/11/2005	
	José Dirceu busca apoio popular contra cassação do seu mandato.	27/11/2005	2
	José Reinaldo quer impedir vice de ocupar cargo em sua ausência	27/11/2005	3

	Defensoria pública em xeque.	23/10/2005	
	PDT e PSDB acirraram disputa por controle do grupo do governador.	23/10/2005	3
	PDT e PSDB acirraram disputa por controle do grupo do governador.	23/10/2005	3
	Crise inviabiliza agenda no congresso.	23/10/2005	3
	Começa o trabalho dos gerentes.	23/10/2005	3
	Imprensa mostra o fracasso de ato político com José Reinaldo	16/10/2005	2
	Editorial: Eleição histórica	02/10/2005	
	A eleição de José Sarney para governador.	02/10/2005	2
	José Reinado pulveriza base e sai enfraquecido.	02/10/2005	
	Governador fracassa na mudança partidária e oposição se fortalece.	02/10/2005	2
	Roseana defende a retomada do desenvolvimento do Maranhão.	02/10/2005	3
Jornal O Imparcial	Maranhão rural menos pobre.	08/01/2006	3
	“PSDB tem de ir para a esquerda” (entrevista com Fernando Henrique Cardoso) -(Luiz Carlos Azedo e Denise Rothenburg).	20/12/2005	
	Roseana atingiu o teto diz João Evangelista.	17/12/2005	2
	Tenho certeza da vitória (entrevista com Alexandra Tavares) - (Glaucio Ericeira)	04/12/2005	3
	Banda e acervo de José Sarney serão mantidos.	27/11/2005	3
	Doze cidades do Maranhão saem da lista das 100 mais pobres.	20/11/2005	
	Terra de pouco rico e muito pobre.	20/11/2005	2
	Alexandra conquista o Maranhão que a conquistou.	02/10/2005	
	Governador ganha à segunda na assembleia.	02/10/2005	2
	Fim da verticalização é aprovado em primeiro turno.	26/01/2002	3
	“Mulheres e crianças morrem nos ataques. Mas nosso objetivo eram os homens da inteligência: militares, professores. Esse objetivo foi atingido”.	30/09/2001	6
	Gerentes em ritmo de campanha.	30/09/2001	6
	Atuação dos parlamentares estaduais do Maranhão em 2000.	17/12/2000	3
	Eleição marcou o ano da câmara.	17/12/2000	4
	Sucessão estadual movimentada “aliados”.	21/11/2000	4
JORNAL de COIMBRA	Beira na política do Canadá.	06/06/2005	
	“Temos de encorajar as mulheres a envolverem-se na política”.	06/06/2005	
FOLHA DE SÃO PAULO	A desordem paulista.	23/10/2005	
	Disputa de primeiras-damas rouba a cena.	23/10/2005	24
	Petistas organizam “holding da miséria”.	03/07/1994	
	Miséria abafa “feminismo” nas eleições.	03/07/1994	
	50 Prefeitos mudaram a fisionomia da cidade	31/10/2004	16
O IMPARCIAL (Araraquara)	Grupo do Rio pede mais espaço fiscal para o gato social e combate à fome	6/11/2004	8

ANEXOS

MATÉRIA PUBLICADA NO JORNAL O IMPARCIAL

MATÉRIA PUBLICADA NA FOLHA DE SÃO PAULO

APÊNDICE

MULHER E PODER:

estudo da ação e participação da Mulher nos legislativos brasileiro

Este estudo tem como objetivo compreender de que forma as mulheres estão exercendo o poder nos legislativos, como tem se dado os embates entre os gêneros, quais os projetos mais demandados pelas mulheres, como tem sido as articulações políticas nas comissões parlamentares, nas seções no plenário, nos partidos políticos entre parceiros e entre adversários políticos.

1. Nome

2. Estado Civil:

solteira casada separada viúva divorciada/desquitada concubinato

3. Faixa Etária: 20-30; 31-40; 41-50; Mais de 50

4. Naturalidade.....

5. Nº de filhos:

Nenhum; 1 filho/a; 2 filhos/as; 3 filhos/as; Mais de 3 filhos/as.

6. Escolaridade:

1º Grau completo incompleto; 1º Grau completo; 2º Grau incompleto; 2º Grau completo 3º Grau incompleto 3º Grau completo; 4º Grau incompleto; 4º Grau completo; (Especificar se: Especialização/Mestrado/Doutorado).

7. Religião:

Católica; Espírita; Adventista; Protestante; Testemunha de Jeová; Umbanda; Nenhuma; Outras

8. Trajetória na Política:

8.1 Como se deu seu acesso na política?

Por meio da participação em associações estudantis

Na participação no movimento sindical

Por militância no movimento de mulheres e/ou feminista

Na militância em partidos político

Por indicação de meus familiares (pai, marido, irmão...)

8.2 Esteve a frente de alguma entidade (associação, sindicato, clube de mães...) antes de candidatar-se? Quais?

8.3 Quem incentivou Ou o que motivou sua candidatura?

Indicação de colegas de movimento (sindical, mulheres, ecológico...)

Indicação de meus familiares

() Interesse em defender projetos que já desenvolvia com diversos movimentos

8.3.1 Quais as principais bandeiras de luta defendida em campanha

8.5 A escolha do partido se deu:

() Por indicação de amigos; () Por indicação de meus familiares; () Foi escolha própria

8.5 Desde quando vc esta filiada a este partido?

8.6 Já esteve filiada em outro partido? Qual?

8.7 Qual razão de ter mudado de partido?

8.8 Na sua família quem é filiado a algum partido? Qual?

8.9 Você fez ou faz parte da executiva de algum partido? Quais?

8.10 Quem é o/a atual líder do seu partido?

8.11 Quem tem mais poder no seu partido?

9 Os partidos políticos e as Mulheres

9.1 O estatuto de seu partido faz alguma referência as Mulheres? Tem Depto feminino?

9.2 No estatuto tem pontos referentes à participação da mulher que gostaria de mudar? Quais?

9.3 Com relação a lei das cotas qual o seu posicionamento?

9.4 Qual o posicionamento de seu partido?

9.5 Com Relação à Lei das Cotas você acha que seu partido tem trabalhado essa questão para estimular a participação feminina?

9.6 Alguma ação mais efetiva poderia ser efetivada pelos partidos para estimular essa participação?

10 Sua visão sobre o poder, democracia e ações no legislativo

10.1 Qual sua visão sobre democracia?

10.2 Como você analisa a participação da mulher no poder legislativo?

10.3 O que é poder para você?

10.4 Quais as maiores dificuldades encontradas para exercer o mandato parlamentar?

10.5 Participa de alguma Comissão Parlamentar? Quais?

10.6 Foi Presidente ou Relatora de alguma Comissão Parlamentar? Quais?

10.7 Já se sentiu constrangida em alguma situação no exercício parlamentar pelo fato de ser mulher?

10.8 Quais os projetos que você apresentou ao longo de seu mandato parlamentar?

10.9 Desses projetos quais os de interesse mais particular para as mulheres?

10.10 Quais as dificuldades que tem tido para aprovar os referidos projetos?

10.11 E sua relação com o movimento feminista? Qual a sua visão sobre esse movimento?

10.12 Você se considera feminista?

10.13 A vida no parlamento é prazerosa?

(sim) Porque? (não) Porque?

10.14 Como consegue conciliar a vida familiar e a vida política?

10.15 Pretende continuar exercendo a vida parlamentar ou gostaria de estar atuando em outras frentes? Quais?

AUTOR	DEPUTADAS - 8			DEPUTADOS - 38			PERCENTUAL POR GÊNERO	PERCENTUAL POR TEMA	PERCENTUAL DO GERAL	COMISSÕES E MESA DIRETORA					PERCENTUAL POR CLASSE	PERCENTUAL POR TEMA	PERCENTUAL DO GERAL	TOTAL GERAL		
	0	0	0	2	0	2				4	0,87%	100,00%	0,67%	0					0	0
OUTROS	0	0	0	2	0	2	4	0,87%	100,00%	0,67%	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,67%	4	0,67%
PATRIMÔNIO PÚBLICO	0	0	0	0	0	7	7	1,53%	100,00%	1,18%	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%	1,18%	7	1,18%
REESTRUTURAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	1	0	0	1	1	6	8	1,74%	57,14%	1,35%	4	1	0	5	26,32%	35,71%	0,84%	2,36%	14	2,36%
RELAÇÃO DE TRABALHO	1	0	1	7	1	6	14	3,05%	87,50%	2,36%	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	16	2,69%	
TRANSPORTE E SEGURANÇA	4	1	1	6	1	3	13	2,83%	68,42%	2,19%	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	19	3,20%	
UTILIDADE PÚBLICA	32	11	7	50	51	35	194	42,27%	79,18%	32,66%	0	0	1	1	5,26%	0,41%	0,17%	245	41,25%	
TOTAL	65	17	34	116	90	143	459	100,00%		77,27%	9	2	8	19	100,00%		3,20%	594	100,00%	

**LISTA DAS/OS DEPUTADAS/OS DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO MARANHÃO – 2002-2006**

Nº	PARTIDO	DEPUTADOS(AS)
1	PDT	ANTONIO CARLOS BACELAR
2	PDT	ANTONIO CARLOS BRAIDE
3	PDT	CAMILO FIGUEIREDO
4	PDT	DEUSDEDITH SAMPAIO
5	PDT	GEOVANE CASTRO
6	PDT	GRAÇA PAZ
7	PDT	JULÍAO AMIN
8	PDT	LUIZ PEDRO
9	PDT	MAURA JORGE
10	PDT	MAURO BEZERRA
11	PDT	PAVÃO FILHO
12	PDT	RUBEM BRITO
13	PDT	RUBENS PEREIRA
14	PFL	ANTONIO PEREIRA
15	PFL	CARLOS ALBERTO MILHOMEM
16	PFL	CÉSAR PIRES
17	PFL	FRANCISCO GOMES
18	PFL	MAX BARROS
19	PL	MANOEL CEARÁ
20	PL	REGINALDO COSTA NUNES
21	PMDB	ALBERTO MARQUES
22	PMDB	JOAQUIM NAGIB HAICKEL
23	PMDB	TERESA MURAD
24	PP	HÉLIO SOARES
25	PPS	ELÍGIO ALMEIDA
26	PSB	AFONSO MANOEL
27	PSB	JOSÉ LIMA DOS S. FILHO
28	PSB	PAULO NETO
29	PSDB	ADERSON LAGO
30	PSDB	ALBERTO FRANCO
31	PSDB	ARNALDO MELO*
32	PSDB	JOÃO EVANGELISTA
33	PSDB	RIGO TELES
34	PSDB	SOLINEY SILVA
35	PSDB	STÊNIO RESENDE
36	PSDB	TELMA PINHEIRO
37	PSDB	WILSON CARVALHO
38	PT	DOMINGOS DUTRA
39	PT	HELENA BARROS HELUY
40	PTB	CRISTINA ARCHER
41	PTB	JANICE BRAIDE
42	PTB	MANOEL RIBEIRO
43	PV	CARLOS FILHO
44		FORTUNATO MACEDO*
45		HUMBERTO COUTINHO**
46		SOCORRO WAQUIM**

* Assumiu o mandato com afastamento do Deputado titular

** Afastaram-se para assumir prefeituras (Timon e Caxias)

BREVE HISTÓRICO ACADÊMICO E PROFISSIONAL

Neste breve histórico serão priorizadas apenas algumas das atividades realizadas durante o doutoramento e mais particularmente aquelas que tiveram uma relação direta com o tema do Projeto de Pesquisa.

1.1 FORMAÇÃO ACADÊMICA

- ❖ Bibliotecária – 1980 – UFMA
- ❖ Especialista em Organização de Arquivo Histórico – 1991 - USP
- ❖ Especialista em Metodologia do Ensino Superior – 1996 – UFMA
- ❖ Mestrado em Políticas Públicas – 1999 – UFMA
- ❖ Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciência e Letras – início março de 2002 – Defesa da tese prevista para dezembro de 2005.
- ❖ Projeto de Pesquisa: **Mulher e Poder**: estudo da ação e participação da mulher no legislativo maranhense.

1.2 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- ❖ Diretora do Arquivo Público Municipal de São Luís – 1989/1991
- ❖ Diretor da Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite – 1991/1993
- ❖ Professora do Departamento de Biblioteconomia – Desde dezembro de 1993.

1.3 PUBLICAÇÕES MAIS RELEVANTES:

FERREIRA, Mary. (Org.). **Mulher, gênero e políticas públicas**. São Luís: Grupo de Mulheres da Ilha, Núcleo Interdisciplinar Mulher Cidadania e Relações de Gênero – UFMA, 1999. p.136.

FERREIRA, Mary. Mulheres no legislativo maranhense: um estudo sobre as cotas. In: SOUZA, Eliana Maria de Melo, et. al. **Teoria e prática nas Ciências Sociais**. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2003. p.69-90.

FERREIRA, Mary; MIRANDA, Maria Luzia; FERREIRA, Eunice.(Orgs.) **Os poderes e os saberes das Mulheres**: a construção do Gênero. São Luís: EDUFMA; Salvador: REDOR, 2001. p. 463.

FERREIRA, Mary , NUNES, Lurdes Leitão Nunes Rocha. (Orgs) **Violência contra a mulher uma questão de cidadania** . São Luís: Fórum Estadual de Mulheres maranhenses. 2003. p.60

1.4 ATIVIDADES REALIZADAS DURANTE O DOUTORADO

1.4.1 Disciplinas cursadas:

❖ Metodologia

Ministrada pela professora Prof^a Dra. Lucila Scavone no 1º semestre de 2002, valendo 10 créditos. Esta disciplina foi uma das mais importantes para a elaboração do meu trabalho haja vista a temática abordada. Ressalto principalmente as discussões em torno do pensamento de Durkheim, Bourdieu e Boaventura de Souza Santos com os quais pude aprofundar o debate em torno da sociologia contemporânea, a partir da crítica que esses autores fazem da realidade. Durante a disciplina tive oportunidade de definir melhor meu campo de estudo a partir dos conceitos de campo e *habitus* de Bourdieu; em Boaventura, busquei novos sentidos para a sociologia com as reflexões que esse autor faz sobre sociologia das ausências e sociologias das emergências⁷⁹.

❖ Globalização, Estado e Sociedade Civil: Temas e Problemas da Teoria Política.

Ministrada pelo Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira, no 1º semestre de 2002, valendo 10 créditos. A disciplina foi importante para aprofundar estudos mais voltados para a política, tendo em vista discussões que envolviam a globalização, democracia, cidadania, sociedade, civil e participação. Esses temas estão direta e indiretamente relacionados com meu objetivo, daí a importância dos mesmos nas reflexões sobre a participação das mulheres na política e os diferentes sentidos de democracia os quais foram oportunos para relaciona-lo com a linha de pensamento que autoras feministas vem desenvolvendo.

❖ Tópicos Especiais em Teoria Sociológica: Marx e a crítica da Filosofia, da Política e da Economia Política.

Ministrada pela Prof^a Dra. Maria Orlanda Pinassi no 1º semestre de 2002 valendo 10 créditos. A disciplina foi importante para aprofundar a teoria de Karl Marx, considerado um dos clássicos da Sociologia juntamente com Durkheim e Weber. A complexidade da obra do autor foi abordada dando ênfase ao Marx jovem

⁷⁹ Estou me referindo aos textos Sociologia das ausências e sociologia das emergências (2002) e Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência (2001) nas quais o autor faz uma crítica aos paradigmas dominantes propondo uma teoria crítica que se transforme num “novo senso comum emancipatório” .

e a fase mais madura do autor. A Prof^a discutiu com muita propriedade várias partes da principal obra de Marx: *o Capital*. Embora não tenha aproveitado diretamente o conteúdo para desenvolvimento da tese, a disciplina foi importante para o aprofundamento de estudo sobre o trabalho da profissional da informação em discussões no Depto de Biblioteconomia e que publiquei no final de 2002⁸⁰.

❖ Seminário de Pesquisa (Sociologia)

O seminário foi ministrado pela Prof^a Dra. Eliana de Melo e Souza no 2º semestre de 2002, valendo 5 créditos. A Prof^a disponibilizou uma vasta bibliografia para orientar e ampliar as fontes já utilizadas pelos alunos/as. A estrutura do seminário permitia que cada aluno/a apresentasse seu projeto original ou reelaborado, sendo este submetido à discussão pelos colegas. Optei por apresentar um texto já com algumas reflexões realizadas nas disciplinas de **Metodologia** e na de **Globalização, Estado e Sociedade Civil**. Os debates com os colegas contribuíram muito pouco para minhas reflexões. Das várias sugestões dadas pela Professora Eliana registro principalmente a oportunidade de conhecer melhor o pensamento de Norberto Elias (2001) que me ajudaram através do **Processo civilizador**⁸¹ a aprofundar uma vertente da teoria sociológica. O autor enfatiza a necessidade de o sociólogo superar a polarização existente nas teorias sociológicas divididas entre aquelas que colocam o “indivíduo” acima da sociedade e outras que afirma a “sociedade” acima do indivíduo. Para esse autor, a teoria do processo civilizador nos permite reconhecer a experiência de si e de individualização resultante de um devir e parte de um processo social. Essas reflexões têm sido importante para meu amadurecimento teórico no campo da Sociologia.

❖ Teorias Sociológicas: Foucault e Bourdieu

Também ministrada pela Prof^a Dra. Lucila Scavone no 2º semestre de 2002 valendo 8 créditos. Nesta disciplina aprofundei os conteúdos já estudados em Metodologia, com ênfase em Michel Foucault e Pierre Bourdieu, autores que dão suporte para responder as questões ora desenvolvidas na tese. As reflexões de Bourdieu sobre campo: científico, político, de poder e o conceito de *habitus* foram exaustivamente discutidos na disciplina e contribuíram para uma melhor definição do meu objeto de estudo.

Com Michael Foucault aprofundei leituras que tem respondido a algumas das questões suscitadas na tese. Recordo principalmente suas discussões sobre poder, as contribuições desse autor neste campo redimensionaram os modos de pensar o poder ultrapassando as noções negativas e repressivas. O poder no olhar de Foucault transpõe as fronteiras da negatividade para se tornar uma força

[...] que permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1993, p.8).

⁸⁰ Trata-se do texto O profissional da Informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. Capítulo 9 do livro organizado pelo Prof. Dr. César Augusto Castro cujo título é Ciência da Informação e Biblioteconomia: múltiplos discursos. São Luís: EDUFMA, 2002.

⁸¹ Título de uma das obras mais importantes de Norberto Elias publicado em 1990/1993 pela Ed. Zahar.

É com essa compreensão que analiso a presença das mulheres no legislativo visto como uma arena política de decisão da qual historicamente as mulheres foram excluídas. Ao dialogar com a teoria de Foucault nas reflexões sobre o legislativo, percebo que a exclusão das mulheres neste campo, durante séculos, tem refletido na insegurança das mesmas em afirmarem-se como sujeito para uma intervenção mais política e transgressora.

❖ **Identidade Social e Estética da Existência em Foucault, Nietzsche e Oscar Wilde**

Ministrada no 1º Semestre de 2003 pelo Prof Dr. Richard Miskolci a disciplina contou com 10 créditos e teve como objetivo refletir a construção social das identidades de forma a expor sua historicidade. No decorrer da disciplina o professor enfatizou em categorias como raça, gênero e loucura para discutir a relação desses três autores com a construção de identidades sociais e como nessa construção estão imbricadas estratégias de resistências. A disciplina ainda favoreceu um amplo debate sobre dominação masculina, políticas de diferenças, políticas afirmativas e sobre a Queer Theory, bastante importantes para as discussões desenvolvidas na tese no que se refere a políticas de ação afirmativas (lei das cotas) e sobre a questão do essencialismo, que tem se constituído como um dos grandes paradoxos nas discussões sobre a presença da mulher na política e no tipo de projeto que tem sido articulado e implementado pelas mulheres na ação parlamentar.

❖ **Religião, Relações Étnico-Raciais e de Gênero**

Ministrada pelo Prof. Dr. Dagoberto no 1º semestre de 2003 valendo 10 créditos. A proposta da disciplina foi estudar o papel cultural exercido pela religião católica nas sociedades ocidentais analisando a relação entre movimentos organizados da sociedade civil, sobretudo, os de mulheres e de negros. A riqueza da bibliografia e os conteúdos me deram subsídios para analisar mais profundamente o papel da igreja católica e as diferentes formas de interdição que ela promoveu ao longo de sua história para afastar as mulheres do poder que se reflete nos dias atuais. A disciplina também oportunizou a construção de um texto que apresentei por ocasião do Fórum Regional sobre Mulher e Fundamentalismo realizado em São Luís do Maranhão em julho de 2003

❖ **GT Gênero, Saúde e Família**

Nas reuniões do GT Gênero, Saúde e Família participei de quase todas reuniões durante todo o período de 2002 e 2004. Apresentei vários seminários entre os quais destaco: Mulheres públicas de Michelle Perrot; Gênero y Poder Local de Rosário Utreras. Também contribuí com a organização de vários eventos do GT a exemplo do “O Legado de Foucault”, realizado em agosto de 2004 e A mesa organizada no Fórum Social Mundial “Feminismo para o Mundo Possível”, realizada em janeiro de 2005.

❖ Mini-Curso Metodologia da Pesquisa em Pierre Bourdieu

A participação nesse curso foi importante, pois, além de aprofundar a teoria de Boudieu com o ex orientando desse pensador, tive oportunidade de trocar idéias com a Prof. François Bovin e em outubro de 2003 pudemos fazer uma parceria com minha universidade, oportunidade em que o referido professor foi ministrar o mesmo curso aos alunos da pós-graduação em Educação em Políticas Públicas da UFMA.

1.5 PALESTRAS, SEMINÁRIOS E CURSOS MINISTRADOS

Durante os últimos três anos (2002-2004) realizei palestras, oficinas, cursos, apresentação de comunicações, imprescindíveis no processo de amadurecimento teórico. Nesse relatório, apresento um quadro indicativo com a maior parte dessas atividades, descritas em ordem cronológica, com ênfase no público envolvido e na organização promotora.

DATA	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O DOUTORAMENTO	PÚBLICO	ORGANIZAÇÃO PROMOTORA	LOCAL
Jun/Set 2002	Organização da I Semana de Sociologia da Pós-Graduação da UNESP/FCLAr	Alunos e Professores de Graduação e Pós-Graduação Programa	UNESP/FCLAr	Araraquara
Set./02	I Semana de Sociologia da Pós-Graduação UNESP/FCLAr - Apresentação da comunicação Mulher e Participação Política: estudo sobre as cotas	Alunos e Professores de Graduação e Pós-Graduação Programa	UNESP/FCLAr	Araraquara
Out./02	Congresso Internacional "Fazendo Gênero V" apresentou Comunicação sobre Ação Política e Feminismo	Professores, Estudantes e Pesquisadores/as.	UFSC	Florianópolis
Fev./03	Curso de Biblioteconomia - Ministrou palestra sobre a Ética no Campo da Informação	Estudantes de Biblioteconomia	UFMA	São Luís
Março./2003	I Seminário Internacional de Gênero e Educação e Movimentos Sociais - Apresentou comunicação sobre O movimento feminista como movimento político	Mov. Sociais, Ongs, Professores, Estudantes e Pesquisadores	UFSC/Rede de Movimentos Sociais	Florianópolis
Março./2003	Curso Pré-Vestibular de Afro-descendentes e Carente - Palestra sobre perfil da Mulher Brasileira e sua situação atual	Vestibulandos	EDUCAFRO	Guaratinguetá -SP
Abr/Jun - 03	Organização da II Semana de Sociologia da Pós-Graduação da UNESP/FCLAr	Alunos e Professores de Graduação e Pós-Graduação Programa	UNESP/FCLAr	Araraquara
Jun./03	Ministrou Curso Noções Gerais sobre ABNT	Alunos de Graduação e Pós-Graduação UNESP	UNESP/FCLAr	Araraquara

Jul./2003	Organização do V Encontro de Docentes de Biblioteconomia e Ciência da Informação	Professores e Estudantes da Região Norte e Nordeste	UFMA	São Luís
Jul./03	Encontro da Articulação de Mulheres Brasileira da Região Nordeste I - Ministrou palestra sobre A igreja católica, os fundamentalismos religiosos e as mulheres.	Mulheres de Organizações Feministas dos Estados MA/PI/CE	AMB/Fórum Estadual de Mulheres Maranhenses	São Luís
Ago./2003	I Encontro Maranhense de Educação de Gênero - Ministrou Palestra sobre um balanço das Pesquisas sobre Gênero na UFMA	Professores e Estudantes das Ciências Sociais e Humanas	NIEPEM/ Departamento de Educação UFMA	São Luís
Ago./2003	II Semana de Sociologia da Pós-Graduação da UNESP/FCLAr - Apresentação da Comunicação "Construindo o objeto de análise da ação e Participação Política no Legislativo"	Alunos e Professores de Graduação e Pós-Graduação	UNESP/FCLAr	Araraquara
Ago./2003	XI Congresso Brasileiro de Sociologia - Apresentação das Comunicações: "Como votam as Mulheres" e "Mulheres Rurais e as Relações de Gênero".	Alunos e Professores de Graduação e Pós-Graduação em Sociologia de todo o Brasil	Sociedade Brasileira de Sociologia	Campinas
Ago./2003	Curso de Especialização em Gestão de Arquivos - Ministrou a disciplina "Fundamentos Teóricos em Arquivologia"	Bibliotecários e Historiadores	Depto. de Biblioteconomia	São Luís
Set./03	Organização dos Seminários Monitoramento da Violência de Gênero no Maranhão	Sociedade Civil e o Estado	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFMA	São Luís
Out./03	I Jornada Internacional de Políticas Públicas - apresentou comunicação sobre "Mulher e Poder	Professores e Estudantes	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFMA	São Luís
Out./03	V Encontro Regional de Estudantes de Comunicação - Ministrou a palestra "A condição do não direito `comunicação: as vozes excluídas do debate social"	Estudantes de Comunicação da Região Norte e Nordeste	Diretório dos Estudantes - UFMA	São Luís
Out./03	Planejamento e Organização do Curso Metodologia da Pesquisa em Pierre Bourdieu com o Prof. François Bovin	Estudantes e Professores dos Programas de Educação e Políticas Públicas	Mestrado em Educação	São Luís
Abr./2004	I Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres - Ministrou Conferência Mulher Poder e Participação Política	Mulheres representando diversos setores	Prefeitura de Araraquara/ Centro de Referência	Araraquara
Mai./2004	I Conferência Regional de Políticas para as Mulheres - Ministrou Conferência Mulher Poder e Participação Política	Mulheres representando diversos setores	Prefeitura de Araraquara/ Centro de Referência	Araraquara

Jun./2004	Curso de Promotoras Legais do Município de Suzano - SP - Ministrou curso sobre Mulher e Poder: análise dos processos de exclusão da mulher na política.	Mulheres representando diversos setores dos Movimentos Sociais	Org. não Governamental Elas por Elas	Suzano - SP
Jun./04	Congresso de Mulheres de Suzano para Eleições Municipais - Ministrou as palestras políticas públicas de Gênero na área de Saúde e Educação.	Mulheres representando diversos setores dos Movimentos Sociais	Org. não Governamental Elas por Elas	Suzano - SP
Jul./2004	Representou como Delegada o Estado de São Paulo na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	Mulheres de Movimentos Sociais de todo o Brasil	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	Brasília - DF
Jul./04	Ministrou Oficina Corpo e Sexualidade no Centro de Referência da Mulher	Mulheres	Centro de Ref. da Mulher	Araraquara
Ago./2004	Seminário O legado de Foucault - participou da organização do evento e coordenou a mesa Foucault e a Sexualidade	Estudantes e Professores da UNESP/UNICAMP	GT Gênero e Cidadania UNESP/FCLAr	Araraquara
Set./2004	VII Congresso Luso - Afro Brasileiro de Ciências Sociais - Apresentou a comunicação "Representação Feminina e Construção da Democracia no Brasil"	Estudantes e Professores da Área de Ciências Sociais do Brasil, Portugal, África	Universidade de Coimbra	Coimbra - Portugal
Set/Out 2004	Integrou a Comissão da Organização da III Semana de Sociologia da Pós-Graduação da UNESP/FCLAr	Alunos e Professores de Graduação e Pós-Graduação	UNESP/FCLAr	Araraquara
Nov./2004	III Semana de Sociologia da Pós-Graduação UNESP/FCLAr - Coordenou a seção de Comunicação Classe e Movimentos Sociais.	Alunos e Professores de Graduação e Pós-Graduação	UNESP/FCLAr	Araraquara
Jan./05	Fórum Social Mundial - apresentou comunicação Políticas para as Mulheres com equidade de Gênero na Mesa "Feminismo para um Mundo Possível"	Sociedade Civil	GT Gênero e Cidadania UNESP/FCLAr	Porto Alegre

1.5.1 Publicações

Nesta área contribuí com meus conhecimentos de bibliotecária na reorganização editorial da Revista Cadernos de Campo do Programa de Pós Graduação em Sociologia, ocasião em que a Revista subiu de conceito na avaliação da CAPES. Estive na Comissão Editorial desta Revista desde meu ingresso no Programa em 2002 até dezembro de 2004.

Também faço parte do Conselho de Consultores das Revistas Eletrônicas:

- Espaço Acadêmico. ISSN1519. <http://www.espaco.academico.com.br> – editada pela Universidade Estadual de Londrina.
- Revista Urutágua ISSN6178. http://www.uem.br/~urutagua/ru_consultores.htm - Editada pelo Centro de Estudos sobre Intolerância /Universidade Estadual de Maringá – PR.

- Capítulos de Livros, Jornais e Revistas:

FERREIRA, Mary. O/A Profissional da Informação no mundo do trabalho e as Relações de Gênero. In: CASTRO, César. **Biblioteconomia e Ciência da Informação: Múltiplos discursos**. São Luís: EDUFMA/Faculdade São Luís, 2002. p. 234-253.

FERREIRA, Mary. Quem tem medo das mulheres no poder? **Jornal O Imparcial**. Araraquara, p. 2, 2002.

FERREIRA, Mary. Mulher no legislativo maranhense: um estudo sobre as cotas. In: Sousa, Eliana de Melo, et. al. **Teoria e prática nas Ciências Sociais**. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2003. p. 69-90.

FERREIRA, Mary. Mulher e Poder: estudo sobre as cotas. In: **Seminário Internacional sobre Desigualdade Social e Políticas Públicas**. São Luís: Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2003. 10p.

FERREIRA, Mary, NUNES, Lourdes Leitão Nunes Rocha. (orgs) **Violência contra a mulher uma questão de cidadania**. São Luís: Fórum Estadual de Mulheres maranhenses. 2003. 60p.

FERREIRA, Mary, MELO, Jovana. A ação política do movimento feminista. In: **II Seminário Internacional Educação Intercultural Gênero e Movimentos Sociais**. Florianópolis: RIZOMA – Rede de Movimentos Sociais, 2003. p. 246-256.

FERREIRA, Mary. Mulher e política: do voto feminino a lei das Cotas. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá. V.4, n.37p.1-5 2004.

FERREIRA, Mary. Ser feminina, ser feminista: eis a questão. **Jornal O Imparcial**. Araraquara. p. 2, março, 2004.

FERREIRA, Mary. Justiça para as mulheres. A construção do gênero. São Luís. **Jornal Pequeno**. p. 10, março 2004.

FERREIRA, Mary. CORTES, Gisele. Porque uma Conferência Nacional para as Mulheres. **Jornal O Imparcial**. Araraquara. Junho, 2004. p. 4.

FERREIRA, Mary. O legado de Foucault. **Jornal O Imparcial**. Araraquara. Agosto, 2004. p. 5. c. 1 a 6.

FERREIRA, Mary. Violência contra a Mulher: quem mete a colher. **Jornal O Imparcial**. Araraquara. Novembro 2004. p. 2. c. 3 a 6.

- RESUMOS

FERREIRA, Mary, BOTTENTUIT, Aldinar. Pesquisa documental: análise da disciplina Metodologia do Trabalho Científico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LEITURA, 14. **Caderno de Resumo**. Campinas. Jul. 2003.

FERREIRA, Mary. Mulher e Gênero: como a escola e a família reproduzem as relações de gênero. In: ENCONTRO MARANHENSE SOBRE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO NO COTIDIANO ESCOLAR, 1. **Caderno de Resumos** São Luís. Mestrado em Educação e Núcleo de Estudos sobre Educação e Gênero da UFMA ago. 2003. p.20-21.

FERREIRA, Mary. Mulher e Poder: construindo o objeto de análise da participação da mulher no legislativo. SEMANA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA, 2 **Caderno de Resumos**. Araraquara: Pós-Graduação em Sociologia em ago. 2003. p. 71-72.

FERREIRA, Mary. Como votam as mulheres: estudo sobre fatores que determinam o voto feminino. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11, Campinas. **Resumos**. Sociedade Brasileira de Sociologia, set. 2003. p.144.

FERREIRA, Mary, GOMES, Berenice. Mulheres rurais e relações de gênero. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11, Campinas. **Resumos**. Sociedade Brasileira de Sociologia, set. 2003. p.144.

FERREIRA, Mary. Representação feminina e construção da democracia no Brasil. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8, COIMBRA. **Resumos**. Set. 2004 http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscrição/proposta_29.html.

ESTÁGIO NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA - RELATÓRIO

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste relatório é apresentar as atividades desenvolvidas no período de 12 de março a 12 de Setembro de 2005, durante estágio no Centro de Estudos Sociais, na Universidade de Coimbra-Portugal. O referido estágio é parte do programa de doutorado desenvolvido pela bolsista, com término programado para fevereiro de 2006, cujo tema **Mulher e Poder**: estudo sobre a ação e participação da mulher no legislativo. É um trabalho que objetiva compreender quais os fatores que interferem no exercício do poder das deputadas, quais as dimensões desse poder e como se traduzem em legislação e em políticas públicas de gênero.

A proposta do estágio foi ampliar as análises, tendo em vista que os legislativos, nos países ocidentais, têm se consubstanciado, ao longo da história, como espaço de poder inacessível às mulheres, embora ações tenham sido implementadas em vários países, a exemplo da França, Inglaterra, Portugal e Brasil, para inverter o quadro desigual.

Para analisar a ação parlamentar da mulher nas instâncias de decisão, à luz da teoria feminista, busco na Sociologia e na Ciência Política, explicações para a permanência da desigualdade das mulheres nos espaços de poder. Neste estudo, o espaço delimitado será o Congresso Nacional, a Assembleia Legislativa do Maranhão e a Câmara Municipal de Araraquara, São Paulo. Pretende-se identificar possíveis particularidades que diferem ou não no exercício de poder entre as/os parlamentares, a partir da perspectiva de gênero, identificando, através do discurso e ação parlamentar, fatores que possam explicar a permanência de relações desiguais no parlamento. Tal proposta parte de preocupações levantadas pelo movimento feminista e de questionamentos apresentados por setores da sociedade, no que se refere a semelhanças e diferenças que têm marcado a ação política das mulheres, nos diferentes espaços de poder.

As análises, nessas três instâncias: Congresso Nacional, Assembleia Legislativa do Maranhão e Câmara Municipal de Araraquara, foram ampliadas com o

estudo realizado durante seis meses na Universidade de Coimbra, no período de 12 de Março a 12 de Setembro, próximo passado. Foram realizadas 16 entrevistas, três visitas ao Parlamento e uma visita à Câmara Municipal de Coimbra, para ver in loco o desempenho das/os parlamentares e compreender semelhanças e diferenças entre o Brasil e Portugal.

No relatório, apresentamos uma análise preliminar do estudo ainda em andamento, cujas conclusões serão apresentadas em fevereiro, por ocasião da defesa da tese. Além dessas análises, apresentamos outras atividades, desenvolvidas durante o período, entre as quais, citamos a participação na disciplina “Reinventar a Emancipação Social”, ministrada no Programa de Pós – Graduação Pós-Colonialismo e Cidadania Global, pelo Prof. Boaventura de Sousa Santos e a apresentação de vários trabalhos em eventos científicos em Portugal. Além disso, destacamos a participação no fortalecimento da Associação de Alunos Brasileiros em Portugal na qual contribuimos na realização de evento e na elaboração de projeto cultural para dinamizar as ações dessa organização.

2 PLANO DE ATIVIDADES EM PORTUGAL (proposto no Projeto de Estágio)

ATIVIDADES EM PORTUGAL	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO
Pesquisa, aprofundamento e ampliação bibliográfica	X	X	X	X	X	
Discussão com Co-orientadora	X	X	X	X	X	X
Visitas ao Parlamento Português e Câmara Coimbra para observar comportamento, falas e discursos políticos no exercício legislativo das parlamentares			X	X	X	X
Participação em reuniões partidárias, na qualidade de observadora para identificar a participação de instâncias partidárias de Lisboa e Coimbra.			X	X	X	X
Entrevistas e contatos com parlamentares, dirigentes partidários e lideranças políticas portuguesas para conhecimento da realidade			X	X	X	X
Exposição do trabalho no Núcleo de Estudos da Mulher “FACES de Eva”, da Universidade Nova de Lisboa/Pós-Graduação Estudos sobre a Mulher e em eventos locais para estabelecer interlocução com outras pesquisadoras.			X	X	X	X
Elaboração da 1ª Redação da Tese			X	X	X	X

3 ATIVIDADES REALIZADAS DURANTE O ESTÁGIO

Durante o estágio em Coimbra, participamos de inúmeros eventos entre cursos, seminários, conferências, como demonstram o quadro abaixo. Desses eventos, a maioria promovido pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Ressalto, as aulas do Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos, nas quais pudemos aprofundar bibliografia sobre a Sociologia das Ausências e Sociologia das Emergências, além de participar de amplos debates abordando problemas relativos aos países periféricos, em especial, Brasil e países africanos. Discutimos, ainda, a relação e troca de conhecimentos entre Brasil e Portugal. Nesse debate ficou evidente a necessidade de estreitar os laços acadêmicos entre o Brasil e os países da África

Ressalto também, a participação no fortalecimento da Associação de Estudantes Brasileiros em Portugal, na qual tive oportunidade de participar como debatedora do Filme “Abril Despedaçado” e na elaboração do **Projeto Brasil Cine –**

Café: Circuito Brasileiro de Cultura em Portugal, com o objetivo de integrar alunos brasileiros/portugueses e africanos. O referido projeto está sendo encaminhado para o Ministério da Cultura e organizações brasileiras, a fim de captar recursos para sua viabilização. A realização desse projeto irá favorecer um maior intercâmbio do Brasil com Portugal e promoverá uma maior aproximação e trocas culturais entre Brasil e países da África, dado o grande número de estudantes africanos que residem em Portugal.

3.1 Participação em Eventos

	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set
Aulas no Curso “Reinventar a Emancipação Social” coordenado pelo Prof. Boaventura de Sousa Santos no Programa de Pós – Graduação Pós-Colonialismo e Cidadania Global	x	x	x	X	x		
“ Novíssimas guerras, novíssimas pazes: da Cidade de Deus a Quase dois irmãos” – filme brasileiro cujo debate teve a participação do Prof. Boaventura de Sousa Santos, atores e produtores brasileiros.	x						
Brasil, Estado Direito e Povos indígenas – Seminário com Prof. Fernando Dantas, da Universidade do Estado do Amazonas	x						
Mesa Redonda: O Fórum Social Mundial: Manual de uso de Boaventura de Sousa Santos – Lançamento e debate, com a participação de protagonistas dos sujeitos sociais português	x						
Colóquio “ Do 25 de Abril às Independências ”- sobre os processos de independência dos países africanos ex-colônias portuguesas, com participação de Paula Menezes, Julião Soares e Boaventura de Sousa Santos.		x					
Conferência/Debate: “ Direitos, Deveres e Liberdades Sexuais ”, promovido pela Faculdade de Letras Universidade de Coimbra.		x					
Discursos e Práticas e o sentido da Educação – Oficina de Troca de Experiências coordenado pela Profª Regina Tralhão, da Universidade de Coimbra.			x				
Moeda social e trocas solidárias: por uma economia baseada na participação e na solidariedade – Seminário apresentado pela Profª. Adrianni Vieira Ferracine – UFRGS.			x				
Curso de Formação Memória Individual e Memória Coletiva e Movimentos Sociais , organizado pelo CES/Universidade de Coimbra.			x				
Fórum Social Português - Participação como Expositora do Tema “conhecimentos alternativos”			x				
Conferência “O Funcionamento dos partidos e a participação das Mulheres na Vida Política e Partidária em Portugal” , promovida pela Comissão para Igualdade e para os Direitos da Mulher.			x				

Seminário Internacional “ Desenvolvimento em Áreas Rurais : uma análise comparada das Experiências Portuguesas e Brasileiras”, promovido pelo CES/Universidade de Coimbra.			X				
Participação como observadora da IV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda – para verificar o desempenho das mulheres no debate político			X				
Advocacia Popular e Emancipação Social – Seminário apresentado por Jorge Luiz Ribeiro Santos – UFRGS/ Sónia Maria Alves da Costa – UFRGS				X			
A Solidariedade empresarial : Fazer o bem compensa? Seminário apresentado pela doutoranda Maria Alice Nunes da Costa – UFRJ				X			
Participação como debatedora do Filme “Abril Despedaçado” , promovido pela Associação de Estudantes Brasileiros em Portugal – APEB-Coimbra.				X			
Amílcar Cabral e a construção do Estado da Guiné - Seminário apresentado por Julião Soares de Sousa – Historiador de Cabo Verde				X			
Conferência Políticas Públicas para o Desenvolvimento – Participação e apresentação da Comunicação “ Movimento Feminista Ação Parlamentar no Brasil : democratizando o privado.				X			
A democracia na Gestão de Escolas Públicas – Seminário apresentado pela Profª Luciana Rosa Marques – UFPE				X			
II Seminário de Investigadores e Estudantes Brasileiros em Portugal – apresentação da comunicação Mulheres Legislando : Ação parlamentar das mulheres no Maranhão.				X			
Entre próspero e Caliban : revisitando Portugal, Brasil e relações étnico-raciais – Seminário apresentado pelo Prof. José António da Costa Fernandes da PUC –SP					X		
Apresentação de Seminário no CES. Tema: Quem tem medo das mulheres no poder : representação feminina e lei das cotas no Brasil					X		
Exclusão e elaboração da vida nos espaços do possível : catadoras (es) de lixo em trajetórias no Brasil e a busca de lugares sociais – Seminário apresentado pela doutoranda Cláudia Megale Adametes – UNESP/FCLAr.					X		
O pensamento nas rupturas da política – Palestra com o Prof. Dr. Francisco de Oliveira – Departamento de Sociologia da USP					X		
Lutas por Inclusão nas margens do Atlântico : um estudo comparado entre as experiências dos Movimentos dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal – Seminário apresentado por Allene Lage, doutoranda em Sociologia - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Universidade Santa Úrsula – RJ.					X		
Elaboração de Projeto Brasil Cine-Café : Circuito Brasileiro de Cultura – Atividade desenvolvida para o fortalecimento da Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiro em Coimbra			X	X	X	X	
Entrevistas : Foram realizadas 16 entrevistas com deputadas/os, vereador/as, ex-presidente da	X	X	X	X	X	X	X

Comissão de Mulheres para Igualdade e com a presidente da Câmara Municipal de São Vicente – Cabo Verde.							
Visitas ao Parlamento Português e à Câmara Municipal de Coimbra		x		x		x	x
Encaminhamento de 9 trabalhos científicos para publicação em Periódicos Brasileiros e Portugueses.				x		x	x

3.2 Entrevistas Realizadas/ Visitas Parlamento

De acordo com a proposta do plano de atividades contida no item dois, considero cumprida a maior parte da mesma. Dessas atividades, vale mencionar as entrevistas realizadas, num total de dezesseis, com deputadas/os e vereadores/as portugueses, exceção de Isaura Gomes Presidente da Câmara de São Vicente – Cabo Verde. Consideremos pertinente entrevista-la para conhecer a realidade das mulheres africanas em cargos de poder. Também entrevistamos e a Sra. Maria do Céu Pinho Rego – Ex- Presidente da Comissão para Igualdade e para os Direitos das Mulheres, que foi muito citada nos contatos realizados e apresentada como uma liderança que realizou um trabalho muito importante na implementação de políticas públicas para as mulheres em Portugal.

Das entrevistadas, constatamos que a maioria das deputadas é do Partido Socialista – PS, partido do governo que possui no quadro atual 120 dos 230 deputados/as, embora as mulheres ainda representem um total de 59 dos representantes no Parlamento. Esse número representa um aumento de mais de 30 % da legislatura passada, quando as mulheres somavam 12 % dos/as parlamentares eleitos/as.

Além das entrevistas, fundamentamos nossas análises, com visitas aos legislativos e leituras de bibliografia sobre o tema, enriquecendo assim, as reflexões que ora realizamos.

Das entrevistas e visitas ao parlamento, captamos particularidades no exercício do mandato parlamentar que demonstra uma certa diferença no exercício e ação parlamentar dos/as portugueses/as, em relação às/aos brasileiros/as. Das/os parlamentares portugueses, podemos apontar algumas diferenças que demarcam

formas de atuação os quais que evidenciam uma relação mais orgânica dos parlamentares com seus partidos. Outra evidência que demonstra uma diferença é o fato de os projetos serem, em sua maioria, apresentados pelos partidos e não individualmente. Essa medida fortalece as organizações partidárias e facilita a aprovação dos projetos. No Brasil, os projetos são quase sempre encaminhados individualmente e as mudanças ocorridas recentemente no quadro partidário brasileira demonstram um fisiologismo que fragiliza a maioria dos partidos exceção feita a partidos como PT, PSOL, PSTU e outros partidos menores que, em geral, não registram grandes alterações no seu quadro.

Outra observação importante, em relação aos dois países, se refere à questão religiosa. A maioria das/os deputadas/os portuguesas/os são ateus e não católicos, enquanto no Brasil quase todos se definem como católicos. Esse ponto é importante para a manutenção da independência dos poderes haja vista as muitas interferências da Igreja nas questões do Estado. Um exemplo dessa interferência foi o veto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de descriminalização do aborto, elaborado pela Secretaria Especial da Mulher, com a participação do movimento de mulheres, depois de ouvir todos os partidos políticos. Na ocasião, houve ingerência explícita da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, conforme foi noticiado pela imprensa nacional.

3.2.1 Entrevistas Realizadas:

1. Isaura Gomes – Presidente da Câmara Municipal de São Vicente – Cabo Verde
2. Jorge Gouveia - Vereador e Secretario autárquico de Urbanismo de Coimbra - PCP
3. Margarida Viegas – Deputada Distrital Coimbra – PCP
4. Emídio Guerreiro – Deputado – Deputado PSD
5. Tereza Portugal – Deputada da República – Partido Socialista
6. Helena Maria Moura Pinto – Deputada da República - Bloco de Esquerda
7. Ana Drago – Deputada da República – Bloco de Esquerda
8. Maria de Belém Roseira – Deputada da República – Partido Socialista
9. Helena Roseta – Ex-Deputada da República – Partido Socialista

10. Miguel Fernandes - Deputado da República – PCP
11. Odete Santos - Deputada da República – PCP
12. Ana Catarina Mendes - Deputada da República – PS
13. Maria do Céu Pinho Rego – Ex- Presidente Conselho da Mulher
14. Osvaldo Castro - Deputado da República – PS
15. Pedro Mota Soares - Deputado da República – PSD
16. Tereza Caeiro – Deputada da República – PSD

3.3 Publicações e Apresentação de Trabalhos

Dos eventos já mencionados no item três, destacamos a nossa participação no Seminário do CES, no qual apresentamos: **Quem tem medo das mulheres no poder**: representação feminina e lei das cotas no Brasil; como parte das reflexões desenvolvidas na pesquisa de doutorado. Além disso, apresentamos trabalhos em mais três eventos: na Conferência Políticas Públicas para o Desenvolvimento e Participação, na qual apresentamos a Comunicação **“Movimento Feminista e Ação Parlamentar no Brasil**: democratizando o privado; por ocasião do II Seminário de Investigadores e Estudantes Brasileiros em Portugal, apresentamos **Mulheres Legislando**: ação parlamentar das mulheres no Maranhão. Também apresentamos Comunicação no II Seminário Problemas do Estado Democrático Contemporâneo, realizado pela Universidade Católica de Goiás. A referida Comunicação, cujo título, **Trabalhadoras Rurais e suas lutas por direitos**: passos e descompassos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, foi apresentada em parceria com Berenice Gomes”.

Durante o estágio, tivemos oportunidade de concluir vários trabalhos, alguns deles já encaminhados para publicação; outros serão apresentados em eventos ainda este ano e outros estão sendo aprofundados, com vista à finalização da tese. Segue descrição dos mesmos.

1 Movimento Feminista e Ação Parlamentar no Brasil: democratizando o privado - Foi encaminhado para publicação; nos Anais da Conferência “Políticas Públicas para o Desenvolvimento e Participação”. Lisboa - Portugal

2 Mulheres Legislando: Ação parlamentar das mulheres no Maranhão – Será publicado nos Anais do II Seminário de Investigadores e Estudantes Brasileiros em Portugal. Porto – Portugal.

3 Mulheres Rurais e Relações de Gênero: análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF à luz das reivindicações das mulheres rurais/ Maria Mary Ferreira e Berenice Gomes – Foi publicado o Resumo nas Atas do evento e aguarda publicação do texto na íntegra.

4 Democracia no Feminino: as representações das parlamentares sobre a questão **Texto** publicado em **CDRoom** no Anais do 29º Encontro Anual da ANPOCS realizado no período de 23-29/10/2005.

5 Democracia no Feminino: as representações das parlamentares sobre a questão **Resumo** publicado no Anais do 29º Encontro Anual da ANPOCS realizado no período de 23-29/10/2005

6 Mulher, Política e Poder: Um Olhar Sobre as Representações das Mulheres no Exercício do Poder – Trabalho inscrito na IV Jornada Internacional e II Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, promovidas pela Universidade da Paraíba - UFPb. Este texto também foi encaminhado para publicação na Revista Ex-aequo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres.

7 Ação Feminista e Ação Parlamentar: publicizando o privado – Trabalho encaminhado à Revista PAGU do Núcleo de Gênero da UNICAMP.

8 Políticas Públicas de Informação e Políticas Culturais: E as Bibliotecas Públicas para onde vão? – Trabalho encaminhado à Revista Transinformação, do Departamento de Ciência da Informação da UNICAMP.

9 Mulher e Representação Política no Maranhão - Mary Ferreira, Ieda Batista e Silvani Magali – Trabalho encaminhado para publicação pela Casa da Mulher no Nordeste e Fundação Joaquim Nabuco/PE.

10 O PT de ontem e de hoje: as utopias de um projeto em construção – Artigo publicado nos **Jornais O Imparcial e O Jornal Pequeno** em São Luís nas edições de 5 de Agosto de 2005.

Resenhas:

1 Mulher e Política Educacional: descortinando um passado recente num Maranhão presente. Resenha do Livro de Diomar das Graças Motta. Mulheres professoras na política educacional no Maranhão, publicado pela UFMA em 2003. Encaminhado para publicação na Revista do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe.

2 Feminismo e Ciências Sociais: Resenha do livro de Lucila Scavone. **Dar a vida, cuidar da vida:** Feminismo e Ciências Sociais, publicado pela Editora da UNESP em 2004. Encaminhado para publicação na Revista Crítica do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e para a Revista Estudos Feministas da Universidade de Santa Catarina.

4. AVALIAÇÃO GERAL DO ESTÁGIO

O estágio foi compensador e valioso para os estudos que ora realizamos. A oportunidade de dialogar com outros/as pesquisadores/as, de conhecer outros centros de pesquisa, de ampliar a bibliografia, de comparar o processo democrático de Portugal em alguma medida, semelhante ao processo vivenciado pelo Brasil na última década, são pontos positivos que, por si só, já justificariam o estágio.

Além desses pontos, constatamos que alguns dos nossos problemas são, muitas vezes, minimizados quando se fala de desenvolvimento, pobreza, desigualdade social e regional, haja vista que, nessas análises, nem sempre são consideradas questões relevantes que agudizam as desigualdades e ampliam as distâncias entre Estados desenvolvidos e subdesenvolvidos no Brasil. Em relação ao Nordeste e ao Norte, Regiões isoladas do centro do País, certamente que as distâncias são fatores que mereciam ser mais estudados e dimensionados para compreender melhor e analisar com mais precisão sua permanência no quadro das Regiões mais pobres do Brasil, embora ricas em recursos naturais.

No estágio, observamos que o desenvolvimento das cidades portuguesas é também facilitado pelo deslocamento, dada as pequenas distâncias entre uma cidade e outra. Isso facilita a comunicação, troca de saberes e articulações entre os diversos centros de pesquisa. Essa situação é completamente adversa no Brasil, haja vista que as dimensões continentais e a deficiência das estradas e dos meios de transportes de nosso País são muitas vezes desconsideradas, quando são pensados/analísados os problemas e ou as saídas.

É comum os/as pesquisadores/as brasileiros/as, ao falar do Brasil, se referirem a um Brasil homogêneo, visto sob uma ótica muitas vezes unilateral. Exemplos disso são as Conferências, que são realizadas fora do País ou em Universidades dos grandes centros, a exemplo de São Paulo⁸². É comum falar de temas nos quais o Brasil é representado a partir de São Paulo e Rio de Janeiro, com

⁸² Estou concluindo o doutorado em Araraquara – São Paulo e tive oportunidade de participar de inúmeros eventos na Região Sudeste e Sul, que me deu elementos para fazer essa afirmação.

rápidas passagens em Minas Gerais e Rio Grande do Sul. São pesquisadores que falam, por exemplo, de cultura brasileira, sem considerar as diversidades culturais de um Brasil ainda desconhecido por grande parte de nossos cientistas. Observando as mesas e conferências da ANPOCS⁸³, por exemplo, percebe-se que a presença de professores de outros centros de pesquisas fora do eixo Sul/Sudeste é quase inexistente.

Esse fato também foi identificado entre os pesquisadores que participaram de conferências e debates, na Universidade de Coimbra. As polêmicas que levantamos a respeito dessa temática contribuíram para, em alguns momentos, redimensionar os problemas e compreender particularidades que em geral não são consideradas nesse tipo de debate. O estágio contribuiu para ampliar essa percepção e, desnudar um debate que foi importante, naquele momento, para retratar a realidade de um Brasil ainda pouco conhecido em outros centros.

Assim, foi também, em relação às questões de gênero, quando trouxemos para o debate as muitas leituras sobre a participação da mulher na política, desmistificando a ausência/presença da mulher em espaços de poder. Ao estudar as mulheres no parlamento, percebe-se que, diferente das questões regionais, a situação das mulheres nos dois países tem muitas semelhanças, haja vista a forma como as relações de poder são construídas e vivenciadas. É possível perceber que existe uma situação que se assemelha, seja no Maranhão, seja em Coimbra, seja São Paulo ou em Moçambique. Em todos os Estados ou Países, a situação da mulher tem uma estreita relação: a pouca visibilidade de sua ação política e a dificuldade de ser reconhecida como sujeito.

Considero que obtive um bom aproveitamento dentro do tempo que dispus e, considerando as dificuldades iniciais de adaptação aproveitei todos os bons e maus momentos. Das facilidades, podemos citar os contatos favorecidos pela Prof^a Virginia Ferreira que acompanhou todos os passos do trabalho através de reuniões periódicas, na indicação de bibliografias, e contribuindo na articulação das/os deputadas/os entrevistados. Também obtive apoio de outros professores do CES que também favoreceram os contatos com os parlamentares. Isso garantiu a realização das entrevistas com as/os parlamentares, que foram bastante receptivas

⁸³ Consultar site www.anpocs.br

ao nosso trabalho. Também destaco a contribuição do corpo técnico auxiliar do CES que facilitou o uso dos equipamentos da biblioteca e laboratórios, embora considere que esta questão deveria ser melhor esclarecida pela CAPES, a fim de sabermos os reais direitos de cada bolsista e os limites de nossa presença, nos centros que estamos estagiando.

Como dificuldades, apenas menciono o fato de por estar hospedada em Coimbra e o Parlamento ser em Lisboa, perdemos alguns contatos com as/os parlamentares, em virtude dos horários das sessões plenárias e dos trabalhos das comissões que me impediu de participar de forma mais assídua. Além disso, o fato do estágio finalizar no mês de Agosto e, este, ser um mês, que a vida acadêmica e muitos setores paralisam a exemplo do Parlamento Português, por conta das férias escolares, dificultou alguns contatos. Isso me obrigou a solicitar mais 10 dias de prorrogação do estágio para concluir algumas entrevistas já agendadas. Essas dificuldades, porém, não prejudicaram o andamento de meu trabalho.

**RELAÇÃO PROJETOS APRESENTADOS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
MARANHÃO**

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L.C	006.03	2003	REESTRUTURAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	COMISSÃO ASSUNTOS MUNICIPAIS E DESENVOL. REGIONAL	DISPÕE sobre a criação de municípios e dá outras providências.		L/C 001.03		14.08.03		ARQUIV.
P.R	019.03	2003	REESTRUTURAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	INSTITUI o Código de Ética e Decoro Parlamentar, e dá outras providências.						
P.L	149.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. CAMILO FIGUEIREDO	DISPÕE sobre a criação de uma Escola de Ensino Médio no Bairro Codó Novo, Município de Codó e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	078.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. JOAQUIM NAGIB HAICKEL	ASSEGURA aos alunos que concluírem o curso médio nas escolas da rede pública 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas pelas instituições de ensino superior nos exames vestibulares e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	050.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOAQUIM NAGIB HAICKEL	CONSIDERA de utilidade pública a Associação Social dos Diretores das Escolas Estudantis do Maranhão - ASDEMA, com sede e foro em São Luís - Maranhão.		7866		17.04.03		ARQUIV.
P.L	161.03	2003	HOMENAGEM	DEP. JOAQUIM NAGIB HAICKEL	DISPÕE sobre denominação da Biblioteca "Farol do Saber" de Colinas - Maranhão.		7984		14.10.03		ARQUIV.
P.E.C	004.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. JOAQUIM NAGIB HAICKEL	ALTERA a redação do art. 54 da Constituição do Estado.		REJEITADO				ARQUIV.
P.L	284.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOAQUIM NAGIB HAICKEL	CONSIDERA de utilidade pública a Associação Beneficente São Sebastião, com sede no Município de Itapecuru - MA.		8012		28.11.03		ARQUIV.
P.L	330.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOAQUIM NAGIB HAICKEL	CONSIDERA de utilidade pública a Associação Cultural Beneficente Nossa Senhora da Conceição, com sede e foro no Município de São Luís - MA.		8061		15.01.04		ARQUIV.
P.L	106.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ADERSON LAGO	CONSIDERA de utilidade pública a Sociedade Beneficente Cultural e Profissionalizante Elshaday - SCBPROEL		7881		20.05.03		ARQUIV.
P.L	107.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ADERSON LAGO	CONSIDERA de utilidade pública a Federação Beneficente Produtiva Cultural e Associativa de Entidades Comunitárias do município de Itapecuru - Mirim - FEBPCTARIA.		7882		20.05.03		ARQUIV.
P.L	095.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. ADERSON LAGO	SUPRIME dispositivo da Lei nº 3743, de 02 de dezembro de 1975, que Dispõe sobre a promoção de Oficiais da ativa Polícia Militar do Maranhão.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	123.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ADERSON LAGO	CONSIDERA de utilidade pública a Associação de Moradores da Vila Marly Abdala, com sede e foro na cidade de Paço do Lumiar - Maranhão.		7891		12.06.03		ARQUIV.
P.L	124.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ADERSON LAGO	CONSIDERA de utilidade pública a União dos Moradores da Vila São José, com sede e foro no Município de São José de Ribamar - Maranhão.		7887		12.06.03		ARQUIV.
P.R.L	011.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. ADERSON LAGO	INSTITUI desconto pecuniário em favor do Grupo de Esposas dos Deputados do Estado do Maranhão - GEDEMA, na forma que especifica.		R.L 424.03		06.06.03		ARQUIV.
P.L	162.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ADERSON LAGO	CONSIDERA de utilidade pública a Federação Assistencial aos Moradores Similares de Axixá - MA (FAMESA), com sede e foro no Município de Axixá - MA.		7921		09.07.03		ARQUIV.
P.L	163.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ADERSON LAGO	CONSIDERA de utilidade pública a Sociedade Produtiva Profissionalizante e Cultural de Massalina, com sede e foro no Município de Humberto de Campos - MA.		7924		09.07.03		ARQUIV.
P.L	165.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ADERSON LAGO	CONSIDERA de utilidade pública a Associação Filantrópica o Bom Samaritano dos Evangélicos, com sede e foro no Município de São Luís - MA.		7926		09.07.03		ARQUIV.
P.L	166.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. ADERSON LAGO	ALTERA e acrescenta dispositivos à Lei nº 90 de 26 de maio de 1988, que cria o Fundo Especial Legislativa e dá outras providências.		L.P 274.03		17.07.03		ARQUIV.
P.L	193.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ADERSON LAGO	CONSIDERA de utilidade pública a Associação Beneficente e Esportiva da Vila Nazaré e Adjacências, com sede e foro em Paço do Lumiar - MA		7954		10.09.03		ARQUIV.
P.L	226.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ADERSON LAGO	CONSIDERA de utilidade pública a Sociedade Profissionalizante dos Moradores do Cumbique, com sede e foro no Município de Raposa, Estado do Maranhão.		7965		26.09.03		ARQUIV.
P.L	225.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ADERSON LAGO	CONSIDERA de utilidade pública a Sociedade Beneficente Renascer II, com sede e foro em São Luís, Estado do Maranhão.		7966		26.09.03		ARQUIV.
P.L	230.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ADERSON LAGO	CONSIDERA de utilidade pública a Associação do Centro Educacional Comunitário "Soares Neto" - ACECSN, com sede e foro na Cidade de São Luís - Maranhão.		7970		26.09.03		ARQUIV.
P.L	233.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ADERSON LAGO	CONSIDERA de utilidade pública, o Grupo de Ação Social Maria do Vale com sede e foro na cidade de São Luís - MA.		7981		07.10.03		ARQUIV.
P.L	234.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ADERSON LAGO	CONSIDERA de utilidade pública a Fundação de Ensino Superior de Teologia Maranhense - FESTEMA com sede e foro - Em Davinópolis/MA		7974		03.10.03		ARQUIV.

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L	267.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ADERSON LAGO	CONSIDERA de utilidade pública a União de Moradores do Parque Thiago Aroso, com sede e foro no Município de Paço do Lumiar - Maranhão.		LEI Nº 8.000		10.11.03		ARQUIV.
P.L	274.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ADERSON LAGO	CONSIDERA de utilidade pública a União de Moradores de Redenção e Conjunto, com sede e foro no Município de Santa Rita, neste Estado.		LEI Nº 8.007		10.11.03		ARQUIV.
P.L	283.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ADERSON LAGO	CONSIDERA de utilidade pública o Centro de Assistência Comunitária e Integração Social - CACIS, com sede e foro na Cidade de São Luís		LEI Nº 8.003		10.11.03		ARQUIV.
P.L	307.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ADERSON LAGO	CONSIDERA de utilidade pública, o Instituto São Jerônimo, com sede e foro no Município de São Luís - MA.		8013		28.11.03		ARQUIV.
P.L	369.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ADERSON LAGO	CONSIDERA de utilidade pública o Centro Comunitário do Bairro Vila Industrial e Adjacências.		8097		02.04.04		ARQUIV.
P.L	164.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ADERSON LAGO	CONSIDERA de utilidade pública a Associação Filantrópica Moriah, com sede e foro no Município de São Luís - MA.		7929		09.07.03		ARQUIV.
P.L	066.03	2003	ORÇAMENTO/CONTAS	DEP. ALBERTO FRANCO	AUTORIZA o Poder Executivo Estadual a Celebrar Convênio com os Cartórios de Registro Público e dá outras providências.		Retirado de tramitação a pedido do autor.				ARQUIV.
P.L	128.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. ALBERTO FRANCO	AUTORIZA o poder Executivo Estadual a implantar nas Escolas da Rede pública Estadual, o Programa de Prevenção Acompanhamento e Tratamento dos problemas de desvio na Coluna Vertebral e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	138.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. ALBERTO FRANCO	DISPÕE sobre a proibição da suspensão do fornecimento de Energia Elétrica e Água Canalizada, às residências de famílias carentes, no âmbito do Estado do Maranhão e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P. L.	253.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. ALBERTO FRANCO	DISPÕE sobre o dia do Atleta Amador, no calendário Oficial do Estado do Maranhão e dá outras providências.		8038		22.12.03		ARQUIV.
P.E.C.	010.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. ALBERTO FRANCO	ALTERA dispositivo do ato das disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Maranhão.		E/C 042.03		05.12.03		ARQUIV.
P.L.C.	009.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. ALBERTO FRANCO	DÁ nova redação à Lei Complementar nº 038/98, que dispõe sobre a Região Metropolitana da Grande São Luís.		L/C 069.03 VETO PARCIAL		30.12.03		ARQUIV.
P.L	352.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ALBERTO FRANCO	CONSIDERA de utilidade pública o Grêmio Recreativo Social dos Policiais Militares e Bombeiros militares do Estado do Maranhão - GRESPM/MA, com sede e foro no Município de São José de Ribamar - MA.		8036		22.12.03		ARQUIV.
P.L.	254.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. ALBERTO FRANCO	DISPÕE sobre a proibição do uso de alimentos resultantes de organismos geneticamente modificados (transgênicos) na merenda escolar das escolas da rede pública Estadual de Ensino.		VETADO M.G Nº 061/04		07.07.04		ARQUIV.
P.R.L	035.03	2003	HOMENAGEM	DEP. ALBERTO FRANCO	CONCEDE Título de Cidadão Maranhense, ao Sr. Edilázio Gomes da Silva.		R/L 451/04		23.08.04		ARQUIV.
P.L	137.03	2003	TRANSPORTE E SEGURANÇA	DEP. ALBERTO FRANCO	DISPÕE sobre a proibição do Transporte de Trabalhadores da Administração Pública e Privada, em veículos "Pau de Arara", no âmbito do Estado do Maranhão e dá outras providências.		8198		15.12.04		ARQUIV.
P.L	266.03	2003	HOMENAGEM	DEP. ANTONIO CARLOS BACELAR	DISPÕE sobre denominação da Biblioteca "Farol da Educação", no Município de Coelho Neto - MA.						
P.L	088.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ANTONIO CARLOS BACELAR	CONSIDERA de utilidade pública o Centro Educacional Wamberto Campos - CEWAC.		7877		16.05.03		ARQUIV.
P.L	336.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ANTONIO CARLOS BACELAR	CONSIDERA de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chapadinha.		8064		15.01.04		ARQUIV.
P.L	242.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ANTONIO CARLOS BRAIDE	CONSIDERA de utilidade pública o Centro Comunitário do Residencial Pirâmides - Paço do Lumiar - MA.		7973		03.10.03		ARQUIV.
P.L	072.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ANTONIO CARLOS BRAIDE	CONSIDERA de Utilidade Pública a Associação das Donas de Casa da Alemanha - São Luís - MA.		7874		14.05.03		ARQUIV.
P.L	077.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. ANTONIO PEREIRA	AUTORIZA o Poder Executivo a criar o Centro de Estudos Superiores de Imperatriz, na estrutura organizacional da UEMA e dá providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	147.03	2003	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/PRESO	DEP. ANTONIO PEREIRA	CONCEDE passe livre nos ônibus das linhas semi - urbanas e intermunicipais, na forma que especifica.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	198.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ANTONIO PEREIRA	CONSIDERA de utilidade pública a Fundação Amazônia Correa Júnior.		7945		10.09.03		ARQUIV.
P.L	261.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ANTONIO PEREIRA	CONSIDERA de utilidade pública o Centro de Integração Família, Escola e Comunidade - CIFEC.		LEI Nº 7.998		10.11.03		ARQUIV.
P.L	308.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ANTONIO PEREIRA	CONSIDERA de utilidade pública a Associação dos Aliados Sem Teto do Município de Imperatriz - Maranhão.		8014		28.11.03		ARQUIV.
P.L	154.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. ANTONIO PEREIRA	DISPÕE sobre garantia de vagas aos portadores de necessidades especiais nas Escolas Públicas, na forma que especifica.		8076		07.01.04		ARQUIV.

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L	346.03	2003	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. ANTONIO PEREIRA	DISPÕE sobre as formas de afixação de preços de produtos e serviços para conhecimento do consumidor, e dá outras providências.						
P.L	375.03	2003	HOMENAGEM	DEP. ANTONIO PEREIRA	DENOMINA o Prédio do Farol da Educação, na cidade de Itinga.		8072		07.01.04		ARQUIV.
P.L	359.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. ANTONIO PEREIRA	ISENTA o pagamento de taxas para retirada de segunda via de documentos roubados ou furtados		REJEITADO		22.03.05		ARQUIV.
P.L	135.05	2003	HOMENAGEM	DEP. ANTONIO PEREIRA	DENOMINA "Gumercindo Milhomem o Centro de Convenções de imperatriz.		7963		26.09.03		ARQUIV.
P.L	031.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ARNALDO MELO	CONSIDERA de Utilidade Pública a Associação de Idosos e Deficientes da Cidade Olímpica - ASSIDECOL.		7860		03.04.03		ARQUIV.
P.L	032.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ARNALDO MELO	CONSIDERA de Utilidade Pública, a Associação Beneficente dos Moradores do Rio São João e Adjacências (ABEMRAD).		7861		17.04.03		ARQUIV.
P.L	142.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. CAMILO FIGUEIREDO	DISPÕE sobre a criação de uma Escola de Ensino Médio no Povoado Cajazeiras, Município de Codó - MA e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	143.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. CAMILO FIGUEIREDO	DISPÕE sobre a criação de uma Escola de Ensino Médio no Bairro Santo Antônio, Município de Codó - MA e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	148.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. CAMILO FIGUEIREDO	DISPÕE sobre a criação de uma Escola de Ensino Médio no Povoado KM 17, Município de Codó - MA, e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	159.03	2003	criação de ÓRGÃOS/CARGOS	DEP. CAMILO FIGUEIREDO	DISPÕE sobre a criação de uma Escola de Ensino Médio no Bairro São Francisco, Município de Codó - MA, e dá outras providências.		REJEIT. 02.08.03				ARQUIV.
P. L.	326.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	CONSIDERA de utilidade pública a Associação Cordina de Defesa Ambiental, em Barra do Corda - Ma.		8023		28.11.03		ARQUIV.
P. L.	339.03	2003	RELAÇÃO DE TRABALHO	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	ASSEGURA os Direitos dos Atuais Pensionistas Parlamentares e Dependentes Legais do Extinto Fundo de Previdência Parlamentar do Estado do Maranhão e Revoga as Leis que especifica.		8010		28.11.03		ARQUIV.
P.R.L.	025.03	2003	HOMENAGEM	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	CONCEDE Título de Cidadão Maranhense ao Dep. Luiz Pedro de Oliveira e Silva, natural do Estado do Ceará.		R/L 434.03		01.12.03		ARQUIV.
P.R.L.	026.03	2003	HOMENAGEM	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	CONCEDE Título de Cidadão Maranhense ao Dep. Manoel Souza Viana, do Estado do Ceará, Dep. Ceará)		R/L 435.03		01.12.03		ARQUIV.
P.R.L.	027.03	2003	HOMENAGEM	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	CONCEDE Título de Cidadão Maranhense ao DEP. REGINALDO COSTA NUNES, da Estado da Bahia.		R/L 436.03		01.12.03		ARQUIV.
P.R.L.	029.03	2003	HOMENAGEM	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	CONCEDE Título de Cidadão Maranhense ao Dep. Soliney Silva, Estado do Piauí.		R/L 438.03		01.12.03		ARQUIV.
P.R.L.	030.03	2003	HOMENAGEM	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	CONCEDE Título de Cidadão Maranhense ao Dep. Mauro Bezerra, Estado do Ceará.		R/L 439.03		01.12.03		ARQUIV.
P. L.	327.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	ALTERA a redação do art. 7º da Lei nº 274, que altera e acrescenta dispositivos a Lei nº 90/88 cria o Fundo Especial Legislativo).		VETO TOTAL				ARQUIV.
P.L	083.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	CONSIDERA de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Matinha do Rio Grande e suas adjacências - AMMA, em São Luís - Maranhão		7871		14.05.03		ARQUIV.;
P.L	067.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	CONSIDERA de utilidade pública a União de Moradores da vila Flamengo.		7865		17.04.03		ARQUIV.
P.L	263.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	CONSIDERA de utilidade pública a Fundação Beneficente José Gonçalves de Souza e dá outras providências.		LEI Nº 7.999		10.11.03		ARQUIV.
P.L	244.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	ALTERA DISPOSITIVODA Lei nº 266, de 10 de janeiro de 2002, que extingue o Fundo de Pensão Parlamentar do Estado do Maranhão e dá outras providências.		L/P 274.03 L/P 275/03		16.10.03 21.11.03		ARQUIV. ARQUIV.
P.L	109.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	CONSIDERA de utilidade pública o Instituto Maranhense de Mediação e Arbitragem.		7893		12.06.03		ARQUIV.
P.L	210.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	CONSIDERA de utilidade Pública a Organização das Sociedades Cívis, de Interesse Público do Maranhão.		7953		10.09.03		ARQUIV.
P.R.L	031.03	2003	HOMENAGEM	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	CONCEDE Título de Cidadão Maranhense e dá outras providências.		R/L 433.03		20.10.03		ARQUIV.
P.L	315.03	2003	HOMENAGEM	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	DENOMINA Alcione Nazaré o Viaduto construído pelo Governo do Estado localizado à Avenida dos Franceses nesta Capital.		8008		25.11.03		ARQUIV.
P.L	305.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	CONSIDERA de utilidade pública a Associação dos Amigos do Bom Menino das Mercês e dá outras providências.		8030		28.11.03		ARQUIV.
P.L	310.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	CONSIDERA de utilidade pública a Associação Recreativa e Beneficente Bloco Alternativo Lírio do Amor e dá outras providências.		8016		28.11.03		ARQUIV.
P.L	379.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	CONSIDERA de utilidade pública a Associação das Donas de casa do Povoado Santana - São José dos Bastiões - MA		8095		02.04.04		ARQUIV.

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.R.L. ANEXO P.R.L.	028.03 024.03	2003	HOMENAGEM	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM e DEP. CÉSAR PIRES	CONCEDE Título de Cidadã Maranhense a Dep. Maria do Socorro Waquim, Estado Piauí.		R/L.437.03		01.12.03		ARQUIV.
P.L.	220.03	2003	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/PRESO	DEP. CARLOS FILHO	ESTABELECE normas e critérios para acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. - OBS: VETO PARECIAL ATRAVÉS DA M.G Nº 111/2003		8031		23.12.03		ARQUIV. JUNTO COM O PROJ. 28/10/2004
P.L.	036.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. CÉSAR PIRES	ACRESCENTA os §§ 1º e 2º ao art. da Lei nº 6.513 de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado do Maranhão.						
P.R.L.	015.03	2003	HOMENAGEM	DEP. CÉSAR PIRES	CONCEDE o Título de Cidadã Maranhense a Deputada Cristina Archer.		R/L 429		13.08.03		ARQUIV.
P.L.	180.03	2003	HOMENAGEM	DEP. CÉSAR PIRES	CONSIDERA de utilidade pública a Associação das Barraqueiras de Miranda do Norte - MA, com sede e foro no Município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão.		7955		10.09.03		ARQUIV.
P.L.	221.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CÉSAR PIRES	CONSIDERA de utilidade pública a Associação dos Artesãos do Cohatrac e Adjacência - AARTHECA, entidade civil com sede e foro no Município de São Luís, no Estado do Maranhão.		7958		19.09.03		ARQUIV.
P.L.	282.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CÉSAR PIRES	CONSIDERA de utilidade pública a Hinaré, com sede e foro no Município de São Luís, no Estado do Maranhão.		8006		25.11.03		ARQUIV.
P.L.	091.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. CÉSAR PIRES	DÁ nova redação ao art. 6º da Lei nº 6.663, de 04 de junho de 1996, que dá nova denominação e redação ao Capítulo II da Lei nº 5.931, de 22 de abril de 1994.		VETADO				ARQUIV. JUNTO C/A M.G Nº 099.03
P.L.	318.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. CÉSAR PIRES	CRIA a disciplina "Cidadania e Direitos Fundamentais" em caráter optativo nas estruturas curriculares dos estabelecimentos de ensino que compõe o Sistema Estadual de Ensino, de 5ª a 8ª séries.		8073		07.01.04		ARQUIV.
P.L.	247.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CÉSAR PIRES	CONSIDERA de utilidade pública a Associação dos Colecionadores do Maranhão - ASCOMA, com sede e foro no Município de São Luís, Estado do Maranhão.		LEI Nº 8.002		10.11.03		ARQUIV.
P.L.	100.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CÉSAR PIRES	CONSIDERA de utilidade pública a Associação Beneficente da Vila Militar Cruzeiro do Anil, com sede e foro no Município de São Luís, no Estado do Maranhão.		7884		28.05.03		ARQUIV.
P.L.	053.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. CÉSAR PIRES	ACRESCENTA os §§ 1º e 2º ao art. 163, da Lei nº 6.513 de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Estatuto dos policiais - Militares da Polícia Militar do Estado do Maranhão.		VETADO ATRAVÉS DA M.G 074.03				ARQUIV.
P. L.	209.03	2003	TRANSPORTE E SEGURANÇA	DEP. CÉSAR PIRES	DISPÕE sobre a obrigatoriedade de divulgação de fotografias e/ou dados pessoais, via Internet, dos presos, condenados ou que tenham prisão preventiva decretada pela Justiça, que estejam foragidos e dá outras providências.		VETO TOTAL				ARQUIV.
P. L.	190.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. CÉSAR PIRES	ALTERA e acrescenta dispositivos à Lei nº 85/64, que proíbe aos estabelecimentos oficiais de ensino a cobrança de taxas e contribuições que especifique e dá outras providências, alterada pela Lei nº 5.344/91		LEI PROMULGADA Nº 279		13.08.04		ARQUIV.
P. L.	189.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. CÉSAR PIRES	TORNA obrigatório o ensino das Disciplinas Filosofia e Sociologia aos Estudantes do Ensino Fundamental e Médio do Estado do Maranhão.		LEI Nº 8.150 MAIS LEI PROMULGADA Nº 278 DE 28.06.04 - D.O DE 13.07.04		30.06.04		ARQUIV.
P. L.	219.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. CÉSAR PIRES	DISPÕE sobre o Reaproveitamento de Livros Didáticos a serem utilizados pelos alunos dos estabelecimentos oficiais de ensino público e particular do Estado por um prazo mínimo de seis meses.		8048		23.12.03		ARQUIV.
P.L.	152.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. CRISTINA ARCHER	DISPÕE o parcelamento de multas por infrações de trânsito e dá outras providências.		DEVOLV.				ARQUIV.
P.L.	076.03	2003	TRANSPORTE E SEGURANÇA	DEP. CRISTINA ARCHER	INSTITUI o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.R.L.	013.03	2003	REESTRUTURAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	DEP. CRISTINA ARCHER	INSTITUI a Sessão Plenária dos Estudantes no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.		R.L 426.03		16.06.03		ARQUIV.
P. L.	249.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. CRISTINA ARCHER	AUTORIZA ao Poder Executivo do Estado do Maranhão, conceder o parcelamento de débitos vencidos até 31/12/02, relativos ao Imposto sobre a propriedade de veículos automotores IPVA, bem como das multas de trânsito de competência do Estado, vinculados aos po		VETADO M.G 128.03 Publ. D.A.		16.12.03		ARQUIV.
P.L.	347.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CRISTINA ARCHER	CONSIDERA de utilidade pública a Associação das Famílias Rurais, Alunos e ex - Alunos da Escola Família Agrícola de Codó, Estado do Maranhão.		8037		22.12.03		ARQUIV.
P.L.	256.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. DEUSDEDITH SAMPAIO	CONSIDERA de utilidade pública a entidade Programa de Assistências ao Idoso de Açailândia, com sede e foro no Município de Açailândia.		LEI Nº 7986		24.10.03		ARQUIV.

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A.	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P. L.	272.03	2003	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/PRESO	DEP. DEUSDEDITH SAMPAIO	CONCEDE passe livre às pessoas portadoras de deficiência no Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal, nos modais rodoviário e aquático.		8053		31.12.03		ARQUIV.
P. L.	319.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. DEUSDEDITH SAMPAIO	CONSIDERA de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Doce do Maranhão, com sede e foro no Município de Água Doce do Maranhão.		8028		28.11.03		ARQUIV.
P. L.	320.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. DEUSDEDITH SAMPAIO	CONSIDERA de utilidade pública a Associação do Clube de Mães Carentes do Povoado Novo Oriente, com sede e foro no Município de Açailândia - Ma.		8029		28.11.03		ARQUIV.
P. L.	321.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. DEUSDEDITH SAMPAIO	CONSIDERA de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais P. A. Planalto I, com sede e foro no Município de Açailândia - Ma.		8027		28.11.03		ARQUIV.
P. L.	322.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. DEUSDEDITH SAMPAIO	CONSIDERA de utilidade pública o Clube de Mães Paroquiana São João Batista, com sede e foro no Município de Açailândia - Ma.		8026		28.11.03		ARQUIV.
P. L.	323.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. DEUSDEDITH SAMPAIO	CONSIDERA de utilidade pública a Associação do Clube de Mães Carente do Povoado Planalto I, com sede e foro no Município de Açailândia - Ma.		8025		28.11.03		ARQUIV.
P. L.	324.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. DEUSDEDITH SAMPAIO	CONSIDERA de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro do Município de Bom Jesus das Selvas, com sede e foro no Município de Santa Luzia - Ma.		8024		28.11.03		ARQUIV.
P.L	156.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. DEUSDEDITH SAMPAIO	CONSIDERA de utilidade pública a Associação das Mulheres de Açailândia - Maranhão.		7922		09.07.03		ARQUIV.
P.L	255.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. DEUSDEDITH SAMPAIO	CONSIDERA de utilidade pública a União de Moradores do Bairro Laranjeiras, com sede e foro no Município de Açailândia - Maranhão.		LEI Nº 7989		24.10.03		ARQUIV.
P.L.C	008.03	2003	RELAÇÃO DE TRABALHO	DEP. DOMINGOS DUTRA	DISPÕE sobre a indenização remunerada do trabalho noturno para servidores militares e dá outras providências.		REJEIT. 02.09.03				ARQUIV.
P.E.C	013.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. DOMINGOS DUTRA	MODIFICA o inciso X do art. da Constituição Estadual do Maranhão e dá outras providências.		REJEITADO				ARQUIV.
P. L.	268.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. DOMINGOS DUTRA	DISPÕE sobre a isenção da taxa de inscrição às pessoas doadoras de sangue à rede hospitalar estadual que se inscreverem para prestar concurso pública nos órgãos estaduais da administração direta e indireta.		VETO TOTAL				ARQUIV.
P.L	115.03	2003	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. DOMINGOS DUTRA	DISPÕE sobre a obrigatoriedade de notificação e publicação de recursos para municípios e entidades.		VETO TOTAL				ARQUIV.
P.L	070.03	2003	DIREITO AMBIENTAL/ZONEAMENTO	DEP. ELÍGIO ALMEIDA	CONSOLIDA os limites do Município de Bacabal e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.R.L	021.03	2003	HOMENAGEM	DEP. ELÍGIO ALMEIDA	CONCEDE Título de Cidadão Maranhense ao Sr. Antônio Pereira Filho.		R/L432.03		02.10.03		ARQUIV.
P.L	312.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ELÍGIO ALMEIDA	CONSIDERA de utilidade pública a União e Clube dos Idosos e Portadores de Deficiência Múltiplas da Cidade Olímpica com sede e foro no Município de São Luís - Maranhão.		8022		28.11.03		ARQUIV.
P. L.	286.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. FORTUNATO MACEDO	DISPÕE sobre a notificação prévia de débito pelo atraso no recolhimento de ICMS, para fins de descredenciamento de empresas.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	126.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. FRANCISCO GOMES	CONSIDERA de utilidade pública a Associação dos Contrarrêneos e Amigos de Capim-Açu com sede e foro no Município de Viana - Maranhão.		7892		12.06.03		ARQUIV.
P. L.	175.03	2003	RELAÇÃO DE TRABALHO	DEP. GEOVANE CASTRO	DISPÕE sobre as Atividades dos Despachantes Documentalistas e Afins.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	260.03	2003	HOMENAGEM	DEP. GEOVANE CASTRO	DISPÕE sobre denominação da Biblioteca "Farol da Educação de São Mateus - MA.		8047		23.12.03		ARQUIV.
P.L	061.03	2003	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. GRAÇA PAZ	DISPÕE sobre o serviço de empacotamento de mercadorias adquiridas em supermercado e lojas afins e dá outras providências.		7916		09.07.03		ARQUIV.
P.L	192.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. GRAÇA PAZ	CONSIDERA de utilidade pública o Bumba-Meu-Boi Brilho da Comunidade com sede e foro nesta Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Rua Machado de Assis, nº 06, Recanto Santos Dumont, Cohab Anil III.		7943		10.09.03		ARQUIV.
P.L	197.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. GRAÇA PAZ	CONSIDERA de utilidade pública a Associação Social das Donas de Casa Olímpica e Escola Creche Comunitária, Luís Inácio da Silva, com sede e foro na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão		7947		10.09.03		ARQUIV.
P.L	243.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. GRAÇA PAZ	CONSIDERA de utilidade pública o Instituto Cultural Manuel Lopes, com sede e foro na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão.		7971		03.10.03		ARQUIV.
P.L	139.03	2003	TRANSPORTE E SEGURANÇA	DEP. GRAÇA PAZ	ESTABELECE normas de segurança para as Empresas de transporte coletivo intermunicipal de passageiros e dá outras providências.		8009		25.11.03		ARQUIV.

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L	057.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. HELENA BARROS HELUY	REVOGA totalmente a Lei Nº 6.245/94		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	096.03	2003	ORÇAMENTO/CONTAS	DEP. HELENA BARROS HELUY	DISPÕE sobre o protocolo descentralizado de recursos e outras petições dirigidas ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.		Rejeitado				ARQUIV.
P.E.C	005.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. HELENA BARROS HELUY	REVOGA o art. 45 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do estado do Maranhão.		Inconstituc.				ARQUIV.
P.L	097.03	2003	RELAÇÃO DE TRABALHO	DEP. HELENA BARROS HELUY	VEDA a nomeação de cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau civil de membros ou titulares de Poder, disciplinando a prática do nepotismo no Estado do Maranhão.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	110.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. HELENA BARROS HELUY	CONSIDERA de utilidade pública a Associação dos Moradores do Povoado Tubarão, Município de Alcântara.		7894		12.06.03		ARQUIV.
P.L	119.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. HELENA BARROS HELUY	CONSIDERA de utilidade pública a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Fortuna.		7899		12.06.03		ARQUIV.
P.L	150.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. HELENA BARROS HELUY	CONSIDERA de utilidade pública o Centro de Promoção de Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos Padre Josimo.		7914		09.07.03		ARQUIV.
P.L	167.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. HELENA BARROS HELUY	CONSIDERA de utilidade pública a Associação dos Portadores do Vírus HIV AIDS.		7925		09.07.03		ARQUIV.
P.L	199.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. HELENA BARROS HELUY	CONSIDERA de utilidade pública a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Urbanas de Santa Luzia - Maranhão.		7957		15.09.03		ARQUIV.
P.L.C	004.03	2003	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. HELENA BARROS HELUY	DISPÕE sobre a consolidação das Leis Estaduais Maranhenses e de outros atos normativos.		L.C 064.03		10.11.03		ARQUIV.
P.L	160.03	2003	DIREITO DA MULHER	DEP. HELENA BARROS HELUY	DISPÕE sobre a ampliação das Equipes do Programa Saúde da Família PSF no Estado do Maranhão, assegurando a Inclusão de Assistentes Sociais.		VETO TOTAL				ARQUIV.
P.L	029.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. HÉLIO SOARES	ISENTA o pagamento de Custas Judiciais e Extra Judiciais e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	113.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. HÉLIO SOARES	CONSIDERA de utilidade pública a Associação de Trabalhadores Agrícolas do Assentamento de Açutua.		7898		12.06.03		ARQUIV.
P.L	340.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. HÉLIO SOARES	CONSIDERA de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores Rurais da Gleba Agro Alegre.		8070		15.01.04		ARQUIV.
P.L	341.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. HÉLIO SOARES	CONSIDERA de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores Rurais da Gleba Agro Alegre Barro Branco.		8063		15.01.04		ARQUIV.
P.L	342.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. HÉLIO SOARES	CONSIDERA de utilidade pública a União de Moradores do Povoado Coivaras.		8060		15.01.04		ARQUIV.
P.L	343.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. HÉLIO SOARES	CONSIDERA de utilidade pública Associação dos Moradores de Santo Antônio.		8062		15.01.04		ARQUIV.
P.L	344.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. HÉLIO SOARES	CONSIDERA de utilidade pública a Associação dos Pequenos Trabalhadores Rurais do Povoado Lambedor.		8068		15.01.04		ARQUIV.
P.L	345.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. HÉLIO SOARES	CONSIDERA de utilidade pública a Associação da Faixa 45 Quadra 02 Capoeira.		8065		15.01.04		ARQUIV.
P.L	370.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. HÉLIO SOARES	CONSIDERA de utilidade pública a Fundação Tiago Marques Costa - Turilândia - Maranhão		8096		02.04.04		ARQUIV.
P.L	332.03	2003	HOMENAGEM	DEP. HUMBERTO COUTINHO	DISPÕE sobre denominação da Biblioteca Farol da Educação de Iatumã - Maranhão.		8074		07.01.04		ARQUIV.
P.L	132.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JANICE BRAIDE	CONSIDERA de utilidade pública a Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Vale do Pindaré, em Bom Jesus das Selvas - Maranhão.		7910		09.07.03		ARQUIV.
P.L	134.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JANICE BRAIDE	CONSIDERA de utilidade pública a Associação do Clube dos Idosos de Turilândia em Turilândia - Maranhão.		7912		09.07.03		ARQUIV.
P.L	133.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JANICE BRAIDE	CONSIDERA de utilidade pública a Associação de Moradores do P3 V3 em Buticupu - Maranhão.		7913		09.07.03		ARQUIV.
P.L	376.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JANICE BRAIDE	CONSIDERA de utilidade pública a Associação Atlética dos Veteranos de Altamira do Maranhão - MA		8092		02.04.04		ARQUIV.
P.L	090.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JANICE BRAIDE	CONSIDERA de utilidade pública a Associação dos Dentistas Práticos do Estado do Maranhão - ADPEMA - Bom Jesus das Selvas - MA.		7875		14.05.03		ARQUIV.
P.L	236.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOÃO EVANGELISTA	CONSIDERA de utilidade pública a União dos Moradores de Vila Samara, com sede e foro em São Luís, neste Estado.		7975		03.10.03		ARQUIV.
P.L	239.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOÃO EVANGELISTA	CONSIDERA de utilidade pública a União dos Moradores da Vila Nova Republica, com sede e foro em São Luís, neste Estado.		7972		03.10.03		ARQUIV.
P.L	238.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOÃO EVANGELISTA	CONSIDERA de Utilidade Pública a Associação Comunitária e Beneficente Bairro de Vila Santana - ASCOBEVISA.		8176		29.10.04		ARQUIV.
P.L	240.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOÃO EVANGELISTA	CONSIDERA de Utilidade Pública a União de Moradores do Bairro de Inhauma.		8177		29.10.04		ARQUIV.

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L	201.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOÃO EVANGELÍSTA	CONSIDERA de utilidade pública a Associação do Menor Carente do Bom Jesus Primavera, com sede e foro em São Luís - Maranhão..		7949		10.09.03		ARQUIV.
P.L	241.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOÃO EVANGELÍSTA	CONSIDERA de utilidade pública o Clube de Mães Senhora das Graças de Brasília, com sede e foro em São Luís, neste Estado.		7980		07.10.03		ARQUIV.
P.L	357.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOÃO EVANGELÍSTA	CONSIDERA de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Jabutiuba São João Batista - MA.		8067		15.01.04		ARQUIV.
P.L	200.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOÃO EVANGELÍSTA	CONSIDERA de utilidade pública a Escola Comunitária Pimpolho., com sede e foro em São Luís -MA.		7950		10.09.03		ARQUIV.
P.L	080.03	2003	TRANSPORTE E SEGURANÇA	DEP. JOAQUIM NAGIB HAICKEL	DISPÕE sobre a venda de tinta spray e dá outras providências.		8168		09.09.04		ARQUIV.
P.R.L	022.03	2003	HOMENAGEM	DEP. JOSÉ LIMA DOS S. FILHO	CONCEDE Título de Cidadão Maranhense ao Sr. Deusdedith Alves Sampaio.						
P.R.L	022.03	2003	HOMENAGEM	DEP. JOSÉ LIMA DOS S. FILHO	CONCEDER Título de Cidadão Maranhense ao Sr. Deusdedith Alves Sampaio		R/L 431.03		02.10.03		ARQUIV.
P.L.	244.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOSÉ LIMA DOS S. FILHO	CONSIDERA de utilidade pública o Centro Comunitário Santo Antônio, na Estrada da Vitória nº 123, no Bairro do Santo Antônio, com sede e foro no Município de São Luís - Maranhão		7.995 7.982		28.10.03 07.10.03		ARQUIV. ARQUIV.
P.L	224.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOSÉ LIMA DOS S. FILHO	CONSIDERA de utilidade pública a Sociedade de Atendimento Humanitário Educar para Desenvolver - SAHED, no Bairro do Bequimão, com sede e foro no Município de São Luís - Maranhão		7968		26.09.03		ARQUIV.
P.L	257.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOSÉ LIMA DOS S. FILHO	CONSIDERA de utilidade pública a Associação dos Idosos do Bairro Anjo da Guarda Comandante Maranhão, no Bairro do Anjo da Guarda, entidade civil com sede e foro no Município de São Luís.		LEI Nº 7990		24.10.03		ARQUIV.
P.L	262.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOSÉ LIMA DOS S. FILHO	CONSIDERA de utilidade pública o Centro Cultural Vila Nova República - CCVNR, NA Vila Nova República, com sede e foro no Município de São Luís - MA		LEI Nº 8.001		10.11.03		ARQUIV.
P.L	270.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOSÉ LIMA DOS S. FILHO	CONSIDERA de utilidade pública o Instituto Educacional e Social Vila Funil, na Vila Funil, com sede e foro no Município de São Luís - Maranhão.		LEI Nº 8.005		10.11.03		ARQUIV.
P.L	082.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. LUIZ PEDRO	CONSIDERA de Utilidade Pública a Associação Comunitária das Famílias de Quindua com sede e foro em Bequimão - Maranhão.		7870		14.05.03		ARQUIV.
P.L	098.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. LUIZ PEDRO	CONSIDERA de utilidade pública a Associação da Vila São José com sede e foro em Paço do Lumiar.		7883		20.05.03		ARQUIV.
P.L	116.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. LUIZ PEDRO	CONSIDERA de utilidade pública a União dos Moradores da Agrovila Pedro Careca, com sede e foro em Paço do Lumiar - MA.		7896		12.06.03		ARQUIV.
P.L	122.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. LUIZ PEDRO	CONSIDERA de utilidade pública a Associação Recreativa Cultura Bloco Tradicional Vinagreira Show, com sede e foro em São Luís - Maranhão.		7890		12.06.03		ARQUIV.
P.L	211.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. LUIZ PEDRO	CONSIDERA de utilidade pública o Clube de Mães do Povoado Pindoba, com sede e foro em Paço do Lumiar - MA		7941		10.09.03		ARQUIV.
P.L	331.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. LUIZ PEDRO	ALTERA e acrescenta dispositivos da Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências. - VETO TOTAL ATRAVÉS DA M.G. Nº 001/2004.		VETO TOTAL				ARQUIV.
P.L	051.03	2003	criação de Órgãos/Cargos	DEP. MANOEL CEARÁ	DISPÕE sobre a Criação do Centro de Estudos Superiores de Lago da Pedra-MA, na estrutura da Universidade estadual do Maranhão - UEMA.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	052.03	2003	criação de Órgãos/Cargos	DEP. MANOEL CEARÁ	DISPÕE sobre a Criação do Centro de Estudos Superiores de Vitorino Freire - MA, na estrutura da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	054.03	2003	criação de Órgãos/Cargos	DEP. MANOEL CEARÁ	DISPÕE sobre a Criação do Centro de Estudo Superiores de São Mateus do Maranhão-MA, na estrutura da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA		Rejeitado				ARQUIV.
P.E.C	012.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. MANOEL RIBEIRO	ACRESCENTA & 7º AO ART. 22 DA Constituição do Estado.		Retirado a Ped. do Autor 29.10.03				ARQUIV.
P.L	092.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAURA JORGE	RECONHECE como utilidade pública a Fundação Waldir Filho, com sede e foro na Cidade de Lago da Pedra.		7876		13.05.03		ARQUIV.
P.L	120.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAURA JORGE	CONSIDERA de utilidade pública a Associação Beneficente Alcione Ferreira - ABAF.		7888		12.06.03		ARQUIV.
P.L	121.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAURA JORGE	CONSIDERA de utilidade pública a Escolinha de Esportes Gol de Ouro.		7889		12.06.03		ARQUIV.
P.L	035.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. MAURA JORGE	CONCEDE incentivos fiscais a patrocínio de Projetos Culturais no Estado do Maranhão e dá outras providências.		VETADO M.G 082.03				ARQUIV.

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L	271.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAURA JORGE	CONSIDERA de utilidade pública, a Associação Beneficente dos Moradores do Bairro Cidade Nova, no Município de Monção - Maranhão.		LEI Nº 8.004		10.11.03		ARQUIV.
P. L.	218.03	2003	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/P RESO	DEP. MAURA JORGE	ISENTA do pagamento de taxas de renovação da Carteira Nacional de Habilitação aos maiores de 65 anos e dá outras providências.		VETADO M.G Nº 130/03 Publ. D.A.		15.12.03		ARQUIV.
P.L	325.03	2003	HOMENAGEM	DEP. MAURA JORGE	DENOMINA o Farol da Educação na cidade de Lago da Pedra e dá outras providências.		8075		07.01.04		ARQUIV.
P.L	338.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAURA JORGE	CONSIDERA de utilidade pública a Fundação Paulo Germano de Sousa.		8069		15.01.04		ARQUIV.
P.D.L	004.03	2003	HOMENAGEM	DEP. MAURO BEZERRA	CONCEDE a Medalha Manoel Bequimão ao atleta maranhense Winglinton Rocha Barros.		D/L 296.03		1010.03		ARQUIV.
P.L	333.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAURO BEZERRA	CONSIDERA de utilidade pública, a Associação dos Beneficiários Aposentados e pensionista de São Domingos do Maranhão.		8071		15.01.04		ARQUIV.
P.R	002.03	2003	RELAÇÃO DE TRABALHO	DEP. MAURO BEZERRA	DISPÕE sobre o exercício do cargo de Secretário de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.		REJEIT. 11.03.03				ARQUIV
P.L	168.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAX BARROS	CONSIDERA de utilidade pública a Associação Comunitária Força e União (ACFUN).		7927		09.07.03		ARQUIV.
P.L	204.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAX BARROS	CONSIDERA de utilidade pública o Centro educacional Alvorada do Amanhã - CPAA, com sede e foro em São José de Ribamar - Maranhão.		7951		10.09.03		ARQUIV.
P.L	205.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAX BARROS	CONSIDERA de utilidade pública o Centro Comunitário do Bairro Sol e Mar, com sede e foro em São Luís - MA.		7952		10.09.03		ARQUIV
P.L	213.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAX BARROS	CONSIDERA de utilidade pública a Associação das Donas de Casa da Vila Luís Fernando, com sede e foro no Município de São José de Ribamar - MA.		7956		10.09.03		ARQUIV.
P.L	214.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAX BARROS	CONSIDERA de utilidade pública a COMEDUCART - Cooperativa Mista Educacional e Artesanal Ebenézer Ltda., com sede e foro no Município de São José de Ribamar.-		7962		19.09.03		ARQUIV.
P.L	215.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAX BARROS	CONSIDERA de utilidade pública o Centro Educacional e Cultura do Bairro São Raimundo-CEC, com sede e foro no Município de São Luís - MA.		7960		19.09.03		ARQUIV.
P.L	216.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAX BARROS	CONSIDERA de utilidade pública A Escolinha Mundo Encantado Senhora da Guia e Creche Santa Teresinha, com sede e foro no Município de São Luís - Maranhão.		7959		19.09.03		ARQUIV.
P.L	217.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAX BARROS	CONSIDERA de utilidade pública o Clube de Mães Santa Luzia, com sede e foro no Município de São Luís - MA.		7961		19.09.03		ARQUIV.
P.R.L.	034.03	2003	HOMENAGEM	DEP. MAX BARROS	CONCEDE Título de Cidadão Maranhense ao Engenheiro Artur Ribeiro Bastos, Estado do Pará.		R/L 441.03		05.12.03		ARQUIV.
P. L.	273.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. MAX BARROS	INSTITUI o Programa do Doador Voluntário de Sangue do Serviço Público Estadual. - VETO PARCIAL M.G Nº 131/03 - PROMULGADO PELA LEI Nº 283,04		8.039 L/P Nº 283/04		22.12.03 09.12.04		ARQUIV.
P.L	169.03	2003	RELAÇÃO DE TRABALHO	DEP. MAX BARROS	DISPÕE sobre o remanejamento do pessoal do extinto TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO dos Municípios, redistribuídos na forma da Lei nº 5.745, de 20 de junho de 1993 e dá outras providências.		VETADO ATRAVÉS DA M.G 091/03				ARQUIV.
P.L.	145.03	2003	TRANSPORTE E SEGURANÇA	DEP. PAULO NETO	INSTITUI a obrigatoriedade da instalação de banheiro e bebedouro, para a utilização de público, nas instituições bancárias do Maranhão.						
P.L	141.03	2003	TRANSPORTE E SEGURANÇA	DEP. PAULO NETO	INSTITUI a obrigatoriedade da instalação de banheiro e bebedouro, para a utilização do público, nas instituições bancárias do Maranhão.		8049		23.12.03		ARQUIV.
P.L	016.03	2003	DIREITO AMBIENTAL/ZONEAMENTO	DEP. PAVÃO FILHO	DISPÕE sobre a criação da Delegacia Especial do Meio Ambiente e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	017.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. PAVÃO FILHO	DISPÕE sobre a dispensa, durante os Festejos Juninos do pagamento de Licença ao Governo do Estado do Maranhão pelas Entidades que especifica e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	020.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. PAVÃO FILHO	AUTORIZA o Poder Executivo a criar incentivos Fiscais às Cooperativas no Estado do Maranhão e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	021.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. PAVÃO FILHO	DISPÕE sobre a isenção do pagamento das taxas cartoriais as Entidades Comunitárias e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	022.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. PAVÃO FILHO	CRIA a obrigatoriedade de palestras educativas de conscientização para a preservação do Patrimônio Público, Histórico e Cultural, nos estabelecimentos de ensino do Estado do Maranhão e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L	023.03	2003	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/PRESO	DEP. PAVÃO FILHO	AUTORIZA o Governo do Estado a firmar convênios com empresas de iniciativa privada, objetivando a utilidade de mão-de-obra carcerária, e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	025.03	2003	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. PAVÃO FILHO	DISPÕE sobre a obrigatoriedade da instalação de armários guarda-volumes nas agências bancárias providas de portas giratórias.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	026.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. PAVÃO FILHO	DISPÕE sobre a criação do Programa Alimentação Escolar para o corpo discente do turno noturno nos Estabelecimentos de Ensino do Estado do Maranhão e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	027.03	2003	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/PRESO	DEP. PAVÃO FILHO	DISPÕE sobre horário especial de trabalho, para o Servidor Público Estadual, que possui filho portador de deficiência e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	038.03	2003	criação de ÓRGÃOS.CARGOS	DEP. PAVÃO FILHO	DISPÕE sobre a Criação de uma Escola de Ensino Médio, no Conjunto Habitacional São Raimundo e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	040.03	2003	criação de ÓRGÃOS.CARGOS	DEP. PAVÃO FILHO	DISPÕE sobre a Criação de uma Escola de Ensino Médio, no bairro do Coroadinho e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	041.03	2003	criação de ÓRGÃOS.CARGOS	DEP. PAVÃO FILHO	DISPÕE sobre a Criação de uma Escola de Ensino Médio, no bairro da Vila Luizão e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	043.03	2003	criação de ÓRGÃOS.CARGOS	DEP. PAVÃO FILHO	DISPÕE sobre a Criação de uma escola de Ensino Médio no bairro da Cidade Olímpica e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	045.03	2003	TRANSPORTE E SEGURANÇA	DEP. PAVÃO FILHO	DISPÕE sobre a obrigatoriedade de Instalação de Sistemas de Blindagem nas viaturas nos Postos de Observação e Vigilância - POV da Polícia Militar do Estado do Maranhão e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	024.03	2003	TRANSPORTE E SEGURANÇA	DEP. PAVÃO FILHO	PROIBE a propaganda de bebida alcoólica à beira das rodovias estaduais.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	042.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. PAVÃO FILHO	DISPÕE sobre Incentivo Fiscal ao Esporte Amador no Estado do Maranhão e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	044.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. PAVÃO FILHO	DISPÕE sobre custeio integral para formação de Docentes da rede Pública Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	046.03	2003	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/PRESO	DEP. PAVÃO FILHO	DISPÕE sobre a concessão de desconto aos idosos em cinemas, teatros, museus e demais casas de espetáculos, parques de diversões e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	059.03	2003	TRANSPORTE E SEGURANÇA	DEP. PAVÃO FILHO	DISPÕE sobre equipamentos obrigatórios de segurança em bancos 24 horas localizados no Estado do Maranhão e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	074.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. PAVÃO FILHO	ESTENDE os benefícios previstos no inciso IV, do artigo 9º, da Lei nº 5.594.92, aos mototaxistas do Estado do Maranhão e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	058.03	2003	OUTROS	DEP. PAVÃO FILHO	TORNA obrigatória a extinção de informações sobre o Turismo Maranhense nas telas de cinema do Estado do Maranhão, e dá outras providências.		7930		11.07.03		ARQUIV.
P.L	153.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. PAVÃO FILHO	CONSIDERA de utilidade pública a União Cultura Beneficente dos Moradores ao Conjunto Residencial Pirâmide.		7928		09.07.03		ARQUIV.
P.L	173.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. PAVÃO FILHO	CONSIDERA de utilidade pública o Grupo da Amizade de Apoio à Comunidade da Vila Luizão.		7939		27.08.03		ARQUIV.
P.L	309.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. PAVÃO FILHO	CONSIDERA de utilidade pública a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Roseana Sarney com sede e foro no Município de Paço do Lumiar - Maranhão.		8015		28.11.03		ARTQUIV.
P.L	060.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. PAVÃO FILHO	DISCIPLINA a prática de modalidades esportivas de lutas no Estado do Maranhão.						
P.L	314.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. PAVÃO FILHO	CRIA a obrigatoriedade de palestras educativas e preventivas de combate às drogas nas atividades dos estabelecimentos de ensino no Estado do Maranhão.		LEI Nº 8.078		05.02.04		ARQUIV.
P.L	039.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. PAVÃO FILHO	DISPÕE sobre os descontos na compra de medicamentos farmácias e drogarias, instaladas no Estado do Maranhão e dá outras providências.		RETIRADO A PEDIDO DO AUTOR				ARQUIV.
P.L	351.03	2003	RELAÇÃO DE TRABALHO	DEP. PAVÃO FILHO	ESTABELECE normas de prevenção das doenças e critérios e defesa da saúde dos trabalhadores em relação às atividades que possam desencadear lesões por esforço repetitivo (L.E.R) no Estado do Maranhão e dá outras providências.		REJEITADO		22.03.05		ARQUIV.
P.L	231.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. REGINALDO COSTA NUNES	CONSIDERA de utilidade pública a Fundação Beneficente Cândido Artur Medeiros Ribeiro (FUNBECA).		7969		26.09.03		ARQUIV.

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L	157.03	2003	RELAÇÃO DE TRABALHO	DEP. REGINALDO COSTA NUNES	AUTORIZA todos os órgãos públicos estaduais a dar treinamento a servidores para que façam atendimento à pessoas portadoras de necessidades especiais e dá outras providências.		REJEIT.				ARQUIV.
P.L	079.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. RIGO TELES	CONSIDERA de Utilidade Pública a CAERB-Cooperativa Agropecuária e de Energização Rural de Barra do Corda Ltda., com sede e foro em Barra do Corda - Maranhão.		7872		14.05.03		ARQUIV.
P.L	112.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. RIGO TELES	CONSIDERA de utilidade pública a Associação dos Mototaxista do Município de Barra do Corda - MA, com sede e foro em Barra do Corda - Maranhão.		7895		12.06.03		ARQUIV.
MOÇÃO	002.03	2003	OUTROS	DEP. RUBEM BRITO	MOÇÃO de censura a iminente guerra ao Iraque.						
P.L	049.03	2003	DIREITO AMBIENTAL ZONEAMENTO	DEP. RUBEM BRITO	INSTITUI a Semana Estadual de Proteção e Preservação das Águas Doces no território do Estado, com a realização de ações de natureza cultural e educacional, voltadas para o controle, educação e preservação dos aquíferos superficiais e subterrâneos.		7869		07.05.03		ARQUIV.
P.L	111.03	2003	TRANSPORTE E SEGURANÇA	DEP. RUBEM BRITO	TORNA obrigatória a presença, em caráter permanente, de policiais civis ou militares femininos, no âmbito de todas as Delegacias de Polícia do Estado do Maranhão.		Rejeitado'o				ARQUIV.
P.L	245.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. RUBEM BRITO	CONSIDERA de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores da Vila Lobão - ASCOVIL.		7979		07.10.03		ARQUIV.
P.R.L.	033.03	2003	HOMENAGEM	DEP. RUBEM BRITO	CONCEDE Título de Cidadão Maranhense ao Empresário Auriomar André de Souza, Estado Piauí.		R/L 440.03		01.12.03		ARQUIV.
P.L	337.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. RUBEM BRITO	CONSIDERA de utilidade pública o Centro de Convivência do Anil - CECIA.		8059		15.01.04		ARQUIV.
P.L	171.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. RUBENS PEREIRA	CONSIDERA de utilidade pública a Associação Cultural Desportiva Bahia Presidente Dutra - Ma.		7923		09.07.03		ARQUIV.
P.R.L	001.03	2003	REESTRUTURAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	DEP. RUBENS PEREIRA	CRIA a Corregedoria parlamentar da Assembleia Legislativa do estado do Maranhão e dá outras providências.		R/L 423		10.04.03		ARQUIV.
P.L	063.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. SOCORRO WAQUIM	CONSIDERA de utilidade pública e dá outras providências.		7867		17.04.03		ARQUIV.
P.L	084.03	2003	DIREITO DA MULHER	DEP. SOCORRO WAQUIM	CRIA o Programa Especial de Atendimento a Mulher e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	304.03	2003	HOMENAGEM	DEP. SOCORRO WAQUIM	DENOMINA o estabelecimento Penal Regional de Timon e dá outras providências.		8050		23.12.03		ARQUIV.
P.L	354.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. SOCORRO WAQUIM	CONSIDERA de utilidade pública o Instituto das Irmãs Missionárias de Nossa senhora das Dores e dá outras providências.		8066		15.01.04		ARQUIV.
P.L	015.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. SOLINEY SILVA	ACRESCENTA & 9º ao art.1º da Lei nº de 10 de janeiro de 2002, que extingue o Fundo de Pensão Parlamentar do Estado do Maranhão e dá outras providências.		7857		14.02.03		ARQUIV.
P.L	037.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. STÊNIO RESENDE	CRIA o Programa da Farmácia Popular e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	071.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. STÊNIO RESENDE	DISPÕE sobre utilidade pública o Centro Educacional Marly Sarney com sede e foro nesta Capital.		7868		17.04.03		ARQUIV.
P.L	144.03	2003	HOMENAGEM	DEP. STÊNIO RESENDE	DISPÕE sobre denominação da Biblioteca "Farol do Saber" do Município de Vitorino Freire - Maranhão.		7964		26.09.03		ARQUIV.
P.L	237.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. STÊNIO RESENDE	ALTERA a redação do inciso X do art. 3º da Lei nº 6.866 de 05 dezembro de 1996.		VETADO				ARQUIV.
P.R.L	020.03	2003	HOMENAGEM	DEP. STÊNIO RESENDE	CONCEDE Título de Cidadão Maranhense ao Sr. Leonardus Josephus Philipsen.		R/L 430		11.09.03		ARQUIV.
P.L	36.03	2003	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. STÊNIO RESENDE	AUTORIZA o Poder Executivo Implantar o Restaurante Popular.		Rejeitado				ARQUIV.
P.R	004.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. TELMA PINHEIRO	DISPÕE sobre a isenção do Programa Primeiro Emprego no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.		REJEIT. 01.04.03				ARQUIV.
P.L	018.03	2003	TRANSPORTE E SEGURANÇA	DEP. TELMA PINHEIRO	INSTITUI sobre a criação do "Programa Bombeiro Comunitário".		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	019.03	2003	INCENTIVO A PRODUÇÃO AGRICULTURA	DEP. TELMA PINHEIRO	INSTITUI sobre a criação de "Reforço Pesqueiro", que consiste em fornecer implementos de Pesca, a Pescadores Artesanais do Litoral Maranhense.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	028.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. TELMA PINHEIRO	CONSIDERA de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Moradores da Vila Kiola Costa - São José de Ribamar-MA.		7858		28.03.03		ARQUIV.
P.L	034.03	2003	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. TELMA PINHEIRO	INSTITUI o Programa "Poço Legal".		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	081.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. TELMA PINHEIRO	CONSIDERA de Utilidade Pública da União de Moradores da Vila Kiola Costa no município de São José de Ribamar -MA.		7873		14.05.05		ARQUIV.
P.L	048.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. TELMA PINHEIRO	INSTITUI o Programa Educativo e Preventivo de Segurança nas Escolas de Ensino Fundamental Médio da Rede Estadual e Particular.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	064.03	2003	DIREITO DA MULHER	DEP. TELMA PINHEIRO	DISPÕE a Criação de Linha de Crédito Especial "Pró-Mulher".		Rejeitado				ARQUIV.

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L	065.03	2003	DIREITO DA MULHER	DEP. TELMA PINHEIRO	DISPÕE sobre a Implantação no Sistema de Rede de Saúde Estadual a obrigatoriedade do Teste Sorológico Anti - HIV, em mulheres grávidas.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	069.03	2003	DIREITO DA MULHER	DEP. TELMA PINHEIRO	INSTITUI a Campanha de Orientação e Prevenção da Osteoporose nas Mulheres Maranhenses.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	117.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. TELMA PINHEIRO	CONSIDERA de utilidade pública a Escola Comunitária Educando e Jardim de Infância Pequeno Aprendiz.		7897		12.06.03		ARQUIV.
P.L	125.03	2003	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. TELMA PINHEIRO	INSTITUI a obrigatoriedade da instalação de medidores de impulsos telefônicos residenciais.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	055.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. TELMA PINHEIRO	DÁ nova redação ao art. 2º, da Lei nº 3.494 de 30 de abril de 1974, que regula a composição e reorganiza a estrutura e estabelece as atribuições do Conselho Estadual de Educação e dá outras providências.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	188.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. TELMA PINHEIRO	CONSIDERA de utilidade pública o Centro de Apoio Betel.		7944		10.09.03		ARQUIV.
P.L	191.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. TELMA PINHEIRO	CONSIDERA de utilidade pública a entidade não Governamental da Área Itaqui - Bacanga.		7940		10.09.03		ARQUIV.
P.L	194.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. TELMA PINHEIRO	CONSIDERA de Utilidade Pública o Clube de Mães Nossa Senhora das Graças, no Município de São Luís -MA.		7942		10.09.03		ARQUIV.
P.L	196.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. TELMA PINHEIRO	CONSIDERA de utilidade pública a Escola Comunitária Dimensão e Jardim de Infância Pequeno Príncipe.		7948		10.09.03		ARQUIV.
P.L	287.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. TELMA PINHEIRO	CONSIDERA de utilidade pública a Escola Comunitária Criança Feliz, com sede e foro Município de São Luís -MA		8011		28.11.03		ARQUIV.
P.L	316.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. TELMA PINHEIRO	CONSIDERA de utilidade pública o Centro Pedagógico Criativo, no Município de São Luís - Maranhão.		8019		28.11.03		ARQUIV.
P.L	227.03	2003	DIREITO DA MULHER	DEP. TELMA PINHEIRO	INSTITUI o Dia da Mulher Evangélica no estado do Maranhão e dá outras providências.		LEI Nº 7991		28.10.03		ARQUIV.
P.L	232.03	2003	DIREITO DA MULHER	DEP. TELMA PINHEIRO	DISPÕE sobre a Criação de Linha de Crédito Especial "Pro-Mulher".		Rejeitado 19.11.03				ARQUIV.
P.L	235.03	2003	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/PRESO	DEP. TELMA PINHEIRO	DISPÕE sobre a gratuidade de transporte Hidroviário marítimo e fluvial) para cidadãos maiores de 65 anos.		8052		31.12.03		ARQUIV.
P.L	269.03	2003	DIREITO AMBIENTAL/ZONEAMENTO	DEP. TELMA PINHEIRO	INSTITUI área de preservação ambiental na área Itaqui - Bacanga.						
P.L	278.03	2003	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/PRESO	DEP. TELMA PINHEIRO	DISPÕE sobre a instalação de um Centro de Convivência e Assistência Integral ao Idoso - CECAL - VETO TOTAL ATRAVÉS DA M.G Nº 003.2004		VETO TOTAL				ARQUIV.
P.L	195.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. TELMA PINHEIRO	CONSIDERA de utilidade pública o Colégio Evangélico Comunitário Nova Pátria (CECNP).		7946		10.09.03		ARQUIV.
P.L	033.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. TERESA MURAD	CONSIDERA de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Cultural SHALON, com sede e foro em São Luís-MA.		7862		14.04.03		ARQUIV.
P.L	094.03	2003	TRANSPORTE E SEGURANÇA	DEP. TERESA MURAD	DISPÕE sobre o acesso do público aos banheiros dos terminais rodoviários na forma que especifica.		VETADO 17.09.03				ARQUIV.
P.L	127.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. WILSON CARVALHO	CONSIDERA de utilidade pública o Centro Comunitário e Social do Jardim São Cristóvão II, com sede e foro em São Luís - Maranhão.		7911		09.07.03		ARQUIV.
P.L	030.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. WILSON CARVALHO	CONSIDERA de Utilidade Pública a União de Moradores do Bairro de São Benedito -UMSB, com sede e foro em Cururupu-MA.		7864 7.863		17.04.03 03.06.03		ARQUIV.
P.L	089.03	2003	HOMENAGEM	DEP. WILSON CARVALHO	DISPÕE sobre a denominação da Biblioteca "Farol do Saber" de Cururupu - Maranhão.		7886		03.06.03		ARQUIV.
P.L	136.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. WILSON CARVALHO	DISPÕE sobre utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores do Povoado Rabeca, Município de Porto Rico e foro na Comarca de Guimarães.		7909		09.07.03		ARQUIV.
P.R.L	018.03	2003	HOMENAGEM	DEP. WILSON CARVALHO	CONCEDE Título de Cidadão Maranhense à apresentadora Ana Maria Braga e dá outras providências.		R.L 428.03		26.06.03		ARQUIV.
P.R.L	014.03	2003	HOMENAGEM	DEP. WILSON CARVALHO	CONCEDE Título de Cidadã Maranhense a Sra. Ana Maria Braga.		Rejeitado				ARQUIV.
P.L	223.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. WILSON CARVALHO	CONSIDERA de utilidade pública o Instituto Educacional Turma da Mônica, com sede e foro no Município de Paço do Lumiar, Estado do Maranhão.		7967		26.09.03		ARQUIV.
P.L	258.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. WILSON CARVALHO	CONSIDERA de utilidade pública a Associação dos Moradores do bairro Faveira - Passagem Franca - Maranhão.		LEI Nº 7988		24.10.03		ARQUIV.
P.L	259.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. WILSON CARVALHO	CONSIDERA de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Mutirão - Passagem Franca - MA.		LEI Nº 7987		24.10.03		ARQUIV.
P.L	365.03	2003	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. WILSON CARVALHO	CONSIDERA de utilidade pública o CASI - Centro de Assistência Solidária ao Idoso - Pedreiras - MA.		8098		02.04.04		ARQUIV.
P.L	360.04	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. WILSON CARVALHO	DETERMINA que a Prática da Acupuntura, no Estado do Maranhão, somente poderá ser realizada por Médicos, Odontólogos e Médicos Veterinários.		REJEITADO				ARQUIV.

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.D.L	002.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	MESA DIRETORA	APROVA o encaminhamento de Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Nacional, na forma do artigo 60, III, da Constituição Federal.		D/L 294.03		04.04.03		ARQUIV.
P.L	068.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	MESA DIRETORA	ALTERA e acrescenta dispositivos à Lei Nº 90 de 26 de maio de 1988, que Cria o Fundo Especial Legislativo e dá outras providências.						
P.L	085.03	2003	REESTRUTURAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	MESA DIRETORA	EXTINGUE o Plano de Seguridade Social da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.		L.P 273..03		14.07.03		ARQUIV.
P.R.L	016.03	2003	criação de ÓRGÃOS/CARGOS	MESA DIRETORA	DISPÕE sobre a criação do Cargo de Auditor no âmbito da Assembleia do Estado do Maranhão.		R.L 427.03		16.06.03		ARQUIV
P.D.L	008.05	2003	ORÇAMENTO/CONTAS	MESA DIRETORA	FIXA o subsídio do Governador, Vice-Governador, do Secretário		D/L 298.03		18.12.03		ARQUIV.
P.R.L	012.03	2003	REESTRUTURAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	MESA DIRETORA	AUTORIZA a filiação da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão à União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE		R.L 425.03		05.06.03		ARQUIV.
P.E.C	003.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	MESA DIRETORA	ALTERA o & 3º do art. 29 da Constituição do Estado.		E/C 040.03		27.03.03		ARQUIV.
P.L.C	007.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	ALTERA a Lei Complementar nº 013, de 25.10.91 - Lei Orgânica Estadual do Ministério Público Estadual e dá outras providências)		L.C 061.03		14.07.03		ARQUIV.
P.L.C OFIC.	017.03 429.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	ALTERA dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 13/91 Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão), e dá outras providências.		L/C 070.04		07.01.04		ARQUIV.
P.L.C OFIC.	018.03 422.03	2003	criação de ÓRGÃOS/CARGOS	MINISTÉRIO PÚBLICO	cria Cargos de Promotor de Justiça e dá outras providências..		L/C 071.04		07.01.04		ARQUIV.
P.L OFIC.	364.03 428.03	2003	criação de ÓRGÃOS/CARGOS	MINISTÉRIO PÚBLICO	DISPÕE sobre a criação de Carreira e Cargos de Apoio Técnico - Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências.		8.077 VETO PARCIAL		07.01.04		ARQUIV.
P.L.M.G	371.03 124.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	MODIFICA e renova dispositivos da Lei nº 7.374, de 31.03.1.999 alterada pelas Leis nºs 7.605, de 11 de junho de 2001 e 7.846, de 31.01.03, que dispõe sobre o Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão - BUNBEM, e dá outras providências.		8045		30.12.03		ARQUIV.
M.G	025.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L nº 145.00, Dep. Pavão Filho, que dispõe sobre a gratuidade do pagamento da mensalidade do Programa de Capacitação de Docentes - PROCAD, promovido pela UEMA, aos professores da rede Estadual de Ensino.		ARQUIV.				ARQUIV.
P.L.C.M.G	013.03 089.03	2003	PATRIMÔNIO PÚBLICO	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre desafetação de imóvel do Fundo Estadual e Aposentadoria do Estado do Maranhão - FEPA e dá outras providências.		LEI COMPLEMENTAR Nº 062/03		28.10.03		ARQUIV.
M.G	020.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L nº 032.02, Dep. Pavão Filho, que dispõe sobre descontos na compra de medicamentos nas farmácias e drogarias, instaladas no Estado do Maranhão, e dá outras providências.						
M.G	034.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L nº 074.01, do Sr. Dep. Pavão Filho que dispõe sobre a criação de uma Escola de 2º Grau, no Município de Santo Amaro do Maranhão, e dá outras providências.		V.TOTAL				ARQUIV. JUNTO AO P.LEI
M.G	001.03	2003	REESTRUTURAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	PODER EXECUTIVO	CONVOCAÇÃO Extraordinária - Conforme o & 5º da constituição do Estado, para a apreciação das Mensagens Nºs 02 a 018/2003						ARQUIV. 06.05.03
P.L.C.M.G	002.03 013.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	ALTERA dispositivos da Lei Complementar nº 40 de 29 de dezembro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 42 de 31 de março de 1999, que dispõe sobre a Reorganização do Fundo Estadual de Pensão e aposentadoria - FEPA e dá outras providências.		L.C 059.03		31.01.03		ARQUIV.
P.L.M.G	002.03 003.03	2003	INCENTIVO A PRODUÇÃO/AGRICULTURA	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre a criação da Agência de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura - ADEPAQ e dá outras providências.		7847		31.01.03		ARQUIV.
P.L.M.G	003.03 004.03	2003	criação de ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre a criação do Instituto de Estudos e Análises Sócio-Econômicas do Estado do Maranhão - IEASE, e dá outras providências.		7849		31.03.03		ARQUIV.
P.L.M.G	004.03 005.03	2003	INCENTIVO A PRODUÇÃO/AGRICULTURA	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre a criação da Agência de Desenvolvimento do Turismo - ADETUR e dá outras providências.		7848		31.03.03		ARQUIV.
P.L.M.G	005.03 019.03	2003	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER EXECUTIVO	INSTITUI a Gratificação de Exercício em Posto Fiscal - GEPFIS para os Servidores do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização - TAF e dá outras providências.		7850		31.01.03		ARQUIV.
P.L.M.G	006.03 007.03	2003	INCENTIVO A PRODUÇÃO/AGRICULTURA	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre a criação da Agência de Desenvolvimento de Micros e Pequenas Empresas e Empreendedorismo - ADEME e dá outras providências.		7845		31.01.03		ARQUIV.

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L.M.G	010.03 012.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	ALTERA e revoga dispositivos da Lei nº 7.374, de 31 de março de 1999, alterada pela Lei nº 7.605 de 11 de junho de 2001, que Institui o Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão - FUNBEN e dá outras providências.		7846		31.01.03		ARQUIV.
P.L.M.G	012.03 016.03	2003	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	AUTORIZA o Poder Executivo a contratar empréstimo externo, na forma que indica e dá outras providências.		7843		29.01.03		ARQUIV.
P.L.M.G	013.03 017.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	MODIFICA a Lei nº 7.749 de 10 de junho de 2002 para ampliar o número de bolsas concedidas no Programa Bolsa - Atleta, e dispõe sobre o prazo de duração do referido programa de fomento ao esporte no Estado do Maranhão.		7853		31.01.03		ARQUIV.
P.L.M.G	014.03 019.03	2003	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre o resgate pelo Estado do Maranhão de obrigações oriunda de relações trabalhistas ou de contratos administrativos e indenizatórios e dá outras providências.		7852		31.01.03		ARQUIV.
P.L.C.M.G	001.03 008.03	2003	criação de ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	INSTITUI a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA e dá outras providências.		L.C 060.03		31.01.03		ARQUIV.
P.E.C.M.G	002.03 018.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	ALTERA e acrescenta dispositivos à Constituição do Estado.		E.C 038.03		30.01.03		ARQUIV.
P.L.M.G	007.03 009.03	2003	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre o efetivo e gratificação da Polícia Militar do Maranhão, e dá outras providências. - VETO PARCIAL ATRAVÉS DA M.G 043/03 DE 31/01/03		7856		14.02.03		ARQUIV. JUNTO C/O VETO
P.L.M.G	008.03 010.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	ALTERA dispositivos da Lei 6.513 de 30 de novembro de 1995 que dispõe sobre o Estatuto dos policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências. - VETO PARCIAL ATRAVÉS DA M.G 044/03 DE 31/01/03		7855		31.01.03		ARQUIV. JUNTO C/O VETO
P.L.M.G	009.03 011.03	2003	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre os vencimentos do Grupo Magistério de 1º e 2º Grau - MAG e dá outras providências.		7851		31.01.03		ARQUIV.
P.L.M.G	011.03 014.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre o Sistema Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e dá outras providências.		7854		31.01.03		ARQUIV.
M.G	045.03	2003	HOMENAGEM	PODER EXECUTIVO	CONGRATULAÇÕES do Poder Executivo ao Presidente e demais Membros da Assembleia, pela investidura de seus mandatos e pela Abertura do Período Legislativo do corrente ano.						ARQUIV. 06.05.03
P.L.M.G	001.03 2	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734 de 19 de abril de 2002 e dá outras providências.		7844		03.02.03		ARQUIV.
M.G	046.03	2003	OUTROS	PODER EXECUTIVO	SOLICITAÇÃO de autorização do Exmº Sr. Governador do Estado do Maranhão, para ausentar - se do País, em Qualquer período do ano de 2003. - ANEXO: Projeto de Decreto Legislativo nº 001/03		D.L. 293/03		18.03.04		ARQUIV.
M.G	047.03	2003	REESTRUTURAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	PODER EXECUTIVO	INDICAÇÃO do Sr. Deputado João Evangelista para Líder e dos deputados Carlos Braide, Soliney Silva e Pavão Filho, para Vice - Líderes do Governo do Estado na Assembleia Legislativa.						ARQUIV.
M.G	043.03	2003	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER EXECUTIVO	VETO parcial ao Projeto de Lei nº 007/2003 que dispõe sobre o Efetivo e Gratificação da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências.		V.PARCIAL				ARQUIV.
M.G	044.03	2003	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER EXECUTIVO	VETO parcial ao Projeto de Lei nº 008/2003, que altera dispositivos da Lei nº 6.513, de 30 de Novembro de 1995, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências.		V. PARCIAL				ARQUIV.
P.L.M.G	103.03 051.03	2003	criação de ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	cria cargos e funções gratificadas na estrutura da Gerência de Estado de Segurança Pública e dá outras providências.		7880		16.05.03		ARQUIV.
P.L.M.G	105.03 053.03	2003	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	AUTORIZA o Poder Executivo a abrir à Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA, crédito especial no valor de R\$ 363.750 (trezentos e sessenta e três mil, setecentos reais) para o fim que especifica.		7879		16.05.03		ARQUIV.
P.L.M.G	104.03 052.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	ALTERA dispositivos das Leis nºs 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.		7878		08.05.03		ARQUIV.
P.E.C.M.G	001.03 015.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	ACRESCE os §§ 6º e 7º ao art. 234 da Constituição do Estado.		E.C 037.03		30.01.03		ARQUIV.
M.G	058.03	2003	DIREITO AMBIENTAL/ZONEAMENTO	PODER EXECUTIVO	VETO Parcial ao P.L. nº 049/03, que dispõe sobre a instituição da Semana Estadual de Proteção e Preservação das "Águas Doces.		V.PARCIAL				ARQUIV.

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
M.G	019.03.A	2003	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L. 080.02, Dep. Pavão Filho, que autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder pensão, por lesão corporal ou morte aos motoristas, no âmbito do estado do Maranhão, e dá outras providências.						
M.G	020.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	VETO Parcial ao P.L.C nº 005.02 do Ministério Público, que revoga e modifica dispositivos da Lei Complementar nº 013.91		ARQUIV.				ARQUIV.
M.G	021.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L. nº 090.01, Dep. Pavão Filho, que dispõe sobre isenção do pagamento da Passagem na travessia do transporte Hidroviário ferry-boat), e dá outras providências.		V.TOTAL				ARQUIV. JUNTO AO P.LEI
M.G	022.03	2003	TRANSPORTE E SEGURANÇA	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L. 077.02, Dep. Pavão Filho, que autoriza aos Condutores de Veículos de Tração Animal, no âmbito do Estado do Maranhão, e dá outras providências.		ARQUIV.				ARQUIV.
M.G	023.03	2003	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L. 076.02, Dep. Pavão Filho, que autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder pensão, por lesão corporal ou morte ao motorista e cobrador de Serviço Público de Transporte Alternativo Intermunicipal de Passageiros do Estado do Maranhão - S		ARQUIV.				ARQUIV.
M.G	024.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L. nº 012.02, DEP. PAVÃO FILHO, que dispõe sobre a isenção do pagamento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, aos proprietários de moto - táxi, na forma que especifica.		ARQUIV.				ARQUIV.
M.G	026.03	2003	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L. nº 010.02, Dep. Wilson Carvalho, que proíbe a inscrição de usuários de serviços públicos em cadastros de devedores.		ARQUIV.				ARQUIV.
M.G	027.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L. nº 185.00, do Sr. Dep. Pavão Filho, que altera dispositivo da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, que dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado.		ARQUIV.				ARQUIV.
M.G	028.03	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L. nº 128.02, Dep. José Jorge, que dispõe sobre a criação da Casa de Cultura da Baixada e de Cargos em Comissão, e dá outras providências.		ARQUIV.				ARQUIV.
M.G	029.03	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L. nº 166.02, Dep. Deoclides Macedo, que dispõe sobre a criação do Centro de Estudos Superiores de Estreito, na estrutura organizacional da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, e dá outras providências.		ARQUIV.				ARQUIV.
M.G	030.03	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L. nº 168.02, Dep. Maura Jorge, que dispõe sobre a criação do Centro de Estudos Superiores de Lago da Pedra, na Estrutura da Universidade Estadual do Maranhão, e dá outras providências.		ARQUIV.				ARQUIV.
M.G	031.03	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L. 002.01, do Sr. Dep. Lourival Mendes, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Estudos Superiores de Itapeturu - Mirim, na estrutura da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.		V.TOTAL				ARQUIV. JUNTO AO P.LEI
M.G	032.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L. nº 064.01, da Dep. Telma Pinheiro, que altera dispositivos da Lei nº 6.155, de 10 de novembro de 1994, que cria o Município de Lago dos Rodrigues, e dá outras providências.		V.TOTAL				ARQUIV. JUNTO AO P.LEI
M.G	033.03	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L. nº 073.01 do Sr. Dep. Pavão Filho, que dispõe sobre a criação de uma Escola de 2º Grau no Conjunto Habitacional São Raimundo, e dá outras providências.		V.TOTAL				ARQUIV. JUNTO AO P.LEI
M.G	035.03	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L. nº 079.02, Dep. Pavão Filho, que dispõe sobre a criação do Centro de Estudos Superiores do Município de Chapadinha na estrutura da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA		ARQUIV.				ARQUIV.
M.G	036.03	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L. nº 117.00, do Sr. Dep. Camilo Figueiredo, que dispõe sobre a criação de uma Escola de 2º Grau, no Município de Codó, e dá outras providências.		ARQUIV.				ARQUIV.
M.G	037.03	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L. nº 119.00, do Sr. Dep. Camilo Figueiredo, que dispõe sobre a criação de uma Escola de 2º Grau, no Município de Codó, e dá outras providências.		ARQUIV.				ARQUIV.
M.G	038.03	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L. nº 122.00, da Dep. Sandra de Deus, que dispõe sobre a criação de uma Escola de 2º Grau, no Município de Timon, e dá outras providências.		ARQUIV.				ARQUIV.

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
M.G	039.03	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L. nº 165.02, Dep. Deoclides Macedo, que dispõe sobre a criação do Centro de Estudos Superiores de Porto Franco - CESP, na estrutura organizacional da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e dá outras providências.		ARQUIV.				ARQUIV.
M.G	040.03	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao P.L. 156.02, Dep. Teresa Murad, que autoriza o Poder Executivo criar o Centro de Ensino Superior da Universidade Estadual do Maranhão, no Município de Coroatá.		ARQUIV.				ARQUIV.
P.L.M.G	108.03 055.03	2003	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2004 e dá outras providências.		7905		14.07.03		ARQUIV.
P.L.M.G	118.03 059.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	ACRESCENTA o inciso VII, no & 1º e altera o inciso III do & 2º e & 4º, do art. da Lei nº 5.116, de 25/06/1991.		7902		04.07.03		ARQUIV.
P.L.M.G	129.03 060.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	DÁ nova redação ao & 3º do art.80, da Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão.		7907		04.07.03		ARQUIV.
P.L.M.G	130.03 061.03	2003	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	CRIA o Fundo Estadual Antidrogas - FEAD no Estado do Maranhão, e dá outras providências.		7917		09.07.03		ARQUIV.
P.L.M.G	131.03 062.03	2003	EDUCAÇÃO E SAÚDE	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre a criação dos Conselhos Comunitários Antidrogas, e dá outras providências.		7903		04.07.03		ARQUIV.
P.L.M.G	140.03 064.03	2003	PATRIMÔNIO PÚBLICO	PODER EXECUTIVO	AUTORIZA o Poder Executivo a doar à Associação Recreativa dos Cabos e Soldados do 4º BPM (ARCS) o imóvel que especifica.		7908		04.07.03		ARQUIV.
P.L.M.G	145.03 065.03	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre a extinção e criação de cargos comissionados da Gerência de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - GEAGRO.		7906		01.07.03		ARQUIV.
P.L.M.G	146.03 066.03	2003	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre alteração dos vencimentos do Grupo Ocupacional, Magistério Superior - MA, e dá outras providências.		7900		20.06.03		ARQUIV.
P.L.M.G	151.03 067.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	MODIFICA dispositivos da Lei nº 7.878, de 08 de maio de 2003, que dispõe sobre alterações na Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências.		7904		30.06.03		ARQUIV.
P.L.M.G	176.03 069.03	2003	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	AUTORIZA o Poder Executivo a abrir à Assembleia Legislativa crédito especial no valor de 12.000.000,00 (Doze milhões de reais), para o fim que especifica.		7920		09.07.03		ARQUIV.
P.L.M.G	177.03 072.03	2003	PATRIMÔNIO PÚBLICO	PODER EXECUTIVO	AUTORIZA o Governo do estado do Maranhão a fazer permuta do imóvel que especifica, e dá outras providências.		7915		09.07.03		ARQUIV.
P.L.M.G	178.03 071.03	2003	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	DÁ nova redação a dispositivos da Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão, e dá outras providências.		7918		09.07.03		ARQUIV.
P.L.M.G	179.03 070.03	2003	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	AUTORIZA o Poder Executivo a abrir ao Hospital Dr. Adelson de Sousa Lopes Crédito Especial no Valor de 5.950.000,00 (cinco milhões, novecentos e cinquenta mil reais), para o fim que especifica.		7919		09.07.03		ARQUIV.
P.L.M.G	099.03 054.03	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre a criação do Gabinete Militar e dá outras providências.		7901		26.06.03		ARQUIV.
M.G	063.03	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	SUBSTITUTIVO ao Projeto de Lei nº 099.03, que dispõe sobre a criação do Gabinete Militar e dá outras providências.		Substitutivo				ARQUIV. JUNTO AO P.LEI
M.G	075.03	2003	REESTRUTURAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	PODER EXECUTIVO	CONVOCANDO a Assembleia Legislativa para apreciação de várias matérias.		ARQUIV. 14.06.03				ARQUIV.
P.L.M.G	114.03 057.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	MODIFICA dispositivo da Lei nº 6110 de 15 de agosto de 1994, Estatuto do Magistérios de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão), e dá outras providências.		7885		29.05.03		ARQUIV.
P.L.M.G	181.03 073.03	2003	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	AUTORIZA o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo que especifica.		7933		04.08.03		ARQUIV.
P.L.M.G	182.03 076.03	2003	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	INSTTUI o Programa de Recuperação Fiscal Maranhense - REFIM e dispõe sobre o parcelamento de débitos fiscais, oriundos do ICMS, junto a Gerência de Estado da Receita Estadual.		7938		04.08.03		ARQUIV.
P.L.M.G	183.03 077.03	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre a criação da Universidade Virtual do Estadual do Maranhão - UNVIMA, e dá outras providências.		7934		04.08.03		ARQUIV.
P.L.M.G	184.03 078.03	2003	OUTROS	PODER EXECUTIVO	CRIA o Fundo Estadual para Habitação e Desenvolvimento Urbano.		7936		04.08.03		ARQUIV.
P.L.M.G	185.03 079.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	MODIFICA dispositivos da Lei nº 7.904, de 25 de junho de 2003, que dispõe sobre alterações na Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.		7937		04.08.03		ARQUIV.

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L.M.G	186.03 080.03	2003	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	AUTORIZA o Poder Executivo a abrir à Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região Metropolitana, crédito especial no valor de R\$ 1.915.860,00 hum milhão, novecentos e quinze mil, oitocentos e sessenta reais), para o fim que especifica.		7932		04.08.03		ARQUIV.
P.L.M.G	187.03 081.03	2003	PATRIMÔNIO PÚBLICO	PODER EXECUTIVO	AUTORIZA o Poder Executivo a doar o imóvel de sua propriedade construído de área de terras desmembradas das glebas "São Braz" e "Macaco", localizado no município de São José de Ribamar, conhecida por Cidade Olímpica, aos ocupantes já cadastrados, visando		7935		04.08.03		ARQUIV.
PL	275.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	REVOGA dispositivos da Lei nº 6.123, de 02 de setembro de 1994. - REP. POR INCORREÇÃO		7976		30.09.03 14.10.03		ARQUIV.
P.L.M.G	276.03 093.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	ALTERA a Lei nº 6.429, de 20 de setembro de 1995, que dispõe sobre o Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão - SINCOEX e dá outras providências.		7978		30.09.03		ARQUIV.
P.L.M.G	277.03 094.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre diferimento do ICMS para usinas siderúrgicas integradas a serem implantadas no Estado do Maranhão, e dá outras providências.		7977		30.09.03		ARQUIV.
P.L.C.M.G	014.03 101.03	2003	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre desafetação de imóvel do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão - FEPA, e dá outras providências.		L.C 063/03		05.11.03		ARQUIV.
PL	313.03	2003	PATRIMÔNIO PÚBLICO	PODER EXECUTIVO	AUTORIZA o Governo do Estado do Maranhão a fazer doação de um imóvel à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, e dá outras providências.		LEI Nº 7997		05.11.03		ARQUIV.
M.G	091.03	2003	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao Projeto de Lei nº 169.03, DEP. MAX BARROS que dispõe sobre o remanejamento do pessoal do extinto TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO dos Municípios, redistribuídos na forma da Lei nº 5.745, de 20 de junho de 1993.		ARQUIVADA JUNTO COM O PROJETO				ARQUIV.
P.L.M.G	250.03 085.03	2003	PATRIMÔNIO PÚBLICO	PODER EXECUTIVO	AUTORIZA o Poder Executivo a doar ao Município de Mortos, o imóvel que especifica.		LEI Nº 7.993		28.10.03		ARQUIV.
P.L.M.G	281.03 088.03	2003	PATRIMÔNIO PÚBLICO	PODER EXECUTIVO	AUTORIZA o Governo do Estado do Maranhão a fazer doação de imóvel à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Maranhão - OAB/MA, e dá outras providências.		LEI Nº 7.992		28.10.03		ARQUIV.
P.L.M.G	306.03 097.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	ALTERA dispositivo da Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado, e dá outras providências.		LEI Nº 7.996		04.11.03		ARQUIV.
M.G	074.03	2003	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER EXECUTIVO	VETO Total ao Projeto de Lei nº 053.03, DEP. CÉSAR PIRES que visa acrescentar os & 1º e 2º ao art. 163, da Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Maranhão.		ARQUIV. JUNTO COM O PROJETO				ARQUIV.
P.L.M.G	251.03 086.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	DÁ nova redação a dispositivos da Lei nº 7.938, de 30 de julho de 2003, que institui o Programa de Recuperação Fiscal maranhense - REFIM e dispõe sobre o parcelamento de débitos fiscais, oriundos do ICMS, junto a Gerência de Estado da Receita Estadual.		7983		30.09.03		ARQUIV.
P.L.M.G	248.03 084.03	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	CRIA Cargos em Comissão no Quadro de Cargos Comissionados da Agência de desenvolvimento do Turismo - ADETUR, e dá outras providências.		LEI Nº 7985		24.10.03		ARQUIV.
M.G.	082.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	VETO TOTAL Proj. Lei nº 035/03 Dep. Maura Jorge.		Arquivada junto com o Projeto				ARQUIV.
M.G.	083.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	VETO TOTAL ao Proj. Lei nº 094/03 Dep. Tereza Murad.		Arquivada junto com o Projeto				ARQUIV.
P.L.M.G	317.03 102.03	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	CRIA vagas para os Cargos de Agente Penitenciário - 4ª Classe e Escrivão de Polícia - 4ª Classe.		8021		28.11.03		ARQUIV.
P.L.M.G	328.03 097.03-A	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	CRIA Vagas para o Cargo de Professor, Classe IV, Referência 19 Ensino Médio.		8018		28.11.03		ARQUIV.
P.L.C.M.G	015.03 105.03	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre a Reestruturação da Procuradoria Geral do Estado, da Carreira de Procurador do Estado.		L.C 065.03		22.12.03		ARQUIV.
M.G.	103.03	2003	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	PODER EXECUTIVO	VETO PARCIAL ao Projeto de Lei Complementar nº 004/03 Dep. Helena Helyu consolidação das Leis Estaduais Maranhense.		V.TOTAL				ARQUIVADA JUNTO AO P. DE LEI
M.G.	098.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	PODER EXECUTIVO	VETO TOTAL ao Projeto de Lei nº 237/03, Dep. Stênio Rezende, ICMS.		V.TOTAL				ARQUIV. JUNTO AO P. LEI Nº 237.03
M.G.	099.03	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	VETO TOTAL ao Projeto de Lei nº 091/03, Dep. César Pires. Escolha de vice-reitor da UEMA.		V.TOTAL				ARQUIV. JUNTO AO P. LEI Nº 091.03
P.L.M.G	348.03 106.03	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre a Extinção e Criação de Cargos Comissionados da Casa Civil.		8017		28.11.03		ARTQUIV.
P.L.M.G	349.03 107.03	2003	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	ALTERA dispositivos da Lei nº 7.934/03, que dispõe sobre a Universidade Virtual do Estado do Maranhão UNIVIMA.		8033		22.12.03		ARQUIV.

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P. L. M.G	353.03 108.03	2003	ORÇAMENTO.CONTAS	PODER EXECUTIVO	AUTORIZA o Poder Executivo a contratar Financiamento com a Caixa Econômica Federal.		8020		28.11.03		ARQUIV.
P. L. M.G	355.03 109.03	2003	criação de ÓRGÃOS.CARGOS	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre a Criação do Centro de Estudos Superiores de Barra do Corda, na Estrutura Organizacional da Universidade Estadual do Maranhão UEMA.		8035		22.12.03		ARQUIV.
P. L. M.G	356.03 110.03	2003	criação de ÓRGÃOS.CARGOS	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre a Criação de Estudos Superiores de São João dos Patos, na Estrutura Organizacional da Universidade Estadual do Maranhão.		8034		22.12.03		ARQUIV.
P.L.C M.G	016.03 113.03	2003	PATRIMÔNIO PÚBLICO	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre desafetação de imóvel do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do estado do Maranhão - FEPA, e dá outras providências.		L/C 066.03		30.12.03		ARQUIV.
P.L.M.G	279.03 095.03	2003	ORÇAMENTO.CONTAS	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre o Plano Plurianual do Estado do Maranhão para o período 2004.03.		8051		31.12.03		ARQUIV.
P.L.M.G	361.03 112.03	2003	ORÇAMENTO.CONTAS	PODER EXECUTIVO	AUTORIZA a Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento, e Gestão GEPLAN a alienar imóveis do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria - FEPA.		8041		30.12.03		ARQUIV.
P.L.M.G	362.03 114.03 e 125.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre alteração de dispositivo da Lei nº 5.658, de 26.04.93.		8043		30.12.03		ARQUIV.
P.L.M.G	363.03 115.03	2003	PATRIMÔNIO PÚBLICO	PODER EXECUTIVO	AUTORIZA o Governo do Estado do Maranhão a fazer doação de um imóvel ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO do Estado, e dá outras providências.		8040		30.12.03		ARQUIV.
P.L.M.G	366.03 116.03	2003	criação de ÓRGÃOS.CARGOS	PODER EXECUTIVO	cria o Conselho Permanente de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão e dá outras providências.		8.042 8.045		30.12.03 30.12.03		ARQUIV. ARQUIV.
P.L.M.G	368.03 118.03	2003	ORÇAMENTO.CONTAS	PODER EXECUTIVO	cria o Fundo Estadual de Proteção a Defesa dos Direitos do Consumidor - FPDC, e dá outras providências.		8044		30.12.03		ARQUIV.
P.L.M.G	372.03 123.03	2003	ORÇAMENTO.CONTAS	PODER EXECUTIVO	AUTORIZA o Poder Executivo a prestar caução em garantia à Caixa Econômica Federal e dá outras providências.		8956		31.12.03		ARQUIV.
P.L.M.G	373.03 121.03	2003	ORÇAMENTO.CONTAS	PODER EXECUTIVO	AUTORIZA o poder Executivo a Contratar operação de crédito externo que especifica. BIRD		8054		31.12.03		ARQUIV.
P.L.M.G	374.03 122.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	ALTERA dispositivos da Lei nº 7.357, de 29 dezembro de 1998, que alterada pelas Leis nºs 7.375, de 31.03.01, que dispõe sobre o Sistema de Seguridade Social dos servidores Públicos Estaduais e dá outras providências.		8046		30.12.03		ARQUIV.
P.L.M.G	377.03 126.03	2003	criação de ÓRGÃOS.CARGOS	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre a criação do Centro de Estudos Superiores de Pedreiras, na estrutura organizacional da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, e dá outras providências.		LEI Nº 8.058		31.12.03		ARQUIV.
P.E.C M.G	016.03 090.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	ALTERA o inciso XXIII do art. 31 e o art.194 da Constituição Estadual, que dispõem sobre alienação de terras públicas.		E. C. 043.03		18.12.03		ARQUIV.
P.L. M.G	380.03 129.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	MODIFICA a Lei nº 7.749/02, instituindo novas Regras no âmbito do Programa Bolsa - Atleta.		LEI Nº 8.128		21.05.04		ARQUIV.
M. G.	135.03	2003	ORÇAMENTO.CONTAS	PODER EXECUTIVO	VETO TOTAL ao Projeto de Lei nº 327/03, que dispõe sobre o Fundo Especial Legislativo.						
M.G.P.L.C	136.03 009.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	Dá nova redação à Lei Complementar Nº 038, de 12 de janeiro de 1998, que dispõe sobre a região metropolitana da Grande São Luís, e dá outras providências.						
M.G	134.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre a isenção de taxa de inscrição em concursos a doadores de sangue.						
M.G.P.L	133.03 209.03	2003	TRANSPORTE E SEGURANÇA	PODER EXECUTIVO	DISPÕE a obrigatoriedade de divulgação de fotografias e/ou dados pessoais, via INTERNET, dos criminosos condenados ou que tenham prisão preventiva decretada pela Justiça, que estejam foragidos, e dá outras providências.						
M.G.P.L	128.03 249.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	PODER EXECUTIVO	VETO TOTAL ao Projeto de Lei nº 249/03, de autoria da Deputada CRISTINA ARCHER.		VETO TOTAL		12.12.03		ARQUIV. JUNTO COM O P.L
M.G.P.L	130.03 218.03	2003	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	PODER EXECUTIVO	VETO TOTAL ao Projeto de Lei nº 218.03 de autoria da Deputada MAURA JORGE.		VETO TOTAL		12.12.03		ARQUIV. JUNTO COM O P.L
P.L.M.G	280.03 09	2003	ORÇAMENTO.CONTAS	PODER EXECUTIVO	ESTIMA a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2004.		8055		31.12.03		ARQUIV.
P.L.M.G	378.03 127.03	2003	criação de ÓRGÃOS.CARGOS	PODER EXECUTIVO	DISPÕE sobre a criação do Centro de Estudo Superiores de Codó, na estrutura organizacional da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, e dá outras providências.		LEI Nº 8.057		31.12.03		ARQUIV.
M.G. ANEXO	119.03	2003	OUTROS	PODER EXECUTIVO COM CONST. JUST. RED. FINAL	SOLICITAÇÃO de Autorização do Sr. Gov. José Reinaldo, para afastar-se do País, em quaisquer período do ano de 2004.		P.D.L Nº 299		18.12.03		ARQUIV.
P.L.M.G	170.03 003.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER JUDICIÁRIO	ACRESCENTA dispositivo à Lei nº 6.584, de 15 de janeiro de 1996 Custas Judiciais e Emolumentos Extrajudiciais)		7931		11.07.03		ARQUIV.
P.L.C M.G	003.03 002.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER JUDICIÁRIO	ALTERA a Redação do Código de Divisão e Organização judiciárias do Estado do Maranhão Lei Complementar nº 14.91) e dá outras providências.		DEVOLV.				ARQUIV.

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L.M.G	093.03 001.03	2003	criação de ÓRGÃOS/CARGOS	PODER JUDICIÁRIO	cria Cargos em Comissão de Assessor, de Oficial de gabinete, e transforma a Simbologia do cargo de Chefe de Gabinete de Desembargador.		DEVOLV.				ARQUIV.
P. L. MG	246.03 005 e 006.03	2003	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER JUDICIÁRIO	REESTRUTURA a Administração dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário e Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.		8032		22.12.03		ARQUIV.
P.L.C. M.G ANEXO	011.03 004.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER JUDICIÁRIO	ALTERA a Redação do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão L. C. Nº 014/03)		L/C 068.03 VETO PARCIAL		23.12.03		ARQUIV.
P.L.C. M.G	012.03 008.03	2003	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER JUDICIÁRIO	ALTERA a Redação do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão Lei Complementar Nº 14/91, e dá outras providências.		L/C 067.03 VETO PARCIAL		23.12.03		ARQUIV.
P.L	075.03	2003	criação de ÓRGÃOS/CARGOS	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	cria Cargos na Estrutura Administrativa do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO do Estado do Maranhão e dá outras providências.		7859		03.04.03		ARQUIV.
P.L.M.G	212.03 002.03 A	2003	criação de ÓRGÃOS/CARGOS	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	DISPÕE sobre a reorganização do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO do Maranhão e dá outras providências.		LEI Nº 7994 26.08.03		28.10.03		ARQUIV.
P.E.C. 004.04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. ADERSON LAGO	Suprime o Parágrafo Único do Art. 150 da Constituição do Estado.			E/C 046/04	04.06.04		ARQUIV.
P.L.017.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ALBERTO FRANCO	Considera de utilidade pública o Clube de Pais e Mães Família Sagrada - CPMF, com sede e foro no Município de São Luís - Maranhão.			8093	02.04.04		ARQUIV.
P.L.027.02		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ALBERTO FRANCO	Considera de Utilidade Pública a Associação Beneficente e Cultural da Vila J. Lima com sede e foro no Município de São José de Ribamar - Maranhão.			8101	02.04.04		ARQUIV.
P.L.086/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ALBERTO FRANCO	Considera de Utilidade Pública o Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal de São Luís - SINDEDEUCAÇÃO.			8151	30.06.04		ARQUIV.
P.L.106/04		2004	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. ALBERTO FRANCO	Dispõe sobre a inserção do movimento "reggae" no contexto cultural do Estado do Maranhão e dá outras providências.						
P.L.122/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. ALBERTO FRANCO	DÁ nova redação à Lei nº 5.095 de 15 de abril de 1991, que Dispõe sobre a implantação do Sistema de Meia Passagem nos Transportes Coletivos, entre os municípios de São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, nas linhas compreendidas como semi-urbanas			8200	13.12.04		ARQUIV.
P.L.101/04		2004	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. ALBERTO FRANCO	Dispõe sobre a proibição do "Analfabeto" em documentos expedidos por Órgãos Oficiais do Estado do Maranhão, às pessoas não alfabetizadas.			8195	15.12.04		ARQUIV.
P.L.136/04		2004	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. ALBERTO FRANCO	Isenta do pagamento da inscrição do concurso seletivo vestibular e seriado (PASES) da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e dá outras providências.			8199	15.12.04		ARQUIV.
P.L.087/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ANTONIO CARLOS BACELAR	Considera de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aldeias Altas-MA.			8148	23.06.04		ARQUIV.
P.L.104/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ANTONIO CARLOS BACELAR	Considera de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chapadinha, com sede e foro no município de Chapadinha-MA.			8167	10.09.04		ARQUIV.
P.L.016.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ANTONIO PEREIRA	Considera de utilidade pública a Fundação Cultural, Educacional e Assistencial São Francisco de Assis, com sede e foro no Município Imperatriz- Maranhão.			8102	02.04.04		ARQUIV.
P.L.029.04		2004	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/P RESO	DEP. ANTONIO PEREIRA	Concede passe livre nos ônibus das linhas semi - urbanas e intermunicipais, na forma que especifica.			REJEITADO 19.04.04			ARQUIV.
P.L.111.04		2004	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. ANTONIO PEREIRA	Assegura ações de saúde voltadas à prevenção e ao controle das hepatites virais através da gerência de qualidade de vida na forma que especifica.			RETADO M.G 037/05	11.07.05		ARQUIV.
P.L.132/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. ANTONIO PEREIRA	ALTERA e INCLUI dispositivo à LEI Nº 7.805, de 26 de dezembro de 2002 que Dispõe da fé pública às carteiras de identificação estudantil no âmbito do Estado do Maranhão.			RETADO M.G 035/05	06.07.05		ARQUIV.
P.L.074.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CAMILO FIGUEIREDO	Considera de Utilidade Pública a Fundação Arcaño Gabriel - FUNAG, com sede em Tutóia - Ma.			8143	23.06.04		ARQUIV.
P.L.075.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CAMILO FIGUEIREDO	Considera de Utilidade Pública a Associação dos Proprietário de Oficinas Mecânicas, Elétricas, Funilarias, Borracharias, Capotarias, Retíficas, Torneiras, Serralheiras e Refrigeração Veicular do Estado do Maranhão ASPROMEC, com sede em São Luís - Ma.			8141	23.06.04		ARQUIV.
P.L.062.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	Considera de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barra do Corda-MA.			8137	23.06.04		ARQUIV.
P.R.L.009/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	Dispõe sobre a apreciação, pela Assembleia Legislativa do Estado, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 42 da Constituição Estadual, e dá outras providências.			R/L 450/04	13.08.04		ARQUIV.

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L 124/04		2004	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	Veda o lançamento de dados de clientes de operadoras telefônicas nos cadastros de serviços de proteção ao crédito nos casos que especifica, e dá outras providências. - VETADO ATRAVÉS DA MENS. 098/04			V.TOTAL		ARQUIV.	
P.L.023.04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	ALTERA a redação do art. 7º da Lei nº 274, de 11 de julho de 2003, que altera e Acrescenta dispositivos da Lei nº 90 de 26 de maio de 1998, que cria o Fundo Especial Legislativo.			L.P.277	27.04.04	ARQUIV.	
P.L.061.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	Considera de Utilidade Pública a Academia Maçônica Maranhense de Letras e dá outras providências.			8131	28.05.04		
P.L.059.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CARLOS FILHO	Considera de Utilidade Pública a Sociedade Civil Programa de Saúde da Família Maranhense - PROSFAM.			8132	28.05.04	ARQUIV.	
P.R.L. 008/04		2004	HOMENAGEM	DEP. CARLOS FILHO	Concede Título de Cidadão Maranhense ao Dr. Roger Agnelli.			R/L 446/04	02.07.04	ARQUIV.	
P.L.043.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CÉSAR PIRES	Considera de utilidade pública a Associação dos Prestadores de Serviços de Saúde de Paraibano - APSSP, com sede e foro no Município de Paraibano Estado do Maranhão.			8119	19.05.04	ARQUIV.	
P.L.079.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CÉSAR PIRES	Considera de Utilidade Pública o Instituto de Capacitação Gersyka Emmel - ICGE, em São Luís - MA.			8146	23.06.04	ARQUIV.	
P.L.080.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CÉSAR PIRES	Considera de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Fortuna APAE, com sede em Fortuna Ma.			8144	23.06.04	ARQUIV.	
P.L.114/04		2004	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. CÉSAR PIRES	OS estabelecimentos varejistas destinados à venda de carne bovina ficam obrigados a divulgar, de forma visível, em seus locais de venda, a razão social dos abatedouros de onde se originou a carne comercializada, bem como o nome e o CRMV do Médico Veterinário			8190	06.12.04	ARQUIV.	
P.L.109/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CÉSAR PIRES	Considera de Utilidade Pública o Centro Produtor de Piscicultura, Maricultura e Caprinocultura do Estado do Maranhão, com sede e foro no município de São Luís, no Estado do Maranhão.			8163	10.09.04	ARQUIV.	
P.L.108/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CÉSAR PIRES	Considera de Utilidade Pública o Centro Criativo Pedagógico dos Jovens e Crianças Carentes do Conjunto Jardim América, com sede e foro no município de São Luís, no Estado do Maranhão.			8165	10.09.04	ARQUIV.	
P.L.121/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CÉSAR PIRES	Considera de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Pescadores de Freixeira - Água Doce do Maranhão-MA.			8175	29.10.04	ARQUIV.	
P.L.022/04		2004	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. CÉSAR PIRES	Dispõe sobre o Ensino religioso nas escolas públicas da educação básica, no âmbito do Estado do Maranhão, em conformidade com o disposto na Lei federal nº 9.475/97 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9394/96) e dá outras providências			8197	15.12.04	ARQUIV.	
P.L.139/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CÉSAR PIRES	Considera de Utilidade Pública o Instituto Superior de Educação Continuada - ISEC, com sede e foro no município de São Luís, no Estado do Maranhão.			8189	06.12.04	ARQUIV.	
P.L.140/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CÉSAR PIRES	Considera de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Dom Pedro-MA, com sede e foro no município de Dom Pedro, no Estado do Maranhão.			8188	06.12.04	ARQUIV.	
P.R.L.012/04		2004	HOMENAGEM	DEP. CÉSAR PIRES	Concede Título de Cidadão Maranhense ao Empresário Francisco Carlos de Oliveira.			R/L 456/04	26.11.04	ARQUIV.	
P.L.159/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CÉSAR PIRES	Considera de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Miranda do Norte-MA.			8218	11.04.05	ARQUIV.	
P.L.160/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CÉSAR PIRES	Considera de Utilidade Pública a Sociedade Cultural Profissionalizante Rural da Pirâmide, SOCPROL, com sede e foro no Município de Paço do Lumiar, no Estado do Maranhão.			8215	11.04.05	ARQUIV.	
P.R.L.014/04		2004	HOMENAGEM	DEP. CÉSAR PIRES	Concede o Título de Cidadão Maranhense ao Presidente do CONFEA, Wilson Lang.			R/L 465/05	23.06.05	ARQUIV.	
P.R.L.015/04		2004	DIREITO DA MULHER	DEP. CRISTINA ARCHER; HELENA B. HELIUY E VÁRIAS OUTRAS DEPUTADAS.	CRIA comissão permanente de defesa dos Direitos da Mulher.			R/L 464/05	23.06.05	ARQUIV.	
P.L.057/04		2004	INCENTIVO A PRODUÇÃO/AGRICULTURA	DEP. DOMINGOS DUTRA	CRIA o Programa Maranhense de Incentivo a Cultura, à Extração, à Comercialização, ao Consumo e a transformação do Pequi, Bacuri e demais frutos nativos do cerrado. DERRUBADO O VETO			VETADO M.G Nº 064/04 L/P 282/04	06.08.04 26.11.04	ARQUIV.	
P.L.119/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. DOMINGOS DUTRA	Considera de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Alto Turu I, II e III, com sede no Município de São José de Ribamar-MA.			8178	29.10.04	ARQUIV.	
P.L.158/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. DOMINGOS DUTRA	Considera de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO SEVERINA FERREIRA DE ALMEIDA, com sede e foro no Município Pio XII, Estado do Maranhão.			8224	11.04.05	ARQUIV.	
P.L.141/04		2004	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. DOMINGOS DUTRA	Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos os locais e veículos que especifica.			8283	27.07.05	ARQUIV.	

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L 113/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ELÍGIO ALMEIDA	Considera de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais do Povoado Lombada, com sede e foro no Município de Bacabal-MA.			8162	10.09.04	ARQUIV.	
P.L 117/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ELÍGIO ALMEIDA	Considera de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Bairro Novo Bacabal, com sede e foro no município de Bacabal-MA.			8173	22.10.04	ARQUIV.	
P.R.L 007/04		2004	HOMENAGEM	DEP. FORTUNATO MACEDO	Concede o Título de Cidadão Maranhense ao Doutor Paulo Márcio Tavares da Silva.			R/L 455/04	11.11.04	ARQUIV.	
P.L 040/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. FRANCISCO GOMES	Considera de utilidade pública o Conselho Comunitário Cultural de Ribeiro - Icatú - MA.			8120	19.05.04	ARQUIV.	
P.L 146/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. FRANCISCO GOMES	Considera de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente de Mães Tatuabenses, com sede e foro no Município de Icatu, Estado do Maranhão.			8220	11.04.05	ARQUIV.	
P.R.L 010/04		2004	HOMENAGEM	DEP. GEOVANE CASTRO E CARLOS BRAIDE	Concede Título de Cidadão Maranhense ao Comandante Olivar Weba de Amorim Alves, natural de Vila Gurupi, Estado do Pará.						
P.L 077/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. GRAÇA PAZ	Considera de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Povoado Anajá, no Município de Porto Rico - Ma.			8142	23.06.04	ARQUIV.	
P.L 130/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. HELENA BARROS HELUY	Considera de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Ponta D'Areia "Unidos Venceremos".			8180	10.11.04	ARQUIV.	
P.L 131/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. HELENA BARROS HELUY	Considera de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pedreiras -MA-APAE.			8181	10.11.04	ARQUIV.	
P.L 154/04		2004	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. HELENA BARROS HELUY	Dispõe sobre a Responsabilidade Social do Estado do Maranhão.			VETADO M.G 042/05	27.07.05	ARQUIV.	
P.L 156/04		2004	ORÇAMENTO/CONTAS	DEP. HELENA BARROS HELUY	Dispõe sobre a apresentação de relatórios de elaboração e de execução orçamentárias do Estado do Maranhão.			VETADO M.G 043/05	27.07.05	ARQUIV.	
P.L 098/04		2004	INCENTIVO A PRODUÇÃO/AGRICULTURA	DEP. HELENA BARROS HELUY	Assegura o livre acesso das populações extrativistas do babaçú às terras, públicas ou privadas, para o desenvolvimento dessa atividade econômica.			8185	22.11.04	ARQUIV.	
P.L 038/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. HÉLIO SOARES	Considera de utilidade pública a Associação Comunitária Rainha da Evangelização.			8126	19.05.04		
P.L 041/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. HÉLIO SOARES	Considera de utilidade pública a União Recreativa Cultural Bumba -Boi Estrela do Maranhão.			8116	19.05.04	ARQUIV.	
P.L 024/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOÃO EVANGELÍSTA	Considera de utilidade pública a Entidade não Governamental de Apoio a Comunidade - ENAC com sede e foro no Município de Pinheiros - Maranhão.			8100	02.04.04	ARQUIV.	
P.L 050/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOÃO EVANGELÍSTA	Considera de Utilidade Pública a Associação Beneficente Centro de Produção e Formação de Cajari.			8117	28.05.04	ARQUIV.	
P.L 042/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOSÉ LIMA DOS S. FILHO	Considera de utilidade pública a Associação de Moradores Unidos pela Fé da Vila J. Câmara Ferreira, do Município de São José de Ribamar - MA.			8118	19.05.04	ARQUIV.	
P.L 105/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOSÉ LIMA DOS S. FILHO	Considera de Utilidade Pública a Associação Cantanhedense, com sede à Rua 22, Qda.10, Casa 24, no Bairro do Jardim Araçagy-Cohatrac e foro no município de São Luís-MA.			8164	10.09.04	ARQUIV.	
P.R.L 006/04		2004	HOMENAGEM	DEP. JOSÉ LIMA DOS S. FILHO	Concede Título de Cidadão Maranhense ao Professor Doutor Edson Nascimento.			R/L 447/04	21.09.04	ARQUIV.	
P.L 039/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MANOEL CEARÁ	Considera de utilidade pública a Associação de Moradores, Pais e Amigos do Município de Lago Verde do Município de Lago Verde - MA			8125	19.05.04	ARQUIV.	
P.L 145/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. MANOEL CEARÁ	Acrescenta a Alínea "P" ao inciso III do artigo 62 da Lei 6.513, de 30 de novembro de 1995 - ESTATUTO DA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. - REJEITADO			-	-	ARQUIV. 17/05/04	
P.L 083/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MANOEL RIBEIRO	Considera de Utilidade Pública a Associação dos Moradores dos Conjuntos Fonte das Pedras e Fonte do Bispo, com sede em São Luís - Ma.			8136	23.06.04	ARQUIV.	
P.L 018/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAURA JORGE	Considera de utilidade pública a Associação Cultural e Beneficente dos Filhos e Amigos de Guimarães - ACBFAG, e dá outras providências.			8094	02.04.04	ARQUIV.;	
P.L 094/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAURA JORGE	Considera de Utilidade Pública a Associação de Preparação de Jovens para o Futuro da Vila São Luís-ASPJOF, com sede e foro na cidade de São José de Ribamar-MA.			8159	01.09.04	ARQUIV.	
P.L 095/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAURA JORGE	Considera de Utilidade Pública a Instituição Tabernáculo Missão do Amor e dá outras providências.			8158	01.09.04	ARQUIV.	
P.L 068/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAURO BEZERRA	Considera de Utilidade Pública o Centro de Atividades de Pais e Amigos do Bairro de Fátima, em São Luís - Ma.			8139	23.06.04	ARQUIV.	
P.L 048/04		2004	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. MAURO BEZERRA	Dispõe sobre o fornecimento de oxigênio aos portadores de pneumonia crônica e incapacitante na forma que especifica.			VETA- DO M.G Nº 060/04	07.07.04	ARQUIV.	
P.L 099/04		2004	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. MAURO BEZERRA	Dispõe sobre o registro e informação sobre publicidade estatal. - VETADO ATRAVÉS DA MENS. Nº 084/04			V. TOTAL		ARQUIV.	

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L 126/04		2004	RELAÇÃO DE TRABALHO	DEP. MAURO BEZERRA	Dispõe sobre a reintegração de ex-servidores do Estado, exonerados a pedido, na forma da Lei nº 6.662, de 04 de junho de 1996, que Institui o Programa Especial de Capacitação para Gestão Empresarial e Educação Profissional de servidores públicos civis da			REJEITADO	22.11.04	ARQUIV.	
P.L 058.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAX BARROS	Considera de Utilidade Pública a Associação Carlo Ubbiali, em São Luís - Ma.			8129	28.05.04	ARQUIV.	
P.L 066.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAX BARROS	Considera de Utilidade Pública a União dos Moradores da Maiobinha, com sede e foro em São José de Ribamar - Ma.			8138	23.06.04	ARQUIV.	
P.L 067.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAX BARROS	Considera de Utilidade Pública o Instituto de Desenvolvimento Social e Comunitário do Parque Jair - IDSCPJ, com sede e foro em São José de Ribamar - Ma.			8135	23.06.04	ARQUIV.	
P.L 096/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAX BARROS	Considera de Utilidade Pública a Associação São José da Vila São José, com sede e foro na cidade de São José de Ribamar, Estado do Maranhão.			8157	01.09.04	ARQUIV.	
P.L 120/04		2004	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. MAX BARROS	TORNA obrigatório que a Empresa Concessionária de Serviço Público de Telefonia fixa no Estado do Maranhão, responsável pela emissão da fatura telefônica, forneça informações detalhadas referentes aos "pulsos" efetuados pelo consumidor e dá outras providên			V. TOTAL		ARQUIV.	
P.L 147/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAX BARROS	Considera de Utilidade Pública o Instituto Efraim, com sede e foro na cidade de São Luís-MA.			8219	11.04.05	ARQUIV.	
P.L 019.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. PAVÃO FILHO	Considera de utilidade pública a União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão, com sede no Bairro São Francisco e Foro no Município de Bacabal - MA			8091	02.04.04	ARQUIV.	
P.L 021.04		2004	TRANSPORTE E SEGURANÇA	DEP. PAVÃO FILHO	Estabelece condições para realização de eventos populares em áreas públicas, no Estado do Maranhão. - VETADO ATRAVÉS DA MENS. Nº 057/04			V. TOTAL		ARQUIV.	
P.L 088/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. PAVÃO FILHO	ALTERA E Suprime dispositivo da Lei Nº 7.715 de 21 de dezembro de 2001, que Dispõe sobre o ensino religioso nas escolas públicas de ensino fundamental no âmbito do Estado do Maranhão.			RETIRADO A PEDIDO DO AUTOR	01.06.04	ARQUIV.	
P.L 089/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. PAVÃO FILHO	Considera de Utilidade Pública o Centro Cultural de Humberto de Campos Tribal Folia.			8161	01.09.04	ARQUIV.	
P.L 025/04		2004	INCENTIVO A PRODUÇÃO/AGRICULTURA	DEP. PAVÃO FILHO	Dispõe sobre transferência de posse e benfeitorias para a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Panaquatira e Itaparí e dá outras providências.			REJEITADO	23.08.04	ARQUIV.	
P.L 144/04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. PAVÃO FILHO	Considera de Utilidade Pública a Associação dos Empregados Domésticos e Autônomos do Estado do Maranhão.			8196	15.12.04	ARQUIV.	
P.E.C 009/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. PAVÃO FILHO	Acrescenta dispositivo ao art. 51 da Constituição do Estado do Maranhão. - RETIRADO DE TRAMITAÇÃO EM 28/02/05			RETIRADO		ARQUIV. 17/05/04	
P.L. 049/04		2004	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. REGINALDO COSTA NUNES	Institui tarifa social de água destinada a aposentados, idosos e portadores de deficiência, nas condições que especifica.			VETADO M.G Nº 063/04	06.08.04	ARQUIV.	
P.L 092/04		2004	criação de Órgãos/Cargos	DEP. REGINALDO COSTA NUNES	Institui a Criação de um Hospital Geriátrico, idoso em São Luís, no Estado do Maranhão, para atender, em especial e gratuitamente população idosa e carente, residentes na capital e no interior, nas condições que especifica e dá outras providências. - R			8194	15.12.04	ARQUIV.	
P.L 064/04		2004	criação de Órgãos/Cargos	DEP. REGINALDO COSTA NUNES	Institui a instalação pelos Órgãos Oficiais, de postos médicos, nos Shopping Centers, da capital e do interior, para atendimento gratuito e emergencial da população que permanecem nas suas dependências em compras ou a trabalho.			REJEITADO	23.08.04	ARQUIV.	
P.R.L 005/04		2004	REESTRUTURAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	DEP. RIGO TELES	Dispõe sobre a criação do Museu da Memória Legislativa Maranhense Galeno Edgar Brandes, e o Sistema de Manutenção e Conservação do Acervo Histórico do Legislativo Estadual.			R/L 457/04	26.11.04	ARQUIV.	
P.L 056.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. RUBEM BRITO	Considera de Utilidade Pública o Grupo Folclórico Quadrilha Formosinha do Sertão em São Luís - Ma.			8130	28.05.04	ARQUIV.	
P.L.C 005/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. RUBEM BRITO	Dispõe sobre a regulamentação do Art. 134 da Constituição Estadual do Maranhão, que trata da obrigatoriedade da contribuição da disponibilidade de caixa do Estado, dos Municípios, das Empresas, Órgãos ou Entidades constituídas pelo Poder Público, em Insti						
P.L 026.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. SOCORRO WAQUIM	Considera de utilidade pública o Instituto das irmãs Missionárias de Nossa Senhora das Dores, com sede e foro na cidade de Timon - MA			8099	02.04.04	ARQUIV.	
P.L 033.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. SOCORRO WAQUIM	Considera de Utilidade Pública a Associação Maranhense de Confeccionista de Timon e dá outras providências.			8127	19.05.04	ARQUIV.	

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L 034.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. SOCORRO WAQUIM	Considera de utilidade pública a Associação Recreativa do Idoso de Timon e dá outras providências.			8124	19.05.04	ARQUIV.	
P.L 037.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. SOCORRO WAQUIM	Considera de utilidade pública a Associação Beneficente "Santa Joana Dark" e dá outras providências.			8122	19.05.04	ARQUIV.	
P.L 035.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. SOCORRO WAQUIM	Considera de utilidade pública a Associação dos Moradores do Planalto Formosa e dá outras providências.			8121	19.05.04	ARQUIV.	
P.L 036.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. SOCORRO WAQUIM	Considera de utilidade pública a Associação dos Moradores da Vila Isabel e dá outras providências.			8123	19.05.04	ARQUIV.	
P.L 015.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. STÊNIO RESENDE	Considera de utilidade pública o Conselho de Entidade não Governamentais de Bacabal, com sede e foro na cidade de Bacabal - Maranhão.			8103	02.04.04	ARQUIV.	
P.L 081.04		2004	HOMENAGEM	DEP. STÊNIO RESENDE	DÁ a denominação de "Joaquim Silva Sousa" ao Farol de Educação, município de Alto Alegre do Piauí.			8183	22.11.04	ARQUIV.	
P.L 072.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. TELMA PINHEIRO	Considera de Utilidade Pública a Associação dos Taxistas do Povoado Coque, no Município de Vitória do Mearim.			8140	23.06.04	ARQUIV.	
P.L 082.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. TELMA PINHEIRO	Considera de Utilidade Pública a Associação Presbiteriana de Ensino, São Luís.			8145	23.06.04	ARQUIV.	
P.L 065.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. TELMA PINHEIRO	Institui a obrigatoriedade da fixação de cartazes com fotos e identificação de crianças desaparecidas, nos órgãos públicos estaduais e nos ônibus intermunicipais cuja concessão e/ou permissão seja do Estado.			8169	09.09.04	ARQUIV.	
P.L 135.04		2004	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. TELMA PINHEIRO	Institui o Programa de Reciclagem Seletiva de Lixo em Órgãos Públicos Estaduais.			-	-	ARQUIV. 17/05/04	
P.L 112.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. TELMA PINHEIRO	Considera de Utilidade Pública a Instituição Seminário Teológico Batista, no município de São Luís.						
P.L 093.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. TELMA PINHEIRO	Considera de Utilidade Pública a Associação Comunitária "Lar Educacional", no município de São Luís.			8160	01.09.04	ARQUIV.	
P.L 102.04		2004	TRANSPORTE E SEGURANÇA	DEP. TERESA MURAD	Dispõe sobre o acesso ao público aos banheiros dos terminais rodoviários na forma que especifica. - VETADO ATRAVÉS DA MENS. Nº 083/04			V. TOTAL		ARQUIV.	
P.L 100.04		2004	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. WILSON CARVALHO	Considera de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Moradores da Vila Cafeteira-ASCOMVC, com sede e foro na cidade de São José de Ribamar - ma.			8156	01.09.04	ARQUIV.	
P.R 013.04		2004	HOMENAGEM	DEP. WILSON CARVALHO	Concede o Título de Cidadão Maranhense ao Senhor José Francisco das Chagas.			R/L 454/04	25.10.04	ARQUIV.	
P.R.L 003.04		2004	REESTRUTURAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	MESA DIRETORA	Dispõe sobre a estruturação administrativa da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e dá outras providências.			R.L 444.04	18.03.04	ARQUIV.	
P.R.L 011.04		2004	criação de ÓRGÃOS/CARGOS	MESA DIRETORA	Dispõe sobre a criação da Assessoria Legislativa, respectivos cargos e dá outras providências.			R/L 452/04	21.09.04	ARQUIV.	
P.L.C 007/04 OFÍCIO 124/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	ALTERA a Lei Complementar nº 13/91, com modificações aos arts. 7º, 84 e 133, revoga os arts. 2º e 3º, da Lei Complementar nº 071/04, Cria Cargos no Quadro do Ministério Público.			L/C 077/04	14.07.04	ARQUIV.	
P.L.C 009/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	MINISTÉRIO PÚBLICO- PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA	EXTINGUE Promotorias de Justiça criadas pela Lei Complementar 71/2004. Altera a redação do capítulo IV, do Título II, da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991 e dá outras providências. - VETO PARCIAL. M.G 080/04			L/C 078/04	06.12.04	ARQUIV.	
P.L 103.04 OFÍCIO 127/04 - GPGJ/MA		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	MINISTÉRIO PÚBLICO- PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA	ALTERA a Lei nº 8.077, de 07 de janeiro de 2004, e dá outras providências.			8155	14.07.04	ARQUIV.	
P.L 012.04 M.G 143.03		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	DÁ nova Redação a dispositivos da Lei nº 7.325/98, sobre Regime Tributário das Microempresas de Pequeno Porte Maranhense.				18.02.04	ARQUIV. MATÉRIA CORRELATA	
P.L.C 001.04 M.G 007.04		2004	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre o Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão, e dá outras providências.			L.C 073.04	05.02.04	ARQUIV.	
P.L.C 002.04 M.G 009.04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	ALTERA dispositivos da Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 1998 e suas modificações, e dá outras providências.			L.C 072.04	05.02.04	ARQUIV.	
P.L 001.04 M.G 008.04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	ALTERA dispositivos da Lei nº 7.374 de 31 de março de 1999 e suas modificações, e dá outras providências.			8079	05.02.04	ARQUIV.	
P.L 002.04 M.G 010.04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	ALTERA dispositivos da Lei nº 6.513, de 10 de novembro de 1995, e dá outras providências.			8080	05.02.04	ARQUIV.	
P.L 003.04 M.G 011.04		2004	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre limite máximo remuneratório do Poder Executivo.			8081	05.02.04	ARQUIV.	
P.L 004.04 M.G 012.04		2004	criação de ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a criação de cargos em comissão de Capelão religioso na Polícia Militar do Maranhão, e dá outras providências.			8082	03.03.04	ARQUIV.	

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L 005.04 M.G 013.04		2004	PATRIMÔNIO PÚBLICO	PODER EXECUTIVO	AUTORIZA o Governo do Estado do Maranhão a fazer doação de um imóvel à Associação dos Magistrados do Maranhão, e dá outras providências.			8083	03.03.04	ARQUIV..	
P.L 006.04 M.G 014.04		2004	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre alteração dos vencimentos do Grupo Ocupacional Atividades Artísticas e Culturais - AAC. Professor.			8085	03.03.04	ARQUIV.	
P.L 007.04 M.G 015.04		2004	INCENTIVO A PRODUÇÃO/AGRICULTURA	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento da pesca e da Aquicultura, e dá outras providências. - VETO PARCIAL			8089	26.03.04	ARQUIV.	
P.L 008.04 M.G 016.04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	DÁ nova redação a dispositivos da Lei nº 7.325, de 15 de dezembro de 1998, que Dispõe sobre o regime tributário das Microempresas e empresas de pequeno porte maranhense, e dá outras providências. - VETO PARCIAL			8084	03.03.04	ARQUIV.	
P.L 014.04 M.G 018.04		2004	criação DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre o efetivo do Quadro de Oficiais de Saúde Veterinária da polícia Militar do Estado do Maranhão, e dá outras providências.			8086	03.03.04	ARQUIV.	
M.G 023.04		2004	HOMENAGEM	PODER EXECUTIVO	MENSAGEM de Congratulações do Poder Executivo, pela abertura dos Trabalhos do ano de 2004.					ARQUIV. 23.03.04	
M.G 017.04		2004	OUTROS	PODER EXECUTIVO	SOLICITAÇÃO de inclusão das M.G Nºs 018 e 019.04 com seus Projetos de Lei.					ARQUIV. 23.03.04	
M.G 006.04		2004	OUTROS	PODER EXECUTIVO	CONVOCAÇÃO Extraordinária, na forma do que preceitua o § 5º, do art. 29 da Constituição do Estado.					ARQUIV. 22.03.04	
M.G 005.04		2004	OUTROS	PODER EXECUTIVO	COMUNICAÇÃO do Senhor Governador de sua viagem a Shanghai - China.					ARQUIV. 23.03.04	
P.L 013.04 M.G 019.04		2004	criação DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	cria cargos em comissão no Quadro de Cargos Comissionados da Vice - Governadoria, pertencente à Casa Civil, e dá outras providências.			8087	01.03.04	ARQUIV.	
P.L 030.04 M.G 020.04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	Acréscena o inciso XI ao art.3º, da Lei nº 7.788, de 19 de novembro de 2002.			8109	10.05.04	ARQUIV.	
P.L 031.04 M.G 021.04		2004	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	cria o Fundo de Fortalecimento da Administração Tributária - FUNAT, e dá outras providências.			8105	19.05.04	ARQUIV.	
P.L 032.04 M.G 022.04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	DÁ nova redação a dispositivos da Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que Dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão, e dá outras providências.			8107	10.05.04	ARQUIV.	
P.L 051.04 M.G 029.04		2004	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER EXECUTIVO	Concede auxílio - refeição aos servidores do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-MA e da Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA.			8108	10.05.04	ARQUIV.	
P.L 055.04 M.G 036.04		2004	criação DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	EXTINGUE à Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região Metropolitana, altera dispositivo da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002 e dá outras providências.			8104	06.05.04	ARQUIV.	
P.L 009.04 M.G 0132.04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	DÁ nova redação a dispositivos da Lei nº 7.799 de 19 de dezembro de 2002, que Dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão, e dá outras providências.			8088	03.03.04	ARQUIV.	
P.L 044.04 M.G 032.04		2004	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	DEFINE obrigação de pequeno valor para a Fazenda Pública do Estado do Maranhão, regulamentando disposto no art. 100, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal, e dá outras providências.			8112	18.05.04	ARQUIV.	
P.L 052.04 M.G 030.04		2004	INCENTIVO A PRODUÇÃO/AGRICULTURA	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a criação do Grupo Ocupacional de Defesa Agropecuária, e dá outras providências. - VETO PARCIAL ATRAVÉS DA MENS. Nº 043/04			8113	13.05.04	ARQUIV.	
P.L 053.04 M.G 034.04		2004	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	AUTORIZA o Poder Executivo a abrir a Procuradoria - Geral do Estado, crédito especial no valor de R\$ 3.583.850,00 três milhões, quinhentos e oitenta e três mil, oitocentos e cinquenta reais), para o fim o que especifica.			8106	10.05.04	ARQUIV.	
P.L 054.04 M.G 035.04		2004	criação DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a criação e denominação de Escola de Rede Pública Estadual e dá outras providências.			8114	28.05.04	ARQUIV.	
P.L 069.04 M.G 040.04		2004	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	AUTORIZA o Governo do Estado do Maranhão a Transferir recursos oriundos do financiamento contraído com o Banco Internacional, para reconstrução e desenvolvimento - BIRD.			8110	06.05.04	ARQUIV.	
P.L 071.04 M.G 039.04		2004	criação DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a criação do Centro de Estudos Superiores de Timon, na Estrutura Organizacional da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e dá outras providências.			8111	18.05.04	ARQUIV.	
P.L 010.04 M.G 140.03		2004	criação DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	cria a Ouvidoria Agrária do Estado do Maranhão, e dá outras providências.			8090	15.03.04	ARQUIV.	
P.L 011.04 M.G 142.03		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	DÁ nova Redação ao Inciso XVII, do anexo I, da Lei nº 7.799 de 2002, que Dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado.				22.04.04	ARQUIV. MATÉRIA CORRELATA	

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.E.C. 005.04 M.G 033.04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	ALTERA a Redação dos §§ 6º e 7º, do Art. 234, da Constituição do Estado do Maranhão.						
M.G. 046.04		2004	OUTROS	PODER EXECUTIVO	SOLICITAÇÃO de devolução da Mensagem Governamental nº 041.04.						ARQUIV.
M.G. 048.04		2004	OUTROS	PODER EXECUTIVO	COMUNICAÇÃO de Viagem do Senhor Governador no período de 21 a 29 de maio/04 SHANGHAI - China.						ARQUIV.
P.L 070.04 M.G 041.04		2004	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	CRIA o Fundo de Fortalecimento da Administração Tributária - FUNAT , e dá outras providências.						
P.L 084.04 M.G 045.04		2004	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/P RESO	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a criação do Dia Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças Adolescente.			8133	28.05.04		ARQUIV.
P.L 078.04 M.G 044.04		2004	criação de ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	CRIA o Conselho de Gestão Estratégica das Macropolíticas do Governo e dá outras providências. Jeton decreto nº 21.024 secretário - VETO PARCIAL ATRAVÉS DA M.G Nº 056/04			8134	23.06.04		ARQUIV.
P.L 085.04 M.G 047.04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	Acrescenta o § 4º Art. 9º da Lei nº 7.799/02 , que Dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão.			8147	23.06.04		ARQUIV.
P.L 076/04 M.G 028/04		2004	INCENTIVO A PRODUÇÃO/AGRICULTURA	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o sistema de Gerenciamento integrado de recursos hídricos e dá outras providências.			8149	23.06.04		ARQUIV.
P.E.C 005/04 M.G 033/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	ALTERA a redação dos §§ 6º e 7º, do Art. 234, da Constituição do Maranhão.			E.C 045/04	28.05.04		ARQUIV.
P.L 060/04 M.G. 038.04		2004	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2005 e dá outras providências.			8154	14.07.04		ARQUIV.
P.L. 097/04 M.G. 053/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com a alteração das Leis Nºs: 7.356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003, e dá outras providências. - OBS: VETO PARCIAL ATRAVÉS M.G. Nº 062/04			8153	08.07.04		ARQUIV.
P.L. 106/04 M.G. 055/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	REVOGA as Leis nºs. 7.422/99 e 7.801/02.			8152	07.07.04		ARQUIV.
M.G 056/04		2004	criação de ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 078/2004 que "Cria o Conselho de Gestão das Macropolíticas do Governo, e dá outras providências.						
M.G 060/04		2004	EDUCAÇÃO E SAÚDE	PODER EXECUTIVO	VETO TOTAL ao Projeto de Lei nº 048/2004 que Dispõe sobre o fornecimento de oxigênio aos portadores de pneumopatia incapacitante pelos hospitais públicos e particulares conveniados com o Sistema Único de Saúde-SUS. - OBS: FEITO PELO D.A. Nº 075/04 DE 03/0						ARQUIVA-DO JUNTO COM O PROJETO.
M.G 061/04		2004	EDUCAÇÃO E SAÚDE	PODER EXECUTIVO	VETO TOTAL ao Projeto de Lei nº 254/2003 que Dispõe sobre proibição do uso de alimentos resultantes de organismo geneticamente modificados transgênicos na Merenda Escolar das escolas da Rede Pública Estadual de Ensino.			VETA-DO	07.07.04		ARQUIVA-DO JUNTO COM O PROJETO
M.G 062/04		2004	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER EXECUTIVO	VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 097/2004 que Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado do Maranhão. - FEITO PELO D.A. Nº 075/04 DE 03/08/04			8153	08.07.04		ARQUIVA-DO JUNTO COM O PROJETO
M.G 065/04		2004	OUTROS	PODER EXECUTIVO	ENCAMINHANDO as medidas provisórias nºs: 01-02 e 003/2004, acompanhadas de exposições de motivos, para apreciação deste Poder.						ARQUIV. 21.10.04
M.G 001/04 P.L 331/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	ALTERA e Acrescenta dispositivos da Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, que Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão, e dá outras providências.			VETO TOTAL			
M.G 003/04 P.L 278/04		2004	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/P RESO	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a instalação do Centro de Convivência e Assistência Integral ao idoso-CECAL.			VETO TOTAL			
P.L 115/04		2004	PATRIMÔNIO PÚBLICO	PODER EXECUTIVO	AUTORIZA o Poder Executivo a fazer doação de imóvel à União para construção de Centro Administrativo "Cidade do Judiciário", e dá outras providências.			8171	09.09.04		ARQUIV.
P.L 118/04		2004	criação de ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a criação de cargo em comissão de Capelão Religioso na Polícia Militar do Maranhão.			8170	09.09.04		ARQUIV.
P.L 116/04 M.G. 068/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	ALTERA dispositivos da Lei nº 7.528, de 30 de junho de 2000, e dá outras providências.			8172	29.09.04		ARQUIV.
M.P 005/04 M.G. 068/04		2004	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a transferência de parcela dos depósitos judiciais, em recursos monetários, da conta de depósitos Judiciais do Poder Judiciário para a conta do Tesouro Estadual, sobre a gestão desses recursos, e dá outras providências. PROJ. DE CONVERSÃO Nº			8174			ARQUIV. 21.10.04 22.10.04

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
M.P 001/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	DÁ nova redação ao art. 54, ao caput e ao Parágrafo Único do art. 78, revoga os artigos 55,56 e 57 da Lei nº 6.110, de 15 de agosto de 1994, que Dispõe sobre o Estatuto do Magistério de 1º e 2º graus do Estado do Maranhão; altera a redação do art. 3º e re						
M.P 003/04 m.g. 077/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	DÁ nova redação ao art. 7º da Lei nº 6.915, de 11 de abril de 1997. - REVOGADO PELAMP. Nº 008/04			L/P 281/04	09.11.04	ARQUIV.	
M.P 004/04 M.G. 068 A/04		2004	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a criação da Agência Reguladora de serviços públicos do Maranhão - ARSEP, e dá outras providências.			L/P 280/04	20.10.04	ARQUIV.	
M.P 006/04 M.G 070/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	DÁ nova redação ao art. 54; ao Caput e ao Parágrafo Único do Art. 78 da Lei nº 6.110, de 15 de agosto de 1994, que Dispõe sobre o Estatuto do Magistério de 1º e 2º graus do Estado do Maranhão; altera a redação do art. 3º da Lei nº 7.885, de 23 de maio de						
P.L 128/04 M.G 072/04		2004	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	PODER EXECUTIVO	Concede isenção de imposto de transmissão causa mortis e doação, e dá outras providências.						
P.L 123/04 M.G 071/04		2004	TRANSPORTE E SEGURANÇA	PODER EXECUTIVO	Institui a defesa sanitária vegetal no Estado do Maranhão, e dá outras providências.						
M.P 009/04 M.G 078/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT E AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 78, DA LEI Nº 6.110, DE 15 DE AGOSTO DE 1994, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO DE 1º E 2º GRAUS DO MARANHÃO; ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 3º DA LEI Nº 7.885, DE 23 DE MAIO DE 2003, E DÁ OUTRAS PRO			8186	06.12.04	ARQUIV.	
M.P 007/04 M.G 076/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	MODIFICA a Redação do Inciso II, do Parágrafo Único do Art. 1º da Lei nº 7.900, de 13 de junho de 2003. - ANEXO PROJETO DE CONVERSÃO Nº 002/04			8187	06.12.04	ARQUIV.	
M.P 002/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	MODIFICA a Redação do Inciso II, do Parágrafo Único do Art. 1º da Lei nº 7.900, de junho de 2003. - ANEXO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/04			D/L 302/04	12.11.04	ARQUIV.	
P.L 129/04 M.G 074/04		2004	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	ALTERA dispositivos da Lei Nº 8.105, de 29 de abril de 2004, que Institui o Fundo de Fortalecimento da Administração Tributária-FUNAT.			8191	06.12.04	ARQUIV.	
M.G 002/04 P.L 115/04		2004	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação e publicação de recursos para municípios e entidades.						
P.L 142/04 M.G 081/04		2004	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	Institui o Fundo Especial de Segurança Pública - FESP, e dá outras providências.			8192	09.12.04	ARQUIV.	
P.L 143/04 M.G 082/04		2004	INCENTIVO A PRODUÇÃO/AGRICULTURA	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a importação, a exportação, o registro, o destino final dos resíduos e embalagens vazias, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxico			8193	15.12.04	ARQUIV.	
P.L 157/04		2004	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	CRIA vagas para o cargo de Professor, classe IV referência 19 e Supervisor Escolar, classe II, referência 19, do Grupo ocupacional magistério de 1º e 2º graus, e dá outras providências.			8208	03.01.05	ARQUIV.	
P.L 153/04 M.G 091/04		2004	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	Institui o Fundo Maranhense de Combate à Pobreza, Cria o Comitê de Políticas de Inclusão Social, e dá outras providências.			8205	24.12.04	ARQUIV.	
P.L 152/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	DÁ nova redação ao Caput do Art. 2º, da Lei Nº 7.374, de 31 de março de 1999.			8203	24.12.04	ARQUIV.	
P.L 151/04		2004	ORÇAMENTO/CONTAS	PODER EXECUTIVO	ALTERA a Lei nº 7.705, de 10 de dezembro de 2001, que Dispõe sobre a liquidação de créditos hipotecários sob a responsabilidade da gerência de Administração e Modernização - GEMOR - da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Púb			8204	24.12.04	ARQUIV.	
P.L 150/04		2004	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER EXECUTIVO	Institui o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Estado do Maranhão, e dá outras providências.			8206	31.12.04	ARQUIV.	
P.L 149/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	DÁ NOVA REDAÇÃO AO Art.213 da Lei Nº 6.107, de 27 de julho de 1994.			8201	24.12.04	ARQUIV.	
M.G 095/04		2004	OUTROS	PODER EXECUTIVO	SOLICITAÇÃO de autorização para o Governador afastar-se do País em qualquer período do ano de 2005			D/L 303/04	17.12.04	ARQUIV.	
P.L 148/04 M.G 086/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	DÁ nova redação ao art. 1º, Caput, da Lei nº 8.112, de 06 de maio de 2004.			8202	24.12.04	ARQUIV.	
M.G S/Nº		2004	OUTROS	PODER EXECUTIVO	COMUNICAÇÃO do Senhor Governador do Estado da Sua Ausência do País no período de 30.12.04 a 03.01.2005.					ARQUIV.	
P.L 073.04 M.G 042.04		2004	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a Criação de Cargo em Comissão de Capelão Religioso na Polícia Militar do Maranhão.			8115	19.05.04	ARQUIV.	

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
M.G 057/04		2004	OUTROS	PODER EXECUTIVO	VETO TOTAL ao Projeto de Lei nº 021/2004 que "Estabelece condições para realização de eventos populares em áreas públicas, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.						
MENS. 52/04 ANEXO P.D.L 001/2004		2004	OUTROS	PODER EXECUTIVO COM. CONST. JUST. E RED. FINAL	SOLICITAÇÃO de autorização para o Vice-Governador do Estado, afastar-se do País por quaisquer período do ano de 2004.			D/L 300/04	07.06.04	ARQUIV.	
P.L.C 003.04 M.G 001.04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER JUDICIÁRIO	ALTERA a redação do Código do Estado do Maranhão Lei Complementar nº 14/91) e dá outras providências.			L.C 074.04	29.03.04	ARQUIV.	
P.L.C 004.04 M.G 002.04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER JUDICIÁRIO	ALTERA a redação do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão Lei complementar nº 14.91) e dá outras providências.			L.C 075.04	21.05.04	ARQUIV.	
P.L.C. 006/04 MENS. 003/04		2004	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/P RESO	PODER JUDICIÁRIO	Dispõe sobre a Vara Judicial competente para julgamento dos Processos Criminais que tenham por vítimas Crianças ou Adolescentes na Comarca de São Luís e dá outras providências.			L.C 076/04	08.07.04	ARQUIV.	
P.L.C 011/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER JUDICIÁRIO	ALTERA a redação de dispositivos do código de divisão e organização judiciárias do Estado do Maranhão Lei Complementar Nº 14, de 17 de dezembro de 1991) e dá outras providências.			L.C 079/04	15.12.04	ARQUIV.	
P.L.C 010/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER JUDICIÁRIO-TRIBUNAL DE JUSTIÇA	ALTERA a redação do Art. 77 da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, e dá outras providências. - M.G. Nº 070/2004 Arquivado junto com o Projeto)			VETO TOTAL	24.11.04	ARQUIV.	
P.L.C 012/04		2004	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PROC. GERAL DA JUSTIÇA - MINISTÉRIO PÚBLICO	ALTERA a denominação do Capítulo IV, do Título II, da Lei Complementar Nº 13, de 25 de outubro de 1991, dá nova redação aos arts. 105, 106, 108, 109, 126, 130 e 133 da mesma Lei e dá outras providências.			L.C 080/04	15.12.04	ARQUIV.	
P.L 001/05	7	2005	PATRIMÔNIO PÚBLICO	DEP. ADERSON LAGO	Autoriza o Poder Executivo Estadual a proceder à desapropriação, sem ônus, com reversão ao patrimônio do Estado do Maranhão, do Convento das Mercês e dá outras providências.	17.02.05					
P.L 002/05	7	2005	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. JOSÉ LIMA DOS S. FILHO	Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino e a prática da natação aos estudantes do ensino fundamental e médio nas escolas da rede Pública e Privada de Ensino, no âmbito do Estado do Maranhão. REJEITADO - EM 18.03.05	17.02.05			ARQUIV.		
P.L 003/05	7	2005	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. ADERSON LAGO	TORNA obrigatória a leitura de, no mínimo, um livro no Ensino no Ensino Fundamental e de dois livros no Ensino Médio, por ano Letivo, a serem escolhidos pela escola, e dá outras providências. VETO TOTAL ATRAVÉS DA M.G 023/05	17.02.05					
P.L 004/05	7	2005	OUTROS	DEP. ADERSON LAGO	FICAM instituídos a Carteira de Identificação de Ministro religioso e Selo de Livre Acesso, no âmbito do Estado do Maranhão. - VETO TOTAL ATRAVÉS DA M.G 048/05 26.07.05	17.02.05		NETADO	ARQUIV.		27.07.05
P.L 005/05	7	2005	HOMENAGEM	DEP. ADERSON LAGO	Dispõe sobre a denominação do prédio sede do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO do Estado do Maranhão.	17.02.05					
P.L 006/05	7	2005	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/P RESO	DEP. ADERSON LAGO	Considera de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinheiro, com sede e foro no Município de Pinheiro, no Estado do Maranhão.	17.02.05		8214	ARQUIV.		Nº 069 11.04.05
M.G 001/05	6	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. ADERSON LAGO	ABERTURA dos Trabalhos Legislativos do ano de 2005.	16.02.05				ARQUIV.	
M.G 002/05, M.P 010/05 EMENDA 01, 02 e 03 DE AUDITORIA DO DEP. ADERSON LAGO P.L.C 001/05	7	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. ADERSON LAGO	Dispõe sobre a Criação da Corregedoria-Geral do estado e altera dispositivos das Leis nºs 6.895, de 26 de dezembro de 1996 e 7.356, de 29 de dezembro de 1998, modificada pela Lei nº 8.153, de 08 de julho de 2004, e dá outras providências.	17.02.05		8211	ARQUIV.		Nº 055 21.03.05
P.R.L 002/05	8	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. ADERSON LAGO	Dispõe sobre a reforma administrativa da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão e dá outras providências.	21.02.05		R/L 460/05	ARQUIV.		Nº 037 23.02.05
P.D.L 001/05	8	2005	HOMENAGEM	DEP. ADERSON LAGO	Concede a Medalha do Mérito Legislativo "Manoel Bequimão" ao Dr. Carlos Tadeu D'Aguiar Palácio - Prefeito de São Luís.	21.02.05		D/L 304/05	ARQUIV.		DO Nº 113 14.06.05
P.L 007/05	8	2005	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. ADERSON LAGO	Dispõe sobre a dispensa, durante os Festejos Juninos do pagamento de Licença ao Governador do estado do Maranhão pelas Entidades que especifica e dá outras providências.	21.02.05		REJEITADO	ARQUIV.		
P.L 008/05	8	2005	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. ADERSON LAGO	Dispõe sobre Incentivo Fiscal ao Esporte Amador no Estado do Maranhão e dá outras providências.	21.02.05					

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L.009/05	8	2005	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/PRESO	DEP. ADERSON LAGO	Dispõe sobre o direito à meia-passagem nos transportes coletivos de passageiros aos estudantes da rede pública e privada no âmbito do Estado do Maranhão e dá outras providências.	21.02.05					
P.L.010/05	8	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ADERSON LAGO	Considera de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Social do VASSOURAL.	21.02.05		8221	ARQUIV.		Nº 069 11.04.05
P.L.011/05	8	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ADERSON LAGO E DEP. HELENA HELUY	Considera de Utilidade Pública a Associação Beneficente, Educativa, Produtiva, Cultural dos Moradores do Bairro Coquilho e Povoados Adjacentes.	21.02.05		8222	ARQUIV.		Nº 069 11.04.05
P.L.012/05	8	2005	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. AFONSO MANOEL	ESTABELECE pagamento do IPVA em até 06 (seis) parcelas mensais.	21.02.05					
P.L.013/05	9	2005	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. ALBERTO FRANCO	Dispõe sobre o cancelamento da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ICMS no Estado do Maranhão.	22.02.05		8265	ARQUIV.		Nº 122 27.06.05
P.L.014/05	9	2005	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. ALBERTO FRANCO	Dispõe sobre a obrigatoriedade da expedição de certidão positiva e, ou negativa de débito e dá outras providências.	22.02.05					
P.L.015/05	9	2005	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. ALBERTO FRANCO	Autoriza o Poder Executivo a Conceder parcelamento de débitos relativos ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA na forma que especifica.	22.02.05					
M.G.003/05 P.L.016/05 EMENDA Nº 01 e 02 DE AUT. DO DEP. ADERSON LAGO	12	2005	RELAÇÃO DE TRABALHO	DEP. ALBERTO FRANCO	Dispõe sobre a reorganização das Classes das Carreiras do Grupo Ocupacional Atividades de Polícia Civil – APC, fixa os vencimentos dos cargos que as integram e dá outras providências.	28.02.05		8209	ARQUIV.		Nº 052 16.03.05
M.G.004/05 P.L.017/05 EMENDA Nº 01 DE AUT. DO DEP. ADERSON LAGO	12	2005	RELAÇÃO DE TRABALHO	DEP. ALBERTO FRANCO	REORGANIZA as Classes da Carreira do Grupo Ocupacional Atividades Penitenciárias – AP, fixa a remuneração dos cargos que as integram, e dá outras providências.	28.02.05		8210	ARQUIV.		Nº 052 16.03.05
M.G.005/05	12	2005	REESTRUTURAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	DEP. ALBERTO FRANCO	ENCAMINHA o nome do Dep. ANTONIO CARLOS BRAIDE para Líder do Governo Estadual, e dos Dep. TELMA PINHEIRO RIBEIRO-1ª Vice-Líder, GEOVANE SILVA DE CASTRO 2º Vice-Líder e Dep. PAULO ROBERTO ALMEIDA NETO-3º Vice-Líder.	28.02.05			ARQUIV.		
P.L.018/05	13	2005	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. ALBERTO FRANCO	Dispõe sobre a instalação de eliminador de ar na tubulação hidráulica das residências na forma que especifica.	01.03.05					
P.L.019/05	14	2005	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. ALBERTO FRANCO	ISENÇÃO do Pagamento das taxas de Renovação da Carteira Nacional de Habilitação-CNH, aos Idosos e Aposentados, maiores de 60 (sessenta) anos.	02.03.05					
P.L.020/05	14	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ALBERTO FRANCO	Considera de Utilidade Pública a Associação Educativa e Cultural Laço da Amizade da Vila Coquilho e dá outras providências.	02.03.05		8223	ARQUIV.		Nº 069 11.04.05
P.E.C.001/05	15	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. ALBERTO FRANCO	MODIFICA o inciso X do Artigo 19 da Constituição Estadual do Maranhão e dá outras providências.	03.03.05					
P.L.021/05	16	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ALBERTO FRANCO	Considera de Utilidade Pública o Grupo Assistencial São Vicente e dá outras providências.	07.03.05		8216	ARQUIV.		Nº 069 11.04.05
P.L.022/05	17	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ALBERTO FRANCO	Considera de Utilidade Pública a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.	08.03.05		8217	ARQUIV.		Nº 069 11.04.05
OF. 041/05- GPGJ-MA P.L.023/05	17	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. ALBERTO FRANCO	REVOGA o art. 36 da Lei nº 8.077, de 07/01/04 e dá outras providências.	08.03.05		8251	ARQUIV.		Nº 110 09.06.05
OF. 042/05- GPGJ-MA P.L.001/05	17	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. ALBERTO MARQUES	ACRESCENTA os §§ 1º e 2º ao art. 130 da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991, alterado pela Lei Complementar nº 080, de 06 de dezembro de 2004 e dá outras providências.	08.03.05		L/C 081/05	ARQUIV.		DO Nº102 30.05.05
M.G.006/05 P.L.024/05	18	2005	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. ALBERTO MARQUES	Dispõe sobre concessão de crédito presumido relativo ao ICMS, nas saídas interestaduais de mercadorias produzidas pelas indústrias de esmagamento e processamento de grãos a serem implantadas no Estado do Maranhão. EMENDA ADITIVA- DEP. RUBEM BRITO	09.03.05		8212			Nº 064 04.04.05
P.L.025/05	18	2005	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. ANTONIO CARLOS BACELAR	Dispõe sobre isenção do pagamento da taxa de emissão de Carteira de Identidade Civil aos menores de 18 anos completos ou a completar, declaradamente pobres.	09.03.05					
P.L.026/05	18	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ANTONIO CARLOS BACELAR	Considera de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Pixuri, com sede e foro no município de Primeira Cruz.	09.03.05		8213	ARQUIV.		Nº 069 11.04.05
P.L.027/05	18	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ANTONIO CARLOS BACELAR	Considera de Utilidade Pública a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de João Lisboa MA.	09.03.05		8225	ARQUIV.		Nº 069 11.04.05
P.L.028/05	20	2005	PATRIMÔNIO PÚBLICO	DEP. ANTONIO CARLOS BACELAR	Dispõe sobre a política estadual dos arquivos públicos e privados do Estado do Maranhão e dá outras providências. - VETO PARCIAL ATRAVÉS DA M.G Nº 032/05	14.03.05		8264	ARQUIV.		Nº 122 27.06.05

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
M.G 007/05 P.L 029/05	21	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. ANTONIO PEREIRA	ALTERA dispositivo na Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, que Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais militares da Polícia Militar do Maranhão, e dá outras providências.	15.03.05		8229	ARQUIV.		Nº 098 23.05.05
P.L 030/05	21	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ANTONIO PEREIRA	Considera de Utilidade Pública a Associação Folclórica Cultural Beneficente Bumba Meu Boi Lírio de São João, com Sede e foro na cidade de São Luís-MA.	15.03.05		8228	ARQUIV.		Nº 071 13.04.05
P.L 031/05	21	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. ANTONIO PEREIRA	Considera de Utilidade Pública a Associação Cultural Beneficente Nossa Senhora da Conceição, com sede e foro na cidade de São Luís-MA.	15.03.05		8227	ARQUIV.		Nº 071 13.04.05
P.D.L 002/05	21	2005	HOMENAGEM	DEP. ANTONIO PEREIRA	Concede Medalha Manoel Bequimão, ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Doutor Edson Carvalho Vidigal e dá outras providências.	15.03.05					
P.D.L 003/05	21	2005	HOMENAGEM	DEP. ANTONIO PEREIRA	Concede Medalha Manoel Bequimão ao Deputado Federal Severino Cavalcante e dá outras providências.	15.03.05					
P.D.L 004/05	21	2005	HOMENAGEM	DEP. CAMILO FIGUEIREDO	Concede Medalha Manoel Bequimão ao Deputado Federal José Aldo Rebelo Figueiredo e dá outras providências.	15.03.05					
P.E.C 002/05	21	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	ACRESCENTA o inciso VII ao § 11 do art. 24 da Constituição Estadual. REJEITADO	15.03.05		REJEITADO	ARQUIV.		
R.L 518/05	22	2005	REESTRUTURAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	CONSOLIDA normas e fixa valores para concessão de diárias na Assembléia Legislativa e dá outras providências.	16.03.05					
M.G 008/05	23	2005	OUTROS	DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM	COMUNICA o seu afastamento do País no período de 16/03 a 21/03/2005.	17.03.05		-	ARQUIV.		-
P.L 032/05	24	2005	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/PRESO	DEP. CARLOS FILHO	Dispõe sobre a instalação de creches e berçários nos Batalhões da Polícia Militar do Estado do Maranhão e dá outras providências.	21.03.05		REJEITADO - 10.05.05	ARQUIV.		
P.L 033/05	24	2005	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. CÉSAR PIRES	Dispõe sobre a Criação de contribuição a ser paga pelas empresas produtoras e distribuidoras de bebidas alcoólicas no Estado do Maranhão e dá outras providências. - REJEITADO EM 26.04.05	21.03.05		REJEITADO	ARQUIV.		
P.L 034/05	24	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CÉSAR PIRES	Considera de Utilidade Pública o Conselho Estadual de Investigação Particular do Estado do Maranhão - CEIP/MA no município de São Luís.	21.03.05		8232	ARQUIV.		D.O 082/05 29.04.05
P.L 035/05	25	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CÉSAR PIRES	Considera de Utilidade Pública o Centro de Defesa dos Direitos Humanos "Antonio Genésio" - CDDHAG.	22.03.05		8230	ARQUIV.		D.O 082/05 29.04.05
P.E.C 003/05	27	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. CÉSAR PIRES	ACRESCENTA os parágrafos 1º e § 2º ao art. 219 da Constituição Estadual.	28.03.05					
P.L 036/05	27	2005	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. CÉSAR PIRES	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de aparelhos de leitura óptica em supermercados, lojas varejistas e similares, no âmbito do Estado do Maranhão e dá outras providências.	28.03.05		8277	ARQUIV.		D.O 135/05 14.07.05
P.L 037/05	27	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CÉSAR PIRES	Considera de Utilidade Pública a Fundação Comunitária Sebastiana Costa com sede e foro no município de São João do Sóter, no Estado do Maranhão.	28.03.05		8231	ARQUIV.		D.O 082/05 29.04.05
M.G 009/05	28	2005	PATRIMÔNIO PÚBLICO	DEP. CÉSAR PIRES	Autoriza o Poder Executivo a fazer doação de imóvel ao Município de Caxias para construção de centro administrativo denominado "Cidade Judiciária" e dá outras providências.	29.03.05		8226	ARQUIV.		D.O 064 04.04.05
P.R.L 005/05	28	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. CÉSAR PIRES	SUPRIME o § 2º do art. 14 da Resolução Legislativa nº 448/2004, que Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.	29.03.05		R/L 461/05	ARQUIV.		D.O 104 01.06.05
P.D.L 005/05	28	2005	HOMENAGEM	DEP. CÉSAR PIRES	Concede a Medalha do Mérito Legislativo "Manoel Bequimão" ao Senhor José Pinheiro Marques.	29.03.05		D/L 305/05	ARQUIV.		Nº 115 16.06.05
P.L 039/05	29	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CÉSAR PIRES	Considera de Utilidade Pública a Pró-Saúde - Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar.	30.03.05		8233	ARQUIV.		D.O 082/05 29.04.05
P.L 040/05	29	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CÉSAR PIRES	Considera de Utilidade Pública o Instituto Betânia de Missionários Leigos-IBML.	30.03.05		8234	ARQUIV.		D.O 082/05 29.04.05
M.G 010/05 P.L 041/05	31	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. CRISTINA ARCHER	ALTERA o Anexo da Lei nº 8.051, de 19 de dezembro de 2003, que Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.	04.04.05		8272	ARQUIV.		DO 162/05 22.08.05
P.L 042/05	31	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CRISTINA ARCHER	Dispõe sobre reconhecimento como de Utilidade Pública a Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Balsas, com sede e foro no município de Balsas.	04.04.05		8235	ARQUIV.		D.O 082/05 29.04.05
P.E.C 004/05	32	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. CRISTINA ARCHER	ALTERA a redação do inciso I do art. 39 da Constituição do Estado do Maranhão, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 016/95	05.04.05					
P.L 043/05	32	2005	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. CRISTINA ARCHER	Dispõe sobre a proibição da fabricação, comercialização, distribuição e venda de caudados flexíveis plásticos utilizados para ingestão de alimentos artificiais líquidos, no Estado do Maranhão e dá outras providências.	05.04.05		8284	ARQUIV.		D.O Nº167 29.08.05
P.R.L 006/05	32	2005	HOMENAGEM	DEP. CRISTINA ARCHER	Concede o Título de Cidadão Maranhense ao Senhor José Aldo Rebelo Figueiredo e dá outras providências.	05.04.05					

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	F.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L 044/05	33	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. CRISTINA ARCHER	Considera de Utilidade Pública a Associação dos Cabos e Soldados de Bacabal – ACSB, com sede e foro no município de Bacabal-MA.	06.04.05		8236	ARQUIV.		D.O Nº 088 09.05.05
P.E.C 005/05	33	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. CÉSAR PIRES	ALTERA a redação do inciso III DO ARTIGO 43 DA Constituição do Estado do Maranhão.	06.04.05					
P.L 045/05	34	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. DOMINGOS DUTRA	Considera de Utilidade Pública a Associação de Ministros de Música Celebrai de São José de Ribamar.	07.04.05		8237	ARQUIV.		D.O Nº 088 09.05.05
P.L 046/05	34	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. DOMINGOS DUTRA	Considera de Utilidade Pública o Centro de Assistência Comunitária e Ação Social Cristo Rei – Centro de Santa Clara.	07.04.05		8238	ARQUIV.		D.O Nº 088 09.05.05
P.L 047/05	36	2005	TRANSPORTE E SEGURANÇA	DEP. DOMINGOS DUTRA	Autoriza a Secretaria de Estado da Educação afixar nas salas de aula avisos com telefones para os alunos denunciarem qualquer tipo de violência ou abuso sexual cometido contra menores. - RETIRADO ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 107/05 A PEDIDO DO AUTOR	12.04.05		-	ARQUIV.		-
P.L 048/05	36	2005	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. DOMINGOS DUTRA	Dispõe sobre a fixação nas recepções dos Hospitais da rede Pública, e privados do Estado do Maranhão, da Cartilha dos Direitos do Paciente, que tem a seguinte redação.	12.04.05					
P.L 049/05	36	2005	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. ELÍGIO ALMEIDA	Autoriza o Poder Executivo Instituir os serviços de Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia e Terapia Ocupacional nos Hospitais Públicos do Estado do Maranhão, para atendimento aos pacientes que desses tratamentos clínicos necessitam.	12.04.05					
P.L 050/05	36	2005	TRANSPORTE E SEGURANÇA	DEP. ELÍGIO ALMEIDA	Autoriza o Poder Executivo a Criar o Programa de Aproveitamento de Alimentos Não Consumidos, coordenado pela Vigilância Sanitária do Estado, para fomentar a captação e distribuição de alimentos, para atender às pessoas em estado de deficiência alimentar.	12.04.05					
P.L 051/05	36	2005	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. ELÍGIO ALMEIDA	Autoriza o Poder Executivo Criar o Programa de Merenda Escolar na rede pública estadual aos alunos portadores de doença celíaca intolerância ao glúten) e Diabetes mellitus, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Saúde.	12.04.05					
P.L 052/05	36	2005	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/P RESO	DEP. GEOVANE CASTRO	Autoriza o Poder Executivo dispor sobre a Política Estadual de Proteção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, no âmbito da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social, implantando placas em braile nos postes de sinalização e	12.04.05			ARQUIV.		
P.L 053/05	36	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. HELENA BARROS HELUY	Considera de Utilidade Pública a União dos Moradores do Bairro da Vila Esperança-UMBVE.	12.04.05		8239	ARQUIV.		D.O Nº088 09.05.05
P.R.L 007/05	36	2005	HOMENAGEM	DEP. HELENA BARROS HELUY	Concede Título de Cidadão Maranhense ao Presidente da Câmara Federal Senhor Severino José Cavalcanti Ferreira.	12.04.05					
M.G 011/05 P.L 054/05	38	2005	ORÇAMENTO/CONTAS	DEP. HELENA BARROS HELUY	Cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão, e dá outras providências. - DEVOLVIDO ATRAVÉS DA M.G. Nº 014/05	14.04.05			ARQUIV.	04/10/05	
P.L 055/05	38	2005	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. HELENA BARROS HELUY	Institui a obrigatoriedade do ensino da disciplina Políticas Públicas no currículo escolar da rede de ensino público e particular do Estado do Maranhão, na forma que especifica.	14.04.05					
P.E.C 006/05	39	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. HELENA BARROS HELUY	REVOGA o Art. 152 da Constituição do Estado do Maranhão.	18.04.05					
M.G 012/05 P.L 056/05	40	2005	ORÇAMENTO/CONTAS	DEP. GEOVANE CASTRO	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2006 e dá outras providências.	19.04.05		8273	ARQUIV.		D.O 130 07.07.05
M.G 013/05	40	2005	ORÇAMENTO/CONTAS	DEP. HÉLIO SOARES	ENCAMINHA prestação de contas referente ao exercício financeiro de 2004.	19.04.05					
P.L.C 002/05 OF. 072/05 GP/MA	40	2005	criação de Órgãos/Cargos	DEP. JANICE BRAIDE	Dispõe sobre a Criação da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão, regulamenta a indicação e escolha do Ouvidor e dá outras providências.	19.04.05		L/C 083/05	ARQUIV.		D.O 110 09.06.05
P.L 057/05	40	2005	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. HÉLIO SOARES	Institui procedimentos especiais para a prevenção e a detecção dos casos de Lesões por Esforços Repetitivos – LER, na forma que especifica.	19.04.05					
P.L 058/05	40	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOÃO EVANGELISTA	Considera de Utilidade Pública a Associação dos cabeleiros, com sede e foro no município de Bacabal-MA.	19.04.05		8240	ARQUIV.		D.O 088/05 09.05.05
P.L 059/05	40	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JOÃO EVANGELISTA	Considera de Utilidade Pública o Instituto Maranhense de Meio Ambiente e recursos Hídricos – IMARH do Estado do Maranhão no Município de São Luís.	19.04.05		8242	ARQUIV.		D.O 088/05 09.05.05
P.R.L 008/05	41	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. JOÃO EVANGELISTA	DECLARA a inconstitucionalidade da Resolução Legislativa nº 449/04, de 24 de junho de 2004, que Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.	20.04.05		R/L 462/05	ARQUIV.		D.O 113 14.06.05

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.R.L 009/05	42	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. JOÃO EVANGELISTA	ALTERA a redação do § 1º do art. 69 e acrescenta o inciso V, e o parágrafo único do art. 87 da Resolução Legislativa nº 449, de 24 de junho de 2004 (Regimento Interno). - EMENDA 001/05 DE AUTORIA DA MESA DIRETORA	25.04.05		R/L 468/05	ARQUIV.		D.O 162/05 22.08.05
P.E.C 007/05	42	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. JOAQUIM NAGIB HAICKEL	ALTERA a redação do art. 44 da Constituição do Estado do Maranhão, adequando a mesma ao § 2º do art. 61 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988	25.04.05		E/C 047/05	ARQUIV.		D.O 162/05 22.08.05
P.R.L 001/05	7	2005	REESTRUTURAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	DEP. JOAQUIM NAGIB HAICKEL	Dispõe sobre a substituição da frase existente no Plenário "Gervásio Santos".	17.02.05					
P.L 062/05	43	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. JULIANO AMIN	Considera de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Bairro do Jacu, com sede e foro no Município de Açailândia, Estado do Maranhão.	26.04.05		8243	ARQUIV.		D.O 092 13.05.05
P.L 063/05	44	2005	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. LUIZ PEDRO	Dispõe sobre a veiculação de campanhas educativas e divulgação de fotos de pessoas desaparecidas na forma que especifica. - VETO TOTAL - M.G 046/05 - 26/07/05	27.04.05		VETADO	ARQUIV.		D.O 144 27.07.05
P.D.L 006/05	44	2005	HOMENAGEM	DEP. LUIZ PEDRO	Concede Medalha Manoel Bequimão ao Major Brigadeiro do Ar RUI BARBOZA MOREIRA LIMA, natural do município de Colinas, Estado do Maranhão.	27.04.05		D/L 309/05			
P.L 064/05	45	2005	PATRIMÔNIO PÚBLICO	DEP. LUIZ PEDRO	Autoriza ao Poder Executivo a fazer doação de imóvel, pertencente ao Estado do Maranhão	28.04.05					
P.L 065/05	45	2005	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. LUIZ PEDRO	Dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação e publicação de recursos para municípios e entidades.	28.04.05					
MENS 001/05 P.L 003/05	46	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. MANOEL CEARÁ	Cria a Central de Cumprimento de Mandados nas Comarcas de 3ª e 4ª entrâncias e altera dispositivos da Lei Complementar nº 014/91 - Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão.	02.05.05		L/C 085/05	ARQUIV.		Nº 121 24.06.05
P.R.L 010/05	46	2005	PATRIMÔNIO PÚBLICO	DEP. MANOEL CEARÁ	Autoriza o Poder Legislativo doar à Câmara Municipal de São Luís imóvel onde funciona a Assembleia Legislativa do Estado.	02.05.05					
P.E.C 008/05	46	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. MANOEL RIBEIRO	ACRESCENTA dispositivos ao art. 13 da Constituição Estadual. - EMENDA Nº 002/05 DE AUT. DO DEP. DOMINGOS DUTRA - PUBL. NO D.O. Nº 060 DE 25.05.05	02.05.05					
P.L 066/05	48	2005	RELAÇÃO DE TRABALHO	DEP. MANOEL RIBEIRO	Dispõe sobre a reintegração de servidores do Estado, exonerados, a pedido, na forma da Lei nº 6.662, de 04 de junho de 1996, que Institui o Programa Especial de Capacitação para Gestão Empresarial e Educação Profissional de servidores públicos civis da ad	04.05.05					
P.L 067/05	49	2005	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. MANOEL RIBEIRO	Institui o Concurso Anual de redação nas escolas da rede pública do Estado do Maranhão e dá outras providências. - VETO TOTAL - M.G 045 - 26/07/05	05.05.05		VETADO	ARQUIV.		D.O 144 27.07.05
P.L 068/05	50	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. MANOEL RIBEIRO	REVOGA as Leis nºs. 5.007 de 06 de abril de 1990 e 5.765, de 26 de agosto de 1993.	09.05.05					
P.L 069/05	50	2005	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. MAURA JORGE	TORNA obrigatória a realização de audiências públicas sobre os aumentos propostos nas tarifas ou preços praticados pelas empresas prestadoras de serviços públicos no Estado do Maranhão.	09.05.05		8281	ARQUIV.		D.O 144 27.07.05
P.L 070/05	51	2005	DIREITO DA MULHER	DEP. MAURA JORGE	Dispõe sobre o procedimento de Notificação Compulsória da Violência contra a Mulher atendida em serviços de urgência, públicos e privados, bem como na rede básica de atendimento, no Estado do Maranhão.	10.05.05		8279	ARQUIV.		Nº 144 27.07.05
P.R.L 011/05	51	2005	RELAÇÃO DE TRABALHO	DEP. MAURA JORGE	Institui ao Cartão de Pagamento da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão - CPAL, para utilização em adiantamento a servidor, e dá outras providências.	10.05.05		R/L 463/05	ARQUIV.		Nº 120 23.06.05
M.G 015/05 P.L 071/05	52	2005	ORÇAMENTO/CONTAS	DEP. MAURA JORGE	Cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão, e dá outras providências.	11.05.05		8246	ARQUIV.		DO Nº102 30.05.05
P.L 072/05	52	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAURA JORGE	Considera de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Governador Nunes Freire, com sede e foro no Município de Governador Nunes Freire, no Estado do Maranhão.	11.05.05		8252	ARQUIV.		DO Nº 108 07.06.05
P.L 073/05	52	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAURA JORGE	Considera de Utilidade Pública a Associação de Cantores, Compositores e Intérpretes de Músicas do Município de Paço do Lumiar, com sede e foro no Município de Paço do Lumiar, no Estado do Maranhão.	11.05.05		8253	ARQUIV.		DO Nº 108 07.06.05
P.L 074/05 M.G 016/05	53	2005	ORÇAMENTO/CONTAS	DEP. MAURA JORGE	Autoriza o Poder Executivo a abrir em favor do Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado FUNBEN, crédito especial no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), para o fim que especifica.	12.05.05		8247	ARQUIV.		DONº 102 30.05.05

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L 075/05 M.G 017/05	53	2005	ORÇAMENTO.CONTAS	DEP. MAURO BEZERRA	Autoriza o Poder Executivo a abrir à Assembléia Legislativa crédito especial no valor de R\$ 7.974.160,00 sete milhões, novecentos e setenta e quatro mil, cento e sessenta reais), para o fim que especifica.	12.05.05		8248	ARQUIV.		D.O 102 30.05.05
P.L 076/05	53	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAURO BEZERRA	Considera de Utilidade Pública a Associação de Agricultura e Pesca do Povoado Mata, com sede e foro no Município de Icatu, no Estado do Maranhão.	12.05.05		8254	ARQUIV.		DONº 108 07.06.05
P.L 060/05	42	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. MAURO BEZERRA	Considera de Utilidade Pública a Fundação Antonio Pereira Neto de Assistência Médica Qualificada, com sede e foro no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão.	25.04.05		8241	ARQUIV.		D.O Nº 088 09.05.05
P.L 077/05 M.G 018/05	55	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. MAURO BEZERRA	DÁ nova redação ao inciso II, do art. 12, da Lei nº 7.374, de 31 de março de 1999, com suas modificações posteriores e dá outras providências.	17.05.05		8245	ARQUIV.		Nº 102 30.05.05
M.G 019/05 P.L.C 004/05	55	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. MAURO BEZERRA	DÁ nova redação ao inciso II, do art. 12, da Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 1998, com suas modificações posteriores e aos incisos I e II, do art. 58, da Lei Complementar nº 073, de 04 de fevereiro de 2004, e dá outras providências. - EMENDA	38489		L/C 082/05	ARQUIV.		Nº 102 30.05.05
M.G 020/05 P.L 078/05	55	2005	RELAÇÃO DE TRABALHO	DEP. MAURO BEZERRA	Dispõe sobre o reajuste do vencimento base dos servidores civis, do soldo dos militares, sobre a concessão do abono e a reestruturação dos Grupos Atividades de Nível Superior – ANS e Atividades Artísticas e Culturais – AAC, e dá outras providências.	38489		8244	ARQUIV.		Nº102 30.05.05
MENS 001/05 P.L 079/05	55	2005	RELAÇÃO DE TRABALHO	DEP. MAX BARROS	Dispõe sobre a Lei Orgânica do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO do Estado do Maranhão e dá outras providências.	38489		8258	ARQUIV.		Nº 108 07.06.05
MENS. 002/05 P.L 080/05	55	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. MAX BARROS	ALTERA dispositivos da Lei nº 7.663, de 31 de agosto de 2001, que Dispõe sobre o Plano de Carreiras, Cargos e Salários do Quadro de Pessoal Estatutário do Serviço Auxiliar de Controle Externo do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO do Estado do Maranhão, e dá outras providências.	38489		8250	ARQUIV.		Nº 110 09.06.05
P.L 081/05	55	2005	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	DEP. MAX BARROS	PROÍBE as empresas concessionárias de serviços públicos cobrarem taxa de religação de seus serviços	38489					
P.L 082/05	55	2005	TRANSPORTE E SEGURANÇA	DEP. MAX BARROS	DESTINA percentual das multas de trânsito para campanhas publicitárias de prevenção de acidentes de trânsito e para o tratamento de redução de danos do álcool e outras drogas e dá outras providências. - VETO TOTAL - M.G Nº 044 - PUBL. D.A. Nº 089 - 16/08	38489		VETADO	ARQUIV.		Nº 144 27/07/05
P.L 083/05	55	2005	PATRIMÔNIO PÚBLICO	DEP. PAULO NETO E OUTROS DEPUTADOS	ESTABELECE no Estado do Maranhão a obrigatoriedade de inclusão de obras artísticas em edificações e complexos urbanos privados e dá outras providências.	38489					
P.L 084/05	56	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. PAVÃO FILHO	Considera de Utilidade Pública a Liga Timonense de Futebol	18.05.05		8255	ARQUIV.		D.O Nº 108 07.06.05
P.L 085/05	56	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. PAVÃO FILHO	Considera de Utilidade Pública a Associação dos Árbitros de Timon-MA.	18.05.05		8256	ARQUIV.		D.O Nº 108 07.06.05
P.D.L 007/05	56	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. PAVÃO FILHO	SUSPENDE os efeitos da Lei nº 7.493 de 22 de dezembro de 1999 na forma que especifica.	18.05.05		REJEITADO	ARQUIV.		23.08.05
P.L 086/05	60	2005	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/P RESO	DEP. PAVÃO FILHO	Institui a Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente.	25.05.05		8278	ARQUIV.		D.O Nº 139 20.07.05
P.L 087/05	57	2005	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/P RESO	DEP. PAVÃO FILHO	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis e similares possuírem o cardápio em braille.	19.05.05					
P.L 088/05	57	2005	REESTRUTURAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	DEP. PAVÃO FILHO	PERMITE que a Assembléia Legislativa do Maranhão, tenha acesso, ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM/MA.	19.05.05					
P.L 089/05	57	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. PAVÃO FILHO	Considera de Utilidade Pública o Centro Comunitário de Áreas Periféricas e Abrangências, com sede e foro no Município de Paço do Lumiar, no Estado do Maranhão.	19.05.05		8257	ARQUIV.		D.O Nº 108 07.06.05
MENS. 002/05 P.L 005/05	57	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. PAVÃO FILHO	ALTERA a redação do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão Lei Complementar nº 14/91) e dá outras providências. # MENS. ADITIVA Nº 01/05 ;# EMENDA Nº 01/05 DE AUT. DO DEP. ADERSNO LAGO - PUBL. NO D.O. Nº 060 DE 25/05/05;	19.05.05		L/C 087/05	ARQUIV.		D.O Nº139 20.07.05
M.G 021/05 P.L 090/05	59	2005	ORÇAMENTO.CONTAS	DEP. PAVÃO FILHO	PERMITE que o Poder Executivo autorize a Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão CAEMA a firmar Acordo de Parcelamento do Débito de FGTS com a Caixa Econômica Federal CEF, e garanta o cumprimento dessa avença.	24.05.05		8249	ARQUIV.		D.O Nº104 01.06.05

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L 092/05 M.G 022/05	62	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. PAVÃO FILHO	ACRESCENTA dispositivo ao Anexo I da Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que Dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão - # EMENDA Nº 001/05 DE AUT. DEP. CARLOS BRAIDE - D.A. N : # 065 DE 06.06.05 VETO PARCIAL ATRAVÉS DA MENS. Nº	31.05.05		8276	ARQUIV.		Nº 129 06/07/05
P.L 093/05	62	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. PAVÃO FILHO	Considera de Utilidade Pública a Associação de Moradores Evangélicos Monte Hermon - AMEM.	31.05.05		8261	ARQUIV.		20.06.05
P.L 094/05	62	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. PAVÃO FILHO	Considera de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Residencial José Reinaldo Tavares.	31.05.05		8260	ARQUIV.		Nº 117 20.06.05
P.L 095/05	63	2005	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/P RESO	DEP. PAVÃO FILHO	Institui a Obrigatoriedade de Notificação compulsória da Violência contra Crianças e Adolescentes nos Hospitais e Clínicas de Atendimento Infanto-Juvenil, Serviços de Urgência e Emergência ou Similares.	02.06.05		8280	ARQUIV.		D.O 144 27.07.05
P.L 096/05	65	2005	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. PAVÃO FILHO	VEDA a cobrança, pelas concessionárias de telefonia fixa e móvel, de tarifa, taxa mínima ou assinatura de qualquer natureza e a qualquer título e dá outras providências. - EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 001/05	07.06.05					
P.R.L 012/05	66	2005	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. PAVÃO FILHO	Dispõe sobre a realização de PLEBISCITO junto à população do Município de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, para que delibere sobre a implantação ou não implantação do Projeto Pólo Siderúrgico em território pertencente ao Município de São Luís-MA	07.06.05					
M.G 024/05 P.L 097/05	67	2005	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	DEP. PAVÃO FILHO	Dispõe sobre a Criação de cargo de Secretário de Estado Extraordinário, e dá outras providências.	08.06.05		8259	ARQUIV.		112 13/06/05
P.L 098/05	68	2005	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. PAVÃO FILHO	Dispõe sobre o ensino opcional da capoeira nas escolas públicas do Estado do Maranhão e dá outras providências.	09.06.05					
P.R.L 013/05	68	2005	HOMENAGEM	DEP. PAVÃO FILHO	Concede Título de Cidadão Maranhense ao Doutor Antônio Leite Andrade e dá outras providências.	09.06.05		R/L 466/05	ARQUIV.		D.O 130 07.07.05
M.G 025/05 P.L 099/05	70	2005	RELAÇÃO DE TRABALHO	DEP. REGINALDO COSTA NUNES	ATRIBUI a Gratificação Especial de Exercício aos servidores do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização - TAF, e dá outras providências.	14.06.05		8263	ARQUIV.		Nº 120 23.06.05
M.G 026/05 P.L 006/05	70	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. REGINALDO COSTA NUNES	ALTERA a redação do parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar nº 48, de 15 de dezembro de 2000	14.06.05		L/C 084/05	ARQUIV.		Nº 120 23.06.05
M.G 027/05 P.L 100/05	70	2005	PATRIMÔNIO PÚBLICO	DEP. REGINALDO COSTA NUNES	Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel e equipamento para a Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, e dá outras providências.	14.06.05		8262	ARQUIV.		Nº 120 23.06.05
P.L 101/05	71	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. REGINALDO COSTA NUNES	Considera de Utilidade Pública a Associação dos Filhos e Amigos de São Benedito do Rio Preto - AFASB.	15.06.05		8270	ARQUIV.		Nº 128 05.07.05
M.G 028/05 P.L 102/05	72	2005	ORÇAMENTO/CONTAS	DEP. REGINALDO COSTA NUNES	Autoriza o Poder Executivo a abrir em favor do Viva Cidadão, crédito especial no valor de R\$ 228.849,00 duzentos e vinte e oito mil oitocentos e quarenta e nove reais), para o fim que especifica.	16.06.05		8266	ARQUIV.		Nº 126 01.07.05
P.L 103/05	72	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. REGINALDO COSTA NUNES	ALTERA dispositivo do artigo 2º da Lei 7.081 de 27.03.98, a qual modificou os dispositivos da Lei 6.170 de 10.11.94, que criou o Município de Lagoa Grande do Maranhão e Ratifica os atuais limites com Lagoa da Pedra, São Raimundo do Doca Bezerra, Jenipapo d	16.06.05					
P.L 104/05	72	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. REGINALDO COSTA NUNES	Considera de Utilidade Pública o Centro Social Filantrópico Vida Abundante - CESFIVA, sito na Avenida Resplandes, s/n, Bairro Novo, no Município de Fernando Falcão-MA, com fórum na cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão.	16.06.05		8269	ARQUIV.		Nº 128 05.07.05
P.L 105/05	72	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. RIGO TELES	Considera de Utilidade Pública a Associação Recreativa, Folclórica e Beneficente de Iguatba, com sede e foro em Paço do Lumiar-MA.	16.06.05		8268	ARQUIV.		Nº 128 05.07.05
P.E.C 009/05	72	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. RIGO TELES	ALTERA a redação do inciso I do § 3º do art. 21 da Constituição Estadual.	16.06.05					
P.L 106/05	73	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. RUBEM BRITO	Considera de Utilidade Pública a Associação Maranhã de Assistência Social - AMAS.	20.06.05		8274	ARQUIV.		Nº 129 06/07/05
P.D.L 008/05	73	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. RUBEM BRITO	SUSTA os efeitos dos Decretos nºs 18.491, de 25 de fevereiro de 2002 e 18.748, de 19 de junho de 2002, na forma que especifica.	20.06.05					
M.G 029/05 P.L 107/05	74	2005	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	DEP. RUBEM BRITO	Dispõe sobre a Criação de cargos efetivos do Grupo Ocupacional Magistério Superior da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.	21.06.05		8275	ARQUIV.		D.O 130 07.07.05
M.G 030/05 P.L 108/05	76	2005	INCENTIVO A PRODUÇÃO/AGRICULTURA	DEP. RUBEM BRITO	Autoriza o Poder Executivo a fazer cessão de direitos reais para implantação do Distrito Agroindustrial de Porto Franco.	23.06.05		8267	ARQUIV.		Nº 123 28.06.05
P.R.L 014/05	76	2005	REESTRUTURAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	DEP. RUBEM BRITO	Institui a Frente Parlamentar em Defesa da Baixada e do Litoral Ocidental Maranhense e dá outras providências.	23.06.05					

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.R.L 015/05	77	2005	RELAÇÃO DE TRABALHO	DEP. RUBEM BRITO	ESTENDE Benefícios de Assistência à Saúde a Ex-Deputados Pensionistas.	27.06.05		R/L 467/05			D.O 130 07.07.05
M.G 031/05 P.L.C 109/05	77	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. RUBEM BRITO	Dispõe sobre o parcelamento de débitos fiscais decorrentes da falta de recolhimento do ICM e ICMS, e dá outras providências. - # EMENDA MODIFICADORA Nº 001/05 DE AUT. DO DEP. RUBEM BRITO D.A. Nº 079 DE 30/06/05	27.06.05		8271	ARQUIV.		Nº 129 06.07.05
P.L.C 007/05	74	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. RUBEM BRITO E DEP. LUIZ PEDRO	DÁ nova redação ao art. 56 da Lei Complementar nº 073 de 04 de fevereiro de 2004. - REJEITADO	21.06.05		REJEITADO	ARQUIV.		23.08.05
M.G 034/05 P.L.C 008/05	77	2005	ORÇAMENTO/CONTAS	DEP. RUBENS PEREIRA	Cria o Fundo Especial do Ministério Público Estadual - FEMPE, e dá outras providências.	27.06.05		L/C 086/05	ARQUIV.		D.O 130 07.07.05
P.L 110/05	77	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. RUBENS PEREIRA	Considera de Utilidade Pública a Associação Jovens Unidos pelo Progresso da Sociedade- JUPS.	27.06.05		8287	ARQUIV.		D.O 167 29.08.05
P.L 111/05	77	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. STÊNIO RESENDE	Considera de Utilidade Pública a Fundação Comunitária do Município de Apicum-Açú-MA.	27.06.05		8286	ARQUIV.		D.O 167 29.08.05
P.L 112/05	78	2005	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. STÊNIO RESENDE	Dispõe sobre a indicação, nas embalagens de produtos alimentícios, do prazo em que devem ser consumidos depois de abertos, e dá providências correlatas.	28.06.05					
P.L 113/05	78	2005	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. STÊNIO RESENDE	Dispõe sobre a oferta de produtos de mercadorias em promoção ou liquidação no comércio varejista no Estado do Maranhão.	28.06.05					
P.L 114/05	78	2005	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. STÊNIO RESENDE	PROIBE a retenção de documentos como condição de acesso a edifícios e dá outras providências.	28.06.05					
P.L 115/05	78	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. STÊNIO RESENDE	Considera de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA ÁREA DO GAPARA.	28.06.05		8289	ARQUIV.		D.O 167 29.08.05
P.L 116/05	78	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. STÊNIO RESENDE	Considera de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Brisa do Mar.	28.06.05		8288	ARQUIV.		D.O 167 29.08.05
P.R 016/05	78	2005	HOMENAGEM	DEP. STÊNIO RESENDE	Institui o Prêmio ERASMÓDIAS de Jornalismo Político.	28.06.05					
P.L 117/05	80	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. TELMA PINHEIRO	ALTERA dispositivos da Lei nº 5.715, de 11 de junho de 1993, que estabelece padrões de emissão de ruídos e vibrações e dá outras providências.	01.08.05					
P.R.L 017/05	80	2005	HOMENAGEM	DEP. TELMA PINHEIRO	Concede Título de Cidadão Maranhense ao Sr. Ildon Marques de Souza e dá outras providências.	01.08.05					
P.L 118/05 M.G. 038/05	81	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. TELMA PINHEIRO	DÁ nova redação a dispositivos da Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que Dispõe sobre o Sistema Tributário Estadual.	02.08.05					
P.L 119/05	81	2005	TRANSPORTE E SEGURANÇA	DEP. TELMA PINHEIRO	Dispõe sobre a identificação de passageiros nos ônibus das linhas intermunicipais e interestaduais e dá outras providências.	02.08.05					
P.R.L 018/05	81	2005	HOMENAGEM	DEP. TELMA PINHEIRO	Concede o Título de Cidadão Maranhense ao Dom Geraldo Dantas de Andrade, natural da cidade do Rio de Janeiro-RJ	02.08.05		R/L 470/05			DA 116 05/10/05
P.R.L 019/05	81	2005	HOMENAGEM	DEP. TELMA PINHEIRO	Institui a Medalha Legislativa Djalma Ramos Martins.	02.08.05					
P.L 120/05 M.G. 040/05	82	2005	ORÇAMENTO/CONTAS	DEP. TELMA PINHEIRO	Autoriza O Chefe do Poder Executivo a realizar operações de crédito externo, no valor de até US 42.500.000,00 (quarenta e dois milhões e quinhentos mil dólares), junto ao Banco WestB, com as garantias que indica, e dá outras providências.	03.08.05		8285	ARQUIV.		D.O 167 29.08.05
P.L 121/05	82	2005	HOMENAGEM	DEP. TELMA PINHEIRO	DÁ nova denominação ao município de Paulino Neves e dá outras providências.	03.08.05					
P.L 122/05	88	2005	HOMENAGEM	DEP. TELMA PINHEIRO	REVOGA a denominação do prédio sede do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO do Estado.	15.08.05					
P.L 123/05	88	2005	criação de ÓRGÃOS/CARGOS	DEP. TELMA PINHEIRO	Dispõe sobre a Criação da Pró-Reitoria Virtual na estrutura da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, Criada pela Lei 4.400 de 30 de dezembro de 1981, que Dispõe sobre a transformação da Federação das Escolas Superiores do Maranhão-FESM, em Universidade	15.08.05					
P.L 124/05	89	2005	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. TELMA PINHEIRO	Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserir, em todas as publicações e propagandas dos poderes estaduais, textos com campanhas educativas e de esclarecimentos na área da saúde e de combate às drogas.	16.08.05					
P.L 125/05	89	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	DEP. TELMA PINHEIRO	ALTERA dispositivos da Lei nº 6.180, de 10 de novembro de 1994, que Cria o Município de TUFILÂNDIA, e dá outras providências.	16.08.05					
P.L 126/05	90	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. TELMA PINHEIRO	Considera de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Coelho Neto com Sede e foro no Município de Coelho Neto, no Estado do Maranhão.	17.08.05					
P.L 127/05	90	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. TERESA MURAD	Considera de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Tinaí.	17.08.05					
P.L 129/05	91	2005	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	DEP. WILSON CARVALHO	Dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias nos cardápios de bares, restaurantes, hotéis, fast-foods e similares e dá outras providências.	18.08.05					

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L 130/05	91	2005	UTILIDADE PÚBLICA	DEP. WILSON CARVALHO	Considera de Utilidade Pública a Federação Maranhense de Judô, com sede e foro na cidade de São Luís-MA.	18.08.05					
P.R 020/05	91	2005	HOMENAGEM	DEP. ADERSON LAGO	Concede Título de Cidadão Maranhense ao Empresário EDISON LOBÃO FILHO.	18.08.05					
P.L 131/05	92	2005	EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEP. MAURA JORGE	Dispõe sobre o Programa de Doador Voluntário de Medula Óssea.	22.08.05					
P.L 132/05	93	2005	UTILIDADE PÚBLICA	MESA DIRETORA	Considera de Utilidade Pública o Clube de Mães do Conjunto Tambaú, com sede e foro no Município de Paço do Lumiar, no Estado do Maranhão.	23.08.05					
P.L.C 009/05	93	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	MESA DIRETORA	SUPRIME o Parágrafo Único do art. 9º da Lei Complementar nº 087 de 19 de julho de 2005, que altera a redação do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão Lei Complementar nº 14/91), e dá outras providências.	23.08.05					
P.L 133/05	94	2005	EDUCAÇÃO E SAÚDE	MESA DIRETORA	Dispõe sobre o dia 11 de agosto dia do estudante e dá outras providências.	24.08.05					
P.L 134/05	94	2005	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	MESA DIRETORA	ESTABELECE normas para a Criação de Conselhos Tutelares, no âmbito do Estado do Maranhão, e para o processo de escolha e capacitação dos conselheiros tutelares, e dá outras providências.	24.08.05					
P.L 135/05	95	2005	EDUCAÇÃO E SAÚDE	MESA DIRETORA	Institui a Criação e funcionamento do Conselho Escolar Ambiental que visa consolidar a prática do ensino fundamental e médio de prevenção ambiental nas escolas da rede pública e privada no Estado do Maranhão.	25.08.05					
P.E.C 010/05	95	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	MESA DIRETORA	ALTERA dispositivo da Constituição do Estado do Maranhão	25.08.05					
P.L 061/05	42	2005	INCENTIVO A PRODUÇÃO/AGRICULTURA	MESA DIRETORA	Dispõe sobre a transferência de posse e benfeitorias para a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Panaquatira e Itapari e dá outras providências. - VETO TOTAL - M.G. 047 - 26/07/05	25.04.05		VETADO	ARQUIV.	D.O 144 27/07/05	
P.L 136/05	96	2005	DIREITO DA MULHER	MESA DIRETORA	Concede folga à servidora lactante doadora de leite materno a bancos de leite materno de hospitais públicos e privados do Estado do Maranhão.	29.08.05					
P.L 137/05	96	2005	EDUCAÇÃO E SAÚDE	PODER EXECUTIVO	Autoriza o Poder Executivo a implantar assistência psicológica e psicopedagógica em todos os estabelecimentos de ensino básico público, com o objetivo de diagnosticar e prevenir problemas de aprendizagem.	29.08.05					
M.G 004/05 P.L.C 010/05	98	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	ALTERA a redação do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão Lei Complementar nº 14/91) e dá outras providências. # EMENDA SUPRESSIVA Nº 01/05 ;# EMENDA Nº 01/05 DE AUT. DO DEP. ADERSNO LAGO - PUBL.NO D.O. Nº 101-DE 06/09/05	31.08.05					
M.G 050/05 P.L 138/05	97	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	ALTERA dispositivos da Lei nº 8.271, de 30 de junho de 2005, que Dispõe sobre o parcelamento de débitos fiscais decorrentes da falta de recolhimento do ICM e ICMS, e dá outras providências. - # EMENDA Nº 001/05 DE AUT. DO DEP. ANTONIO BRAIDE; # EMENDA N	30.08.05					
P.D.L 010/05	97	2005	HOMENAGEM	PODER EXECUTIVO	Concede a Medalha do Mérito Legislativo "Manoel Bequimão" ao Senhor Pedro Aldi Damasceno.	30.08.05		D/L 306/05			D.A 124 20.10.05
P.L 139/05	98	2005	UTILIDADE PÚBLICA	PODER EXECUTIVO	Considera de Utilidade Pública a Associação Recreativa e Cultural dos Moradores do residencial Camã, com sede e foro e, São Luís-MA.	31.08.05					
P.L 140/05	101	2005	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/PRESO	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre o acesso de pessoas idosas nos transportes coletivos urbanos dos municípios que integram a Região Metropolitana da Grande São Luís, na forma que especifica.	06.09.05					
P.D.L 011/05	101	2005	HOMENAGEM	PODER EXECUTIVO	Concede a Medalha do Mérito Legislativo "Manoel Bequimão" ao Senhor Edinivaldo Gomes Leite.	06.09.05					
P.L 141/05	102	2005	TRANSPORTE E SEGURANÇA	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre o acesso de pessoas aos banheiros dos terminais rodoviários na forma que especifica.	12.09.05					
P.L 142/05	103	2005	DIREITO DO CIDADÃO/CONSUMIDOR	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a obrigatoriedade da venda de álcool combustível nos postos de revenda varejista de combustíveis e dá outras providências.	13.09.05					
P.R.L 021/05	103	2005	HOMENAGEM	PODER EXECUTIVO	Institui no âmbito do Poder Legislativo Estadual o Selo ACHILLES LISBOA, pela passagem do seu 133º aniversário natalício.	13.09.05		R/L 469/05	ARQUIV.		D.O 114 03.10.05
P.L 143/05	104	2005	DIREITO AMBIENTAL/ZONEAMENTO	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a Regularização da Elaboração do Relatório Anual da Qualidade Ambiental RAQUAM, na Região Tocantina e Cerrados Maranhenses.	14.09.05					

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	P.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L 144/05	104	2005	DIREITO AMBIENTAL/ZONEAMENTO	PODER EXECUTIVO	Institui Banco de Dados sobre Zoneamento e aptidão Agrícola dos Solos da Região Tocantina e Cerrados Maranhenses no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural – SEAGRO.	14.09.05					
P.R.L 022/05	105	2005	HOMENAGEM	PODER EXECUTIVO	Concede o Título de Cidadão Maranhense ao Empresário Luciano Lobão.	15.09.05					
P.E.C 011/05	105	2005	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER EXECUTIVO	ALTERA o limite de idade a aposentadoria compulsória do servidor público.	15.09.05					
P.R.L 023/05 M.G. 052/05	106	2005	REESTRUTURAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	PODER EXECUTIVO	Institui a Frente Parlamentar de Apoio à Criação do Estado do Maranhão do Sul.	19.09.05		R/L 472/05			
M.G 053/05	107	2005	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER EXECUTIVO	SOLICITA devolução, para reexame no âmbito deste Poder, do Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei nº 8.244, de 25 de maio de 2005, que Dispõe sobre o reajuste do vencimento base dos servidores.	20.09.05				ARQUIV.	
P.L 145/05	107	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	DÁ nova redação ao inciso IV do artigo 9º da Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995 – Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão.	20.09.05					
M.G 051/05	102	2005	OUTROS	PODER EXECUTIVO	COMUNICA que ausentar-se-á do País no período de 08 a 16/09 para participar da Feira Europeia de Estrasburgo, França.	12.09.05				ARQUIV. 20.09.05	
P.L 146/05	107	2005	UTILIDADE PÚBLICA	PODER EXECUTIVO	Considera de Utilidade Pública a Federação das Uníões de Moradores de Bairros e Entidades Afins da Região Tocantina – FUMBEART.	20.09.05					
P.L 147/05	108	2005	UTILIDADE PÚBLICA	PODER EXECUTIVO	Considera de Utilidade Pública a Associação Beneficente Luciano Ribeiro no Município de Santa Rita.	21.09.05					
P.L 148/05	108	2005	UTILIDADE PÚBLICA	PODER EXECUTIVO	Considera de Utilidade Pública a União dos Moradores do Parque Horizonte, com sede e foro no Município de Paço do Lumiar, no Estado do Maranhão.	21.09.05					
P.L 149/05	108	2005	OUTROS	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a outorga/recaue do hasteamento da bandeira oficial do Estado do Maranhão nas repartições públicas estaduais e dá outras providências.	21.09.05					
P.L 150/05	108	2005	OUTROS	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a obrigatoriedade do hasteamento da Bandeira e da entoação do Hino Oficial do Maranhão antes do início das aulas e dá outras providências.	21.09.05					
P.R.L 024/05	108	2005	HOMENAGEM	PODER EXECUTIVO	Concede o Título de Cidadão Maranhense ao Médico Veterinário BENEDITO GONÇALVES LIMA, natural do Estado de Pernambuco.	21.09.05					
P.L 151/05	109	2005	EDUCAÇÃO E SAÚDE	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a realização de testes vocacionais para alunos das escolas públicas estaduais e dá outras providências.	22.09.05					
P.L 152/05	109	2005	UTILIDADE PÚBLICA	PODER EXECUTIVO	Considera de Utilidade Pública a União de Moradores da Vila Conceição – Coroadinho.	22.09.05					
P.L 153/05	109	2005	UTILIDADE PÚBLICA	PODER EXECUTIVO	Considera de Utilidade Pública a Associação das Donas de Casa da Vila Cascavel – São Raimundo.	22.09.05					
P.L 154/05	110	2005	EDUCAÇÃO E SAÚDE	PODER EXECUTIVO	ESTABELECE a obrigatoriedade do ensino de empreendedorismo nas duas últimas séries do ensino médio das escolas públicas estaduais e dá outras providências.	26.09.05					
P.L 155/05	110	2005	HOMENAGEM	PODER EXECUTIVO	DENOMINA de “Profª Maria Madalena Ferreira Domingues Moura”, a Biblioteca “Farol da Educação” de Carutapera-MA.	26.09.05					
P.L 156/05	110	2005	UTILIDADE PÚBLICA	PODER EXECUTIVO	Considera de Utilidade Pública a União dos Moradores da Vila Jaminá.	26.09.05					
P.L 157/05	110	2005	UTILIDADE PÚBLICA	PODER EXECUTIVO	Considera de Utilidade Pública a Organização Não Governamental, HONG, com sede e foro em São Luís-MA.	26.09.05					
P.L 158/05	111	2005	ALTERAÇÃO DE LEI/EMENDA CONSTITUCIONAL	PODER EXECUTIVO	ALTERA o dispositivo do art. 44 da Lei 8.149, de 15 de junho de 2004, que Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos e dá outras providências.	27.09.05					
P.L 159/05	113	2005	UTILIDADE PÚBLICA	PODER EXECUTIVO	Considera de Utilidade Pública a Fundação Dama – Adalmair de Assis Ribeiro da Silva, com sede e foro no município de Primeira Cruz, neste Estado.	29.09.05					
P.R. 025/05	113	2005	HOMENAGEM	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadão Maranhense ao Engenheiro Civil e Professor Selsio Santiago Freire e dá outras providências.	29.09.05					
P.L 160/05	114	2005	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/P RESO	PODER EXECUTIVO	PROMOVE a alteração da Lei Estadual nº 8.52, de 19 de dezembro de 2003 que Dispõe sobre a gratuidade de transporte hidroviário (marítimo e fluvial) para cidadãos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos.	03.10.05					
M.G 054/05 P.L 161/05	115	2005	ORÇAMENTO CONTAS	PODER EXECUTIVO	ENCAMINHA Projeto de Lei Nº 161 que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2006.	04.10.05					
P.L 162/05	115	2005	DIREITO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE/IDOSO/P RESO	PODER EXECUTIVO	Institui o Dia Estadual do Idoso, 27 de setembro.	04.10.05					

RELAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APRESENTADOS PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TIPO	Nº	ANO	ASSUNTO	AUTOR	EMENTA	P.D.A	ANDAMENTO	LEI	F.D.O	PUBLICAÇÃO	SITUAÇÃO
P.L 163/05	115	2005	UTILIDADE PÚBLICA	PODER EXECUTIVO	Considera de Utilidade Pública a Associação Cristã Nova Jerusalém e dá outras providências.	04.10.05					
P.L 164/05	115	2005	UTILIDADE PÚBLICA	PODER EXECUTIVO	Considera de Utilidade Pública a Associação Filantrópica de Serviços de Assistência Social, Missões e Apoio ao desamparado - SASMAD, Município de Raposa-MA.	04.10.05					
P.L 165/05	115	2005	UTILIDADE PÚBLICA	PODER EXECUTIVO	Considera de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila João Reis no Município de Timon-MA.	04.10.05					
P.L 166/05 MENS. 003/05	118	2005	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre o subsídio da Magistratura maranhense e dá outras providências.	10.10.05					
OF. Nº 190/05- GPGJ-MA P.L 167/05	118	2005	RELAÇÃO DE TRABALHO	PODER EXECUTIVO	Compatibiliza, na forma do art. 108 da Lei Complementar nº 13/91, de 25 de outubro de 1991, alterado pela Lei Complementar nº 80, de 06 de dezembro de 2004, os subsídios do Ministério Público Estadual ao limite fixado pelo art. 39 § 4º da Constituição Fe	10.10.05					
P.L 168/05	120	2005	PATRIMÔNIO PÚBLICO	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a doação de terreno à Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão para construção de casas populares e dá outras providências.	13.10.05					
P.L 169/05	121	2005	UTILIDADE PÚBLICA	PODER EXECUTIVO	Considera de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Estrela da Manhã, Município de São Luís MA.	17.10.05					
P.L 170/05	122	2005	UTILIDADE PÚBLICA	PODER EXECUTIVO	Considera de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Cidade Nova - AMOCIM, em João Lisboa-MA.	18.10.05					
P.L 172/05 M.G 055/05	124	2005	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PODER EXECUTIVO	Cria o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, estabelece sua composição e atribuições, e dá outras providências. - #EMENDA Nº 001 A 007/05 - DE AUT. DO DEP. FRANCISCC GOMES - D.A. Nº 129 - 03.11.05	20.10.05					
P.L.C 011/05 MENS. 005/05	124	2005	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	Cria a Comarca de Senador La Roque e dá outras providências.	20.10.05					
P.L 171/05 MENS. 006/05	124	2005	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	Cria cargos para a Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão no quadro de pessoal do Tribunal de Justiça.	20.10.05					
P.L 173/05	124	2005	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	Dispõe sobre a Criação do Memorial da imprensa, do Museu da imagem, do som e de impressos do Estado do Maranhão e dá outras providências.	20.10.05					
P.L 174/05	127	2005	UTILIDADE PÚBLICA	PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	Considera de Utilidade Pública o Clube do Curio do Maranhão.	26.10.05					
P.R.L 026/05	127	2005	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	Cria o Programa "SOL NASCENTE" no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e dá outras providências.	26.10.05		R/L 473/05			
P.R.L 028/05	127	2005	REESTRUTURAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	Cria o "Programa Parlamento Estudantil" e dá outras providências.	26.10.05		R/L 474/05			
P.R.L 029/05	127	2005	HOMENAGEM	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadão Maranhense ao Padre Marco Passerini e dá outras providências.	26.10.05					
P.D.L 013/05	127	2005	HOMENAGEM	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Concede a Medalha do Mérito Legislativo "Manoel Bequimão" à Exma. Dra. Terezinha de Jesus Almeida Silva Rego.	26.10.05					
P.R.L 027/05	128	2005	DIREITO AMBIENTAL/ZONEAMEN TO	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Cria o "Programa Águas Perenes" e dá outras providências.	27.10.05					
P.L 175/05	128	2005	ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Dispõe índices de incentivo na composição do cálculo da parcela do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios na forma que especifica.	27.10.05					
P.D.L 009/05	76	2005	HOMENAGEM	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Concede a Medalha do Mérito Legislativo "Manoel Bequimão" ao Senhor Jorge Machado Mendes.	23.06.05		D/L 308/05			
P.L 176/05	129	2005	CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS/CARGOS	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Dispõe sobre a Criação do Centro de Estudos Superiores de Zé Doca na estrutura organizacional da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e dá outras providências.	03.11.05					

TOTAL	876
--------------	------------